



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CONTROVÉRSIAS SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA
AGROECOLOGIA:
UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS DISCURSOS POLÍTICOS DA FAO E
DA VIA CAMPESINA**

MARIANA HOMEM DE MELLO REINACH

Sob orientação do professor
Andrey Cordeiro Ferreira

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, para a obtenção do título de **mestre**.

Rio de Janeiro, RJ
Março de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R364c Reinach, Mariana Homem de Mello, 1992-
Controvérsias sobre a Dimensão Social da
Agroecologia: uma comparação entre os discursos
políticos da FAO e da Via Campesina / Mariana Homem de
Mello Reinach. - Rio de Janeiro, 2020.
187 f.

Orientador: Andrey Cordeiro Ferreira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2020.

1. Agroecologia. 2. Ecologia Social. 3. Sistemas
agroalimentares. 4. Natureza e Sociedade. 5. Teoria
anarquista. I. Ferreira, Andrey Cordeiro, 1978-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III.
Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

MARIANA HOMEM DE MELLO REINACH

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 16/03/2020.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese/dissertação.

Profa. Dra. CLÁUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. IGOR SIMONI HOMEM DE CARVALHO (UFRRJ)

Prof. Dr. SELMO NASCIMENTO DA SILVA (COLÉGIO PEDRO II)



Emitido em 16/03/2020

ATA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2020 - CPDA (12.28.01.00.00.80)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 29/10/2020 19:56)

CLAUDIA JOB SCHMITT
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matrícula: 1432841

(Assinado digitalmente em 26/10/2020 11:24)

IGOR SIMONI HOMEM DE CARVALHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 1054069

(Assinado digitalmente em 26/10/2020 11:44)

SELMO NASCIMENTO DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 078.808.137-30

(Assinado digitalmente em 26/10/2020 11:13)

MARIANA HOMEM DE MELLO REINACH
DISCENTE
Matrícula: 20201005484

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **2**,
ano: **2020**, tipo: **ATA DE CONCURSO PÚBLICO**, data de emissão: **23/10/2020** e o código de verificação:
f2a27d7ce2

*Dedico esse trabalho ao Morro do Lampião,
à sua mata, seus pássaros, nasceres e pores de sol,
a esse morro que é casa, aconchego, inspiração e vida,
à construção, em todos os sentidos, com que ele nos presenteou
e que me faz lembrar de viver, todos os dias, aquilo que acredito.*

*À parceria mais linda que já encontrei, que me fortalece de corpo e alma.
Ao meu amor, Gui.*

AGRADECIMENTOS

Conhecimento é sempre construção conjunta, compartilhada. Tive a sorte de encontrar pessoas determinantes pra que esse trabalho viesse à tona, ganhasse corpo e sentido, e enfim se realizasse.

Começo agradecendo a todas as pessoas que dividiram comigo experiências que me abriram as portas para a agroecologia e que de uma forma ou de outra, me ensinaram sobre construção coletiva através de tanta conversa e vivência: à Profa. Valéria de Marcos, às/os queridas/os da ComerAtivaMente (Paque, Deia, Fabi, Ga, Gi, Boi, Ju), da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (em especial Mari, Juliano, Mario, Luiza, Tati) e da comissão enraizadora do I ERGA-Sul.

Agradeço ao pessoal do GEPENSAH/UFSC (em especial ao Zé), porta de entrada para um conhecimento crítico e questionador, e que me levou, ainda que sem querer, à uma mudança de rumo, tanto acadêmico quanto organizativo. Às/aos camaradas de Floripa que seguem sendo minha referência de luta e de horizonte comum. Às/os queridas/os Tati, Yuri, Alemão, Nati e Stela, que compartilharam as delícias do morro com a gente.

Agradeço à Mônica, Dudu, Juliana, Peri e Fábio, pelo acolhimento e apoio essenciais nessa empreitada ao Rio de Janeiro. Agradeço a esse lugar tão especial e pulsante que é o CPDA, através do qual pude amadurecer de tantas formas. Agradeço à querida turma de 2018 (Catalina, Yamira, Joaquim, Duda, Joyce, Natalia, Guerrero, Daniel, Alana, Felipe, Fernanda, Fernando, Jéssica, Lucas, Millena, Monica, Yuri, Jay, Carlos, Marcio, Renner, Luisa, Ricardo, Bernardo) graças a quem um ano tão pesado no cenário carioca e nacional se tornou mais leve no cotidiano, nas conversas, nas cervejas, na praia do Leme. Agradeço às professoras Cláudia e Débora por acreditarem nesse trabalho. Agradeço ao olhar crítico fundamental do meu professor e orientador Andrey, grande referência intelectual.

Às minhas maravilhosas amigas-irmãs Bel, Mel, Ni, Di, Ana e ao querido Samir, por estarem sempre ao meu lado. Em especial agradeço à Bel e à Yamira, pela disposição à leitura atenta e revisão do texto de qualificação, e à Lu pelas valiosas contribuições no texto final. Agradeço por fim à minha família querida, base de tudo isso e sempre na torcida. Em especial ao meu pai Henrique por me ensinar a ir ao cinema, e por todo o amor, fundamental na minha caminhada.

RESUMO

REINACH, Mariana Homem de Mello. **Controvérsias sobre a Dimensão Social da Agroecologia: uma comparação entre os discursos políticos da FAO e da Via Campesina.** 2020. 187p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

A defesa da agroecologia tem congregado pessoas e instituições diversas, representando camadas sociais e interesses divergentes e mesmo antagônicos. A presente pesquisa teve por objetivos, por um lado, realizar uma leitura crítica sobre o contexto geopolítico global que acompanhou a emergência e difusão da agroecologia pelo mundo, e por outro, identificar o conteúdo político e ideológico do que se afirma como a “dimensão social da agroecologia”. Para isso acompanhamos a trajetória de desenvolvimento do termo “agroecologia” desde os anos 1930 até os dias de hoje, bem como a trajetória de seu par antagônico – a ciência agrícola convencional ancorada pelo pacote tecnológico da Revolução Verde e que em sua segunda etapa vem incorporando elementos de ecologização técnica e de valorização de conhecimentos “locais”, integrando-os de forma subordinada nos quadros de acumulação. Damos especial atenção ao período compreendido entre os anos 1990 e 2000 - cenário de emergência do neoextrativismo e das propostas de “desenvolvimento sustentável” e de “multiculturalismo neoliberal” disseminado por organismos multilaterais - que coincide com o momento em que a agroecologia ganha maior destaque e espaço no debate público. Em seguida, realizamos a análise empírica sobre os discursos políticos da Via Campesina e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) sobre agroecologia. Por terem capilaridade internacional, ambas as organizações influenciam e são influenciadas por uma ampla gama de sujeitos e instituições, o que torna seu discurso particularmente relevante. A partir de documentos oficiais, relatórios e declarações destas entidades pudemos observar como se construiu o conceito de agroecologia em cada uma delas. Utilizando a Ecologia Social de Murray Bookchin e a teoria anarquista de Mikhail Bakunin como lentes teóricas e ferramentas analíticas e interpretativas, identificamos que a distinção fundamental entre os “tipos” de agroecologia reside nos campos da diferenciação de classe, da ideologia, da organização social e da relação estabelecida entre humanidade, sociedade e natureza. Concluímos que hoje há uma coexistência entre um saber agroecológico que tende a assumir uma forma hegemônica-dominante-central, alinhado à segunda etapa da Revolução Verde e aos centros de poder, construído a partir de uma política econômica liberal como prática governamental; e um saber agroecológico em sua forma subalterno-periférica-insurgente, alinhado às periferias do poder, construído a partir de práticas emancipatórias em busca de autonomia e territorialização do campesinato. Esses dois “tipos” de agroecologia, ao mesmo tempo que se excluem, se reforçam mutuamente a partir da dialética entre autoridade e liberdade.

Palavras-chave: Agroecologia. Ecologia Social. Sistemas agroalimentares. Natureza e Sociedade.

ABSTRACT

REINACH, Mariana Homem de Mello. **Controversies in the Social Dimension of Agroecology: a comparison between the political discourses of FAO and Via Campesina**. 2020. 187p. Dissertation (Master in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

The advocacy of agroecology has brought together diverse people and institutions, representing divergent and even antagonistic social strata and interests. The objectives of this research were, on the one hand, to carry out a critical reading on the global geopolitical context that accompanied the emergence and diffusion of agroecology throughout the world, and on the other, to identify the political and ideological content of what is stated as the “social dimension of agroecology”. To this end, we follow the development trajectory of the term “agroecology” from the 1930s to the present day, as well as the trajectory of its antagonistic pair - conventional agricultural science anchored by the technological package of the Green Revolution and which in its second stage has been incorporating elements of technical ecologization and valorization of “local” knowledge, integrating them in a subordinate way in the accumulation tables. We paid special attention to the period between the 1990s and the 2000s - the emergence of neo-extractivism and the proposals for “sustainable development” and “neoliberal multiculturalism” disseminated by multilateral organizations - which coincides with the moment when agroecology gains more prominence and space in the public debate. Then, we carried out an empirical analysis on the political discourses of Via Campesina and the United Nations Food and Agriculture Organization (FAO) on agroecology. Because they have international reach, both organizations influence and are influenced by a wide range of actors and institutions, which makes their discourse particularly relevant. Using official documents, reports and statements from these entities, we were able to observe how the concept of agroecology was constructed in each case. Using Murray Bookchin's Social Ecology and Mikhail Bakunin's anarchist theory as theoretical lenses and analytical and interpretative tools, we identify that the fundamental distinction between “types” of agroecology lies in the fields of class differentiation, ideology, social organization, and the established relationship between humanity, society, and nature. We conclude that today there is a coexistence of agroecological knowledge that tends to assume a hegemonic-dominant-central form, aligned with the second stage of the Green Revolution and the centers of power, based upon a liberal economic policy as a government practice; and agroecological knowledge in its subaltern-peripheral-insurgent form, aligned with the peripheries of power, built from emancipatory practices in search of autonomy and territorialization of the peasantry. These two “types” of agroecology, while excluding one another, reinforce each other, following the dialectic between authority and freedom.

Key words: Agroecology. Social Ecology. Agri-food systems. Nature and society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
Metodologia e Procedimentos da Pesquisa.....	8
Pressupostos Teóricos.....	14
Continuidade entre natureza e humanidade/sociedade.....	15
Ecologia Social.....	18
CAPÍTULO I - HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA.....	29
1.1 Origens e disseminação.....	29
1.2 Contexto Global: Neoextrativismo, Desenvolvimento Sustentável, Multiculturalismo Neoliberal.....	40
1.3 Algumas Considerações sobre a Revolução Verde.....	49
1.3.1 Dinâmica da inovação tecnológica na agricultura ocidental.....	50
1.3.2 Fordismo e a 1ª etapa da Revolução Verde.....	55
1.3.3 Toyotismo e a 2ª etapa da Revolução Verde.....	64
1.4 Ciência, Movimento e/ou Prática?.....	70
CAPÍTULO II – A CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NA VIA CAMPESINA.....	72
2.1 A Via Campesina.....	74
2.2 Diagnóstico.....	78
2.3 Trajetória da construção do conceito de Agroecologia na Via Campesina.....	81
2.4 Soberania Alimentar.....	83
2.5 Reforma Agrária Integral/Genuína.....	84
2.6 O que é agroecologia, para a Via Campesina.....	88
2.7 Educação Popular e ampliação da escala da Agroecologia.....	93
2.8 Mulheres, jovens e agroecologia.....	97
2.9. Sementes.....	98
2.10 ONGs.....	99
2.11 Estado e Organismos Multilaterais.....	101
2.12 Políticas Públicas de agroecologia.....	104
2.13 “Falsas soluções”: Capitalismo Verde.....	106
CAPÍTULO III - A INCORPORAÇÃO DA AGROECOLOGIA PELA FAO.....	112
3.1 A FAO e o Relator Especial do Direito à Alimentação.....	113
3.2 Diagnóstico.....	116
3.3 Construção da defesa da Agroecologia na FAO.....	125
3.4 O que é Agroecologia, para a FAO.....	128
3.5 Agroecologia e o direito à alimentação.....	130
3.6 Agroecologia, meio ambiente e mudanças climáticas.....	132
3.7 Dimensão social da agroecologia.....	135
3.8 Mulheres e agroecologia.....	136
3.9 Conhecimento e agroecologia.....	137
3.10 Participação social e agroecologia.....	138
3.11 Mercados e agroecologia.....	139
3.12 Papel do Estado para a agroecologia.....	141
3.13 Papel da FAO na promoção da agroecologia.....	144
3.14 Ampliação da escala da agroecologia.....	147
CAPÍTULO IV – A DIALÉTICA DO SABER AGROECOLÓGICO.....	151
4.1 Diferenças fundamentais entre as concepções da FAO e da Via Campesina sobre Agroecologia: classe, ideologia, organização social e relação humanidade/natureza.....	151
4.2 Conclusões: a disputa pela agroecologia como processo dialético e contraditório.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	174

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu de uma provocação. Desde 2016 eu participava do Grupo de Estudos de Pensamento Heterodoxo, do Laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (Gepensah/LASTRO/UFSC), e em 2017 o tema de discussão do semestre foi “Pensamento antiecológico: crítica ao capitalismo verde e à ecologia política”. Sabendo do meu envolvimento com a agroecologia, os colegas marxistas do Gepensah fizeram uma sessão especialmente dedicada a este tema. Discutimos um texto de João Bernardo, um conselheiro português que desqualificava a agroecologia utilizando argumentos um tanto superficiais: ele afirmava o suposto atraso e reacionarismo do campesinato e a superexploração do trabalho exigida por métodos manuais de cultivo supostamente “anti-tecnológicos” (que aumentariam a extração de mais-valia absoluta), desprezava as preocupações ambientais como assuntos pequeno-burgueses, e defendia a superioridade tecnológica e organizacional da grande produção industrial de alimentos. Para refutá-lo, eu recuperei a crítica sobre as motivações político-ideológicas da Revolução Verde, apresentei dados sobre a ineficiência da produção industrial de alimentos (altamente dependente de subsídios estatais), e suas consequências negativas em termos sociais, econômicos e ambientais. Trouxe também argumentos para desconstruir a ideia de “atraso” vinculada ao campesinato e a populações tradicionais, apontando a complementaridade entre tecnologias ditas “tradicionais” e “modernas”. Me muni, ainda, de diversos dados sobre a produção agroecológica, com artigos científicos que demonstravam a alta produtividade de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e que faziam projeções para a produção agroecológica em larga escala. Por fim, também falei sobre a comprovada contribuição da transição agroecológica para as questões de gênero, sucessão geracional, aumento de emprego e de renda no campo. Uma longa discussão se seguiu, e eles continuaram me questionando: “mas o que garante que a agroecologia não vá se tornar mais uma produção para nicho de mercado do capitalismo verde, como já é a produção orgânica?”, “O que garante que a produção agroecológica não poderá reproduzir a concentração fundiária e a exploração do trabalho característicos da produção convencional?”, “O que garante que os conhecimentos tradicionais não serão subordinados à lógica de acumulação de capital nesta nova fase ‘verde’ do capitalismo?”.

Eu me vi tentando convencê-los de que “naturalmente” a agroecologia seria popular, só serviria para pequenas propriedades, que haveria um comprometimento social anti-exploração “inerente” à agroecologia, muito superior à agricultura orgânica convencional. Obviamente meus argumentos não foram convincentes, e eu mesma percebi a fragilidade de minha defesa. Basicamente eles estavam me questionando até onde iria o alegado comprometimento social e político da agroecologia, e se, no limite, este comprometimento seria compatível ou não com o modo de produção capitalista. Para estas questões eu não tinha respostas. Levei a sério a provocação, e posteriormente, em todos os espaços que eu frequentava onde discutia-se agroecologia, passei a prestar atenção nessas questões - se e como eram tratadas.

Naquele mesmo ano, Clara Nicholls e Miguel Altieri participaram de um debate em um seminário sobre produção agroecológica no Centro de Ciências Agrárias da UFSC, fazendo em sua palestra duras críticas, não só ao modelo de produção agroalimentar hegemônico, mas também às soluções do chamado “capitalismo verde”. Altieri finalizou sua fala com uma defesa contundente da agroecologia como a grande saída para a crise ecológica e alimentar contemporâneas. Eu fiz então a seguinte pergunta: “Sabemos que a Revolução Verde expressou nada mais do que o avanço da industrialização capitalista sobre o campo. (Assim como colonizou todos os setores produtivos, a Revolução Verde é a expressão da lógica capitalista no setor agrícola). Sendo assim, na sua visão, a agroecologia pretende a longo prazo melhorar o capitalismo, ou seja, transformar o setor agrícola do capitalismo em um modelo produtivo mais ‘sustentável’ - e se for o caso, gostaria que me dissesse se considera possível um capitalismo sustentável – ou a longo prazo a agroecologia pretende transformar estruturalmente as bases de produção agrícola capitalista para poder se estabelecer de forma plena?”. Para mim estava claro que ele defenderia a segunda alternativa, mas o que se seguiu foi um momento de grande constrangimento, falas defensivas ou esquivas (“A agroecologia não é nem de direita nem de esquerda”) e uma grande discussão na plateia. Somente depois fui saber que estavam presentes representantes da EMBRAPA e da Fazenda da Toca¹, que ao longo dos outros dias de seminário já haviam entrado em tensão com representantes de movimentos sociais também presentes no evento.

1 Empresa de Pedro Paulo Diniz, a Fazenda da Toca é uma fazenda de produção orgânica que investe em pesquisa e desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais em larga escala no interior de São Paulo (<https://fazendadatoca.com.br/nossa-historia/> - acesso em junho de 2019)

Percebi com mais clareza que poderia haver aí um campo fértil de estudo. A agroecologia é uma bandeira que tem congregado pessoas e instituições diversas, representando camadas sociais e interesses divergentes e mesmo antagônicos. Como é possível que Pedro Paulo Diniz, um latifundiário pertencente a uma das famílias mais ricas do Brasil defenda a mesma bandeira central que um militante do movimento sem-terra? Eles estão entendendo a agroecologia da mesma maneira?

Esta pesquisa, portanto, foi antes de mais nada um esforço de amadurecimento do meu olhar, de aprofundamento na minha análise para que eu mesma pudesse entender os limites e potencialidades da agroecologia de forma mais cautelosa. Menos eufórica - que é a forma como saíamos de encontros de agroecologia sempre encantadores e inspiradores – e com mais “pé no chão”, entendendo a complexidade das questões em jogo quando se trata das relações entre técnica e política, entre sociedade e natureza e entre campo e cidade.

Ao começar o levantamento bibliográfico, percebi nos autores que defendem a agroecologia a mesma fragilidade que eu encontrei nos episódios narrados aqui. O comprometimento social e político da agroecologia com a emancipação humana é afirmado como um mantra, mas de forma vaga e difusa, o que indica que talvez minha dissertação de mestrado possa gerar alguma contribuição na qualificação deste debate. Acredito que entender a agroecologia em sua complexidade nos ajuda a refletir sobre as possibilidades reais de superação do atual modelo de produção e abastecimento de alimentos baseado na Revolução Verde, que certamente já se mostrou nefasto para a maior parte da humanidade.

Como veremos detalhadamente no primeiro capítulo, se em sua gênese o termo “agroecologia” foi desenvolvido em países centrais, associado a uma concepção utilitarista da natureza, visando métodos de incremento da produção agrícola através do manejo ecológico de cultivos de interesse comercial, ao chegar em países periféricos a “agroecologia” passou a associar-se a uma visão co-evolutiva entre natureza e cultura, característica da cosmologia de populações rurais que já desenvolviam sofisticadas estratégias de manejo ecológico para o abastecimento de alimentos de suas comunidades. O termo “agroecologia” passou então a designar práticas agrícolas já existentes e historicamente renegadas pela ciência positivista moderna, forçando a ciência tradicional a adotar um enfoque pluriepistemológico de “diálogo de saberes” que valorizasse a complementaridade entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Neste contexto, a agroecologia passou também a fortalecer processos de resistência de populações camponesas marginalizadas pela difusão da Revolução Verde, ganhando

contornos de movimento social. Por outro lado, o movimento agroecológico institucionalizou-se em ONGs e voltou majoritariamente suas demandas ao Estado, em busca de direitos, reconhecimento e legitimidade institucional. Suas demandas começaram a ser “contempladas” a partir do momento em que convergiram com a passagem do capitalismo à fase neoextrativista, que incorporou estrategicamente a ecologização técnica e o discurso de defesa de “povos e comunidades tradicionais” como forma de inseri-los em cadeias de valor de forma subordinada, culminando em tímidas políticas públicas que reduzem o sentido potencialmente emancipatório da agroecologia.

Cada uma dessas transformações, entretanto, desdobrou-se em grupos de atores com entendimentos e discursos diferentes, que apontam para estruturas sociais, práticas e expectativas diversas girando em torno do mesmo conceito de “agroecologia”. Por mais que esses atores sociais tentem contornar conflitos diretos entre si, em todas as escalas essa trajetória entra em choque com as estruturas de poder da sociedade mais ampla, o que muitas vezes resulta em grandes controvérsias e contradições.

Para Sevilla-Guzmán e Woodgate (2013),

ainda que a ecologia e a agronomia possam revelar importantes características ecológicas e agronômicas da sustentabilidade agrícola, necessitamos recorrer à sociologia se queremos compreender adequadamente as relações sociais que sustentam as boas práticas agrícolas e os movimentos sociais agrários que surgiram em defesa do modo de vida camponês².

Os autores consideram impossível separar a ciência agroecológica da política e da prática:

As tentativas de definir a agroecologia como uma ciência aplicada sem um contexto social, sem problematizar as relações capitalistas de produção ou sem aliar-se aos movimentos sociais agrários, limitarão significativamente sua capacidade de contribuir e criar sistemas mais sustentáveis de produção, distribuição e consumo³.

Seguindo esta perspectiva, e uma vez que as diferentes formas como a agroecologia foi e é ressignificada diz respeito à relação entre contextos locais e globais e diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo, passamos a considerá-la nessa pesquisa enquanto parte de um contexto geopolítico mais amplo, adotando uma abordagem multidimensional e multiescalar para entender como as relações de produção agroecológicas expressam-se na realidade das relações de produção globais, e quais seus desdobramentos sociológicos, ideológicos e políticos. Esta pesquisa pretende, com isso, lançar luz sobre os aspectos

2 SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013, p. 30

3 Ibid, p. 27

estruturais que podem estar impedindo a agroecologia de alcançar transformações sociais mais abrangentes, e identificar os principais obstáculos à sua ampla adoção.

Em um levantamento bibliográfico preliminar realizado no Banco de Teses da CAPES, foi possível observar que, no Brasil, muitas são as pesquisas que analisam a agroecologia sob um ponto de vista agrônomo, ecológico ou antropológico, em escala local. Percebemos, no entanto, que ainda há uma carência nos estudos acadêmicos que analisem os efeitos de sua adoção em um contexto geopolítico mais amplo, e complexifiquem as relações de poder presentes em torno de sua disseminação e prática. Percebe-se que os defensores da agroecologia atentam-se às possibilidades de autonomia do campesinato frente ao modelo agrícola expresso pelo paradigma da Revolução Verde dos anos 1950, mas tendem a não considerar sua reedição, com a incorporação do discurso do “desenvolvimento sustentável” e do “multiculturalismo neoliberal”. Nesta renovação da Revolução Verde, as práticas “sustentáveis” aparecem como paliativas e pontuais (justamente restringindo-se à uma escala local), sendo contempladas de forma bastante tímida, em comparação ao saque de terras e territórios levado a cabo paralelamente.

De forma diversa, levaremos em conta que, se a Revolução Verde dos anos 1950 correspondeu ao modelo de produção fordista baseado na massificação e padronização do trabalho e do consumo em uma economia de oferta e de qualidade mínima, o “esverdeamento” da cadeia agroindustrial corresponde ao modelo de produção toyotista, baseado em uma economia de demanda, focado na diferenciação dos produtos e na valorização das qualidades e variedades⁴, em um contexto de transnacionalização do capital, neoliberalismo e neoextrativismo, em conjunto com a emergência das propostas do “desenvolvimento sustentável” e do “multiculturalismo neoliberal”⁵. Em nossa perspectiva, ignorar essas transformações globais prejudica a análise de uma proposta que pretende oferecer alternativas reais à produção agroalimentar hegemônica.

Assim, nossa pesquisa teve por objetivos, por um lado, contextualizar o momento histórico de emergência e difusão da agroecologia pelo mundo, e por outro, identificar o conteúdo político e ideológico do que se afirma como a “dimensão social da agroecologia”. Para isso, acompanhamos a trajetória de desenvolvimento do termo desde os anos 1930 até os dias de hoje, bem como a trajetória de seu par antagônico – a ciência agrícola convencional ancorada pelo pacote tecnológico da Revolução Verde. Demos também especial atenção ao

4 BONNEUIL et. al., 2011

5 ACSELRAD, 2010; COMPOSTO e NAVARRO, 2014

período compreendido entre os anos 1990 e 2000 - cenário de emergência do neoextrativismo e das propostas de desenvolvimento sustentável e de multiculturalismo neoliberal disseminado por organismos multilaterais - que coincide com o momento em que a agroecologia ganha maior destaque e espaço no debate público. Por fim, nos debruçamos sobre o discurso político de dois atores que hoje estão no centro da disputa entre as diversas concepções de agroecologia: a Via Campesina e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Percebemos que de certa forma é possível, a partir desses atores, condensar as concepções de agroecologia em dois grandes blocos, que ao mesmo tempo que se retroalimentam, também expressam visões e sentidos políticos bastante distintos. Ambas as organizações têm capilaridade internacional, influenciando e sendo influenciadas por uma ampla gama de sujeitos e instituições, o que torna a análise de seus discursos particularmente relevante para os rumos da agroecologia em todo o mundo. Além disso, ambas têm sido, cada uma à sua maneira, responsáveis pela larga disseminação e popularização da agroecologia observada nos últimos anos, de modo que seus discursos encontram ressonância tanto entre pequenos agricultores e comunidades tradicionais, quanto entre ONGs, movimentos sociais, gestores, políticas públicas, agências financiadoras, fundações, governos e empresas, dos mais diversos países.

Ancorados principalmente pela proposta da Ecologia Social, de Murray Bookchin e pela teoria anarquista desenvolvida por Mikhail Bakunin - utilizadas não somente como discurso crítico, mas também como lentes teóricas e ferramentas analíticas e interpretativas - identificamos que a distinção fundamental entre os “tipos” de agroecologia reside nos campos da diferenciação de classe, da ideologia, da organização social e da relação estabelecida entre humanidade, sociedade e natureza. Percebemos que, do lado da FAO, o discurso sobre a agroecologia assume um conteúdo liberal de inspiração social-democrata, enquanto que do lado da Via Campesina, o discurso sobre a agroecologia assume um conteúdo emancipatório de inspiração anticapitalista⁶. Entretanto, a relação estabelecida entre ambas as organizações demonstra que a disputa pelo significado da agroecologia não se dá a partir de confrontos diretos ou de cooptações deliberadas, mas de uma retroalimentação dialética e contraditória.

A partir de reflexões no âmbito da sociologia do conhecimento, concluímos que hoje observa-se a coexistência entre um saber agroecológico que tende a assumir uma forma

6 É preciso enfatizar que a presente dissertação analisou e interpretou tão somente os **discursos oficiais** de ambas as organizações, e não suas práticas, de modo que essas conclusões dizem respeito àquele âmbito.

hegemônica-dominante-central, alinhada à segunda etapa da Revolução Verde e aos centros de poder, construída a partir de uma política econômica liberal como prática governamental; e um saber agroecológico em sua forma subalterno-periférica-insurgente, alinhada às periferias do poder, e construída a partir de práticas emancipatórias que buscam autonomia e territorialização do campesinato. Esses dois “tipos” de agroecologia, ao mesmo tempo que se excluem, se reforçam mutuamente a partir da dialética entre autoridade e liberdade.

Metodologia e Procedimentos da Pesquisa

A pesquisa foi inteiramente realizada a partir da análise de fontes bibliográficas e documentais. A primeira etapa da pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico dos artigos, obras e autores mais citados no campo da agroecologia, que deu origem a uma primeira listagem de quarenta e cinco publicações. Essas publicações foram subdivididas em eixos temáticos, a saber:

a) Primeiros usos do termo “agroecologia” (BENSIN, 1928, 1930; COX e ATKINS, 1979; HART, 1979, entre outros)

b) Histórico da agroecologia (HECHT, 1995; SEVILLA GUZMÁN e MOLINA, 2005; WEZEL et. al., 2009; SEVILLA GUZMÁN, 2011; SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013; GLIESSMAN, 2013; ALTIERI, 2015; NORDER et. al. 2016)

c) Bases/referências da agroecologia contemporânea (ALTIERI, 1989, 2004; GONZÁLEZ DE MOLINA, 1992; SEVILLA GUZMÁN, 1995, 2001, 2002; GLIESSMAN, 2001; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; entre outros)

d) Agroecologia e movimentos sociais (SEVILLA GUZMÁN, 1980, 1999; SEVILLA GUZMÁN e MOLINA, 1993; MAELA, 2000; DELGADO, 2002; GIRALDO, 2018; HOLT-GIMENEZ, 2008; BIASE, 2010; ALTIERI e TOLEDO, 2011; ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012, 2016; ROSSET et. al., 2011, 2016; MOLINA e CAPORAL, 2013; GIRALDO e ROSSET, 2017; entre outros)

e) Institucionalização da agroecologia (ALMEIDA, 2003; GIRALDO e ROSSET, 2017; ALTIERI e NICHOLLS, 2015; SCHMITT, 2016; SABOURIN, et.al./Rede PP-AL, 2017, entre outros)

Além disso, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o histórico da agroecologia no Brasil (LUZZI, 2008; BENSADON, 2017; SCHMITT, et. al., 2017), bem como uma consulta ao Banco de Teses da CAPES, para identificar os principais temas, escalas de análise, abordagens e áreas de pesquisa com o termo “agroecologia” em nosso país.

Destacamos aqui que essa consulta, realizada em julho de 2018, retornou um número de 225 trabalhos acadêmicos entre 1993 e 2018, com 1550 dissertações de mestrado e 291 teses de doutorado. Pudemos observar que há claramente uma ascensão do interesse de pesquisa por este tema ao longo do anos, com destaque para os anos 2000, seguindo a tendência já apontada por Wezel et. al. (2009) no âmbito internacional⁷. Também percebemos que as pesquisas sobre agroecologia concentram-se nas áreas de ciências agrárias, multidisciplinar e ciências humanas, como se vê nos gráficos abaixo:



Figura 1: Gráfico elaborado pela autora. Fonte: Banco de Teses da CAPES (acesso em jul/2018)

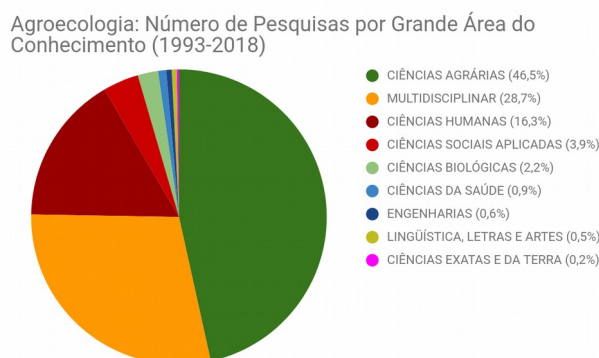


Figura 2: Gráfico elaborado pela autora. Fonte: Banco de Teses da CAPES (acesso em jul/2018)

⁷ Segundo Wezel et. al. (2009), a ocorrência do termo “agroecolog” ou “agro-ecolog” na Web of Science passou de 6 em 1991 para 141 em 2007. Nos resumos da CAB Abstracts, eram 2 registros em 1971; 102 em 1991 e 208 em 2007.

Por fim, foram consultadas as páginas de internet das principais organizações mapeadas neste primeiro levantamento, conforme a tabela a seguir:

ORGANIZAÇÃO	PÁGINA DE INTERNET
Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)	https://aba-agroecologia.org.br/
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	https://agroecologia.org.br/
Centro de conhecimentos sobre agroecologia da FAO	http://www.fao.org/agroecology/es/
Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES)	http://agroeco.org/doc/clades.html
La Via Campesina (LVC)	https://viacampesina.org/es/
Movimiento Agroecológico de América Latina y el Caribe (MAELA)	http://maela-agroecologia.org/
Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)	http://www.fao.org/
Revista Agroecología	https://www.revista.agroecologia.net/
Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA)	https://www.socla.co/

A partir de todo este material, foi possível identificar o panorama global e trajetória dos principais debates do campo agroecológico, selecionar as publicações acadêmicas mais relevantes para a pesquisa e reconstruir o histórico da origem, disseminação e transformação do termo “agroecologia” pelo mundo e em diversas instituições.

Em seguida, realizamos um levantamento bibliográfico sobre o contexto global que acompanhou o período de disseminação da agroecologia ao redor do mundo, dando especial atenção aos anos 2000 e às transformações observadas no capitalismo em direção à “organização”; à “economia verde”, ao “desenvolvimento sustentável” e ao “multiculturalismo” de cunho liberal (ROY, 2004; ACSELRAD, 2010; HOFFMAN, 2010, COUTINHO, 2011; COMPOSTO e NAVARRO, 2014). Paralelamente, realizamos também um outro levantamento bibliográfico sobre a trajetória histórica da Revolução Verde, compreendendo suas implicações geopolíticas e principais transformações ao longo do tempo, percebendo que ela também caminha em direção à suposta “sustentabilidade” (SORJ e GOODMAN, 1990; HOBBSAWM, 1995; PERKINS, 1997; PORTO-GONÇALVES, 2004; POLLAN, 2007; BLAUSTEIN, 2008; CECCON, 2008; BONNEUIL et. al., 2011; ETC, 2018). A síntese e análise desses três processos (origens e disseminação da agroecologia; contexto capitalista

global; e trajetória da revolução verde) estão descritas no primeiro capítulo da presente dissertação, articulando-se como parte constitutiva da “História da Agroecologia”.

Com esta etapa cumprida, partimos para a seleção e análise do material empírico. Primeiramente, fizemos um breve levantamento histórico sobre a Via Campesina e sobre a FAO a partir de suas páginas oficiais na internet e trabalhos acadêmicos. Seleccionamos então, como fontes primárias, os documentos oficiais, relatórios e declarações, além dos próprios sites dessas organizações, que tratassem da sua respectiva construção, definição e trabalho com a agroecologia, com recorte temporal de 2009 a 2018. Em relação à Via Campesina, também analisamos a transcrição de gravações de entrevistas com alguns de seus membros, retiradas da tese de doutorado de Flávia Braga Vieira (2008). Os documentos selecionados e analisados nesta pesquisa estão dispostos nas tabelas a seguir:

Documentos da Via Campesina:

ANO	DOCUMENTO	AUTORIA
2009	Agricultura Campesina sostenible: el futuro del planeta. Análisis, posición y plan de trabajo de la Comisión de Agricultura Campesina Sostenible de La Vía Campesina	La Via Campesina
2009	Debate del acercamiento al concepto de agroecología. Instituto Agroecológico Latinoamericano (IALA) Paulo Freire. Venezuela	La Via Campesina
2010	Encuentro asiático em agroecología. Colombo, Sri Lanka	La Via Campesina
2011	La agricultura campesina sostenible puede alimentar al mundo: Documento de punto de vista de La Vía Campesina – Yakarta	La Via Campesina
2011	Recomendaciones para la Campaña Global de las Semillas, de La Via Campesina. Bali, Indonesia	La Via Campesina
2011	Declaración de Shashe	La Via Campesina
2011	Declaración final de la Formación de Formadores y Formadoras en Agroecología. Techiman	La Via Campesina
2011	Propuesta de texto de posicionamiento sobre agroecología de la ECVC	La Via Campesina
2012	Declaración final del II Encuentro Continental de Formadoras y Formadores Agroecológicos. Chimaltenango, Guatemala	La Via Campesina
2012	Declaración de Surin. Surin, Tailandia	La Via Campesina
2012	Agricultura campesina sostenible: Por la soberanía alimentaria y la Madre Tierra. Bangkok, Tailandia	La Via Campesina
2015	Declaração Final do Fórum Internacional De Agroecologia. Centro Nyélény, 2015. Sélingué, Mali	Fórum Internacional

		de Agroecologia e Via Campesina
2015	Cuaderno 7 - Agroecologia Campesina por la Soberania Alimentaria y la Madre Tierra: Experiencias de La Via Campesina. Zimbabwe.	La Via Campesina
2017	Las luchas de la Via Campesina por la reforma agraria; por la reforma agraria, la defensa de la vida la tierra y los territorios. Zimbabwe	La Via Campesina

Entrevistas com membros da Via Campesina:

DATA	ENTREVISTADO/A	ORGANIZAÇÃO/CARGO NA ÉPOCA	ENTREVISTA CONCEDIDA A
19/03/07	Francisca Rodríguez	Fundadora da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI – Chile). Foi representante da América do Sul no CCI ⁸ da Via Campesina de 2000 a 2004.	Flávia Braga Vieira (2008)
23/03/07	Egídio Brunetto	Fundador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST – Brasil). Representante da América do Sul no CCI da Via Campesina desde 1996.	Flávia Braga Vieira (2008)
17/05/07	Paul Nicholson	Militante da Union de Ganaderos Y Agricultores Vascos (EHNE/UGAV - País Basco). Fundador da Coordenação Camponesa Europeia (CPE). Representante da Europa no CCI da Via Campesina desde 1993.	Flávia Braga Vieira (2008)
07/09/07	Ramiro Maradiaga	Assessor da Via Campesina Centroamérica desde 1993. Um dos responsáveis pela área de formação e articulação internacional da entidade.	Flávia Braga Vieira (2008)
24/09/07	Geraldo Fontes	Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST – Brasil) desde 1987. Desde 2000 dedica-se mais exclusivamente ao coletivo de relações internacionais do MST.	Flávia Braga Vieira (2008)
19/12/07	João Pedro Stédile	Fundador e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST – Brasil).	Flávia Braga Vieira (2008)

Documentos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO):

ANO	DOCUMENTO	AUTORIA
2009	La agroindustria y el derecho a la alimentación. Informe del Relator Especial sobre el derecho a la alimentación (A/HRC/13/33)	Olivier De Shutter

8 Comitê Coordenador Internacional (CCI)

2010	Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada. Relatório do Relator Especial da ONU para Direito à Alimentação (A/HRC/16/49)	Olivier De Shutter
2014	Final report: The transformative potential of the right to food. Report of the Special Rapporteur on the right to food (A/HRC/25/57)	Olivier De Shutter
2014	Final Report for the International Symposium on Agroecology for Food Security and Nutrition – Rome, Italy - Set/2014	FAO
2015	Final Report: Regional Meeting on Agroecology in Latin America and the Caribbean – Brasilia/Brazil - Jun/2015	FAO
2016	Summary for Decision-Makers – FAO Regional Symposia on Agroecology. Roma, Itália	FAO
2018	Catalysing Dialogue and Cooperation to Scale Up Agroecology: outcomes of the FAO Regional Seminars on Agroecology – Summary	FAO
2018	Iniciativa para Ampliar la Escala de la Agroecología: transformar la alimentación y los sistemas agrícolas apoyo de los ODS. Una propuesta con motivo del Segundo Simposio Internacional sobre Agroecología	FAO

Páginas oficiais da internet:

ORGANIZAÇÃO	PÁGINA
Organização das Nações Unidas - Brasil	https://nacoesunidas.org/
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)	http://www.fao.org/
Centro de Conhecimentos sobre Agroecologia da FAO	http://www.fao.org/agroecology/
Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (Direitos Humanos da ONU)	https://www.ohchr.org
Site oficial de Olivier De Shutter	http://www.srfood.org/
Site Oficial de Hilal Elver	https://hilalerver.org/

A apresentação e descrição deste material estão divididas entre o segundo e terceiro capítulos, que tratam, respectivamente, da construção da agroecologia dentro da Via Campesina, e da incorporação da agroecologia pela FAO.

Para analisar nosso material empírico, optamos por utilizar a Ecologia Social e a teoria anarquista não somente como discurso crítico, mas como lentes teóricas e ferramentas analíticas e interpretativas, de modo a agregar novos pontos de vista, chaves de leitura e estratégias metodológicas ao estudo e problematização contemporâneos da agroecologia.

Essa escolha foi inspirada inicialmente pela leitura do livro de Sevilla Guzmán (2011), no qual o autor rastreia as contribuições do pensamento social agrário para a agroecologia, apontando como influências determinantes: a matriz de pensamento popular latinoamericano;

o narodnismo russo; o anarquismo agrário; o marxismo ortodoxo e o marxismo heterodoxo neonardnista. No entanto, neste e em outros trabalhos o autor debruça-se com mais profundidade nas contribuições marxistas à agroecologia, dedicando poucas páginas à influência anarquista.

Notamos que, apesar de apresentar uma ampla produção teórica e complexas formulações epistemológicas, sociológicas, filosóficas e políticas, a teoria anarquista é ignorada e invisibilizada por matrizes sociológicas hegemônicas nas ciências sociais, havendo “muito pouco investimento na análise histórica e sociológica da especificidade do anarquismo enquanto filosofia e teoria”⁹. Porém, ao entrar em contato com os trabalhos de Murray Bookchin (1999 e 2010), Mikhail Bakunin (2014), Ferreira (2010, 2014, 2016), Ferreira e Toniatti (2014), e Silva (2014) percebemos que na realidade a teoria anarquista revela-se um aporte de grande potência analítica para a agroecologia e também para a questão socioambiental de maneira mais ampla.

Como método interdisciplinar, a Ecologia Social enfoca os processos de dominação da natureza levados a cabo especialmente através da expansão das instituições de Estado e da economia-mundo capitalista. Essa perspectiva realiza a crítica dos projetos estatais-capitalistas-hierárquicos e das visões tecnocráticas e utilitaristas da natureza, bem como da despolitização da questão ambiental. Assim, a Ecologia Social destaca a centralidade das relações de dominação e de hierarquia para a análise da questão ambiental, elegendo como categorias fundamentais de análise: a estratificação social e a divisão de classes, a configuração das relações de poder, e a relação estabelecida entre a humanidade, a sociedade e a natureza (questões que serão aprofundadas nos tópicos a seguir).

Em nosso exercício interpretativo, organizamos os discursos da FAO e da Via Campesina em notas temáticas, primeiramente identificando as categorias e temas que as próprias organizações elegem como centrais em sua concepção sobre agroecologia, para em seguida interpretá-las à luz das categorias fundamentais para a Ecologia Social. Assim, no quarto e último capítulo comparamos o conteúdo narrativo da Via Campesina com o conteúdo narrativo da FAO, de modo a explicitar onde reside o âmago de seus pontos comuns e de suas divergências, em termos discursivos. Por fim, realizamos um exercício teórico no âmbito da sociologia do conhecimento, buscando explicar o processo de diferenciação do saber

9 FERREIRA e TONIATTI, 2014, p. 12.

agroecológico a partir da dialética entre liberdade e autoridade proposta pelo materialismo sociológico da teoria anarquista.

Pressupostos Teóricos

A seguir, apresentaremos algumas ideias-chave da teoria anarquista que nos pareceram bastante fecundas para apoiar nossa reflexão crítica sobre a questão ambiental de forma geral, e sobre a agroecologia em particular.

O primeiro tópico trata brevemente sobre a concepção de continuidade entre natureza, humanidade e sociedade expressa pela teoria de Mikhail Bakunin, militante revolucionário e pensador russo que pode ser considerado um dos críticos originários da política de Estado e para o Estado. Retiramos essas reflexões de um manuscrito seu de 1871, intitulado “Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, o mundo real e o homem”, que é apêndice do livro “O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social”. Segundo Ferreira e Toniatti (2014), este manuscrito “é a obra em que Bakunin apresentou de forma mais completa e acabada o seu sistema de pensamento, em linguagem científica e sistemática”¹⁰. Ali, é possível observar os fundamentos da ontologia social anarquista, e perceber a continuidade entre a crítica teórica e a prática revolucionária do autor. Suas contribuições e reflexões são aprofundadas e aplicadas ao nosso objeto de pesquisa no capítulo final da dissertação.

O tópico seguinte tratará sobre a Ecologia Social, proposta contemporânea do ecologista e escritor anarquista¹¹ estadunidense Murray Bookchin, para o tratamento das questões ambientais. Nos baseamos na leitura de uma de suas principais obras: “Ecologia da liberdade: a emergência e dissolução das hierarquias”, publicada originalmente em 1982, e também em uma coletânea de textos seus, organizada por Mauro José Cavalcanti e publicada em 2010 em português. Destacamos que um dos principais legados, hoje, da Ecologia Social e do Comunalismo elaborados por Bookchin, é sua influência determinante como inspiração teórica do Confederalismo Democrático, desenvolvido por Abdullah Öcalan e pelo Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) nas atuais lutas revolucionárias do povo curdo.

10 FERREIRA e TONIATTI, 2014, p. 19

11 Bookchin passou grande parte de sua trajetória considerando-se um eco-anarquista, mas ao final da vida passou a se considerar um comunalista, pois discordava de aspectos individualistas que distorceram o movimento anarquista dos EUA especialmente na década de 1990.

Continuidade entre natureza e humanidade/sociedade

Em nossa pesquisa, adotamos a concepção de natureza de Mikhail Bakunin (2014). Para Bakunin a natureza, ou aquilo que chamamos de vida, é a eterna combinação de uma infinidade de ações e reações que todas as coisas no universo exercem incessantemente umas sobre as outras, produzindo-se e reproduzindo-se ao longo do tempo. Tudo o que existe é a um só tempo produto e produtor da vida e da natureza, tornando-se, portanto, causa relativamente ativa da construção do mundo. Uns seres têm consciência e sentimento do que fazem (como os animais) e outros o fazem inconscientemente (como plantas, rochas, elementos químicos). Apesar deste movimento em geral ser “inconsciente, fatal e cego”, ele é regido por leis naturais, gerais e particulares, inerentes aos seres e às coisas.

Essas leis naturais, segundo Bakunin, são determinadas pela causalidade universal. Cada espécie animal se distingue uma da outra, seja pela ausência total de alguma faculdade, seja pelo desenvolvimento preponderante de uma ou várias faculdades em detrimento de outras. As capacidades inerentes a cada ser (voar, construir uma toca, produzir teias, realizar uma fotossíntese) não são facultativas: elas expressam-se como necessidades imperativas. Quanto mais as desenvolve e exercita, mais estas faculdades transformam-se em uma força irresistível a que aquele ser tem de obedecer. Esse motor do desenvolvimento impulsiona todos os animais, inclusive o ser humano, à ação, e é este motor o único e verdadeiro criador do mundo animal e humano. A causalidade, portanto, constitui “a lei fundamental da vida e imprime em cada animal, inclusive no homem, essa tendência fatal a realizar por si mesmo todas as condições vitais de sua própria espécie, quer dizer, a satisfazer todas as suas necessidades”¹².

Portanto, na visão de Bakunin, o ser humano é produto deste mesmo movimento, e sua faculdade distintiva é a inteligência animal desenvolvida com capacidade de abstração e de análise. Esta faculdade gera no ser humano a curiosidade, uma necessidade insaciável de saber, de conhecer os mistérios da natureza e do mundo que o cerca. A não ser que renuncie à sua humanidade, diz Bakunin, o homem deve saber, porque sua humanidade só existe a esse preço. E é através desta potencialidade que o ser humano desenvolve também sua própria sociedade humana. Apesar de nunca conseguir libertar-se dos laços de interdependência que o ligam ao fluxo de ações e reações que regem todo o universo, o ser humano deve compreender e manejar o mundo natural circundante em busca de sua sobrevivência, conforto

12 BAKUNIN, 2014, p. 371

e reprodução, “a fim de que neste mundo da cega fatalidade, ele possa inaugurar seu mundo humano, o mundo da liberdade”¹³. O trabalho físico e intelectual, portanto, é central para Bakunin, pois permite a transformação da natureza exterior e o desenvolvimento de uma segunda natureza: a humanidade e a liberdade. O trabalho livre e coletivo seria a maior fonte para desenvolvimento de potencial criativo e libertário humanos, ao contrário do trabalho explorado e individualista, fonte de alienação e servidão.

Através de seu desenvolvimento, a humanidade transformou a natureza, tanto exterior - outros seres e fenômenos - quanto interior - seus próprios impulsos irracionais - em um “aliado tão potente quanto fiel”. Primeiro aprendeu a prever, depois a prevenir, e depois a tirar partido dos fenômenos naturais. Da mesma maneira, o ser humano aprende a modificar, corrigir e aperfeiçoar a própria natureza humana. Para isso, sempre utilizou-se da observação e da análise atenta e paciente dos infinitos detalhes que compõem o universo. A questão do alimento ganha centralidade em todas as sociedades, na medida que a aliança íntima e a interdependência entre o reino animal e o reino vegetal proporcionam uma base preliminar indispensável à vida.

O ser humano, portanto, não é nada além da natureza. A inteligência humana é a expressão da própria natureza tomando consciência sobre si mesma, buscando desvendar os padrões e leis que estão à sua volta, mesmo não sendo nunca capaz de absorver toda a sua complexidade. “Quando um homem age sobre a natureza, é a natureza que continua a agir sobre si mesma”¹⁴. Assim o ser humano não poderia lutar, vencer ou dominar a natureza. Mesmo quando age aparentemente contra a natureza, ele ainda está obedecendo às suas leis. Para Bakunin o fato do ser humano pensar não o torna superior ou separado do restante do mundo natural, pois as ideias e criações humanas são necessariamente derivadas da realidade material, antes de serem absorvidas e transformadas pela mente humana em pensamentos, falas e novas ações. “as ideias, longe de terem sido criadas por uma ação espontânea do espírito, ou de serem inatas, foram dadas a nós desde o princípio pelo mundo das coisas e dos fatos reais, tanto exteriores como interiores”¹⁵

Há assim, no pensamento de Bakunin, a ideia de continuidade, entre o que é natureza e o que é humanidade, e conseqüentemente, continuidade entre o que é a natureza e o que é a sociedade. As diferentes sociedades e a natureza exterior¹⁶ retroalimentam-se constantemente.

13 Ibid., p. 344

14 Ibid., p. 378

15 Ibid., p. 353

16 Bakunin diferencia a “natureza exterior” como particularidade, e a “natureza” como totalidade.

Portanto, não somente o indivíduo humano é produto e criador deste fluxo natural, mas também o são as sociedades desenvolvidas através de sua associação a outros seres humanos. Estas sociedades são construídas com base em um acúmulo eterno e coletivo, que as gerações passam umas para as outras, das experiências e conhecimentos que adquirem ao interagir com o meio e com outros seres humanos e não humanos. Para ele, a natureza e os processos da vida seriam produtos de perpétuo movimento de transformação, de ação e reação. Não haveria na natureza, portanto, nenhuma causa primeira, ordenadora ou hierárquica (implícita na ideia de Deus por exemplo, por ele duramente criticada). Uma vez que o ser humano é natural e a sociedade faz parte da natureza, Bakunin conclui que a sociedade também pode prescindir de um poder centralizador e hierárquico como o Estado.

Para Bakunin, a emancipação da natureza exterior caminha junto com a emancipação e com o desenvolvimento de sociedades que por sua vez não dominem e oprimam os indivíduos que a compõem. Se a sociedade é uma forma de expressão da natureza, e se sociedade e natureza retroalimentam-se constantemente, deve haver coerência entre a relação estabelecida com o mundo exterior, não humano, e com o mundo interior, social e humano.

Ecologia Social

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, partiremos do princípio básico da Ecologia Social, formulada por Murray Bookchin, que entende que os problemas ecológicos atuais têm profundas raízes nos conflitos sociais gestados por uma sociedade hierárquica e desigual baseada na concentração de poder e na ilimitada acumulação de capital¹⁷. O autor propõe a construção de uma alternativa ecológica que seja holística, socialmente radical e teoricamente coerente, em contraposição aos movimentos ambientalistas tecnocráticos, reformistas e simplistas que, segundo ele, monopolizam o centro dos debates sobre a crise ambiental. Suas críticas também voltam-se principalmente contra o pós-modernismo, o misticismo da Ecologia Profunda e o romantismo da Nova Era, que em suas palavras pregam uma visão biocêntrica, irracional e em última instância reacionária para o tratamento das questões ambientais, deixando intocados os centros institucionalizados do poder, autoridade e riqueza.

O autor considera que há na literatura ambientalista uma forte tendência para tratar os problemas ecológicos como socialmente neutros: O problema estaria na tecnologia em si, e não na matriz social da técnica; estaria na ciência em si, e não na redução da razão a uma

17 BOOKCHIN, 2010

habilidade meios-fins para fins instrumentais; estaria em uma única humanidade genérica, e não em classes sociais, sociedades e grupos específicos. Em sua visão, essas concepções só interessam às classes dominantes, pois geram uma miopia política e uma insensibilidade social obscurecedora e reacionária.

A Ecologia Social, proposta por Bookchin, não só faz a crítica à separação entre humanidade e natureza na sociedade capitalista, mas compreende a necessidade de uma reconciliação. Opera a partir da visão de relações sociais e naturais amalgamadas em comunidades ou ecossistemas. Desse modo, o autor considera que soluções parciais para problemas específicos, como a poluição do ar ou a contaminação por agrotóxicos, ainda que bem intencionados, servem apenas como cosméticos que ocultam a verdadeira natureza da crise ambiental, oferecendo soluções que, a longo prazo, são “lamentavelmente inadequadas”¹⁸.

Como Bakunin, Bookchin afirma que ambas, a natureza humana (segunda natureza) e a natureza não humana (primeira natureza) são produtos da evolução natural. A natureza, aqui, é considerada um desenvolvimento evolutivo, acumulativo, que vai desde o inanimado até o animado, e enfim ao social. Nesse processo, todos os organismos participam enquanto força ativa em sua própria evolução, transformando o ambiente para suprir suas próprias necessidades de sobrevivência.

Para o autor, a primeira natureza não é mesquinha nem intratável, muito menos corresponde a um reino da escassez e da necessidade, como pregam tanto as teorias liberais quanto marxistas. Pelo contrário, para a Ecologia Social, a primeira natureza é extremamente fecunda, marcada por uma rica e crescente diferenciação, complexidade neural e formação de nichos ecológicos diversos.

Já a segunda natureza cria as sociedades, que estão estruturadas em torno de instituições e revestidas de ideologias, culturas e linguagens que as sustentam e que podem mudar radicalmente, a depender de suas condições materiais e culturais. Ao invés de considerar a humanidade como uma aberração ou um câncer que desequilibra a natureza intocada (como na visão da ecologia mística), Bookchin olha com entusiasmo para a humanidade, que seria o resultado de ricas diferenciações produzidas pela evolução biótica, e que geraram seres com um grau de intelectualidade, variedade de expressão, flexibilidade física e tradição cultural sem precedentes no mundo biótico.

18 BOOKCHIN, 1999, p. 34

Por sua vez, as necessidades humanas variam e são condicionadas pelas sociedades, e por isso, são questões sociais. Assim, a primeira natureza só se torna um reino da necessidade, se as *necessidades humanas* são irracionais, insensatas ou extravagantes. Disto resulta que, para Bookchin, quase todos os transtornos ecológicos atuais têm sua origem em transtornos sociais, gerados pelos desejos insaciáveis de acumulação e de consumo da sociedade especificamente capitalista. Aí sim, pode-se dizer que os recursos naturais são limitados, pois os desejos são insaciáveis.

Para os ecologistas sociais, nossos transtornos ambientais estão profundamente arraigados em uma sociedade irracional e antiecológica, uma sociedade cujos problemas básicos são irremediáveis se se utilizam reformas pouco sistemáticas e simplistas (...) esses problemas se originam em um sistema capitalista hierárquico, classista, e na atualidade, competitivo, que fomenta uma noção do mundo natural como mera aglomeração de “recursos” para a produção e o consumo humanos¹⁹

Aqui, vale destacar que essas reflexões encontram forte ressonância em trabalhos antropológicos contemporâneos, como os de William Balée (1996 e 2017) e de Joana Oliveira (2016), que contribuem para demonstrar que os seres humanos, enquanto espécie, não estão fadados a transformar ambientes biodiversos em ambientes estéreis, de baixa diversidade e com paisagens homogêneas (como no caso das sociedades capitalistas). A depender do tipo de sociedade na qual estão inseridos, os seres humanos também são capazes de “aumentar a diversidade de espécies de ambientes locais através de práticas contínuas de manejo de recursos”²⁰. Balée observa que:

(a) praticamente todos os ambientes na Terra têm sido afetados pelos humanos (...)
(b) a natureza humana não é programada geneticamente, ou de qualquer outra forma, a diminuir ou aumentar a diversidade de espécies ou outros parâmetros ambientais (...)
(c) *disso segue que, tipos de sociedades definidas por vários critérios socioculturais, políticos e culturais impactam as paisagens de formas desiguais*, assim como as paisagens são menos alteradas (e ricas em espécies) que outras; e
(d) interações humanas com a paisagem em uma ampla variedade de contextos históricos e ecológicos podem ser estudados como fenômenos totais (integrativos)²¹.

Através do manejo agrícola, “sociedades indígenas moldaram não apenas mosaicos de ambientes com ricas manchas de recursos naturais úteis, mas também, em alguns casos, aprimoraram a diversidade local (alfa) de espécies”²². Segundo o autor, nas duas últimas décadas do século XX, inúmeros dados e interpretações científicas sugeriram que paisagens de florestas consideradas “virgens” de grande parte da Amazônia, Meso-América e oeste da

19 Ibid., p. 34

20 BALÉE, 2017, p. 188

21 Ibid., p. 182 (grifo nosso).

22 Ibid., p. 184.

África, na realidade somente guardavam uma grande biodiversidade *graças* ao manejo de populações humanas. Seus estudos, no campo da Ecologia Histórica,

combinam dados botânicos, lingüísticos e arqueológicos para fundamentar a ideia de que a biodiversidade da flora amazônica foi, em grande medida, produto de ocupações humanas e de suas atividades, em especial a agricultura de coivara. Ao contrário do que a visão comum aponta, boa parte da Amazônia não seria um berço de natureza intocada, mas sim florestas antropizadas. Do mesmo modo, a Terra Preta de Índio (...) seria resultado da dinâmica de ocupações pré-colombianas²³.

Indo além, Balée percebe que, “historicamente, quanto mais centralizado é o regime político (i.e. similar a um Estado), maior é o potencial para a redução da diversidade de espécies”²⁴. Ou seja, o autor sugere que, mais do que uma condição inerentemente humana, o desequilíbrio causado pela ação do ser humano é fruto das bases sobre as quais está assentada a organização social, política, econômica e cultural da sociedade na qual ele está inserido. Joana Oliveira chega à mesma conclusão citando o próprio Balée:

As sociedades-estados, com suas altas densidades populacionais, elevados índices de consumo [...] são as únicas responsáveis pela emergente e alarmante tendência a grandes depleções bióticas, e não a espécie humana per se”. Nesse quadro as sociedades não-estatais teriam grande contribuição na manutenção e aumento da biodiversidade, mas não por ideais conservacionistas, pois suas atividades econômicas nunca os tornaram necessários²⁵.

A Ecologia Social aponta que os projetos de dominação da natureza são extensões dos projetos de dominação social (a dominação do homem sobre a natureza nasce da dominação do homem sobre o homem, e não o contrário), de modo que a crise ambiental não poderá ser solucionada sem que se procure a origem das hierarquias e das formas de dominação desta sociedade, e sem que haja uma profunda mutação social. A única maneira de enfrentamento compatível com a natureza da crise ambiental seria desafiar o *status quo* de forma ampla. Por isso, a Ecologia Social não se pretende uma filosofia abstrata sem resultados práticos. Todo o seu esforço reflexivo é direcionado à busca pela construção concreta de uma sociedade ecológica e não-hierárquica a partir de transformações epistemológicas, tecnológicas, organizacionais, institucionais, culturais e sociais.

A hierarquia, conceito central para a Ecologia Social, designa o conjunto de sistemas culturais, tradicionais e psicológicos de obediência e mando. Nessa abordagem, a hierarquia transcende o Estado e as classes sociais, incluindo a dominação do jovem pelo velho, da mulher pelo homem, de um grupo étnico por outro, de massas por burocratas, do campo pela cidade, do corpo pela mente, do espírito pela racionalidade instrumental, e da natureza pela

23 OLIVEIRA, 2016 p. 116

24 BALÉE, 2017, p. 190

25 OLIVEIRA, 2016, p. 125

sociedade e tecnologia. Bookchin considera que na sociedade capitalista há uma centralidade do domínio de classes e do Estado, mas este domínio também está articulado às múltiplas formas tomadas pela hierarquia e pela dominação em geral.

Bookchin afirma que os ecólogos não percebem que sua ciência provê forte embasamento filosófico para uma visão não-hierárquica da realidade. O caráter não-hierárquico de um ecossistema reforça que não há como dizer que há espécies dominantes ou dominadas. Em uma cadeia alimentar não há uma entrada ou uma saída: todos os seres são absolutamente interdependentes, sendo o mutualismo simbiótico essencial para a sobrevivência do todo. Quanto mais complexa e diversa uma cadeia alimentar, menos vulnerável será frente ao extermínio de uma ou de várias espécies. A Ecologia Social considera que sociedade e natureza partilham uma mesma e fecunda história natural, sempre ativa e sempre mutante. Da mesma forma que as transformações naturais são potencializadas pela diversidade, complexidade e espontaneidade, as transformações sociais também o são²⁶. Para Bookchin, um bosque íntegro e completo é resultado do mesmo processo unificador e da mesma dialética que faz com que uma manifestação social seja íntegra e completa²⁷.

Nesse sentido, a Ecologia Social não concede nenhum lugar à inevitabilidade da hierarquia, nem na natureza, nem na sociedade. Pelo contrário, desafia e questiona a suposta função da hierarquia como princípio estabilizador ou ordenador em ambos os domínios. Sua aspiração é encontrar as origens da hierarquia nas diversas sociedades, compreendendo a natureza da dominação em todas as suas ramificações para que seja possível eliminá-la.

Bookchin refuta a epistemologia renascentista e pós-renascentista, que segundo ele carecem de todo o sentido de historicidade ao separar a mente e o mundo exterior, a objetividade e a subjetividade, pois o conhecimento não pode ser concebido como originado e enclausurado em uma mente supostamente supranatural. Da mesma forma, toda a realidade é concebida por ele não como matéria pura e passiva, mas como substância ativa, auto-organizante, que se empenha em alcançar a consciência.

(...) em minha opinião, a razão existe na natureza sob a forma dos atributos auto-organizados da substância; é a subjetividade latente nos níveis orgânico e inorgânico da realidade, que revela um empenho inerente até a consciência. Na humanidade, essa subjetividade se revela a si mesma como consciência de si²⁸.

26 Bookchin evoca, por exemplo, o golpe de estado de Lenin, que substituiu a mobilização popular da Revolução Russa e levou aos nefastos resultados autoritários da União Soviética, para demonstrar que a transformação social é suscetível a encontrar seus piores inimigos em líderes cujos desejos suplantam os espontâneos, diversos e complexos movimentos do povo.

27 BOOKCHIN, 1999, p. 112

28 Ibid., p. 27

Para Bookchin, a mente humana é a materialização da evolução natural em termos de intelecto, mentalidade e auto-reflexão²⁹. Nosso pensar é um processo natural em si mesmo, profundamente condicionado pela sociedade e entretecido pela evolução social. Porém, o mundo moderno abandonou essa concepção de razão como o princípio motor e organizador do mundo, uma força inerente que dá sentido e coerência à realidade em todos os níveis da existência. A sociedade capitalista reduziu a razão à racionalização, ou seja, a razão transformou-se em uma técnica para conseguir uma finalidade prática.

O autor tem clareza de que a ciência, a tecnologia e a lógica foram colocadas em nossa sociedade à serviço da hierarquia, mas não são males em si mesmas. Para a mente moderna, a técnica se resume a um conjunto de matérias-primas, ferramentas, máquinas e mecanismos valorizados em termos operativos de eficiência, quantidade, intensificação do trabalho e principalmente custo. Por sua vez, os objetivos da moderna produção industrial estão puramente ligados à produção ilimitada, e o “viver bem” é concebido como sinônimo de consumo ilimitado dentro do marco do proveito próprio, não-ético e privado. A técnica moderna não inclui o produtor e seus padrões éticos, mas sim o produto e seus constituintes. O eixo central da técnica passa do sujeito ao objeto, do produtor ao produto, do criador ao criado. “Carecemos de uma noção de matriz social na qual todas as técnicas devem estar inseridas, do significado social que deveria revestir a tecnologia”³⁰.

Em contraste, para a mente clássica helenica/aristotélica, a técnica tinha significado muito mais amplo: se justificava por um juízo metafísico sobre o como e o porquê da atividade técnica em termos de marcos éticos, racionais e sociais. A “*techné*” era concebida holisticamente e dizia respeito ao sistema de valores, às instituições de sua sociedade e também ao produtor, ao artesão, que carregava consigo uma sabedoria das coisas e dos fenômenos.

O capitalismo fez com que ficasse extremamente difícil demonstrar que a liberdade tem mais a ver com autonomia do que com abundância; com o poder sobre a vida do que o poder sobre as coisas e a natureza; com a segurança emocional a partir de uma vida comunitária nutritiva do que com segurança material a partir do mito de uma natureza dominada por uma tecnologia onipotente. A superação da carestia, para Bookchin, não seria sinônimo de uma abundância insensata. Mas sim, de um desenvolvimento técnico que deixaria os indivíduos livres para eleger suas necessidades autonomamente e para obter os

29 Ibid., p. 120

30 Ibid., p. 355

meios para satisfazê-las. Bookchin acredita que em uma sociedade ecológica, certos princípios e valores deveriam encontrar lugar central, integrados na racionalidade, na ciência e na técnica do mundo moderno. Seriam eles um compromisso com o usufruto mais do que com a posse da propriedade, e uma ética de complementaridade mais do que uma moralidade de mando/obediência.

O trabalho, por sua vez, é considerado por Bookchin como “a mais humana das categorias técnicas”³¹. Em sua opinião, as ideologias em torno do trabalho devem ser examinadas, já que atualmente o trabalho, mais do que qualquer outra atividade humana, parece sustentar as relações em todo o nível da experiência – seja pelas retribuições que outorga, pelos privilégios que dá, pela disciplina que demanda, pelas repressões e os conflitos que gera.

A sociedade moderna parece ser mais acertadamente consciente de si mesma como um mundo baseado no trabalho do que qualquer outra sociedade anterior (...) Para a mentalidade moderna, o trabalho é uma atividade abstrata, um processo extrínseco às noções humanas de genuína auto-realização”³².

Implícita em praticamente toda imagem contemporânea do trabalho, há uma imagem da matéria. Se a matéria é concebida como um objeto passivo, destituído de espírito, também assim será concebido o trabalho. O trabalho em nossa sociedade é medido em horas, produtos, eficiência, e normalmente está alheio à satisfação humana. Por sua vez, as retribuições recebidas pelo trabalho “são vistas como incentivos à submissão e não para a liberdade que deveria acompanhar a criticidade e a plenitude pessoal”³³.

A imaginação técnica que move o trabalho, por sua vez, nunca é livre de valores ou socialmente neutra, e examiná-la é essencial para compreender os problemas mais fundamentais da interação entre humanidade e natureza. “As imagens da moderna invenção técnica tem origem nas epistemologias do poder”³⁴. Afinal, a mente e a imaginação técnica, longe de alcançar a autoconsciência idealizada pela filosofia ocidental, são totalmente vulneráveis a estímulos culturais da sociedade e à própria linguagem da imaginação.

Por fim, para Bookchin, as estruturas políticas não são menos técnicas do que as ferramentas ou as máquinas. Ele argumenta que as *tecnologias institucionais* objetivaram o trabalho desde a construção das pirâmides do Egito até os campos de concentração de Hitler e de Stalin. O maior feito das hierarquias, burocracias e classes governamentais ao longo da

31 Ibid., p. 338

32 Ibid., p. 339

33 Ibid., p. 339

34 Ibid., p. 341

História humana foi transformarem sujeitos animados (como camponeses e escravos) em objetos inanimados e sujeitados. “As primitivas hierarquias e classes governantes acederam ao poder não só por um processo de elevação mas também por um processo de degradação” do trabalho e do trabalhador³⁵.

Bookchin, portanto, inclui enquanto componente da “técnica” moderna as instituições políticas coercitivas que organizam os implementos, o trabalho e a imaginação técnica modernos. Ele debruça-se sobre vários exemplos de sociedades em todos os continentes, para refutar o postulado marxista segundo o qual as sociedades diferenciam-se a partir do desenvolvimento das forças produtivas ou por mudanças técnicas em sentido produtivo. O que ele chama atenção, é que as grandes diferenciações se deram no nível político da vida social e no desenvolvimento de técnicas de administração e de dominação. Residia aí a diferença fundamental entre as sociedades, e não em suas tecnologias de produção³⁶.

Se o sentido de *techné* incluía ênfase ética, essa ênfase só era válida se havia alguma instância social que nutrisse e reforçasse essa concepção. Quando a *techné* foi colocada em oposição à comunidade, a palavra começou a perder suas conotações originais éticas e se transformou em puramente instrumental. O capitalismo subverteu então a integridade da comunidade humana, uma dimensão fundamental da ordem social tradicional.

Bookchin se utiliza muito de comparações entre a sociedade capitalista e o que chama de “sociedades orgânicas”, que seriam sociedades mais integradas à natureza, mais igualitárias e de caráter comunitário. Ele defende que as concepções das sociedades orgânicas sobre a matéria, o trabalho, a natureza e a técnica contrastam em muito com as noções marxistas, científicas ou burguesas. O processo laboral em tais sociedades tem um caráter orgânico, tratando-se de uma atividade unificada. Não só a matéria é dotada de espírito, como também o são as ferramentas que mediam a relação entre trabalhadores e o material trabalhado. Nessas sociedades a imaginação técnica, longe de ser puramente utilitarista, mostra uma síntese de atividade criativa³⁷.

35 Ibid., p. 358

36 “Desde o Novo até o Velho Mundo, a formidável elaboração de Estados centralizados e a proliferação de cortes, nobres, sacerdotados e castas militares, foi apoiada por uma parasitária tecnologia institucional de dominação, composta por exércitos, burocratas, recoletores de impostos, agentes jurídicos, e um brutal sistema de crenças baseado no sacrifício e na auto-abnegação. Sem essa tecnologia política, a mobilização do trabalho, a recoleção de vastos excedentes materiais, e a implementação de um ‘jogo de ferramentas’ supreendentemente sensíveis para tarefas monumentais, teriam sido inconcebíveis. Este sistema tinha três metas essenciais: intensificar o processo laboral, abstraí-lo e objetivá-lo” (Ibid., p. 364)

37 Os objetos adornados, talhados e forjados com detalhe e beleza em várias sociedades “são provas de um acúmulo de habilidades, de um cuidado do produto, de um desejo de autoexpressão e de uma preocupação criativa pelo detalhe e originalidade que quase desapareceram na atividade produtiva atual” (Ibid., p. 356)

Nas sociedades orgânicas “o processo laboral não é uma forma de produção, mas de reprodução; não um ato de fabricação, mas de procriação”³⁸. A vida não-humana trabalha junto à humanidade em uma esfera de cooperação, de modo que a sociedade orgânica contém os meios conceituais para distinguir funcionalmente as diferenças entre sociedade e natureza sem polarizá-las. O trabalho ali é igualmente produto e criador da natureza. A ideia de que o trabalho “se apropria” da natureza é totalmente estranha à imaginação técnica da sociedade orgânica. A sociedade capitalista é que transforma o processo laboral em uma tirania do sujeito sobre o objeto, que mais tarde reduziu os próprios seres humanos a objetos em si. De forma diversa, os trabalhos nas sociedades orgânicas são acompanhados de cantos, susurros, conversas, celebrações e danças que ajudam a extrair o espírito da substância. O trabalho ali é uma revelação, uma realização e uma sincronização entre sujeito e objeto. Processo totalmente diferente da conversão de um pobre recurso natural morto em um objeto desejado.

A História demonstra que culturas democráticas, igualitárias e matricêntricas foram obrigadas a reagir agressivamente contra culturas autoritárias, hierárquicas, patricêntricas e militaristas. Este processo de seleção negativa sempre favoreceu culturas cruéis sobre culturas equitativas. Mas o que Bookchin chama atenção, é que o surpreendente não é o surgimento dos despotismos pelo mundo, mas sim a ausência de despotismos em vastas zonas do planeta. Muitas culturas não seguiram o caminho da estatização, e de fato resistiram ativamente contra a possibilidade de centralizar a organização do poder. Por outro lado, mesmo sob o Estado, em muitos lugares subsistiu e subsiste até hoje um mundo ativo, subterrâneo, baseado no consenso, no acordo ideológico, nos costumes compartilhados e em uma comunalidade de crenças religiosas, o que mais uma vez demonstra, para o autor, que a concentração de poder e a hierarquia não são um destino inevitável das sociedades humanas.

Apesar de ser um entusiasta das tecnologias alternativas (como os jardins sustentáveis, casas bioconstruídas, energia eólica e solar) Bookchin não vê avanço real se elas não forem acompanhadas de transformações em direção à democracia direta, à descentralização urbana, à auto-suficiência e ao auto-domínio baseado em formas comunais de vida social. Da forma como vêm sendo disseminadas, as tecnologias alternativas despidas de um enfoque radical não fazem mais do que reproduzir uma nova camada de tecnocratas, regidos pelos mesmos princípios utilitários e privados que regem a sociedade circundante.

o problema histórico da técnica reside não em seu tamanho ou dimensão, em sua suavidade ou dureza, e muito menos em sua produtividade e sua eficiência (...) O

38 Ibid., p. 347

problema reside em como podemos conter (ou seja, absorver), a técnica dentro de uma sociedade emancipatória”³⁹.

É certo que uma técnica em grande escala pode fomentar o desenvolvimento de uma sociedade opressiva em grande escala, “mas toda sociedade segue a dialética de sua própria patologia de dominação, independentemente da dimensão de sua técnica, e pode fazer com que o ‘pequeno’ seja repulsivo”⁴⁰. Portanto, os termos que qualificam as técnicas alternativas - como “grande”, “pequeno”, “duro”, “suave” - são apenas atributos externos de fenômenos ou coisas, e não nos explicam nada sobre as qualidades imanentes da técnica, especialmente no que se refere à sociedade. “Uma preocupação pelo tamanho e escala da técnica desvia nossa atenção do mais importante problema da técnica: seus vínculos com os ideais e as estruturas sociais da liberdade”⁴¹.

Da mesma forma, uma técnica “democrática” não é necessariamente não-hierárquica ou ecológica. A “democracia no trabalho” é nada mais do que uma aproximação participativa à atividade produtiva, não uma aproximação emancipatória. A técnica libertária se diferencia da técnica autoritária por algo mais do que a escala de produção, o tipo e tamanho dos implementos ou a organização do trabalho, ainda que tudo isso seja importante. A razão mais crucial dessa diferença está no surgimento de uma “técnica institucional” e de sistemas de crença que validam toda a estrutura hierárquica e propiciam a essência hierárquica de uma técnica autoritária⁴².

Falar de “tecnologias apropriadas”, de “ferramentas inofensivas” e de “simplicidade voluntária” sem desafiar radicalmente às tecnologias políticas (...) tem feito destes conceitos “formas de arte” elitistas (...) a mentalidade de catálogos e folhetos de “como fazer” próprios do “movimento de tecnologias apropriadas” são desagradáveis justamente pela facilidade com que se comprometem “pragmaticamente” com as tecnologias das agências governamentais e quase governamentais, as quais propiciam as mesmas tecnologias às quais ditas mentalidades dizem opor-se⁴³.

Para Bookchin, a bifurcação entre Estado e sociedade e entre poder político central e comunidade é crucial para entender a natureza de uma tecnologia libertária e a relação entre tecnologia e liberdade. As normas instrumentais refletem as normas sociais de uma sociedade. Portanto, ele insiste que transições tecnológicas são absolutamente vazias a menos que estejam integradas a estruturas sociais emancipatórias e a objetivos comunitários. Ou se usa a

39 Ibid., p. 355

40 Ibid., p. 356

41 Ibid., p. 356

42 Ibid., p. 357

43 Ibid., p. 359

técnica para reforçar as tendências sociais que tornam a associação humana tecnocrática e autoritária, ou se deve criar uma sociedade libertária que possa absorver a técnica em uma rede de relações humanas e ecológicas emancipatórias.

Ainda, para o autor as criações técnicas não são capazes de transformar uma sociedade autoritária em uma sociedade ecológica. Pelo contrário, segundo ele, muitas vezes os argumentos ambientalistas a favor dos “limites do crescimento” têm sido sustentados sobre uma astuta adaptação dos problemas de recursos, à técnica institucional de um Estado cada vez mais autoritário.

Bookchin considera que atualmente, inclusive na tecnologia alternativa, a imaginação segue sendo utilitária, economicista e cega a uma vasta área de experiência. Não deixa de tratar a natureza como mero recurso natural. O cultivo orgânico se torna um mero estratagema técnico para o consumo de “comida saudável”, não sendo a testemunha de uma sagrada interrelação com a natureza. Para Bookchin, o primeiro passo para adquirir uma identidade ecológica seria desenhar ecossistemas técnicos que se interpenetrassem com os ecossistemas naturais. Pensar na técnica como um ecossistema, não só como mecanismos baseados em “recursos renováveis”.

Desta exposição sobre a Ecologia Social, podemos extrair alguns pontos centrais que serão úteis à nossa análise sobre a agroecologia. Buscaremos identificar em que contextos a agroecologia é capaz de apresentar soluções práticas para a construção de um pensamento e de um mundo des-hierarquizado; e em que contextos ela é mobilizada para legitimar ou mesmo conservar os *status quo*. Observaremos, portanto, como a agroecologia em cada contexto responde a algumas questões: aqui a agroecologia contribui para desafiar as técnicas de dominação humana e natural? ; está associada a que visão de natureza? ; contribui para a reconciliação entre natureza e humanidade? ; está inserida em qual registro de técnica / é produto e produtora de que tipo de imaginação técnica? ; como relaciona-se com as classes sociais, com o Estado e com o mercado? ; está associada a que tipo de tecnologia de administração e de poder?

CAPÍTULO I - HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA¹

1.1 Origens e disseminação

O termo "agroecologia" foi utilizado pela primeira vez em 1928 pelo agrônomo russo Basil Bensing. Em 1930² ele voltou a usar o termo, em uma publicação do Instituto Internacional para Agricultura de Roma (órgão precursor da FAO), na qual defendia a necessidade de cooperação internacional em "investigação agroecológica"³. Bensing definiu preliminarmente a agroecologia como a *aplicação da ecologia à agricultura*, sugerindo que esta ciência descreveria o uso de métodos ecológicos em pesquisas sobre cultivares agrícolas comerciais⁴.

Segundo Gliessman (2013), naquele tempo o termo "ecologia agrícola" (*crop ecology*) já era comumente utilizado para se referir, de maneira geral, ao desenvolvimento de técnicas que satisfizessem as necessidades dos organismos vegetais para obtenção de maiores rendimentos agrícolas. Porém, Bensing criticava a agronomia experimental de sua época, muito focada em aumentar o rendimento produtivo através do uso de novos *inputs* e técnicas, mas sem investigar as causas dos resultados obtidos. Apresentou a agroecologia como uma ciência multidisciplinar que deveria considerar todos os fatores que influenciam o desenvolvimento e sucesso de um vegetal, de modo a ajudar os agricultores a reduzir os riscos de suas atividades. Para ele, a investigação agroecológica deveria basear-se na botânica, melhoramento vegetal, meteorologia, climatologia, ciência do solo e agronomia experimental⁵.

1 Realizamos aqui um levantamento histórico estritamente sobre trabalhos e autores que usaram explicitamente o termo "agroecologia". É preciso considerar, entretanto, que a emergência de visões contrárias à agricultura moderna têm uma história mais longa e difusa, que transcende em muito a academia e os círculos técnico-científicos. Os movimentos de "volta ao natural" e de comunidades alternativas; o movimento pela agricultura orgânica iniciado por Sir Albert Howard (1873-1947); a Antroposofia e a Agricultura Biodinâmica propostas por Rudolf Steiner (1861-1925); e a Agricultura Natural proposta por Masanobu Fukuoka (1913-2008), são apenas alguns dos muitos exemplos de propostas críticas ao modelo agrícola industrial, que muitos autores consideram como precursores da agroecologia. Tais propostas fizeram parte de um ambiente cultural e político que certamente influenciou e dialogou com o surgimento e desenvolvimento da agroecologia enquanto tal, mas não será possível detalhá-lo neste momento.

2 O texto de 1928 intitula-se: "Agroecological characteristics description and classification of the local corn varieties", e o texto de 1930 intitula-se: "Possibilities for international cooperation in agroecological investigations". Infelizmente não foi possível acessar a obra do agrônomo russo. Eventualmente seria interessante, em futuras pesquisas, observar se existe, ou não, alguma relação direta entre a agroecologia proposta pelo autor e o *narodnismo* russo, movimento camponês que recebeu grande influência de agrônomos. Sevilla-Guzmán (2011) chega a apontar uma correlação entre o *narodnismo* e a agroecologia, mas o faz sem referência histórica à obras específicas dos autores retomados aqui.

3 GLIESSMAN, 2013

4 WEZEL et. al., 2009

5 GLIESSMAN, 2013

Wezel et. al. (2009) recuperam a trajetória de contribuições de ecólogos, agrônomos, biólogos e zoólogos para o início e consolidação do enfoque agroecológico, resgatando os trabalhos dos alemães Friedrichs (1930), Klages (1942) e Tischler (1950), do grego Papadakis (1938), do italiano Azzi (1956) e do francês Hénin (1967). Em 1969, o ecólogo estadunidense Eugene Odum apresentou o conceito chave de “agroecossistema”, para designar o ecossistema “domesticado”: intermediário entre um ecossistema “natural” (com mínimo impacto humano) e um ecossistema “fabricado” (sob forte controle humano, como as cidades):

No coração da agroecologia está a ideia de que o campo de cultivo é um ecossistema onde os processos ecológicos encontrados em outras formações vegetais como ciclo dos nutrientes, interações predador/presa, competição, comensalismo e sucessão ecológica também ocorrem. A agroecologia foca nas relações ecológicas do meio, e seu propósito é iluminar a forma, dinâmicas e função dessas relações⁶.

Segundo Hecht (1995), o modelo de agroecossistemas proposto por Odum foi um primeiro passo para aprofundar o entendimento sobre as relações ecológicas na agricultura, mas ainda era essencialmente voltado para a agricultura ocidental capitalista em zonas temperadas. Entre os anos 1930 e 1960, a maior parte das pesquisas com o nome de “agroecologia” tratavam principalmente de questões circunscritas às ciências naturais, girando em torno da ciclagem de nutrientes, das interações entre pragas e plantas e da sucessão ecológica, e tinham o objetivo de desenvolver técnicas agrícolas mais eficientes.

A partir da década de 1970 houve uma enorme expansão da literatura agrônômica com uma perspectiva ecológica em ecossistemas tropicais. Quando transpostas para os trópicos, as pesquisas agroecológicas ganharam grande interesse, dada a riqueza da biodiversidade mesmo em agroecossistemas de solos pobres, o que apontava para interações ecológicas mais complexas e diferentes das encontradas em regiões temperadas. Esses estudos apontavam que os agroecossistemas que emulavam os processos naturais de sucessão ecológica eram mais estáveis e resilientes do que as monoculturas, estas últimas mais suscetíveis a ataques de pragas e mais dependentes de fertilizantes sintéticos, pois rapidamente exauriam os solos. Diversas pesquisas foram feitas na América Latina, Ásia e África, concluindo que os modelos ecológicos de agricultura tropical deveriam seguir alguns princípios, dentre eles: incluir uma grande diversidade de espécies/cultivos; combinar plantas que formam associações simbióticas; e usar espécies perenes no sistema de produção para bombear nutrientes de

6 HECHT, 1995, p. 4

diferentes partes do solo, aumentando a capacidade total do estoque de nutrientes do ecossistema⁷.

Entretanto, o que começou a chamar a atenção dos pesquisadores foi constatar que muitos desses princípios já estavam presentes, na prática, em sistemas de produção de alimentos desenvolvidos por diversas populações rurais dos trópicos para garantir o abastecimento de suas comunidades. As estratégias agrícolas dessas populações se mostraram extremamente complexas e sofisticadas, revelando culturas e cosmologias que favoreciam os processos ecológicos ao invés de contrapor-se a eles. Esse fato gerou um interesse cada vez maior pela contextualização social desses sistemas produtivos e pelas culturas indígenas e camponesas⁸.

Foi somente a partir desse momento que os agroecólogos passaram a tomar consciência e discutir com mais profundidade o componente humano e *social* do agroecossistema. Em 1973, o ecólogo estadunidense Daniel Janzen, que estudava cultivos agrícolas de comunidades tradicionais em regiões tropicais, aprimorou o conceito de agroecossistema ao propor que os "ecossistemas produtivos" deveriam ser fundados em conhecimento ecológico local, localmente adaptados ao ambiente e à cultura e desenhados para responder às necessidades locais antes de responder à demandas externas. Janzen foi um dos primeiros a perceber a importância de aliar a produção agrícola à conservação das florestas tropicais e do modo de vida e cultura dos povos locais dessas regiões⁹.

Por sua vez, o trabalho de Cox e Atkins (1979) considerou a agricultura como resultado de um longo processo de co-evolução entre cultura e ambiente, e localizou os diferentes sistemas de produção alimentar em seu contexto ecológico e histórico. Ênfase considerável foi colocada no valor dos sistemas de cultivo locais e tradicionais, com uma longa história de experiência, mudança e adaptação¹⁰.

Aos poucos, a agroecologia não só começou a abarcar as sociedades humanas como parte dos agroecossistemas que estudava, mas o próprio termo "agroecologia" passou a designar as práticas de manejo agrícola tradicionais, principalmente na América Latina. Para o agrônomo chileno Miguel Altieri (2015), "os conhecimentos e as práticas utilizadas pelos indígenas e camponeses da Mesoamérica, dos Andes e do trópico úmido constituem as raízes

7 Ibid.

8 HECHT, 1995

9 GLIESSMAN, 2013

10 Ibid.

da agroecologia na América Latina”¹¹. Essa visão é corroborada pelo sociólogo espanhol Eduardo Sevilla Guzmán (2011), que considera que a agroecologia se desenvolveu enquanto parte constituinte da matriz sociocultural de povos latino-americanos, que ao longo de sua história criaram estratégias próprias de manejo de agroecossistemas, baseando-se na resiliência e na complementaridade entre processos sociais e naturais. Hecht (1995) afirma que

O uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 1970, mas a ciência e a prática da agroecologia são *antigos como as origens da agricultura(...)*. Sistemas agrícolas desenvolvidos localmente rotineiramente incorporaram mecanismos para acomodar os cultivos à variação do ambiente natural e para protegê-los da predação e da competição. Esses mecanismos se utilizam de *inputs* regionais disponíveis e renováveis e de características ecológicas e estruturais do campo e da vegetação circundante¹².

Esses autores entendem que, aquilo que estava começando a desenvolver-se nos marcos da ciência ocidental moderna a partir da união entre a agronomia e a ecologia, já tinha sido há muito tempo desenvolvido pelos povos e comunidades tradicionais existentes na América Latina e em outras regiões do mundo.

Em nossa pesquisa não partimos desse ponto de vista para reconstruir a história do termo, por entendermos que trata-se de uma visão anacrônica, tanto sobre a genealogia do conceito de “agroecologia”, quanto sobre os diversos sistemas de produção agrícola indígenas, camponeses e tradicionais. Nesse sentido, é necessário olhar com cautela e problematizar o ato de rotular como “agroecologia”, sistemas agrícolas que desenvolveram-se sob processos históricos e culturais próprios, muitas vezes milenares, e que em muito se diferem do contexto acadêmico e relativamente recente no qual a agroecologia concretamente surgiu e se desenvolveu. De toda forma, o fato é que *a ideia* de equivalência entre agroecologia e prática de manejo indígena/tradicional ganhou força, e veremos como isso se deu. Segundo Wezel et. al. (2009), nos anos 1980 a palavra “agroecologia” começou a ser utilizada para descrever *práticas* agrícolas, principalmente na América Latina.

Hecht (1995) argumenta que, historicamente, o manejo agrícola sempre incluiu em diversas sociedades ricos sistemas simbólicos e rituais que regulavam o uso da terra e desenvolviam o conhecimento agrícola, inclusive entre o campesinato europeu. Porém, esses cultos foram objeto de intensa perseguição durante a Inquisição católica, perseguição esta que se espalhou por todo o mundo durante o período colonial. A evangelização, junto com as doenças, as mortes e a escravização tiveram grande impacto sobre a transmissão e

11 ALTIERI, 2015, p. 7

12 HECHT, 1995, p. 1 (grifo nosso)

desenvolvimento das tecnologias agronômicas de povos africanos e latinoamericanos, cuja interrupção foi ainda mais agravada pela integração de seus territórios às redes mercantis e coloniais. Com a emergência dos cultivos para fins comerciais e a crescente pressão por itens específicos para exportação, estratégias milenares de uso da terra foram desestabilizadas. Para a autora, a transição de epistemologias operada pela ascensão da ciência positivista também contribuiu para transformar a visão, presente em diversas sociedades, da natureza como uma entidade orgânica e viva, em uma visão de natureza como máquina. Desse modo, Hecht (1995) aponta que três processos históricos são grandemente responsáveis pelo ofuscamento do conhecimento agronômico desenvolvido por povos locais em sociedades não ocidentais:

1. A destruição dos meios de codificar, regular e transmitir práticas agrícolas; 2. a dramática transformação de muitas sociedades indígenas não ocidentais e dos sistemas de produção em que se baseavam como resultado do colapso demográfico, escravidão e introdução do mercado colonial; 3. A ascensão da ciência positivista¹³.

A relativamente recente expansão da Revolução Verde nos países periféricos por volta dos anos 1950-1960 continuou este longo processo histórico de invisibilização dos conhecimentos tradicionais relacionados ao manejo agrícola, aprofundado pela industrialização agrícola capitalista e pela imposição de pacotes tecnológicos que, sob o prisma dos teóricos da dependência, foram responsáveis por uma nova forma de colonialismo¹⁴.

Como veremos detalhadamente no item 1.3 da presente dissertação, mais do que uma revolução técnica, a Revolução Verde implicou um processo político e ideológico, sendo um contraponto tecnicista às "revoluções vermelhas" e camponesas do século XX¹⁵. Tal processo carregava implicações geopolíticas e posicionamentos bem definidos em relação aos debates sobre a fome, o meio ambiente e o modelo de desenvolvimento agrário/agrícola. Em

13 Ibid. p. 2

14 “Si los teóricos de la modernización han considerado el subdesarrollo como una condición original de «los campesinos regresivos,» los «teóricos de la dependencia» (...) lo caracterizaron como un proceso activo generado por las desigualdades estructurales entre las naciones ricas y las pobres. Para los teóricos de la dependencia más radicales (...), los mayores ganadores del desarrollo fueron las naciones industriales, que gozaron de alimentos baratos importados del Sur Global y de los mercados en expansión para sus industrias de insumos agrícolas y sus empresas de comercio de productos básicos. Mientras que las iniciativas de desarrollo rural buscaban modernizar las sociedades rurales, la industrialización agrícola también tuvo el efecto de privar a los pueblos de sus identidades y a negar el conocimiento e instituciones locales. La agricultura industrial también degradó la estructura y la fertilidad de las tierras y erosionó la agrobiodiversidad. En definitiva, la industrialización agrícola capitalista representó **una nueva forma de colonialismo** que empobreció todo lo que no seguía las normas y reglas que dictaba la modernidad. Estas relaciones de explotación operaban tanto dentro como entre las naciones, tal como lo describe González Casanova (1965) en el concepto de colonialismo interno, que el autor usó para referirse a la situación en México en la década de 1960”. (SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013, p. 30)

15 PORTO-GONÇALVES, 2004.

contrapartida, as inovações sustentáveis e as técnicas que apresentavam-se como “alternativas” ao modelo da Revolução Verde, como a agroecologia, também tiveram de ser carregadas de conteúdo político e ideológico. Não à toa, alguns autores apontam que a politização da agroecologia e a incorporação de elementos culturais à análise dos agroecossistemas aconteceu inicialmente no México, que foi justamente um dos primeiros países a receber um centro de investigação financiado pela Fundação Rockefeller para a expansão da Revolução Verde em 1943¹⁶.

México, una de las primeras naciones del sur que aplicó las tecnologías de la Revolución Verde, también fue uno de los primeros lugares donde se estudiaron las tecnologías e instituciones campesinas como una alternativa válida a la agricultura industrial (c.f. Hernández Xolocotzi 1985)¹⁷

A esse respeito, retomamos brevemente um episódio emblemático descrito por Gliessman (2013), a título de ilustração: Em 1974, foi fundado o Colégio Superior de Agricultura Tropical (CSAT) em Tabasco (México), no centro de um grande projeto financiado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento, conhecido como "Plano Chontalpa de Desenvolvimento". A primeira fase do Plano Chontalpa foi limpar 90.000 hectares de floresta tropical, drenar as terras alagadas, remover as comunidades locais, e implementar uma monocultura de larga escala de milho, feijão e cana de açúcar para exportação, aplicando as tecnologias da Revolução Verde. O CSAT tinha, como um de seus objetivos, treinar agrônomos em campos experimentais, e oferecia, dentre suas disciplinas, uma de ecologia aplicada à agricultura (“agroecologia”).

Quando o enfoque agroecológico foi aplicado ao estudo dos monocultivos do Plano Chontalpa, os estudantes, vindos de regiões tropicais do México, perceberam que o projeto não era sustentável do ponto de vista ambiental, social, econômico ou cultural, o que, por sua vez, contrastava com a agricultura tradicional Maya praticada por camponeses às margens do projeto. Professor do CSAT e inspirado pelo trabalho de Efraím Hernandez Xolocotzi, Stephan Gliessman percebeu que o saber empírico dos povos locais, baseado na observação e na prática e com fortes raízes culturais, constituía uma *fonte de conhecimento para conceituar e aplicar a agroecologia*.

Em fins dos anos 1970, o CSAT ofereceu o que provavelmente foi o primeiro curso universitário em agroecologia, e promoveu um seminário regional em 1978, com o título "Os

16 GLIESSMAN, 2013.

17 SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013, p. 30.

agroecossistemas com atenção especial ao estudo da tecnologia agrícola tradicional (TAT)". A partir daí,

O enfoque agroecossistêmico foi definido e aplicado à riqueza de sistemas agrícolas tradicionais por todo o México, não só na região Maya das terras baixas. A agroecologia se apresentou como *um meio de estudar, preservar, melhorar e ampliar esses agroecossistemas*, e como um forte chamado a todos os estudantes para incluírem a plena *participação de agricultores* e de suas comunidades para alcançar as múltiplas culturas rurais que estavam sendo rapidamente *marginalizadas* pela Revolução Verde¹⁸.

Não podemos esquecer que a adoção do enfoque agroecológico em países periféricos em geral, e na América Latina em particular, ocorreu em um contexto de intensas transformações socioculturais provocadas pela Revolução Verde, que concomitantemente alimentavam diversas mobilizações coletivas de resistência. Os pesquisadores latinoamericanos que debruçaram-se sobre a agroecologia inevitavelmente posicionaram-se e muitas vezes engajaram-se contra o modelo agrário/agrícola hegemônico, e em defesa da rica co-evolução histórica e da memória cultural dos sistemas agrícolas locais, indígenas e tradicionais. Aqui, o conhecimento tradicional agrícola passou a ser considerado o *fundamento* da sustentabilidade ecológica, e fonte de alternativas e de oportunidades para as comunidades rurais permanecerem no campo com alguma autonomia frente às corporações transnacionais agroindustriais¹⁹.

Podemos afirmar que, em países periféricos, a agroecologia bebeu muito dos saberes agrônômicos de populações indígenas, camponesas e tradicionais, sistematizou e incorporou esses conhecimentos, e em muitos casos associou-se politicamente a eles. Nesse momento, a agroecologia passou também a ser vista como a base para um *tipo de desenvolvimento agrícola* alternativo à Revolução Verde, defendido por ecólogos, agrônomos e etnobotânicos trabalhando especialmente no México e na América Central.

São nomes importantes para a consolidação da agroecologia latinoamericana Efraím Hernández Xolocotzi, Arturo Gomez-Pompa, Stephan Gliessman, Daniel Janzen, Cox e Atkins, Miguel Altieri, Ivan Zuluaga, R. Hart, Ana Primavesi, Juan Gasto, Mario Mejía, entre muitos outros²⁰. Vale ainda destacar a influência do sociólogo espanhol Eduardo Sevilla Guzmán, que inspirado por Teodor Shanin, Angel Palerm, Joan Martínez Alier e Eric Wolf²¹, em 1978 fundou o Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses (ISEC) na Universidade de

18 Ibid., p. 24 (grifo nosso).

19 Ibid.

20 ALTIERI, 2015; GLIESSMAN, 2013; WEZEL et. al., 2009

21 SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013

Córdoba. Posteriormente, o ISEC se envolveu com o movimento de trabalhadores sem terra de Andalucia (SOC) e trabalhou junto com eles à medida que ocupavam fazendas e começavam a cultivar utilizando técnicas agroecológicas aprendidas com os camponeses locais. Segundo Sevilla-Guzmán e Woodgate (2013), a relação entre o ISEC e o SOC impulsionou vínculos importantes com os movimentos sociais agrários latinoamericanos e teve uma contribuição significativa para a perspectiva militante que caracteriza a investigação e a docência agroecológica do ISEC no presente.

Na década de 1990, Eduardo Sevilla-Guzmán desenvolveu junto ao ISEC o corpo teórico da “sociologia agroecológica”, que reformulou antigos pressupostos e enfoques sociológicos para criar um novo estilo de desenvolvimento agrícola e rural, associando a agroecologia à uma herança do pensamento social agrário tradicionalmente simpático ao campesinato (narodnismo russo, anarquismo clássico, marxismo tardio, teoria da dependência, ecologia política, etc). Sua perspectiva sociocultural foi reforçada pelas contribuições etnoecológicas do ecólogo mexicano Victor Manuel Toledo, da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Segundo Altieri (2015), o programa de doutorado de agroecologia do ISEC (fundado em 1991) teve um impacto grande na formação de agroécólogos com uma visão social crítica, e muitos deles criaram programas universitários importantes no México, Argentina e Bolívia, bem como projetos de extensão rural de base agroecológica no Brasil.

Assim como na América Latina, a agroecologia ganhou terreno junto a movimentos populares e camponeses principalmente em outros continentes periféricos, e em fins dos anos 2000 a Via Campesina adotou a agroecologia como um pilar fundamental de sua proposta de soberania alimentar, formando uma equipe de instrutores de agroecologia que organizam encontros em escala continental nas Américas, Ásia e África, para compartilhar e desenvolver o enfoque agroecológico.

Sob liderança de Clara Nicholls e Miguel Altieri²², em 2007 foi criada a Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia (SOCLA), que colabora ativamente com institutos de pesquisa como o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) na Argentina, o Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP) no Chile, o Centro para Investigación em Sistemas Sostenibles de Producción Agropecuaria (CIPAV) na Colômbia, bem como com organizações como a Third World Network (com atuação no sudeste da Ásia e

22 ALTIERI, 2015; SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013

África) e como a própria Via Campesina (especialmente na implementação dos Institutos de Agroecologia Latino Americanos - IALAs). Segundo Altieri (2015),

hoje muitos agroecólogos consideram a agroecologia como uma ciência transformadora que deve implementar-se em estreito diálogo e interação com grupos de agricultores representando um constante processo de inovação cognitiva, tecnológica e sociopolítica, intimamente vinculado aos cenários políticos e aos movimentos de resistência camponesa e indígena. Dessa forma, o novo paradigma pedagógico da agroecologia está se construindo em reciprocidade com os movimentos e processos sociais e políticos²³.

Em suma, é notável que o processo de difusão da agroecologia, do centro para a periferia (de países centrais para países periféricos), implicou em um profundo processo de ressignificação do termo.

Entretanto, apesar de hoje haver um relativo consenso em torno da existência de uma dimensão política, social e cultural da agroecologia, reafirmada principalmente em países periféricos, esta dimensão carece de definições precisas. Seus princípios ideológicos são vagos e o grau de transformação social, política e ambiental que ambiciona alcançar não são claros²⁴. Em nossa opinião, esta frouxidão conceitual torna a agroecologia e os movimentos agroecológicos vulneráveis aos riscos da cooptação estrutural por parte de instituições heterônomas²⁵.

Nesse sentido, algo que é pouco problematizado por acadêmicos e defensores da agroecologia é o fato de que a disseminação “militante” da agroecologia na América Latina foi fortemente impulsionada pela atuação de ONGs internacionais. Para Wezel et. al. (2009) nos anos 1960, 1970 e 1980 o termo “agroecologia” geralmente não era usado para descrever explicitamente um movimento. Isso começou com maior força nos anos 1990, especialmente nos Estados Unidos e América Latina, onde a noção começou a ser usada para expressar um novo jeito de considerar a agricultura e suas relações com a sociedade. Os autores afirmam que na Alemanha e na França, por exemplo, a agroecologia permanece hoje tendo um caráter estritamente acadêmico, - como um enfoque científico e ecológico dado à agricultura - e nunca esteve associada a um movimento social, a não ser através de ONGs e Instituições com atuação *em outros países*. No caso da Alemanha: "apenas em casos muito raros algumas ONGs falam em um movimento agroecológico: hoje essas ONGs estão trabalhando quase que

23 ALTIERI, 2015, p.8

24 WEZEL et. al., 2009

25 Marcelo Lopes de Souza entende a cooptação estrutural como uma “cooptação não deliberada, mas sim difusa; uma cooptação derivada do poder de sedução das instituições existentes, heterônomas, e do imaginário instituído, heterônimo” (SOUZA, 2006, p. 455). O autor avalia que os movimentos sociais colocam em risco a sua autonomia quando se utilizam de canais institucionais heterônomos, algo que é muito frequente no movimento agroecológico de uma forma geral.

exclusivamente na América Latina"²⁶; e no caso da França: "É interessante notar que este conjunto de tecnologias [agroecológicas] foi primeiramente aplicado pela CIRAD fora da França, por exemplo no Brasil, antes de ser aplicado no sudeste asiático e na África, e então re-importado para a França"²⁷.

Em 1989, ONGs de 11 nações latinoamericanas estabeleceram o Consórcio Latinoamericano sobre Agroecologia e Desenvolvimento (CLADES). O CLADES estabeleceu relações com movimentos sociais rurais e ONGs de desenvolvimento, proporcionando assessoramento e formação agroecológica, e constituiu um programa regional de investigação, capacitação e extensão desenhado para fortalecer os técnicos estatais e agricultores nos princípios e práticas da agroecologia. As relações pessoais e institucionais que se desenvolveram a partir de Universidades como a de Córdoba e Andalucia (Espanha), e a de Santa Cruz (Califórnia), em conjunto com o CLADES e com o Movimento Agroecológico Latino Americano (MAELA) facilitaram a formação e difusão mundial das práticas da agroecologia, através das interações entre ativistas e movimentos sociais, acadêmicos e funcionários do Estado²⁸.

É notável como é principalmente a partir desta época que a agroecologia salta de um conhecimento marginal e alternativo, à uma proposta cada vez mais central em debates públicos sobre questão agrária, autonomia camponesa, socioambientalismo, diversidade cultural e desenvolvimento rural, recebendo aportes de estudos acadêmicos e também de financiamento internacional para os mais diversos projetos com enfoque agroecológico, principalmente em países periféricos do sistema-mundo capitalista.

As ONGs e os movimentos agroecológicos deste período voltaram algumas de suas demandas ao Estado, recebendo de volta, principalmente a partir dos anos 2000, determinadas políticas públicas de governos e programas estatais, com ênfase em cursos universitários, políticas de extensão rural e, de forma mais modesta, incentivos comerciais com linhas de crédito diferenciadas²⁹. É importante destacar que tais políticas, ao menos no Brasil, seguiram recebendo aporte financeiro e apoio institucional mínimos, quando comparado ao aporte financeiro voltado ao modelo convencional do agronegócio.

26 WEZEL et. al., p. 6

27 Ibid. p.7

28 ALTIERI, 2015. Algumas das ONGs pioneiras impulsionadas pelo CLADES e pelo MAELA (Movimento Agroecológico LatinoAmericano) são: o Centro de Educação e Tecnologia (CET), do Chile, o Centro IDEAS e CIED no Perú, a AS-PTA no Brasil, o Instituto Mayor Campesino e o FUNDAEC, na Colômbia.

29 Conforme observa-se na "Figura 1", gráfico apresentado na p. 9 da presente dissertação, é a partir dos anos 2000 que as pesquisas sobre agroecologia também ganham expressão dentro da academia.

A adoção da agroecologia pelos órgãos governamentais ganhou grande impulso especialmente através de conferências da FAO, que desde 2010 tornou a agroecologia uma diretriz oficial recomendada pela ONU para garantir o direito humano à alimentação, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico previstos em diversos tratados internacionais. Porém, alguns autores chamam a atenção para o fato de que estas políticas públicas e cursos universitários estão promovendo uma agroecologia tecnocrática e despolitizada³⁰, mantendo de certa forma a visão da agroecologia tecnicista dos anos 1930 e com intenção de combiná-la a outras tecnologias desenvolvidas pelo capitalismo verde, como a “agricultura climaticamente inteligente”, a “intensificação ecológica da agricultura” ou a “agricultura de conservação”. Isso já ocorre principalmente em países como a França, por exemplo³¹. Sintomaticamente, em todos os lugares tais políticas públicas deixam intocadas questões estruturais historicamente pautadas pelos movimentos sociais camponeses, como a luta por terra e território, que garantiriam, inclusive, que a agroecologia pudesse realizar-se de forma plena.

Apesar de hoje vários autores latinoamericanos atribuírem à agroecologia uma origem autenticamente camponesa, tradicional e contra-hegemônica, a partir desse primeiro levantamento é possível afirmar que é no meio acadêmico dos países centrais do sistema-mundo que o termo se origina e passa posteriormente aos povos da periferia do sistema, contando, para sua ampla disseminação, com considerável aporte do novo mercado de ONGs que surge junto à ascensão do neoliberalismo, principalmente a partir dos anos 1990.

Por outro lado, é preciso levar em conta que diversas vezes o conhecimento agrônomo dos povos e populações tradicionais mostrou-se mais sofisticado do que aquele que começava a se desenvolver nos marcos científicos modernos, enriquecendo de forma determinante a ciência agroecológica. Também parece inegável que a agroecologia passou por uma ressignificação considerável nos países periféricos, devido ao contexto social, cultural e político que a obrigou a politizar-se ao ser incorporada por atores marginalizados pelo sistema hegemônico de produção agrícola. Porém, devemos complexificar esta narrativa e questionar: qual o interesse de organismos multilaterais como a FAO e o Banco Mundial em promover a agroecologia em países periféricos? Qual o sentido do surgimento de recursos para ONGs atuando nas periferias com esse enfoque, especialmente a partir dos anos 1990?

30 GIRALDO E ROSSET, 2016

31 NORDER et. al., 2016

1.2 Contexto Global: Neoextrativismo, Desenvolvimento Sustentável, Multiculturalismo Neoliberal

Para analisar essa situação é preciso observar o que estava acontecendo no seio do desenvolvimento do capitalismo de forma global. Observamos, nas décadas seguintes ao período da difusão da agroecologia por ONGs em países periféricos, o início da emergência do neoextrativismo³², um regime de acumulação altamente intensivo em recursos naturais, que volta-se com mais força do que nunca à expansão das indústrias de extração (de energias, minérios e outros recursos naturais). Tal regime tem levado a cabo processos de expropriação, através de *landgrabbing*, financeirização, mercantilização e privatização da natureza em vários países do mundo. Nessa reedição da ofensiva extrativista,

os territórios e bens naturais da América Latina adquirem renovado protagonismo como um dos núcleos centrais de desenvolvimento capitalista. Por sua vez, as empresas transnacionais se convertem nos principais agentes e beneficiários desta reedição da ordem global, explorando em condições monopolistas a biodiversidade, a água, a terra, os minerais e hidrocarbonetos que abundam nos países da região, deixando enormes passivos sociais e ambientais nas comunidades aldeãs, e assegurando a produção a baixo custo e o consumo sustentado das economias centrais³³.

Tais processos têm gerado uma intensificação de conflitos ambientais, étnicos e territoriais, envolvendo especialmente populações camponesas e indígenas de diversas regiões do planeta, enquanto organismos multilaterais, como o Banco Mundial, tecem recomendações e diretrizes para os ditos países “subdesenvolvidos” facilitarem a entrada dos investimentos estrangeiros nestes setores.

Um pouco antes disso, e aparentemente paradoxalmente, difundiu-se a partir da década de 1990, mas com ênfase na década de 2000, por parte dos mesmos organismos multilaterais o discurso ambiental, tendo como marco a noção de “desenvolvimento sustentável”, e ações voltadas para a “conservação da biodiversidade”. A pauta ambiental ganhou força junto à comunidade internacional, cujos mecanismos de cooperação voltaram-se ainda para a promoção de políticas multiculturais de defesa dos direitos dos “povos indígenas e tribais”, resultando na ambientalização da pauta étnica e na estatização e regulamentação de territórios de povos indígenas e tradicionais, bem como de Unidades de Conservação, facilitando os investimentos em desenvolvimento sustentável nas chamadas áreas protegidas.

Esta guinada à ecologia e ao reconhecimento de “povos e comunidades tradicionais” foi celebrada como sinal de vitória de lutas sociais de grupos historicamente colonizados e

32 Nesta pesquisa nos pautamos pela concepção de “neoextrativismo” de Composto e Navarro (2014).

33 COMPOSTO e NAVARRO, 2014, p. 50

subalternizados que realizavam há anos a crítica ao modelo desenvolvimentista ambientalmente degradante e culturalmente excludente levado a cabo pelo sistema capitalista global. De fato, tratou-se de uma resposta tardia transnacional a uma série de reivindicações do terceiro-mundismo e do anticolonialismo. Porém, tal resposta revelou-se também uma tentativa, por parte destes organismos, de realizar um deslocamento³⁴ com vistas a uma relegitimação da ideologia capitalista do desenvolvimento, desgastada pelo movimento crítico que vinha se construindo desde pelo menos os anos 1970.

Em uma palestra proferida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (III CONGEO)³⁵ Henri Acselrad afirma que, apesar de carregar a nova roupagem verde, o “desenvolvimento sustentável” claramente segue apostando na conjugação entre crescimento econômico e progresso técnico, fórmula clássica dos modelos de desenvolvimento capitalistas predecessores. Só que dessa vez, o desenvolvimento seria levado a cabo pela “modernização ecológica”, que persegue a eficiência energética e a conservação ambiental apenas na medida em que estas protegem as bases materiais da reprodução capitalista.

Nesse mesmo sentido, surge também aquilo que Hale (2010) chama de “multiculturalismo neoliberal”: o apoio pró-ativo que os proponentes do neoliberalismo têm dado a demandas limitadas dos movimentos indígenas como forma de fazer avançar sua própria agenda.

Hale sugere que a abertura dos poderes constituídos às demandas por direitos indígenas não se apresenta em oposição frontal ao desenvolvimento da lógica do capitalismo transnacional que também se afirmou mundialmente no mesmo período³⁶.

Há aí uma guinada estratégica para fazer dos povos indígenas “protagonistas” de um projeto dominante que não é o deles e sobre o qual exercem pouco controle³⁷. Ao apresentar-se como defensor de direitos indígenas e de populações tradicionais, o Banco Mundial teve a possibilidade de barrar demandas de maior alcance, definindo *à priori*: a) o espaço ocupado pelo ativismo dos direitos culturais; b) os limites do campo em que futuras negociações sobre direitos culturais viessem a ter lugar; e c) os limites de legitimidade de cada uma das demandas, bem como das ações políticas estatais para atendê-las.

34 Boltanski e Chiapello (1999 *apud* ACSELRAD, 2010) chamam de “deslocamento” a internalização das críticas realizada por atores hegemônicos para neutralizá-las e dar-lhes um novo sentido, assegurando assim a continuidade dos mecanismos de acumulação e dominação através de uma aparente renovação.

35 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0bhJObKoWuU> – Acesso em maio de 2019.

36 ACSELRAD, 2010, p. 23

37 HALE, 2010:3 *apud* ACSELRAD, 2010

Neste período observa-se uma “virada territorial”, definida por Acsehrad (2010) como o “processo renovado de demarcação e titulação de terras envolvendo, a partir dos anos 1990, comunidades e povos tradicionais na região tropical da América Latina”³⁸. Llorens (1999) afirma que “até os aborígenes mais remotos, após serem descobertos, são postos em um ‘sítio’, em um duplo sentido: a globalização os situa e ao mesmo tempo os situa”³⁹. Ao fazer a defesa do “respeito à diversidade étnica” e da garantia de territórios aos povos indígenas e tradicionais em países periféricos, o Banco Mundial estaria localizando-os e conformando-os à lógica da propriedade moderna regulamentada pelo Estado. Esta virada impactou a modalidade de luta de tais povos diretamente, na medida em que a delimitação do território reivindicado ficou atrelada a um trâmite burocrático envolvendo negociações quanto ao tamanho da terra, a formalização de associações, um rito de reconhecimento pericial intermediado por especialistas (antropólogos, geógrafos, biólogos, cartógrafos) e a construção de identidades legais judicializadas que definem critérios para estabelecer quem e o que é ou não “tradicional”. Assim, o rito de regulamentação territorial passou a ser acompanhado de todo um mapeamento dos usos e costumes do grupo pleiteante. Para Zizek (1996)⁴⁰, o multiculturalismo segue exercendo o imperialismo cultural ocidental ao tratar cada cultura local da mesma forma como os colonizadores tratam os povos colonizados: como “nativos”, cujos costumes devem ser “valorizados” e cuidadosamente estudados e mapeados.

Hoffman (2010) chama atenção para o fato de que, ao menos no Brasil, o atrelamento da reivindicação pela terra a direitos identitários contribuiu para fragmentar a luta por uma ampla reforma agrária que aliaría indígenas, camponeses e demais povos tradicionais. Inclusive, não são raros os exemplos em que o Estado soube explorar habilmente a possibilidade de colocar pequenos agricultores (Assentamentos) e indígenas (Terras Indígenas) uns contra os outros em disputa pelo reconhecimento estatal de seu direito a um pedaço de terra.

Acsehrad (2010) demonstra que, a partir de 1996, o Banco Mundial passou a propor ao Brasil políticas que “colocassem em ordem” a posse da terra, como “condição para estabilização de regimes de propriedade, de modo a fomentar o investimento estrangeiro direto e atrair tecnologias apropriadas para áreas de alta biodiversidade”⁴¹. Iniciaram-se também nesta época as políticas de “reforma agrária de mercado” do então presidente

38 ACSELRAD, 2010, p. 13

39 LLORENS, 1999, *apud* ACSELRAD, 2010, p. 22

40 *apud* ACSELRAD, 2010

41 *Ibid.*, p. 22

Fernando Henrique Cardoso, que, alinhadas às diretrizes do Banco Mundial, buscavam retirar a questão da terra do âmbito dos movimentos sociais e da luta política e passá-la para o reino do mercado capitalista como agente de pacificação e regulação.

Em 2002 estabeleceu-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) bem como ratificou-se no Brasil a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tiveram um impacto considerável sobre o *status* político das regularizações, não só de territórios indígenas, mas também de territórios quilombolas e de outras comunidades tradicionais. Essa agenda gerou novas configurações para o controle dos territórios localizados principalmente em importantes reservas de biodiversidade com riquezas ainda inexploradas. O discurso do Banco Mundial sobre “etnodesenvolvimento” passou a atrair investimentos privados para implementação de “desenvolvimento sustentável” nas chamadas áreas protegidas, que além de permanecerem sob frágeis mecanismos de tutela, seguiram sendo infinitamente menores do que o volume de terras privadas.

Nos anos 2000, os imóveis rurais passaram a ser cada vez mais fortemente objeto de transações comerciais envolvendo agências imobiliárias transnacionais, o que gerou um aquecimento inédito no mercado de terras, exercendo grande pressão sobre as terras de pequenos produtores e sobre o estoque de terras públicas⁴².

De forma alguma pretendemos negar a importância de avanços concretos nas pautas étnica, ambiental e territorial materializados por esses acordos internacionais. Mas não podemos nos furtar de examinar as ambiguidades deste processo. Podemos perceber que ao mesmo tempo em que o neoextrativismo majoritariamente retira as bases materiais para reprodução de camponeses, povos e populações tradicionais (restringindo o acesso a terras de uso comum, aumentando a concentração fundiária, aumentando massivamente a pressão de investimentos estrangeiros sobre terras e recursos latinoamericanos), seus promotores propagam e investem em programas de “desenvolvimento sustentável” e cedem limitadas porções de território a certas frações da população, desde que estas não interfiram nos processos estruturais de acumulação. É uma apologia à diversidade e à sustentabilidade, concomitantemente a uma erosão das possibilidades dessa diversidade e dessa sustentabilidade se darem de forma plena. Neste sentido, Acselrad (2010) afirma que há uma correlação estratégica entre a conjuntura macro política de acirramento de conflitos territoriais

42 ACSELRAD, 2010

e de forte ação desenvolvimentista, e uma abertura discursiva no campo dos direitos que serve à construção de legitimidade democrática do mesmo Estado que promove a exclusão.

É importante lembrar que essa construção de legitimidade se refletiu inclusive no caráter dos diversos governos que ascenderam ao poder nos anos 2000. Segundo Composto e Navarro (2014), os protestos massivos contra as primeiras políticas neoliberais dos anos 1990 geraram, na América Latina, uma transformação na correlação de forças sociais, culminando, nos anos 2000, em novos arranjos institucionais em busca de legitimidade política. Para as autoras, se no México, Colômbia e Peru a crise de governabilidade foi resolvida mediante disciplinamento social e repressão direta via militarização e paramilitarização (neoliberalismo de guerra ou armado), no Brasil e na Argentina se produziram governos com discursos progressistas de “centro-esquerda” mas com políticas de continuidade (ou mesmo de aprofundamento) do neoliberalismo a nível estrutural (neodesenvolvimentismo), enquanto que países como Venezuela, Bolívia e inicialmente Equador, deram lugar a governos centrais de atores ligados aos movimentos sociais (que mais tarde também observaram similitudes em relação ao modelo neodesenvolvimentista). O caso brasileiro e argentino é caracterizado pelas autoras da seguinte maneira:

(...) recupera la retórica desarrollista y nacional-popular para promover una relegitimación de la autoridad estatal y de las élites políticas tradicionales como “auténticos representantes del interés general”, en una clara primacía del sistema institucional por sobre los movimientos sociales en la arena política. Esto se traduce en un modelo democrático de participación popular controlada, que restringe la acción autónoma de las organizaciones sociales y promueve la integración político-estatal subordinada de las clases subalternas y la cooptación de sus dirigentes, em un marco de fragmentación tanto de la izquierda tradicional como de la izquierda independiente. Si bien este modelo supuso un desmantelamiento de determinados instrumentos y orientaciones neoliberales, cierta recuperación del empleo y ampliación de las políticas sociales compensatorias, no ha llevado a cabo transformaciones sustanciales. De modo que las continuidades con el neoliberalismo (por ejemplo, en términos de la estructura productiva, la elección de socios económicos, la proliferación de vínculos políticos clientelares, etcétera) parecen tener mayor peso que las rupturas efectivamente logradas.⁴³

Mesmo que diferenciados, na nova configuração todos os governos latinoamericanos tiveram em comum o fato de basearem seu sustento econômico na exploração e exportação de bens naturais comuns. Nos governos neodesenvolvimentistas, a população se mobilizou em torno dos novos mecanismos de “participação popular” mas não encontrou canais de diálogo que permitissem uma real intervenção sobre os rumos e modelos de desenvolvimento nacional.

43 SVAMPA, 2010a *apud* COMPOSTO e NAVARRO, 2014 p. 54.

As autoras apresentam ainda uma classificação das diversas estratégias destinadas a respaldar o avanço e aprofundamento do neoextrativismo em territórios e comunidades: 1. legalidade institucional; 2. consenso e legitimidade; 3. cooptação e captura; 4. disciplinamento e normatização; 5. criminalização; 6. repressão; 7. militarização e contrainsurgência. Neste *continuum* a violência estatal (material e simbólica) vai crescendo de acordo com o decorrer das lutas sociais, revelando a verdadeira natureza do Estado como garantidor da acumulação de capital⁴⁴.

O autoritarismo e o progressismo de Estado são, portanto, duas faces da mesma moeda cujo objetivo final parece ser o de garantir a contínua expansão da exploração, da concentração de poder e de recursos, e da dominação das periferias pelos centros. No entanto, as formas de dominação renovam-se e atualizam-se, respondendo ao papel ativo e determinante dos atores sociais que também incessantemente recusam-se a conformar-se à lógica da subordinação e mobilizam-se em busca de autonomia:

Sin duda, el poder tiene de su lado la concentración de los recursos para lograr el sometimiento de las energías sociales disruptivas. No obstante, son los sectores subalternos – y sus múltiples formas de lucha – los que constituyen el sujeto activo de la historia; siendo el capital un sujeto reactivo que busca reencauzar el flujo rebelde de las resistencias dentro del orden establecido, pero siempre a la zaga de la creatividad prefigurativa de las luchas. Por lo tanto, a pesar de los constantes embates, los movimientos sociales que se construyen, fracasan, se reorganizan y corrigen sus rumbos, son los sujetos dinámicos de una contienda que, si bien siempre asimétrica, permanece abierta y sin final predeterminado⁴⁵.

Todas essas mudanças governamentais foram ainda precedidas e depois acompanhadas por uma enorme proliferação de Organizações Não Governamentais, que no caso da temática socioambiental passaram a cumprir o papel de intermediárias autorizadas a representar os povos e comunidades tradicionais junto às grandes fontes de financiamento e a estabelecer relação entre estas comunidades e fundos privados de investimento socioambiental (ainda que sejam as comunidades que trabalhem efetivamente pela produção e reprodução da biodiversidade).

Joana Coutinho (2011), que estuda a relação entre ONGs⁴⁶ e neoliberalismo, compara as ONGs à “armas de paz do império”: surgem para acompanhar de perto a expansão do capitalismo em sua face mais esmagadora e amortecer inevitáveis conflitos com a população

44 Esta perspectiva nos ajuda a entender os diversos ciclos progressistas-autoritários que revezam-se no continente latinoamericano e no desenvolvimento capitalista de maneira geral, tornando mais claras as aparentes contradições das últimas décadas e a guinada conservadora observada no período recente.

45 COMPOSTO e NAVARRO, 2014, p. 62

46 As autoras aqui tratam das Organizações Não Governamentais de forma geral, não apenas aquelas ambientalistas ou socioambientalistas. Mas suas reflexões cabem no contexto desta pesquisa.

expropriada e explorada. Ou, como ilustra a escritora e ativista indiana antiglobalização Arundhati Roy (2004), “elas são aquilo que os botânicos chamam de ‘espécie indicadora’. É quase como se quanto maior a devastação causada pelo neoliberalismo, maior o número de ONGs que aparecem”⁴⁷.

Trabalhando sob a rubrica aparentemente neutra da “cooperação internacional”, as ONGs atuam para preencher o vácuo criado por um Estado em franco enxugamento, em sintonia, queiram ou não, com os organismos que as financiam: novamente, Banco Mundial, ONU, alguns governos ocidentais, igrejas e corporações multinacionais, que determinam, em última instância, as linhas orientadoras de seus projetos e recursos. Emblematicamente as ONGs se definem pela negação, apresentando-se pelo que não são: “não-governamental”, “antilucro”, supostamente situadas fora do Estado e do mercado capitalistas, ainda que na prática sejam totalmente dependentes do financiamento destes⁴⁸. Porém, é importante lembrar que os fundos disponíveis para as ONGs correspondem a uma minúscula fração do corte de despesas públicas levado à cabo pela cartilha neoliberal, principalmente nos países do chamado “terceiro mundo”⁴⁹.

Coutinho e Roy concordam que as ONGs atuam no âmbito da colaboração de classes, recebendo fundos que, voluntária ou involuntariamente, enfraquecem e pacificam movimentos sociais que lutam por pautas abrangentes contra o sistema hegemônico, culminando naquilo que Roy chama de “ong-ização da resistência”:

Elas alteram a psique pública. Tornam as pessoas vítimas dependentes e apagam as pontas da resistência política. As ONGs formam uma espécie de amortecedor (...) entre o império e seus vassallos. Elas se tornaram os árbitros, os intérpretes, os facilitadores. (...) Transformam confronto em negociação, despolitizam a resistência, interferem junto aos movimentos populares locais que têm sido tradicionalmente auto-suficientes⁵⁰.

Em suma, as reflexões das autoras indicam que as ONGs cumprem um papel de heteroorganização para o amortecimento de conflitos sociais e ambientais que necessariamente emergem com a ascensão do neoliberalismo e, posteriormente, do neoextrativismo⁵¹.

47 ROY, 2004, p. 11

48 COUTINHO, 2011

49 ROY, 2004

50 Ibid., p. 11 e 12

51 Não há aqui intenção de realizar um juízo de valor generalizante sobre as pessoas que trabalham em ONGs, que muitas vezes estão movidas pelas melhores das intenções e buscam realizar trabalhos sérios e comprometidos com suas causas. O que as autoras destacam é o papel, muitas vezes inconsciente, mas ainda assim estrutural, do surgimento da entidade “ONG” em determinado contexto histórico e político do capitalismo.

Neste contexto, algumas das chamadas “tecnologias sociais” e “participativas”, também foram mobilizadas e largamente disseminadas por essas organizações, como forma de legitimar e o discurso do “desenvolvimento sustentável”.

Segundo Acselrad (2010) foi nos anos 1990 que se multiplicaram as experiências de inclusão de populações locais em práticas de mapeamentos ditos participativos, por exemplo. Com essa “participação”, a cartografia social facilitou a identificação e gestão de recursos naturais com a vantagem de garantir legitimidade ao processo de ordenamento territorial e às políticas de conservação que se apropriaram de forma utilitária de conhecimentos sobre territórios e seus recursos. Para o autor, nesse período há uma verdadeira fetichização do participacionismo, que quando proposto de cima para baixo, na realidade opera como uma forma renovada de tutela.

Acselrad levanta um questionamento em relação a adoção do mapeamento participativo⁵² que considero central para pensar os efeitos da adoção da agroecologia, e arrisco a adaptá-lo mais ou menos da seguinte maneira: Qual é a ação política a que a adoção da agroecologia serve de suporte e quem é o sujeito deste conhecimento/prática agrícola? Se a agroecologia se pretende parte de um contraprojeto visando questionar os pressupostos ocultos da ciência agrônoma convencional no que diz respeito a seus efeitos sociais, o cumprimento do que promete deveria resultar em processos concretos de democratização da terra e dos recursos naturais e não uma simples expressão produtiva da ideologia do desenvolvimento que se quer, desta feita, "agroecológico".

O fato da emergência do neoextrativismo em sintonia com os discursos e práticas do desenvolvimento sustentável e do multiculturalismo neoliberal ter ocorrido na mesma época da ampla disseminação da agroecologia enquanto movimento social e bandeira política estreitamente vinculados à ação de ONGs em países periféricos e semi-periféricos nos sugere que há aí relações que merecem um estudo mais cuidadoso. O movimento social agroecológico e a politização da ciência agroecológica seria uma resposta contra o "desenvolvimento sustentável" e contra o "multiculturalismo neoliberal" ou estaria sendo mobilizada como mais um instrumento para legitimá-los?

52 “(...) caberá perguntar: qual é a ação política a que o gesto cartográfico serve efetivamente de suporte e quem é o sujeito do mapeamento? (...) se o ‘mapeamento participativo’ se pretende parte de um contraprojeto visando a questionar os pressupostos ocultos da ciência da informação geográfica no que diz respeito a seus efeitos sociais, o cumprimento do que promete deveria resultar em processos concretos de democratização do território e do acesso a seus recursos e não à configuração de uma simples expressão espacial da ideologia do desenvolvimento, que se quer, desta feita, participativo” (ACSELRAD, 2010, p.11)

Em um artigo crítico sobre o processo de institucionalização da agroecologia, Omar Giraldo e Peter Rosset (2016), afirmam que torna-se crucial entender como e por quê a agroecologia passou a ser de interesse do capitalismo no contexto geopolítico global. Apontam então duas possíveis causas principais: a primeira seria decorrente das crises inerentes ao sistema capitalista que forçam o capital a expandir-se continuamente em busca de novos processos de acumulação para solucioná-las. Nos países tropicais e subtropicais, a agroecologia significou a sistematização de um conjunto de práticas construídas pelos povos em processos milenares de transformação ecossistêmica, em territórios muitas vezes dispersos e longínquos dos centros urbanos, que frequentemente abrigam uma biodiversidade muito rica e ainda inexplorada pelo capital. O capital buscaria, portanto, incluir todas estas práticas tradicionais nos circuitos globais de acumulação de maneira subordinada, de modo a aumentar a extração indireta de mais-valia e ampliar o controle e a apropriação privada sobre bens comuns⁵³. A segunda causa apontada pelos autores estaria na contradição capitalista expressa pela industrialização da agricultura através da Revolução Verde, cuja tecnologia autodestrutiva teria degradado suas próprias condições de produção, simplificando e sobre-explorando os ecossistemas e pondo em risco sua rentabilidade. O agronegócio estaria agora em período de declínio, gerando uma crise do sistema agroalimentar como um todo⁵⁴, sendo obrigado a renovar sua base tecnológica pra manter a produção. Os autores também apontam que a cooptação da agroecologia poderia servir para apaziguar o que chamam de “revoluções agroecológicas” - formas de auto-organização social e disseminação do conhecimento camponês de forma autônoma (como no método camponês a camponês) para subordiná-las à lógica estatal e mercadológica.

Por sua vez, os movimentos sociais agroecológicos, principalmente através da Via Campesina, posicionaram-se contra o que enxergaram como uma “cooptação” da agroecologia por parte do capital. O II Encontro Continental das Américas de 2011 emitiu uma declaração assinada pela Via Campesina: “a agroecologia é nossa e não está à venda. A agricultura camponesa é parte da solução da crise atual do sistema. Nesse contexto reafirmamos que a agricultura agroecológica indígena, camponesa e familiar pode alimentar o mundo e esfriar o planeta”⁵⁵. No mesmo tom, a declaração do Fórum Internacional de Agroecologia, realizado em Selingué, Mali, afirmou:

53 GIRALDO e ROSSET, 2016

54 LEFF, 1998 *apud* GIRALDO e ROSSET, 2016

55 LVC, 2011 *apud* SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013 p. 33

(...) para nós, a agroecologia jamais será uma ferramenta para perpetuar o modelo dominante. Para nós, a agroecologia não é uma ferramenta para tornar o sistema alimentar industrial mais sustentável. É, sim, uma alternativa radical a esse modelo. Enxergamos a agroecologia como uma ferramenta de transformação e mudança radical. Propomos uma agroecologia popular para um poder popular. (...) Agora nós, todas/os juntas/os, temos que nos mobilizar em um só movimento para enfrentar o capital. Nossos setores representam pelo menos 60% da população mundial. Unidos, venceremos. Nosso objetivo deve ser o estabelecimento de uma verdadeira democracia, que requer direitos de acesso para todos os setores da população. Isso nos faz atores políticos. Estamos ainda muito longe desta meta, mas chegaremos lá. A nossa mensagem é de paz, a nossa mensagem é de amor. Há lugar para todos no mundo⁵⁶.

É possível perceber, portanto, que desde o surgimento do termo em 1930 em países centrais do sistema-mundo capitalista, passando por sua ressignificação nos anos 1970 no contexto periférico, até sua incorporação à agenda de políticas públicas de governos e organismos multilaterais a partir dos anos 2000, o significado da agroecologia esteve imerso em disputas entre atores movidos por interesses divergentes. No fundo, essa disputa expressa algo mais amplo, uma luta pelo controle e exploração dos “recursos naturais” e um tensionamento em torno da politização ou despolitização das questões ambiental e agrária.

Nesta disputa podemos observar mudanças muitas vezes sutis na mobilização de discursos aparentemente comuns a todos os atores (como o apelo à valorização do “meio ambiente” ou dos “povos e comunidades tradicionais”), mas cujo sentido de aplicação prática (de baixo para cima ou de cima para baixo / do centro para a periferia ou da periferia para o centro) é determinante para a configuração das relações de poder, podendo gerar tanto emancipação quanto subordinação.

1.3 Algumas Considerações sobre a Revolução Verde

Seja qual for sua clivagem, é certo que a agroecologia nasceu e se desenvolveu em contraposição ao modelo produtivo que culminou na Revolução Verde dos anos 1950. Portanto, antes de discutir as alternativas, torna-se necessário dedicar algumas páginas para analisar este fenômeno em sua complexidade, entendendo em primeiro lugar como e por quê tal modelo foi amplamente adotado em todo o mundo.

É importante termos em mente que a Revolução Verde foi um fenômeno global, que não se resumiu a uma revolução técnica, mas abarcou uma série de mudanças profundamente sociais, políticas, culturais, organizacionais e ambientais. Ela expressou a culminância de diversos eventos históricos e dinâmicas econômicas, tendo respondido, em diferentes

56 FIA, 2015, pg. 24/32

momentos, a mecanismos inerentes à lógica de funcionamento do capitalismo. Em seus mais de 60 anos de história, a Revolução Verde não permaneceu estática. Pelo contrário, modificou-se nas últimas décadas incorporando muitas das críticas voltadas inicialmente contra ela. Compreender este processo em suas múltiplas dimensões nos ajuda a refletir sobre as possibilidades reais de superação deste modelo de produção e abastecimento de alimentos que já se mostrou nefasto para a maior parte da humanidade.

1.3.1 Dinâmica da inovação tecnológica na agricultura ocidental

Como bem demonstram Sorj e Goodman (1990) o capital industrial nunca foi capaz de unificar o sistema agroalimentar como um todo, da produção agrícola até o consumo final, principalmente porque a agricultura depende essencialmente do trabalho biológico e natural, sendo limitada pela terra, pelo tempo e pelo espaço exigidos na reprodução da vida. Enquanto que na manufatura a natureza é decomposta e entra na máquina como insumo (sendo que a matéria-prima pode ser adaptada à velocidade de produção da máquina), na agricultura a natureza é a própria fábrica, e a máquina, em vez de reestruturar o processo de produção, é só um implemento adaptado às características espaciais e temporais da agricultura. Portanto, os esforços da indústria neste setor sempre caminharam no sentido de diminuir o papel da natureza enquanto limitação à transformação capitalista do processo de produção e da divisão social do trabalho para aumentar as possibilidades de controle e acumulação.

Tais esforços caminharam segundo duas estratégias principais: o apropriação e o substitucionismo⁵⁷. O apropriação consiste na apropriação, por parte do capital industrial, de certos elementos do processo de produção rural. O objetivo é converter ao máximo determinados elementos das *atividades rurais* em *atividades industriais*. Portanto, no apropriação a atividade industrial continua dependendo da natureza enquanto agente responsável pelo processamento da terra, ainda que os processos naturais tenham sua dinâmica alterada e fiquem subordinados à acumulação de capital.

Já o substitucionismo entra em ação nas etapas posteriores de fabricação de alimentos, e consiste na substituição dos *produtos rurais* por *produtos industriais*, reduzindo o produto rural a um simples insumo industrial. O produto agrícola aqui é apenas um instrumento para fabricação de outras substâncias, assemelhando-se a outras matérias-primas usadas como insumos industriais.

57 SORJ e GOODMAN, 1990

Sorj e Goodman (1990) destacam que frações de capital instalaram-se em diferentes pontos do sistema, de modo que o processo de industrialização da agricultura seguiu um padrão mais gradativo e descontínuo do que em outros setores da indústria, demorando mais tempo para revelar oportunidades promissoras para a acumulação capitalista. Esta dinâmica deu surgimento a estratégias de acumulação e de crescimento específicas, que por vezes convergiram, mas outras vezes competiram entre si.

O desenvolvimento capitalista da agricultura é, assim, conceituado como o movimento competitivo dos capitais industriais a fim de criar setores de acumulação através da reestruturação do processo recebido de produção rural 'pré-industrial'⁵⁸.

O **apropriacionismo** originou-se a partir de duas tendências principais, moldadas pelas condições agrárias, de um lado, dos Estados Unidos, e de outro, da Europa, ainda no século XIX. Nos Estados Unidos havia abundância de terras e escassez de mão de obra, o que direcionou o capital a apropriar-se primeiramente da energia humana e animal através da mecanização da agricultura. Por sua vez, a Europa tinha solos exauridos, uma estrutura agrária mais rígida e, pelo menos até o final do século XIX, oferta abundante de mão de obra, o que direcionou o capital a apropriar-se do sistema natural de restauração dos nutrientes do solo através do desenvolvimento de fertilizantes sintéticos.

Estes movimentos relativamente independentes resultaram na emergência de ramos historicamente separados da agroindústria, ligados, de um lado, às dinâmicas da engenharia mecânica e automotora, e de outro, da indústria química pesada.

Nos Estados Unidos, o desenvolvimento de maquinário agrícola não revolucionou a base material da produção (terra e natureza), nem enquanto espaço físico nem enquanto tempo biológico. A mecanização, em um primeiro momento, servia para dar mobilidade e agilidade diante da fixidez do espaço, ou para acelerar processos manuais de preparo da terra ou de colheita. Portanto, o impacto da mecanização se deu principalmente sobre a organização interna do processo rural de trabalho, reduzindo e transformando drasticamente as necessidades de mão de obra. A mecanização foi responsável pelas principais transformações observadas nas estruturas sociais rurais onde foi sendo implementada, estando diretamente ligada à queda da população rural, concomitantemente ao aumento da concentração fundiária (aumento do tamanho das terras e declínio do número de unidades), já que o uso de maquinário sempre foi condicionado à necessidade de alto investimento de capital⁵⁹.

58 Ibid., p. 7

59 SORJ e GOODMAN, 1990

Já na Europa, principalmente depois da síntese da amônia e com o desenvolvimento de processos industriais para fixação de nitrogênio do período entre-guerras, a indústria química deu o primeiro passo para suplementar as fontes naturais, biológicas, dos nutrientes agrícolas e das forragens, introduzindo insumos industrialmente processados. Os depósitos minerais prestavam-se mais facilmente ao controle capitalista e à transformação industrial, e na virada do século começaram a penetrar nos circuitos de produção fechados na forma de fertilizantes artificiais. Aqui o apropriacionismo avançou sobre a natureza enquanto tempo biológico, pois a produção agrícola se libertou da dependência de matérias orgânicas e ciclos naturais temporalmente fixos para a renovação da fertilidade. Este foi o primeiro passo da agricultura britânica em direção à franca expansão da indústria química pesada, que posteriormente cumpriu papel determinante na unificação dos processos de apropriacionismo e substitucionismo.

A primeira apropriação real do processo de reprodução natural foi levada a cabo muito tempo depois, através do desenvolvimento da genética das plantas e das técnicas de hibridização. Sorj e Goodman (1990) apresentam diversos exemplos que ilustram como a partir de então a apropriação mecânica e as inovações biológicas começaram a convergir, criando novas oportunidades de investimento que beneficiavam simultaneamente os setores de equipamento agrícola, maquinário, fertilizantes e agrotóxicos. O desenvolvimento de variedades de culturas de alto rendimento positivamente sensíveis ao uso de fertilizantes constituíram a inovação central do que batizou-se de "Revolução Verde", e configurou o principal veículo para a transformação da agricultura dos países periféricos por parte dos capitais agroindustriais multinacionais.

As VAR (Variedades de Alto Rendimento), carro-chefe da Revolução Verde, eram sementes especialmente desenvolvidas para promover o uso de fertilizantes (produzindo plantas mais sensíveis aos nutrientes e com maior eficiência quanto à fotossíntese); promover o uso de maquinário (produzindo plantas anãs, de caule curto e palha dura, facilitando a colheita mecânica); e ainda tornar a planta imune às variações de clima quanto à extensão e periodização do tempo de gestação, mudando sua fotossensibilidade. Por sua vez, o modelo expandido das monoculturas em larga escala, necessário à mecanização, aumentava a necessidade de uso de agrotóxicos (pois criava as condições ideais para o desenvolvimento de pragas e doenças) e também de fertilizantes (pois exauria os solos mais rapidamente). As

VAR, portanto, eram selecionadas especialmente para promover os insumos químicos e mecânicos e estabelecer um vínculo entre eles.

As VAR produziram um avanço significativo na apropriação industrial do ciclo biológico da planta, uma vez que faziam a apropriação parcial tanto do processo de trabalho quanto do processo biológico de produção, tornando a agricultura cada vez mais próxima a uma operação de processo contínuo e reduzindo a importância da terra como elemento material da produção rural. Tais variedades exigiam práticas de cultivo mais precisas, mais cuidadosamente reguladas e cronologicamente determinadas, algo diretamente relacionado à maior intromissão do capital nos processos naturais. Assim, as novas sementes carregavam em si não só a reprodução de uma variedade específica de planta, mas todo um modo de produção e de vida relacionados.

Foi, portanto, a partir da hibridização das sementes que passou a ser possível uma convergência cada vez maior entre inovações genéticas, mecânicas e químicas, e todos os setores agroindustriais buscaram se adaptar para incorporar as oportunidades lucrativas dessa integração. A indústria química e a pesquisa genética se consolidaram como pivô da inovação agrícola e foco privilegiado da apropriação industrial, puxando o desenvolvimento técnico em torno de pacotes tecnológicos que retroalimentavam simultaneamente os três setores. Quanto mais estes setores foram convergindo, mais o complexo agroindustrial tornou-se coeso, aumentando gradativamente seu poder e também sua capacidade de penetração nos processos de reprodução natural.

Paralelamente ao processo de apropriação, também ocorria desde o século XIX um poderoso processo de **substituição** de alimentos frescos por alimentos industrializados. Tal processo foi imprescindível para transformar os alimentos em mercadorias heterogêneas, dotadas de propriedades e características determinadas por técnicas de processamento, diferenciação de produtos e comercialização.

Entre 1870 e 1914, a indústria de processamento alimentício estabeleceu-se entre a produção rural e o consumo final, de forma a apagar a identidade rural e associar uma identidade industrial aos produtos alimentícios. São exemplos desse processo tanto o aprimoramento de técnicas antigas (como o aperfeiçoamento da moagem de farinha para fabricação de pães branquinhos ou de biscoitos padronizados), quanto inovações nas técnicas de separação e preservação dos alimentos (enlatamento, refrigeração, desidratação). Criavam-se substitutos diretos para o produto rural fresco (como a carne enlatada ou o leite em pó) cujo

mercado se equiparava potencialmente ao do original, a partir de modificações na forma, nas condições de manuseio, armazenagem ou prazo de validade. Tais transformações também aumentaram o raio de alcance da distribuição de produtos alimentícios ao viabilizar viagens de longas distâncias.

Mais tarde, a tendência substitucionista passou a ser imitar o produto rural com matérias primas mais baratas ou industriais (caso da margarina, precursora de uma grande tendência da indústria agroalimentar moderna). Ainda antes de 1914 foram desenvolvidos os corantes químicos e as fibras artificiais, que levaram o substitucionismo à produção de sintéticos, tanto na indústria alimentícia quanto na indústria não-alimentícia. Se estudavam as propriedades físicas e químicas de insumos básicos para chegar a substitutos sintéticos que eliminassem os insumos agrícolas. Posteriormente, a partir do fracionamento dos alimentos, firmas de processamento primário foram transformadas em fornecedoras de ingredientes intermediários, como glicose, xaropes, proteínas, carboidratos, gorduras e aromatizantes. Cresceu um setor de alimentos “derivados”, reconstituídos a partir de matérias-primas genéricas, como amido de milho ou proteína de soja⁶⁰.

O substitucionismo ancorou-se, portanto, em duas tendências principais: a criação de novos produtos que disfarçam suas características industriais buscando “imitar” o produto *in natura* (como a margarina), e a criação de produtos que exaltam suas características industriais para diferenciar-se dos produtos *in natura* (como as batatas chips)

Todos estes processos envolveram uma crescente complexidade tecnológica, e as atividades produtivas tornaram-se cada vez mais de capital intensivo, altamente dependentes de conhecimento técnico especializado e de cada vez menos mão-de-obra “desqualificada”. Os agricultores não eram reconhecidos como atores ativos na produção de variedades de plantas, perdendo a função de inovação e conservação e sendo definidos apenas como produtores, usuários finais e passivos do trabalho prévio dos selecionadores de sementes. Houve aí uma divisão do trabalho que aprofundou a subordinação do trabalho manual ao trabalho intelectual.

Além da eliminação do espaço-tempo da evolução natural, houve a eliminação do espaço-tempo da co-evolução entre seres humanos e natureza, característico da agricultura de todos os povos não-capitalistas. Com exceção do preparo doméstico de alimentos, todos os setores do sistema agroindustrial (agricultura, processamento, distribuição, venda)

60 SORJ e GOODMAN, 1990

caminharam para uma alta e crescente concentração da produção, em direção à formação de oligopólios.

1.3.2 Fordismo e a 1ª etapa da Revolução Verde

As transformações técnicas expostas acima não teriam sido possíveis sem um contexto histórico e dinâmicas geopolíticas propícias à sua emergência e desenvolvimento. Perkins (1997) demonstra que o apoio político sistemático à pesquisa e desenvolvimento agrícola esteve historicamente ligado ao planejamento da segurança e autonomia nacionais. Segundo ele, a agricultura de um país é tão importante para garantir a independência nacional quanto suas forças militares e seu grau de industrialização. A agricultura realiza a mediação entre os recursos humanos e naturais, e através dela é possível transformar a produtividade primária dos ecossistemas em comida, prosperidade e poder nas sociedades humanas.

Apesar de cientistas políticos e *plant breeders*⁶¹ tenderem a ignorar seus estudos mutuamente, as forças políticas dominantes de países centrais já percebiam que o suprimento de alimentos, bem como o manejo do solo e da água, eram fundamentais para assegurar a força e estabilidade de um Estado-Nação. Em tempos de paz, a estabilidade interna é fortemente dependente de um suprimento de alimentos seguro e estável, algo que ganha peso ainda mais crítico em tempos de guerra. Além disso, as novas tecnologias agrícolas podem aumentar a riqueza e o poder de seus defensores, dando-lhes mais habilidades para influenciar a próxima etapa de desenvolvimento tecnológico. Por fim, aspectos estruturais da vida humana e da organização social (como onde as pessoas vivem e no que trabalham), são totalmente impactados pelos resultados da ciência agrícola, o que torna os *plant breeders* indiretamente responsáveis pela configuração de quem controla a terra e quem produz nela nos quatro cantos do mundo. Assim, a produção agrícola e todo o desenvolvimento tecnológico a ela associado têm importância estratégica, e portanto, o poder político exerce grande influência sobre quais tecnologias serão inventadas, desenvolvidas e adotadas⁶².

O governo norteamericano tinha um sistema de financiamento governamental em grande escala para investigações agrícolas desde 1850, sendo um dos primeiros países a perceber a pesquisa pública e sistemática como crucial para o desenvolvimento da ciência em

61 Não soube qual seria uma tradução satisfatória para o português, por isso optei por manter a expressão original. Seriam os cientistas criadores/obtenores de plantas.

62 PERKINS, 1997

sociedades ocidentais⁶³. Sorj e Goodman (1990) destacam que a aliança entre Estado, capitais agroindustriais e *lobbies* agrários configurou uma grande coalizão que assegurou a continuidade das oportunidades de acumulação nas cadeias agroalimentícias tradicionais, e o desejo de acumulação de capital foi fundamental para construir o apoio político para a consolidação de programas de ciência agrícola⁶⁴ que culminaram na Revolução Verde.

Tendo tudo isso em mente, é possível imaginar como e por que a Revolução Verde despontou logo após as duas grandes guerras mundiais, acompanhando uma intensa reestruturação da ordem mundial no mesmo período. As indústrias bélicas, depois das guerras, necessitavam ganhar novos mercados, e grande parte de seu desenvolvimento técnico foi direcionado para uso civil na indústria agrícola. Os tanques de guerra se converteram em tratores, as armas quimicobiológicas em agrotóxicos, a bomba nuclear em técnicas de irradiação e esterilização nuclear para controle de pragas e conservação de alimentos, e a produção excedente de nitrogênio em fertilizantes. Essa produção excedente precisava urgentemente de escoamento e da construção de mercados para além das fronteiras nacionais.

Como aponta Perkins (1997), a intensificação da industrialização da agricultura e a adoção das Variedades de Alto Rendimento foram determinadas, científica e politicamente, pelas relações entre países centrais e periféricos. O capitalismo estava entrando em uma fase de ampla reestruturação, em uma nova ordem econômica e política mundial orbitando em torno da hegemonia estadunidense e avançando sobre a internacionalização da economia com o apoio das novas entidades do sistema ONU (Banco Mundial, FMI, Nações Unidas). Consolidava-se uma divisão internacional do trabalho mais elaborada e sofisticada, de forma a aprofundar ainda mais a unilateralidade do comércio entre países centrais e periféricos. Apesar dos países periféricos começarem a industrializar-se, a exportação do modelo produtivo agrícola da Revolução Verde foi um eficiente mecanismo na manutenção da soberania dos países centrais e renovação da dependência dos países periféricos.

O pano de fundo histórico da Revolução Verde é vivamente descrito por Eric Hobsbawm (1997) na caracterização dos chamados 30 Anos Gloriosos (a “Era do Ouro”) que se sucederam à II Guerra Mundial. Nesta época todos os ramos da indústria, a agricultura

63 No caso da pesquisa genética, na ausência de um mecanismo de apropriação que permitisse direitos de propriedade por parte do capital industrial sobre os recursos biológicos, deixou-se quase exclusivamente para o Estado o incentivo da ciência agrícola em seus anos de formação. Somente depois de criada a primeira semente híbrida de milho com recursos públicos nos EUA, é que estabeleceram-se as condições necessárias para a apropriação privada com garantia de lucros monopolísticos de sementes voltadas a sistemas ambientais/regionais específicos. O setor privado então afastou a pesquisa pública e por volta de 1950 tornou-se a fonte principal de pesquisas do milho híbrido (PERKINS, 1997)

64 PERKINS, 1997

entre eles, observaram um desenvolvimento técnico explosivo, concomitantemente a um surto econômico sem precedentes nos países capitalistas centrais. Nestes países, depois de 1945 as maiores prioridades eram recuperar-se da guerra e afastar o avanço comunista. Para isso, investiram intensamente na industrialização e na expansão do mercado de bens de consumo particular. Nos centros, o capitalismo foi reformado para reestabelecer o nível de vida da classe trabalhadora e construir um público consumidor através da consolidação do Estado de Bem-Estar Social.

O Estado de Bem-Estar Social cumpria o duplo papel de direcionar a capacidade de consumo da classe trabalhadora para itens supérfluos e, ao mesmo tempo, apaziguar as lutas sociais ao integrar uma série de reivindicações revolucionárias de forma hetero-organizada ao sistema. Construiu-se uma espécie de consenso político entre a direita e a esquerda e entre padrões e organizações trabalhistas para contemplar e manter as reivindicações dos trabalhadores dentro de limites que não afetassem os lucros⁶⁵.

Por sua vez, o Estado de Bem Estar Social conjugava-se com o modelo de produção em massa de Henry Ford, que colonizou todas as esferas produtivas, desde a construção de habitações, passando pelo setor de viagens turísticas até a *junk food*. A inovação tecnológica avançava com rapidez, e o que antes eram artigos de luxo tornavam-se o padrão de conforto desejado e acessível à população média dos países ricos, que agora tinham a possibilidade de usufruir de eletrodomésticos, carros, férias remuneradas em praias ensolaradas e toda uma gama de aparelhos eletrônicos cada vez mais acessíveis.

Segundo Hobsbawm (1995), o grande *boom* da Era de Ouro foi alimentado não apenas pela mão-de-obra dos ex-desempregados (agora sustentados pelo Estado de Bem-Estar Social), mas também por vastos fluxos de migração interna — do campo para a cidade, e de regiões mais pobres para outras mais ricas. Sendo a agricultura apenas mais um setor produtivo dentro do capitalismo, nada mais natural do que ter acompanhado o mesmo fluxo no seu desenvolvimento interno. O regime fordista, como bem detalhado por Bonneuil et. al (2011) expressou-se no setor agrícola através da massificação da produção em larga escala e da liberação de força de trabalho requisitada por outros setores da economia. A agricultura alinhou-se ao quadro industrial em termos de volumes de produção, eficiência, padronização, racionalização, segmentação das etapas de produção, preocupação com previsibilidade e estabilidade dos desempenhos⁶⁶. Além disso, a Revolução Verde configurou um dos

65 HOBSBAWM, 1995

66 BONNEUIL et al, 2011

principais esforços para internacionalizar o processo de apropriação, uma vez que a homogeneização do processo de produção agrícola permitiu a difusão de técnicas de criação de plantas de clima temperado para o meio ambiente de regiões tropicais e sub-tropicais⁶⁷.

Ideologicamente, a Revolução Verde se impôs através da narrativa da escassez e de um novo impulso às teorias *neomalthusianas*. Depois das guerras, o medo da fome ainda rondava a Europa destruída, e o mesmo sentido foi aplicado como suposta ajuda desenvolvimentista à países periféricos e “subdesenvolvidos”. Porém, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004) chama atenção que a Revolução Verde pode ser lida como um contraponto às “revoluções vermelhas” e marcadamente camponesas que explodiram por todo o mundo ao longo do século XX: Revolução Mexicana (1910), Revolução Russa (1917), Revolução Espanhola (1936), Revolução Chinesa (1949), e mais tarde Revolução Cubana (1959), dentre muitos outros movimentos em torno da emancipação e libertação dos povos pelo mundo. O autor lembra que o primeiro verso do hino da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) evoca os “famélicos do mundo”, e que de fato a fome ainda consistia em um problema cotidiano da maior parte da humanidade. Mas enquanto os movimentos revolucionários denunciavam a desigualdade na distribuição de terras, de fatores produtivos, de alimentos e de poder como principais causas da fome e da miséria (abordagem política e social), a Revolução Verde despolitizava este debate, imputando suas causas a um atraso puramente tecnológico (abordagem tecnicista). Estava ideologicamente ancorada, portanto, na crença inabalável no progresso técnico, supostamente neutro, como redentor e medida de avanço da humanidade.

O principal veículo de imposição da Revolução Verde pelo mundo foi a difusão de centros de pesquisa e investigação agrícola em países periféricos, voltados principalmente à modificação dos principais grãos de subsistência das populações locais (principalmente trigo, milho e arroz), rompendo processos milenares de produção e circulação de alimentos e inserindo-os em fluxos de comercialização globais de forma subordinada.

Os primeiros programas de desenvolvimento agrícola disseminados pelo governo dos Estados Unidos em parceria com a Fundação Rockefeller nos primórdios da Revolução Verde foram voltados à América Latina em geral e ao México em particular, país que, aliás, havia passado por um dos processos revolucionários latinoamericanos mais emblemáticos com relação ao protagonismo do campesinato e ao questionamento da estrutura agrária colonial. Em 1943 foi fundado, no México, o predecessor do que seria o Centro Internacional de

67 SORJ e GOODMAN, 1990

Melhoramento de Milho e Trigo (CIMMYT), cuja tecnologia foi posteriormente exportada para a Índia, Paquistão, Turquia, Afeganistão, Nepal e norte da África⁶⁸.

A necessidade de reforma agrária seria altamente questionada pelos defensores da Revolução Verde, que necessitavam de mão de obra industrial e urbana. Terras longínquas das periferias do sistema eram incorporadas pelos fluxos de acumulação de capital, e em termos fundiários, não havia uma visão de fronteira agrícola na iminência de se fechar. A tecnologia dava conta de incorporar novas terras sejam quais fossem suas condições de fertilidade e clima, eliminando a diversidade de ambientes através de forte artificialização, além de intensificar a produção naquelas já incorporadas.

O CIMMYT foi seguido por programas semelhantes em diversos países latinoamericanos sob os auspícios do Departamento Norteamericano de Agricultura (USDA) ou de universidades norteamericanas de agricultura. Além de desenvolver e disseminar sementes híbridas industriais, estes programas realizavam a coleta de germoplasma nativo, de modo que, em 1951, os Estados Unidos já reuniam uma coleção considerável de germoplasma de milho mexicano. O México passou da auto-suficiência em milho para tornar-se um importador no fim de 1970.

Em 1953, o mesmo modelo foi implementado na Índia, agora com o aporte também da Fundação Ford, que, posteriormente, junto à Fundação Rockefeller, criou o International Rice Institute Research (IRRI) nas Filipinas em 1960. A Fundação Kellogg's uniu-se a elas em seguida. Juntas, elas promoveram a criação do Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), no âmbito das Nações Unidas⁶⁹. A grande maioria dos diretores das estações experimentais internacionais foram recomendados e aprovados pelas Fundações⁷⁰.

Aliados aos campos experimentais, laboratórios, bolsas de estudos e programas de extensão rural, estavam os generosos subsídios governamentais na forma de políticas públicas, seja em relação a crédito, incentivos fiscais, doações, legislação modernizante para estabelecimento de estatutos jurídicos ligados ao trabalho agrícola, à estrutura fundiária e a uma regulamentação restritiva de controle de qualidade. Todos estes subsídios eram condicionados à adoção dos pacotes tecnológicos que uniam mecanização, sementes híbridas e insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). Portanto, em todos os países em que foi

68 GEORGE, 1978.

69 O CGIAR é considerado um “parceiro estratégico” da FAO: <http://www.fao.org/policy-support/mechanisms/mechanisms-details/en/c/414443/>

70 CEECON, 2008

adotada, a Revolução Verde foi acompanhada de uma espécie de pacote governamental condicionado ao pacote tecnológico, ambos absolutamente determinantes para seu sucesso.

Os países periféricos passaram a importar cada vez mais insumos agrícolas manufaturados e exportar recursos naturais na forma de *commodities*, renunciando ao abastecimento alimentar/nutricional interno de suas populações para concentrar-se em safras especializadas de interesse comercial global. O alimento foi ficando cada vez mais próximo a uma mercadoria como outra qualquer: um bem sobre o qual era possível especular e acumular, e sobre o qual também se impuseram normas técnicas e controle de qualidade que se prestavam à mecanização, à padronização e à transformação industrial.

A difusão dessas inovações industriais gerou, por sua vez, um aumento gigantesco de produtividade total, transformando a economia política da agricultura e do sistema agroalimentício. O maior problema a ser resolvido pela questão agrária passou a ser, não mais a estrutura fundiária ou o excesso de mão de obra, mas o excesso de produção gerada pelas inovações mecânicas e químico-genéticas. Esta situação fomentou, por sua vez, estratégias apropriação e substitucionistas baseadas nos excedentes de produção, também promovendo a acumulação em cadeias agroalimentícias já existentes⁷¹. Nos EUA, por exemplo, a produção de milho industrial chegou a parâmetros nunca imaginados. Para escoar essa produção gigantesca foi criada toda uma cadeia industrial à base de milho:

Para amido modificado ou não modificado, para xarope de glicose e maltodextrina, para frutose cristalina e ácido ascórbico, para lecitina e dextrose, ácido láctico e lisina, para maltose e HFCS, para MSG e poliálcoois, para cor caramelo e goma xantana, por tudo isso leia-se: milho (...) Num supermercado médio americano, é possível encontrar cerca de 45 mil itens e mais de um quarto deles atualmente contém milho. Isso também vale para os itens não-comestíveis: tudo, da pasta de dentes até os cosméticos e as fraldas descartáveis, sacos de lixo, produtos de limpeza, fósforos e pilhas, até mesmo a película brilhante que recobre a capa de revista que chama sua atenção na banca: milho (...)⁷²

Sorj e Goodman (1990) destacam que a possibilidade da indústria química criar produtos diferenciados em constante transformação, que vão desde pesticidas industrializados até refeições prontas congeladas, deu à indústria alimentícia uma fonte dinâmica de valor agregado com grande margem de lucros, superando restrições de nutrição impostas por limites fisiológicos e pela demanda inelástica dos gêneros de primeira necessidade. Além disso, os produtos agrícolas assumiram *status* de insumos industriais, podendo ser usados de modo intercambiável de acordo com custos e critérios técnicos. Essa transição atenuou as limitações

71 SORJ e GOODMAN, 1990

72 POLLAN, M. 2007, p. 26-27.

impostas à acumulação advindas das matérias-primas rurais e contribuiu para fortalecer ainda mais o processo de produção industrial relativamente ao processo agrícola, aumentando a parte do valor agregado que cabe à indústria e reduzindo, concomitantemente, a importância da terra e de seu produto no sistema alimentar.

Ou seja, a superprodução de grãos não levou à uma alimentação diversa, balanceada e completa à mesa dos consumidores. Mas sim, criou um mercado de produção excessiva, cuja principal preocupação é produzir cada vez mais, buscando escoamento de um mesmo alimento através da diversificação no processamento. A preocupação com a fome ou com a nutrição é secundária, perante as oportunidades de acumulação de um ramo industrial em franca expansão.

Na década de 1950, os alimentos de conveniência ou *fast food* já podiam ter sua composição alterada de acordo com os custos relativos ou de acordo com critérios nutricionais dos diferentes ingredientes usados como matéria-prima. Por sua vez, nos países centrais a comercialização de tais produtos dependeu em grande parte de um investimento massivo em publicidade para difusão de novos hábitos alimentares, mas também respondia a transformações mais amplas da sociedade industrial, como a difusão do uso de eletrodomésticos, o aumento do poder aquisitivo e a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. O ritmo de trabalho das grandes cidades tornava atraentes as inovações no processamento para fornecimento de refeições prontas, congeladas, que graças à indústria química ganhavam significativos melhoramentos em termos de sabor, textura e aroma⁷³.

Em síntese, o modelo fordista de produção na agricultura aliava produção em massa, consumo de massa, padronização de ambientes, economia de escala e convenções de qualidade mínima, com a finalidade de gerar altas taxas de produtividade agrícola através da produção extensiva em larga escala e do uso intensivo de tecnologia. Consolidou-se como uma tecnoestrutura pública e privada de delegação de conhecimentos, na qual a ciência (ativa) busca, encontra, inova; o agricultor (passivo) produz; e o consumidor (passivo) consome⁷⁴.

É importante termos em mente alguns dados sobre os resultados do modelo inaugurado pela primeira etapa da Revolução Verde:

Segundo relatório do Grupo ETC (2018), hoje a cadeia agroindustrial alimenta menos de 30% da população no mundo, abocanhando 75% dos recursos naturais agrícolas, enquanto

73 HOBSBAWM, 1995

74 BONNEUIL et. al., 2011

que 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa (medidos em calorias e em peso) são produzidos por camponeses e pequenos produtores⁷⁵ que utilizam apenas 25% destes mesmos recursos.

A cadeia agroindustrial produz quantidades incomensuráveis de comida, mas grande parte dela não chega à mesa da população: 44% das calorias produzidas pela cadeia agroindustrial se perdem na produção de carne (metade das calorias colhidas se convertem em forragem para o gado, e calcula-se que somente 12% destas calorias chegam aos pratos em forma de carne e laticínios); e 9% das calorias de cultivos industriais são direcionados à produção de agrocombustíveis ou de produtos não alimentícios. Além disso, o índice de desperdício de alimentos produzidos pela cadeia agroindustrial ao longo das etapas de processamento, transporte e armazenamento vai de 33% a 50%, sendo que apenas 5% dos investimentos em investigação e desenvolvimento (I&D) são direcionados à resolução do problema das perdas pós-colheita. Isso significa não só desperdício de comida, mas também de petróleo, água, solo e demais recursos.⁷⁶

Segundo Eliane Ceccon, (2008) entre 1963 e 1973 o número de pragas só no Brasil aumentou de 243 a 593, ainda que o consumo de agrotóxicos tenha aumentado no mesmo período de 16.000 para 78.000 toneladas. Para ela, parece haver uma relação entre o uso desses produtos e o surgimento de novas pragas, já que os agrotóxicos matam, junto com elas, seus inimigos naturais. Além disso, as pragas desenvolvem mutações genéticas que garantem seu ressurgimento cada vez mais resistentes. Portanto, apesar de eficientes no curto prazo, os agrotóxicos são ineficientes no longo prazo, além de comprovadamente nocivos à saúde humana e animal, contaminando alimentos, águas e ar. Já existem diversos estudos comprovando sua relação com mutações cancerígenas e diversas doenças neurológicas que afetam tanto agricultores que manejam diretamente os venenos quanto os consumidores dos alimentos contaminados. Calcula-se que para cada dólar que os consumidores pagam pelo produto agroindustrial, a sociedade paga outros 2 dólares pelos danos ambientais e à saúde que sua cadeia provoca⁷⁷.

No mesmo período, enquanto o consumo de fertilizantes aumentou em 1290%, a produtividade aumentou somente 4,9%. Em quase toda a América Latina observa-se que os solos agrícolas estão erodidos, compactados e estéreis, exigindo técnicas artificiais cada vez

75 Somente os agricultores camponeses do Sul Global, são responsáveis pela colheita de 53% das calorias para consumo humano (incluindo 80% da produção global de arroz e 75% da produção global de oleaginosas).

76 ETC, 2018

77 ETC, 2018

mais caras para manter seus níveis de produtividade. O uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes químicos reduziu ao mínimo a atividade microbiana e a fauna do solo essenciais para a manutenção de sua fertilidade natural⁷⁸.

Do ponto de vista social e econômico, este modelo agrícola resultou em salários miseráveis para os trabalhadores rurais em todo o mundo, desemprego e migração em massa, devido às transformações nas dinâmicas internas de organização do trabalho agrícola (mecanização) e do aumento da demanda por capital intensivo. A modernização da agricultura resultou em profundas modificações nas relações sociais de produção que priorizaram modelos organizacionais com moldes empresariais, eliminando ou dificultando a reprodução do campesinato, e resultando em miséria crescente no campo e nas cidades. A organização interna da produção agrícola definiu o contexto das principais mudanças observadas nas estruturas sociais rurais, como a acentuada queda na população agrícola (êxodo rural), a marginalização das unidades agrícolas subcapitalizadas e a concentração da produção.

Além disso, as sementes de alta produtividade da Revolução Verde são híbridas (ou seja, as plantas geradas não se reproduzem, sendo necessário renovar a compra de sementes a cada safra) e só funcionam integradas ao pacote de fertilizantes e agrotóxicos. Na ausência de algum desses insumos, os agricultores obtêm más colheitas. Devido à citada complementaridade entre o “pacote governamental” (que condiciona crédito e seguro rural) e o pacote tecnológico, agricultores em todo o mundo ficam impossibilitados de pagar dívidas a não ser usando uma nova leva de insumos, em um ciclo vicioso de absoluta dependência.

Em termos genéticos, a Revolução Verde resultou em alto grau de uniformidade genética, levando ao aumento de vulnerabilidade às doenças e pragas. Segundo Ceccon (2008) a alimentação humana, que antes era baseada em mais 300 espécies diferentes de plantas, hoje baseia-se em não mais do que 30 espécies, que são responsáveis pelo potencial nutritivo de famílias em qualquer parte do mundo, o que causa vulnerabilidade da nossa própria espécie frente a intempéries. Da mesma forma, as milhares de variedades de uma mesma espécie estão diminuindo em ritmos assustadores. A uniformidade genética é “um convite a uma epidemia devastadora”⁷⁹. Dados mais recentes do Grupo ETC (2018) demonstram que das 137 espécies de cultivos comerciais, apenas 16 espécies representam

78 CECCON, 2008

79 CECCON, 2008, p. 26. - As grandes fomes na Irlanda em 1845 e na Índia em 1943, por exemplo, foram resultado da extrema dependência de uma só espécie como alimento básico, e quando uma praga atacou os campos de cultivo, milhares de pessoas morreram.

86% da produção global de alimentos. Hoje, 45% do gasto privado em investigação e desenvolvimento (I&D) nos EUA é voltado a um só cultivo - o milho⁸⁰.

Por fim, hoje 30% da população mundial é obesa ou tem sobrepeso (e os estadunidenses em particular comem 25% mais comida do que necessitam), enquanto 3 mil 900 milhões (52%) de pessoas no mundo tem má nutrição⁸¹ e 796 milhões (10%) ainda padecem de fome.

1.3.3 Toyotismo e a 2ª etapa da Revolução Verde

Segundo Hobsbawm (1995), o equilíbrio econômico da Era do Ouro fordista dependia de uma coordenação entre o crescimento da produção e os ganhos que mantinham os lucros estáveis. Ao mesmo tempo, os salários tinham que subir com rapidez suficiente para manter o mercado e o consumo ativos, mas sem afetar os lucros. Além disso, dependia do domínio político e econômico dos Estados Unidos, que estabilizava a economia mundial com o dólar. No final da década de 1960 tudo isso já apresentava sinais de desgaste⁸².

A crise de sobreacumulação, o colapso no sistema financeiro internacional de Bretton Woods e a crise da OPEP em 1973 levaram a economia mundial à bancarrota e a Era do Ouro chegou a seu fim.

Com a ruptura do equilíbrio fordista surgiu a necessidade de uma reatualização da acumulação por espoliação e de uma nova etapa de expansão do capital. A padronização do trabalho de produtores e produtos e a economia baseada na oferta foi sendo substituída por uma economia baseada na demanda, um modelo produtivo focado na diferenciação dos produtos e na valorização das qualidades e variedades⁸³. Em todos os setores da economia descobriram-se as vantagens de explorar o componente intelectual e criativo dos trabalhadores, que foram chamados a “participar” do processo produtivo em todas as escalas, o que explica a demanda por mão-de-obra qualificada característica do Toyotismo.

No início da década de 1970 uma economia transnacional tornou-se uma força global efetiva, que seguiu em ascensão mesmo depois da crise de 1973⁸⁴. Com as multinacionais, as

80 ETC, 2018

81 “(...) Más allá de la falta de calorías (el “hambre” clásica), este número incluye los muchos que acceden a suficientes calorías pero sufren severa falta de micronutrientes, vitaminas o proteínas, o padecen enfermedades por consumo excesivo (...) En un mundo lleno de comida, más de la mitad de nosotros no puede acceder a la comida que necesita. Lo más trágico es que tanto en números duros como em porcentajes, la proporción de personas mal nutridas va en aumento.” (ETC, 2018, p. 9)

82 HOBBSAWN, 1995

83 BONNEUIL et. al., 2011

84 HOBBSAWN, 1995

transações comerciais ultrapassaram as fronteiras do tradicional Estado-Nação. Uma nova divisão internacional do trabalho se estabeleceu sobre a antiga, com os países periféricos industrializando-se e contribuindo com a exportação de manufaturas fabricadas com mão de obra qualificada, mas mais barata. A revolução nos transportes e comunicação tornaram economicamente viável a divisão da produção de um artigo entre fábricas de diferentes países, sob o comando de uma mesma multinacional.

Como não podia deixar de ser, o setor agrícola também se reestruturou. O papel do Estado-Nação na regulamentação da agricultura entrou em declínio ante o crescimento dos níveis internacionais e regionais e da crescente transnacionalização do capital. A urbanização e o êxodo rural chegaram ao auge, tanto nos centros quanto nas periferias do sistema.

Como já dito anteriormente, o modelo produtivo da primeira Revolução Verde degradou suas próprias condições de produção, simplificando e sobre-explorando os ecossistemas e pondo em risco a rentabilidade da produção agroindustrial capitalista. Necessitava-se de um volume cada vez maior de fertilizantes e de agrotóxicos para dar conta de solos erodidos e exauridos e do surgimento de pragas cada vez mais fortes, justamente em um contexto de crise da matriz energética de combustíveis fósseis. Seguindo a tendência do toyotismo, o agronegócio foi obrigado a renovar suas bases tecnológicas em busca de mais eficiência energética, eliminação do desperdício e conservação de recursos. Por outro lado, a crise obrigou também o capital agrícola a expandir-se em busca de novos processos de acumulação, que foram se diversificando até a já citada emergência do *neoextrativismo*, concomitantemente à tentativa de inclusão e apropriação de práticas produtivas “tradicionais”, ainda não totalmente integradas ao sistema econômico hegemônico, principalmente em países periféricos.

Da mesma forma que a primeira Revolução Verde respondia tecnicamente às questões levantadas pelas “revoluções vermelhas”, a segunda Revolução Verde agora teve de dar conta de novos conflitos, reivindicações e mobilizações coletivas. Desde os anos 1970 começaram a emergir lutas sociais e políticas, não só pelo constante aumento de salários, mas também por novas pautas como a questão ambiental e as lutas identitárias. O modelo de desenvolvimento agrícola do pós-guerra foi questionado tanto por lógicas mercantis (na pressão pela liberalização dos mercados e pela economia de demanda) quanto por lógicas cívicas (requalificação das avaliações cívicas da agricultura a partir da pressão de consumidores pela qualidade, territórios, meio ambiente etc). Para Bonneuil et. al. (2011), essa crise no modelo

produtivista representa a expressão agrícola da crise mais geral do modelo fordista nas economias ocidentais, respondendo também ao desenvolvimento de uma economia de serviços.

A nova dinâmica de acumulação capitalista passou a ser muito intensiva em conhecimentos, o que explica o avanço da apropriação privada sobre todo tipo de conhecimento, seja ele científico, seja ele o chamado saber-fazer tradicional. Todo esse redirecionamento no caso da agricultura gerou duas tendências nessa segunda etapa da Revolução Verde.

Por um lado, a partir dos anos 1990 houve um aprofundamento da engenharia genética e das biotecnologias, levando ao desenvolvimento de organismos geneticamente modificados e de variedades industriais que dão conta de um consumo cada vez mais exigente. Este modelo, que perdura até hoje, fortaleceu a exploração do trabalho de especialistas e cientistas e promoveu a apropriação privada da vida através das patentes. Por outro lado, houve no mesmo período um retorno às variedades antigas e locais, um apelo à valorização do meio ambiente, de populações ditas tradicionais e de processos participativos de inovação, incentivando a exploração da capacidade cognitiva e criativa dos próprios agricultores. Bonneuil et al (2011) chamam os dois modelos de, respectivamente, “modelo oligopolístico integrado” e “modelo territorializado participativo”. Estes modelos de inovação agrícola sob o capitalismo podem ser considerados, de certa forma, como duas faces da mesma moeda, e perduram até hoje, ainda que em mútua competição.

a) Biotecnologia, engenharia genética, OGMs

Para Eliane Ceccon (2008), o principal aspecto da segunda etapa da Revolução Verde está na manipulação da estrutura natural e da modificação do genoma com a criação dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) ou Transgênicos. Somente a partir de então, segundo Sorj e Goodman (1990), é possível considerar a perspectiva real de que o processo de transformação biológica como um todo poderá cair sob controle industrial direto, dissolvendo definitivamente a diferença entre agricultura e indústria. O controle do sistema de patentes de sementes significa a chegada da apropriação privada ao código genético e ao controle da reprodução biológica. Isso significa um aumento do poder de monopólios estabelecidos e a criação de novos monopólios sobre as formas de vida com poderes ilimitados.

A pesquisa genética acentua mais uma vez a diferença entre países centrais e periféricos, na medida que o padrão de transferência de fluxo genético de plantas entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos tem sido sempre unidirecional. Os bancos de genes e centros de investigação são apenas uma outra forma de garantir acesso irrestrito dos genes de espécies de importância econômica dos países periféricos e armazená-los em países centrais. Em 1981, dos 127.000 exemplares de sementes coletados, 94% se originavam do chamado terceiro mundo e 91% deles estavam armazenados em bancos genéticos dos EUA, Japão, Reino Unido, Rússia e outros países centrais⁸⁵.

Além disso, as biotecnologias aprofundam ainda mais a complementaridade tecnológica entre as indústrias químicas, farmacêuticas e alimentícias, que hoje são objeto de gigantescas transações e fusões em direção a uma concentração de poder sem precedentes em torno de meia dúzia de conglomerados:

La cadena agroindustrial depende del mercado comercial de semillas cuyo valor asciende a 41 mil millones de dólares. Sólo tres empresas, Monsanto, DuPont y Syngenta, controlan el 55% de este mercado. Los agricultores industriales dependen de pesticidas diseñados para emplearse en cultivos transgénicos, los cuales se adquieren principalmente de Syngenta, BASF y Bayer. Estas tres empresas controlan el 51% de las ventas globales, con valor de 63 mil millones de dólares. Desde que se introdujeron las semillas transgénicas hace 20 años han ocurrido más de 200 adquisiciones de pequeñas empresas semilleras, y, si las megafusiones corporativas que actualmente se están negociando prosperan, solamente tres nuevas empresas monopolizarán el 60% del mercado comercial de semillas y el 71% del mercado de los agrotóxicos⁸⁶.

Fica evidente que novamente esta tecnologia foi desenvolvida a serviço do fortalecimento mútuo entre os diferentes setores agroindustriais e não para inovações efetivamente úteis para a população de forma ampla:

Quase ¼ de século depois da primeira transformação genética de uma planta cultivada, é chocante observar que apenas dois tipos de característica (toxina inseticida ou gene de tolerância contra herbicida) representem 99% dos OGMs cultivados no mundo em 2005⁸⁷

Mas hoje, a biotecnologia e engenharia genética tendem a integrar-se também cada vez mais a outras inovações da era digital como as tecnologias de precisão, Smart, Big Data, robôs, impressão 3D, dentre outras.

Por fim, seguindo a tendência da economia de demanda, o setor de processamento de alimentos recebeu muitas críticas relacionadas à saúde dos consumidores. Houve pressão

85 CECCON, 2008

86 ETC, 2018, p. 29

87 BONNEUIL et. al., 2011, p. 188

crescente para tornar obrigatória a informação completa em rótulos de alimentos, com os valores nutricionais discriminados. Também houve uma mobilização contra o uso de aditivos, pressionando as empresas a encontrar métodos não-químicos para conservação de alimentos.

É crescente a demanda por alimentos orgânicos, ricos em fibras, pouco salgados e sem gordura. Porém, cada vez mais o valor nutricional dos alimentos é visto em termos de componentes básicos, quer sejam eles frescos ou não. Assim, retirar os aditivos não significa uma volta ao produto rural fresco. Pelo contrário, a engenharia dos alimentos está se esforçando para criar produtos industriais “saudáveis”, em termos de quantidade de calorias, proteínas, colesterol, gorduras, fibras etc, enquanto alimentos frescos como leite e carne estão tornando-se cada vez mais alvo de críticas como alimentos “não-saudáveis”.

b) Modelo territorializado e participativo

Bonneuil et al (2011) afirmam que a valorização de produtos e serviços de locais de produção específicos, longe de serem atividades arcaicas “intocadas pela modernização”, tornam-se vantagens competitivas no novo quadro de acumulação. Os produtos alimentícios passam a ter valor agregado segundo sua diferenciação funcional ou “hedônica”; segundo tipos de condutas de cultivo (agricultura “camponesa”, “racional”, “sustentável”, “orgânica”); segundo a valorização do local de origem (selos geográficos) e assim por diante. Estas diferenciações devolvem aos agricultores parte do protagonismo pela inovação técnica. Cada vez mais os conhecimentos técnicos ditos tradicionais são valorizados pelos consumidores, bem como seus produtos e sementes crioulas. Tais características estão, portanto, na mira das agroindústrias contemporâneas, que buscam apropriar-se desta fatia do mercado, de demanda crescente.

Na economia da qualidade, características imateriais e subjetivas dos produtos desempenham papel central na acumulação. Assim, a captação da atenção dos consumidores e sua satisfação qualitativa são fontes de valor, ao mesmo tempo que os produtos são cada vez mais vulneráveis às crises de imagem.

Exemplo emblemático desta nova roupagem da Revolução Verde pode ser observado na Aliança para a Revolução Verde para a África (AGRA), lançada em 2006 pelas Fundações Bill & Melinda Gates e Rockefeller para levar a Revolução Verde para a África Subsaariana⁸⁸. Nesta reedição, foram incluídos métodos localizados e participativos de

88 BLAUSTEIN, 2008

reprodução de variedades melhoradas, em um enfoque popular junto aos agricultores locais. Da mesma forma que na primeira etapa, há investimento massivo em centros de pesquisa nacionais em agricultura ligados a redes internacionais de investigação, bolsas de pesquisa para cientistas locais estudarem nos Estados Unidos e investimento em bancos de germoplasma. Mas agora, o enfoque é para as companhias de sementes orientadas ao saber local com abordagem agroecológica⁸⁹, aliado à biotecnologias como o MAS (*marker-assisted selection*). Observa-se claramente a incorporação das críticas ambientais realizadas no último período e o interesse pela exploração da capacidade cognitiva e criativa dos agricultores.

Ideologicamente, a principal justificativa para a segunda etapa da Revolução Verde continua sendo a narrativa da escassez e a ameaça da fome em um mundo de 7 bilhões de pessoas em crescente expansão populacional. Porém, aliada à fome, uma nova narrativa da escassez se estabelece: a narrativa das “limitações naturais”, ancorada no colapso ambiental e no aquecimento global.

Há similitude de interesses econômicos entre os atores que promoveram a primeira e a segunda Revoluções Verdes, assim como semelhanças em suas potenciais consequências sociais e ambientais. Como vimos, a primeira Revolução Verde iniciou-se a partir de movimentos de frações de capital independentes, que em determinado momento fundiram-se e consolidaram-se enquanto modelo hegemônico, reestruturando o mundo inteiro em termos ambientais, organizacionais, políticos e econômicos. Ao coordenar os esforços entre diferentes setores, a indústria agroalimentar potencializou seu grau de influência, alcançando um nível de concentração e de poder e de recursos nunca vistos. O que podemos imaginar nessa segunda Revolução Verde é que também estas frações de capital expressas pela biotecnologia e pela agricultura ecológica e participativa poderão se unir, de forma que os conhecimentos de populações tradicionais fiquem subordinados à lógica de acumulação de capital das agroindústrias transnacionais. Isso já vem ocorrendo através de diversas tentativas de associação entre as tecnologias desenvolvidas pelo capitalismo verde, como a “agricultura climaticamente inteligente”, a “intensificação ecológica da agricultura” ou a “agricultura de conservação” à tecnologias sociais e populares como a agroecologia.

As consequências da fusão destes modelos ainda são difíceis de prever, mas a julgar pelos movimentos do capitalismo estudados até agora, é evidente a tendência ao aumento da

89 “By taking an agroecology-based approach and by involving farmers in each step of the technology development process, we can achieve a Green Revolution that is more sensitive to environmental factors and more equitable to Africa’s large number of very poor farmers”. TOENNIESSEN, *apud* BLAUSTEIN, 2008, p. 10

concentração de poder e de recursos, ao aumento da desigualdade, da dependência e da subordinação. Uma vez que o setor agrícola está fadado a acompanhar as dinâmicas e a lógica inerente ao sistema capitalista, reproduzindo as mesmas relações de poder em todas as esferas, fica claro que é muito difícil realizar uma transição em direção a um modelo produtivo realmente limpo e justo apenas setorialmente na agricultura. Fica claro também que a Revolução Verde não encontra justificativa apenas em termos técnicos e, portanto, também não pode ser confrontada somente em termos técnicos. A Revolução Verde está assentada sobre mecanismos estruturais de manutenção e expansão do poder e da exploração, e somente a partir da ruptura com esses mecanismos poderia ser realmente superada.

Um último, mas não menos importante elemento a se levar em consideração, é o fato de que a Revolução Verde foi e é eficiente em seus próprios termos, ou seja: ela garante o abastecimento regular e constante dos mercados que ela mesma contribuiu para criar (concentrados no consumo urbano, barato e dependente de grandes redes de supermercados), e, apesar de perder produtividade no longo prazo, tem alta produtividade no curto prazo. Sua eficácia na concatenação entre insumos e estrutura produtiva, em uma economia globalizada, é considerável. Portanto, mudanças realmente relevantes no sistema agroalimentar estão condicionadas a mudanças mais amplas e profundas em toda a estrutura de produção, abastecimento e consumo modernos.

Ainda que de forma breve, com esta exposição podemos perceber qual é o tamanho do desafio que a agroecologia encontra hoje à sua frente quando se coloca como proposta alternativa e radicalmente oposta à Revolução Verde e ao modelo de produção agroalimentar hegemônico.

1.4 Ciência, Movimento e/ou Prática?

Com a exposição sobre as origens e disseminação da agroecologia, fica evidente que a agroecologia tornou-se um conceito polissêmico. Muitos textos usados nesse primeiro levantamento bibliográfico indicam que convencionou-se afirmar que a polissemia do termo agroecologia distribui-se em torno de quatro entendimentos principais: “agroecologia enquanto ciência”, “agroecologia enquanto prática”, “agroecologia enquanto movimento social”, e “agroecologia enquanto ciência, movimento e prática” (fusão indissociável das três perspectivas anteriores)⁹⁰.

90 NORDER et. al., 2016; SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013; WEZEL et. al., 2009 – entre outros.

Porém, em nosso entendimento essa tipologia mostra-se pouco útil em termos sociológicos. Afinal, todos os diferentes atores que reivindicam a agroecologia necessariamente mobilizam-se em torno de determinados saberes, práticas e posicionamentos político-ideológicos. Essa classificação, por si só, não permite identificar o conteúdo desses saberes, práticas ou movimentos, ocultando possíveis tensionamentos e relações de poder em jogo, a origem política das diferentes abordagens ou mesmo com qual sujeito histórico ou classe social essas abordagens estão identificadas.

Tendo feito a contextualização histórica da emergência e difusão da agroecologia pelo mundo, já temos um bom pano de fundo para entrarmos na análise empírica sobre os diferentes discursos políticos que recobrem a agroecologia. Como vimos, recentemente a Via Campesina começou a denunciar o que chama de “cooptação” da agroecologia por parte dos organismos multilaterais, apesar de ter sido uma das organizações que mais pressionou a FAO a adotar a agroecologia enquanto política oficial. Acreditamos que o estudo mais detido sobre esse tensionamento pode nos revelar boas pistas sobre as diferenças existentes entre outras organizações similares. Como já dissemos, ambas as organizações tem capilaridade internacional, influenciando e sendo influenciadas por uma ampla gama de sujeitos e instituições, o que torna a análise de seus discursos particularmente relevante para os rumos da agroecologia em todo o mundo. Além disso, ambas tem sido, cada uma à sua maneira, responsáveis pela larga disseminação e popularização da agroecologia observada nos últimos anos, de forma que seus discursos encontram ressonância tanto entre pequenos agricultores e comunidades tradicionais, quanto entre ONGs, movimentos sociais, gestores, políticas públicas, agências financiadoras, fundações, governos e empresas, dos mais diversos países.

CAPÍTULO II – A CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NA VIA CAMPESINA

O presente capítulo foi elaborado a partir da análise do seguinte material empírico: I) Fontes primárias: a) documentos oficiais, declarações e publicações da Via Campesina; b) transcrição de gravações de entrevistas com membros da Via Campesina, retiradas da tese de doutorado de Flávia Braga Vieira (2008); c) páginas oficiais na internet; II) Fontes secundárias: análises já realizadas sobre o histórico de construção da Via Campesina e sobre sua relação com a agroecologia. Todos os materiais utilizados encontram-se compilados nas tabelas a seguir:

I) Fontes primárias:

a) Documentos:

ANO	DOCUMENTO	AUTORIA
2009a	Agricultura Campesina sostenible: el futuro del planeta. Análisis, posición y plan de trabajo de la Comisión de Agricultura Campesina Sostenible de La Vía Campesina	La Via Campesina (LVC)
2009b	Debate del acercamiento al concepto de agroecología. Instituto Agroecológico Latinoamericano (IALA) Paulo Freire. Venezuela	La Via Campesina (LVC)
2010	Encuentro asiático em agroecología. Colombo, Sri Lanka	La Via Campesina (LVC)
2011a	La agricultura campesina sostenible puede alimentar al mundo: Documento de punto de vista de La Vía Campesina – Yakarta	La Via Campesina (LVC)
2011b	Recomendaciones para la Campaña Global de las Semillas, de La Via Campesina. Bali, Indonesia	La Via Campesina (LVC)
2011c	Declaración de Shashe	La Via Campesina (LVC)
2011d	Declaración final de la Formación de Formadores y Formadoras en Agroecología. Techiman	La Via Campesina (LVC)
2011e	Propuesta de texto de posicionamiento sobre agroecología de la ECVC	La Via Campesina
2012a	Declaración final del II Encuentro Continental de Formadoras y Formadores Agroecológicos. Chimaltenango, Guatemala	La Via Campesina (LVC)
2012b	Declaración de Surin. Surin, Tailandia	La Via Campesina (LVC)
2012c	Agricultura campesina sostenible: Por la soberanía alimentaria y la Madre Tierra. Bangkok, Tailandia	La Via Campesina (LVC)

2015	Cuaderno 7 - Agroecología Campesina por la Soberanía Alimentaria y la Madre Tierra: Experiencias de La Via Campesina. Zimbabwe.	La Via Campesina (LVC)
2017	Las luchas de la Via Campesina por la reforma agraria: por la reforma agraria, la defensa de la vida la tierra y los territorios. Zimbabwe	La Via Campesina (LVC)

b) Entrevistas com membros da Via Campesina:

DATA	ENTREVISTADO/A	ORGANIZAÇÃO/CARGO NA ÉPOCA	ENTREVISTA CONCEDIDA A
19/03/07	Francisca Rodríguez	Fundadora da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI – Chile). Foi representante da América do Sul no CCI ¹ da Via Campesina de 2000 a 2004.	Flávia Braga Vieira (2008)
23/03/07	Egídio Brunetto	Fundador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST – Brasil). Representante da América do Sul no CCI da Via Campesina desde 1996.	Flávia Braga Vieira (2008)
17/05/07	Paul Nicholson	Militante da Union de Ganaderos Y Agricultores Vascos (EHNE/UGAV - País Basco). Fundador da Coordenação Camponesa Europeia (CPE). Representante da Europa no CCI da Via Campesina desde 1993.	Flávia Braga Vieira (2008)
07/09/07	Ramiro Maradiaga	Assessor da Via Campesina Centroamérica desde 1993. Um dos responsáveis pela área de formação e articulação internacional da entidade.	Flávia Braga Vieira (2008)
24/09/07	Geraldo Fontes	Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST – Brasil) desde 1987. Desde 2000 dedica-se mais exclusivamente ao coletivo de relações internacionais do MST.	Flávia Braga Vieira (2008)
19/12/07	João Pedro Stédile	Fundador e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST – Brasil).	Flávia Braga Vieira (2008)

c) Página da internet

ORGANIZAÇÃO	PÁGINA
Via Campesina	https://viacampesina.org/es/

II. Fontes secundárias:

ANO	TÍTULO	AUTORIA
2008	Dos Proletários Unidos à Globalização da Esperança: um	Flávia Braga Vieira

1 Comitê Coordenador Internacional (CCI)

	estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores (Tese de doutorado)	
2013	La Vía Campesina y agroecología	Peter M. Rosset, María Elena Martínez-Torres
2018	Territorialização da agroecologia na Via Campesina	Peter M. Rosset e Lia P. Barbosa
2019	Escalamiento de la agroecología: impulsores clave y casos emblemáticos	Mateo Mier y Teran G.C., Omar Felipe Giraldo, Elda Miriam Aldasoro Maya, Helda Morales

2.1 A Via Campesina

Desde os anos 1980, o aprofundamento da internacionalização da agricultura, concomitantemente à uma crescente concentração do sistema de produção de alimentos nas mãos de poucas empresas multinacionais, bem como à financeirização global da atividade agrícola e a privatização de bens historicamente considerados públicos (como terra, água e patrimônio genético), levou a uma série de movimentos e protestos em todo o mundo. Segundo Flávia Braga Vieira (2008), o aparecimento de movimentos rurais articulados internacionalmente através da Via Campesina foi uma resposta ao acirramento da agressividade do grande capital transnacional sobre o mundo rural, decorrente do ascenso da chamada globalização neoliberal.

Os dirigentes latinoamericanos da Via Campesina entrevistados por Vieira (Ramiro Maradiaga, assessor da Via Campesina Centroamerica, Francisca Rodríguez, da ANAMURI/Chile² e Egídio Brunetto e João Pedro Stédile, do MST/Brasil³) apontam que sua criação recebeu influência determinante de uma série de movimentos predecessores: as lutas latinoamericanas contra as ditaduras; o papel da igreja progressista e da teologia da libertação nas mobilizações sociais da América Latina; a experiência e ideologia de militantes que tinham sido ligados aos movimentos revolucionários e guerrilheiros na Nicarágua, El Salvador, Guatemala, México, Colômbia, Peru e Chile; e por fim, uma forte influência das lutas revolucionárias do período, em particular a Revolução Sandinista na Nicarágua, as relações com a experiência cubana, e as lutas por independência na África. Paralelamente à decomposição do bloco soviético e do leste europeu, a América Latina vivia no mesmo período a eclosão de muitos movimentos que ainda reivindicavam um caráter socialista, que foi reelaborado no processo de construção da Via Campesina.

2 Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas

3 Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

Durante os anos 1980 as organizações camponesas da América Latina se articularam fortemente em torno da Campanha “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” (em referência à chegada de Colombo à América) desenvolvendo, até 1992, quatro Encontros Continentais (Colômbia em 1989, Guatemala em 1991, Nicarágua em 1992 e Brasil em 1995).

(...) A Campanha dos 500 anos é a raiz da gestação de movimentos sociais na América Latina. Mas, além disso, está na raiz da concreção da Via Campesina no mundo. Eu creio que estes cinco anos de campanha, enquanto se baixavam as bandeiras do mundo, enquanto caía o socialismo, enquanto caía Nicarágua (...) nós nos nucleamos para colocar na mesa a resistência do nosso povo. E o reconhecer de nossas capacidades, o reconhecer dessa resistência, é que permitiu ao movimento camponês da América Latina não perder sua consciência de classe (...)⁴.

As articulações em torno da Campanha dos 500 anos levaram a um encontro das organizações camponesas latino-americanas dois meses antes da Rio-92, em Vitória (Brasil). Além de planos de intervenção na Cúpula do Rio, na ocasião foi debatida a necessidade de criação de uma organização de camponeses em nível continental. Dois anos depois, em 1994, foi criada a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) em um Congresso de fundação em Lima (Peru) com a participação de 84 organizações de 18 países da América Latina e Caribe⁵.

Paralelamente, já ocorriam contatos internacionais e articulações regionais entre os movimentos camponeses da Europa e da América do Norte. Desde os anos 1970 organizações como a US Farmers Association (USFA-Estados Unidos) ou a National Farmers Union (NFU-Canadá) já denunciavam a crise na agricultura e o problema do endividamento dos pequenos agricultores. Com as negociações governamentais do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio⁶ (NAFTA, na sigla em inglês) a partir dos anos 1990, agricultores dos Estados Unidos, Canadá e México passaram a ter contatos regulares, organizando eventos e protestos em conjunto⁷.

Já na Europa, a história de contatos entre organizações camponesas em nível continental data desde pelo menos 1957, quando foram lançadas as bases da União Europeia, especialmente após a criação da Política Agrícola Comum nos anos 1960. O peso de agricultores na política nacional de alguns países como França e Holanda contribuiu para a

4 Entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07, concedida a VIEIRA, 2008, p. 138

5 VIEIRA, 2008

6 O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio envolveu Estados Unidos, Canadá e México, e foi assinado em 1 de janeiro de 1994.

7 Ibid.

formação de muitos dirigentes críticos à política agrária de seus países e da União Europeia. A partir dos anos 1970 a temática ambiental passou a fazer parte dessa agenda e, em 1981, agricultores da Áustria, França, Alemanha, Holanda e Suíça lançaram as bases para a criação, em 1985, da Coordenação Camponesa Europeia (CPE), que mais tarde seria uma das principais organizações na construção da Via Campesina⁸.

Dois anos depois da derrota eleitoral dos Sandinistas, em 1992, um congresso da Unión Nacional de Agricultores Ganaderos (UNAG), na Nicarágua, reuniu vários líderes convidados da América Central, América do Norte e Europa⁹. Desse encontro surgiu a ideia de uma organização mundial de camponeses que articulasse as lutas do campesinato contra o avanço do neoliberalismo e as políticas de certos organismos internacionais:

Saliendo de una época de ajustes estructurales y políticas neoliberales que refuerzan la pobreza y migración en el campo, las organizaciones fundadoras de La Vía Campesina analizaron la situación en Managua, Nicaragua, en 1992. Identificaron como principales actores de este desarrollo a la Organización Mundial Comercial (OMC) y las Instituciones Financieras Internacionales (IFIs), entre ellas el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial¹⁰.

Por coincidência, no ano seguinte a Fundação Paulo Freire (hoje Agriterria), uma ONG Holandesa que trabalhava com a temática agrária, organizou em Mons (Bélgica) um encontro com 55 organizações camponesas de 36 países¹¹. A intenção da ONG era realizar uma investigação a nível mundial sobre as transformações no meio rural, criando um fórum de debates “sem posição política”. Porém, contra suas expectativas, o amplo encontro permitiu a criação de “um espaço político de luta [que] claramente enfrentava o modelo neoliberal”¹². Assim, em 1993, nascia a Via Campesina.

Con el fin de darle una voz al campesinado a nivel mundial y construir un contrapoder a estas instituciones internacionales, se funda oficialmente La Vía Campesina en Mons (Bélgica), donde se analizaron: la agudización de la situación en el campo, que se expresaron en la pobreza, el hambre y el abandono del campo. Frente a esto, se reivindicaron los derechos del acceso a las tierras y la toma de decisiones en asuntos agrícolas a nivel nacional, basándose en el Derecho a la Alimentación¹³.

Vários dos dirigentes entrevistados por Vieira (2008) afirmam que foi uma surpresa para a ONG promotora perceber que não teve controle sobre as deliberações que saíram do evento:

8 Ibid.

9 Ibid.

10 LVC, 2017, p. 30

11 VIEIRA, 2008

12 Entrevista com Paul Nicholson, dirigente da CPE, em 17/05/07, concedida a VIEIRA, 2008, p. 142.

13 LVC, 2017, p. 30

Nos encontramos lá porque eles pagaram a passagem de todo mundo. [...] os europeus tinham uma visão mais estratégica. Eles sacaram que era importante ter uma articulação internacional [...], sacaram que nós tínhamos que manter o princípio da autonomia e independência como classe. E, portanto, era muito perigoso fundar uma coisa que ia estar sob as asas de uma ONG (...). Os europeus estavam bem articulados na comissão que eles tinham. E nós já estávamos articulados dentro da CLOC. Aí nós viramos a mesa e a entidade ficou puta da cara porque na verdade ela armou o circo e não pôde comemorar¹⁴.

Flavia Braga Vieira afirma que a construção da CLOC ocorreu paralelamente à construção da Via, mas esses processos não competiram entre si, pelo contrário: “A força das formulações dos europeus, juntamente com o expressivo movimento de massas latinoamericano”¹⁵ foram complementares para criação e consolidação da Via Campesina. Francisca Rodríguez¹⁶ afirma que, apesar da fundação oficial ter se concretizado na Bélgica, as articulações da América Latina foram determinantes para o nascimento da Via, pois os movimentos da região já tinham expressivo enraizamento nas bases e uma profunda articulação entre si. O nome “La Vía Campesina” ressalta esse caráter latino. Esse nome em todo o mundo não é traduzido, o que reflete, segundo Vieira (2008), tanto a congregação de forças presentes em sua criação, quanto os movimentos mais fortes dentro da articulação, que são os latinoamericanos e europeus do sul. Por outro lado, o nome “Via” indica a busca dessa articulação mundial em torno da construção de caminhos alternativos ao modelo dominante de agricultura, claramente nocivo aos interesses dos trabalhadores rurais. Nas palavras de Ramiro Maradiaga: A “Via Campesina está lutando por uma agricultura ecológica, por uma política, por um desenvolvimento diferente. É como uma via, um caminho, uma rota contrária à rota, ao caminho que segue o modelo neoliberal”¹⁷.

Atualmente, a Via Campesina é um movimento social internacional que, segundo seu *site* oficial¹⁸, é formado por 182 organizações de 81 países, reunindo uma base social de mais de 200 milhões de camponeses e camponesas, pequenos e médios agricultores e agricultoras, sem-terras, jovens e mulheres rurais, indígenas e povos originários, migrantes, trabalhadores e trabalhadoras agrícolas de quase todos os continentes (com exceção da Oceania)¹⁹. No *site* constam como principais bandeiras de luta: Soberania Alimentar; Agroecologia e Sementes Camponesas; Direitos dos Camponeses e Camponesas; Terra, Água e Territórios; Justiça Climática e Ambiental; Solidariedade com Trabalhadores Emigrantes e Assalariados; e

14 Entrevista com João Pedro Stédile (MST) em 19/12/07, concedida a VIEIRA, 2008, p. 143.

15 VIEIRA, 2008, p. 143

16 Entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07, concedida a VIEIRA, 2008, p. 143.

17 Entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/09/07, concedida a VIEIRA, 2008, p. 136.

18 <https://viacampesina.org/es/> - Acesso em janeiro de 2020

19 <https://viacampesina.org/es/quienes-somos/regiones/> - Acesso em janeiro de 2020

Solidariedade Internacionalista²⁰. E aparecem como inimigos a serem enfrentados: Transnacionais e Agronegócio; Capitalismo Internacional e Livre Comércio; Patriarcado²¹.

2.2 Diagnóstico

Como dito antes, a Via Campesina nasce como uma resposta à imposição do modelo capitalista e neoliberal sobre os povos rurais em todo o mundo. Portanto, os movimentos membro têm esses fatores globais como ponto de partida para entender as causas dos problemas e crises que enfrentam. Da leitura de seus documentos é possível depreender um diagnóstico realizado por eles, que postula que o período marcado pela reestruturação neoliberal, liberalização, privatização e desregulação, impulsionadas por crises inerentes ao sistema capitalista, oportunizou um aceleração do extrativismo e uma nova onda de investimentos e capitalização por parte do agronegócio e de outras empresas que exploram recursos naturais (agroexportações, biocombustíveis, pesca, agricultura e pecuária industriais, mineração em larga escala, megaprojetos de infraestrutura). Nesse cenário, houve uma apropriação massiva de terras e territórios e drásticas mudanças no uso dos solos, junto com a crescente imposição de paradigmas financeiros e de mercado sobre todos os aspectos da vida dos povos²².

El capital ha “redescubierto” áreas rurales en una escala no vista desde la era de la conquista colonial. Esto ha llevado a acaparamiento de tierra a escala masiva, dejando a los pueblos campesinos e indígenas, y otros pueblos rurales, en una guerra verdadera por la tierra y el territorio con las transnacionales, el capital y los gobiernos, cuyas fuerzas represivas están desalojando y desplazando las poblaciones rurales y criminalizando sus movimientos, mientras que los medios dominantes, pertenecientes al capital, estigmatizan la protesta social. Cuando los pueblos rurales pierden sus tierras y territorios, estos caen en las manos del agronegocio y otros acaparadores de tierra²³.

Todos os documentos da Via Campesina expressam que seus movimentos membro consideram que os problemas enfrentados pelos camponeses são consequência direta de questões estruturais. A troca de experiências entre movimentos camponeses de todo o mundo permite que eles percebam que as crises atuais (socioambiental, agrária, alimentar) são provocadas por problemas sistêmicos, e não dizem respeito somente ao sistema agroalimentar de forma isolada, como tampouco à políticas agrícolas deste ou daquele país, governo ou empresa.

20 <https://viacampesina.org/es/por-que-luchamos/> - Acesso em janeiro de 2020

21 <https://viacampesina.org/es/a-que-nos-enfrentamos/> - Acesso em janeiro de 2020

22 LVC, 2017

23 LVC, [2012c] 2013 p. 69

El mundo se encuentra enfrascado en múltiples crisis generadas por la codicia inherente al sistema capitalista, caracterizado por la dominación del capital sobre la producción de los bienes de la naturaleza; entre ellas, la crisis alimentaria y la crisis climática²⁴.

Las consecuencias del creciente apoderamiento de una alianza de actores sobre el sistema agrario y alimentario muestran que existe una profunda contradicción entre los intereses del capital y la posibilidad de una alimentación sana y nutritiva, la reproducción de la humanidad, los derechos humanos y el cuidado de la Madre Tierra. No son experiencias aisladas sino una consecuencia directa de marcos políticos y estructurales globales (...)²⁵.

Nos documentos há a percepção de uma indissociabilidade entre a crise alimentar, agrária e ambiental, fruto de um sistema excludente formado por mercados altamente concentrados, que cada vez têm mais controle sobre os bens comuns essenciais para a vida humana e para a natureza. A Via Campesina identifica que o sistema alimentar e as formas de vida rural estão sob ataque deliberado do capital financeiro internacional e das corporações transnacionais, com apoio de governos, acordos de livre comércio e instituições financeiras internacionais, como FMI, Banco Mundial e OMC. Afirma também que, por sua vez, os povos que resistem e tentam se defender contra esse “modelo de desenvolvimento” são criminalizados, encarcerados e mesmo assassinados. Os documentos demonstram que a Via Campesina considera que os representantes do capital agem de forma intencional contra os povos camponeses e trabalhadores agrícolas, beneficiando-se da desigualdade gerada.

Las grandes empresas intentan destruir el modelo campesino, para convertir a los campesinos y campesinas en pobladores de los barrios urbanos marginales, o jornaleros de sus plantaciones, y en consumidores de sus alimentos industriales. (...) El modelo industrial capitalista actual también ejerce una acción especulativa sobre la tierra agraria, junto con la complicidad de los gobiernos, sometiéndola a expropiaciones y ventas forzosas (...) Esto genera grandes beneficios a las corporaciones y el despojo y desplazamiento forzoso de la gente, em cada vez peores condiciones, de su propias tierras y territorios, con el uso de fuerzas policiales, militares, paramilitares y de seguridad privada, que asesinan a los campesinos, destruyen sus comunidades y generan un entorno de miedo y represión²⁶.

Nuestra región de África actualmente encara retos y amenazas que socavan conjuntamente la seguridad alimentaria y el bienestar de nuestras comunidades (...). Alimentos subvencionados baratos importados por las Corporaciones Transnacionales, posibilitados por los desencaminados tratados de libre comercio, rebajan los precios que recibimos por nuestros productos agrícolas, obligando a las familias a abandonar el campo y a migrar a las ciudades, mientras se socava la producción alimentaria local y nacional. Los inversionistas extranjeros, invitadas por algunos de nuestros gobiernos, acaparan las mejores tierras de labranza, desplazando a l@s agricultor@s locales, productor@s de alimentos, y reorientando las tierras hacia la minería medioambientalmente devastadora, a las plantaciones de agrocombustibles que alimentan a los automóviles en vez de a las personas, y a otras plantaciones

24 LVC, [2012a] 2013, p. 45

25 LVC, 2017, p. 50

26 LVC, [2009a]2013, p. 15

exportadoras que no contribuyen en nada a construir la Soberanía Alimentaria para nuestros pueblos, y solo enriquecen a unos pocos.²⁷.

A Revolução Verde é representada como produto direto desse sistema. Em suas análises, a Via Campesina considera que a atual crise alimentar não é uma crise de capacidade produtiva, e sim, consequência de injustiças globais causadas pela especulação e apropriação de alimentos, fomentadas por empresas transnacionais, fundos de investimento e políticas nefastas. Frente à realidade de que há 925 milhões de pessoas famintas no mundo concomitantemente a uma proliferação de enfermidades como malnutrição, obesidade, diabetes, câncer etc, os movimentos da Via Campesina denunciam que o modelo industrial de monocultivos em larga escala das corporações do agronegócio fracassou na missão de prover alimentos adequados e saudáveis à população²⁸.

Além disso, apontam frequentemente as múltiplas deficiências da Revolução Verde, de que já tratamos anteriormente, por: degradar dos melhores solos do planeta, causando compactação, salinização, esterilização, erosão e perda de biodiversidade funcional; demandar altos custos de produção; depender de energia fóssil em grande quantidade; causar graves danos ambientais tornando-se uma das principais causas das mudanças climáticas, que por sua vez têm desequilibrado os sistemas de produção camponeses; causar miséria e pobreza, deixando pessoas sem terra e sem trabalho, provocando êxodo rural, etc²⁹.

El hecho es que bajo las leyes de este sistema, dentro de la economía global, los alimentos se desplazan de las áreas de pobreza y hambre a las áreas de dinero y abundancia. Y la alimentación está siendo homogeneizada en una dieta sobreprocesada y no saludable, basada en grasas, azúcares, féculas, residuos químicos y cancerígenos, deficiente en fibras, proteínas, vitaminas, frutas y vegetales³⁰.

Denunciamos el modo de producción capitalista y sus expresiones de dominación, como el agronegocio y la explotación minera, con su acaparamiento y reconcentración de tierras y agua, el desalojo y criminalización de las organizaciones y de las familias campesinas e indígenas, la súper explotación de la fuerza de trabajo y los bienes de la naturaleza; la imposición de un modelo de producción basado en el monocultivo, en la disminución de la biodiversidad, en el uso de agrotóxicos, de transgénicos y en el patentar del patrimonio cultural de los pueblos (las semillas, el conocimiento, las tecnologías, las prácticas)³¹.

Diante desse diagnóstico, a Via Campesina estrutura seus planos de luta em torno de três eixos estratégicos que considera centrais para a transformação do sistema capitalista, sob

27 LVC, [2011c] 2013, p. 36

28 LVC, [2009a]; [2012a] 2013

29 LVC, [2009a]; [2011c] 2013

30 LVC, [2011a]2013, p. 60

31 LVC, [2012a] 2013, p. 47

uma perspectiva camponesa: a Reforma Agrária Integral; a Soberania Alimentar; e a Agroecologia.

2.3 Trajetória da construção do conceito de Agroecologia na Via Campesina

Em 2006, a Via Campesina participou do Fórum de Terra, Território e Dignidade, convocado pelo Comitê Internacional de Planejamento para Soberania Alimentar (CIP)³², em Porto Alegre, Brasil. Na ocasião, outras organizações se uniram à Via Campesina em busca de defender seus territórios:

Entre ellas, organizaciones de África que sufren bajo la nueva ola de acaparamiento de tierras (que todavía no se nombraba así), pueblos indígenas, pescadoras/es, pastores, pueblos que defienden sus territorios contra nuevos megaproyectos y la minería, contra la privatización y sobrepesca de los mares, y la privatización de tierras públicas y comunales. La inclusión de estas nuevas visiones amplía la visión de la reforma agraria integral hacia el territorio, visto como el conjunto de tierras, aguas, biodiversidad, aire, y las relaciones sociales en ellos, incluyendo las cosmovisiones, formas de vida y culturas. También el vínculo con la Madre Tierra recibe nuevos impulsos, inherentes a la vida de los pueblos indígenas³³.

Foi nesse contexto que se iniciou a discussão sobre a agroecologia dentro da Via Campesina, pauta que se conecta à demanda por soberania alimentar e reforma agrária, na medida que representa a superação da dependência de insumos, e uma produção em harmonia com a “Madre Tierra”, em sintonia com diversas culturas camponesas. A concepção de uma reforma agrária no marco da soberania alimentar se amplia e aprofunda em direção a uma visão integral de territórios compartilhados entre diversos povos, tanto em países do norte como do sul. Se reforça também a ideia de que a reforma agrária integral seria uma solução para toda a sociedade, como dito anteriormente.

Frente a la contaminación de los bienes naturales y la alimentación, la dependencia de las empresas transnacionales y los precios crecientes de los insumos, las organizaciones empezaron a discutir que estas formas de producción significaban “llevarse el modelo productivo hegemónico a sus propias casas”. En este sentido, la agroecología se desarrolla no solo como una forma de producción sino también como una praxis de cambio: la construcción de la autonomía de los sistemas productivos del modelo de producción y hegemónico. En este sentido, constituye una forma de resistencia y de

32 “El Comité Internacional de Planificación para la Soberanía Alimentaria (CIP) es una plataforma global autónoma y autoorganizada de más de 800 organizaciones de productoras/es de alimentos a pequeña escala y de trabajadoras/es rurales, de pueblos indígenas, de pastores, de pescadoras/es, recolectoras/es, de mujeres, que busca avanzar en el tema de la soberanía alimentaria a nivel mundial y regional. (véase la lista completa en el Manual Popular de las directrices). Estas organizaciones sociales reciben el apoyo de ONGs como FIAN, Amigos de la Tierra Internacional, Centro Internazionale Crocevia, PANAP, Terra Nuova, Norway Development Fund, International Collective in Support of Fishworkers, Cenesta, entre otras” (LVC, 2017, p. 33)

33 LVC, 2017, p. 33

deconstrucción de la dependencia de semillas comerciales, pesticidas y fertilizantes que son cada vez más caros, y de la posibilidad de construir y rescatar conocimientos que correspondan a una relación sostenible entre humanos y la naturaleza, a partir de los saberes ancestrales, la cultura y la diversidad territorial. En la actualidad, casi todas las organizaciones [que compõem a Via Campesina] cuentan con programas para reforzar la agroecología, la “agricultura tradicional” o la “agricultura de bajo coste”³⁴.

Em 2008, em sua V Conferência Internacional, celebrada em Maputo (Moçambique), a Via Campesina estabeleceu oficialmente um compromisso com a defesa da “agricultura camponesa sustentável”, porque “sólo la producción campesina agroecológica puede desvincular el precio de los alimentos del precio de petróleo, recuperar los suelos degradados por la agricultura industrial y producir alimentos sanos y cercanos para nuestros pueblos”³⁵.

Na ocasião foi criada a “Comissão de Agricultura Camponesa Sustentável” com as seguintes atribuições:

Analizar los temas y contextos políticos relacionados a la defensa de la agricultura campesina sostenible en el conflicto global contra el modelo de agricultura industrial dominante y el agronegocio, y preparar posiciones, estrategias y planes de trabajo y de acción para la consideración de LVC; Ayudar a LVC en la elaboración de los argumentos políticos, sociales y técnicos para la difusión en la opinión pública sobre los beneficios para la sociedad y el planeta de la agricultura campesina sostenible; Apoyar los esfuerzos de las organizaciones miembro de LVC para construir alternativas desde las bases frente al modelo dominante, incluyendo el apoyo para la transformación agroecológica de los procesos productivos de las familias-miembro³⁶.

Nos anos seguintes aconteceram encontros temáticos em que se debateu com mais profundidade a incorporação da agroecologia pelas organizações membro da Via Campesina. Foram encontros continentais nas Américas (Venezuela em 2009, Guatemala em 2011), na Ásia (Sri Lanka, 2010), na Europa (País Basco em 2012) e dois encontros regionais na África (Zimbábue e Gana, ambos em 2011). Junto à Comissão de Biodiversidade e Recursos Genéticos, a Comissão de Agricultura Camponesa Sustentável promoveu o I Encontro Internacional de Produtores de Sementes Camponesas da Via Campesina (Indonésia, 2011) e o I Encontro Mundial de Agroecologia e Sementes Camponesas (Tailândia, 2012). Realizou, por fim, o I Encontro Mundial de Escolas de Agroecologia na Via Campesina³⁷.

A Comissão se reuniu pela segunda vez em Cuba (2009) e uma terceira vez no encontro mundial da Tailândia (2012). Facilitou visitas de intercâmbio em agroecologia aos delegados da Via Campesina em Cuba, Índia e Filipinas; apoiou o I Seminário Internacional

34 Ibid, p. 36

35 LVC, 2013, p. 5 *apud* LVC, 2008 (Carta de Maputo, disponível em: <https://viacampesina.org/es/carta-de-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina/> - Acesso em janeiro de 2020)

36 LVC, 2013, p. 5-6

37 LVC, 2013

de Políticas Públicas para a Soberania Alimentar (México, 2012); e ajudou a garantir a presença da Via Campesina nas cúpulas do clima (COPs) em Copenhague (2009), Cancun (2010) e Durban (2011)³⁸.

No I Encontro de Formação de Formadores/as em Agroecologia da CLOC/Vía Campesina (Instituto Agroecológico Latinoamericano - IALA Paulo Freire, na Venezuela), em agosto de 2009, estavam presentes representantes de 46 organizações de 16 países. Ali foi realizado um primeiro exercício para construção coletiva de um conceito e visão comuns do que a Via Campesina considera como “agroecologia”.

Durante os debates, os participantes elaboraram uma lista com todos os elementos que defendiam, bem como uma lista com os elementos que rechaçavam. Identificaram somente dois elementos que ainda deveriam ser aprofundados em encontros posteriores para chegarem a um consenso. Foram eles: “La agroecología es un instrumento de lucha por el socialismo. Cada organización y pueblo construye su proceso de acuerdo a su realidad y contexto nacional” e “La concepción sobre la escala en la producción agroecológica”³⁹. Esses debates foram retomados no II Encontro Continental de Formação de Formadores/as em Agroecologia das Américas, que reuniu representantes de 49 organizações de 20 países, entre julho e agosto de 2011, em Chimaltenango, Guatemala. Na ocasião, o objetivo era “profundizar el diálogo de saberes entre el materialismo histórico y las cosmovisiones indígenas y campesinas”⁴⁰.

Em 2012, no I Encontro Global de Agroecología e Sementes Camponesas da Via Campesina, a Comissão propôs um novo documento para a VI Conferencia da Vía Campesina, bem como uma nova Análise, Posição e Plano de Trabalho da Comissão Agricultura Camponesa Sustentável para os anos seguintes⁴¹, que também mudou de nome para “Comissão de Agricultura Camponesa Agroecológica”.

2.4 Soberania Alimentar

Antes de tratar sobre o eixo da Agroecologia, trataremos brevemente dos outros dois eixos de luta da Via Campesina – Soberania Alimentar e Reforma Agrária Integral - uma vez que os três são concebidos como indissociáveis.

38 LVC, 2013

39 LVC, [2009b] 2013, p. 20

40 LVC, [2012a]2013, p. 46

41 LVC, [2012c]2013

A Soberania Alimentar é um conceito defendido pela Via Campesina que se sobrepõe à ideia de Segurança Alimentar. Enquanto a segurança alimentar diz respeito somente à garantia de calorias suficientes para a alimentação de todas as pessoas (não importando sob qual modo ou relações de produção), a Soberania Alimentar vai além:

La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos sanos, con respeto a los cultivos producidos con métodos sostenibles y amigables con el medio ambiente, así como su derecho a definir su propio sistema alimentario y agrícola⁴².

Assim, a soberania alimentar pressupõe o questionamento do modelo de produção e de distribuição de alimentos sob o controle de grandes corporações, o combate à mercantilização e a especulação de alimentos e da terra, e a garantia de boas condições de vida e sustento para que os agricultores possam proporcionar alimentos saudáveis e acessíveis às comunidades, de acordo com suas próprias escolhas, culturas e condições⁴³. Está intimamente associada à agricultura camponesa, cuja vocação seria alimentar os seres humanos, e não gerar lucros para empresas.

A soberania alimentar implica em direcionar os mercados local e nacional para que se abasteçam da agricultura camponesa, o que protegeria tanto os preços baixos de *dumping*, quanto os preços altos da especulação, limitando o impacto da crise financeira no bolso da população. A soberania alimentar desvincularia o preço dos alimentos do preço do petróleo, com a transição a métodos agroecológicos de produção, o que responderia simultaneamente às crises climática e energética. A partir da soberania alimentar seriam proibidas a apropriação, especulação e exportação forçadas, bem como a intromissão dos fundos de capital especulativo nos mercados de alimentos⁴⁴.

2.5 Reforma Agrária Integral/Genuína

A luta contra a concentração fundiária sempre foi uma demanda central para todos os movimentos sociais do campo, que historicamente não só lutam pela terra, como têm de resistir para defendê-la e para produzir em seus territórios. Na Via Campesina, as lutas e estratégias envolvendo a reforma agrária se ampliaram como resultado de mudanças de contexto histórico e também de intercâmbios entre diferentes realidades culturais e territoriais, levando à transformação, tanto do “objeto” da reforma agrária, quanto da concepção de

42 LVC, [2011e]2013, p. 50

43 LVC, [2012b] 2013

44 LVC, [2009a] 2013, p. 10

“quem” deveria levá-la a cabo. Desenvolveram então um conceito próprio de “reforma agrária integral”, ou “genuína”:

Mientras que históricamente la propuesta de las organizaciones sobre la reforma agraria se ha referido especialmente a la distribución de las tierras y al acceso a los recursos productivos, como el crédito, el financiamiento, el apoyo a la comercialización, entre otros, la reforma agraria integral o genuina se basa en la defensa y reconstrucción del territorio en su conjunto dentro del marco de la Soberanía Alimentaria. La ampliación del objeto de la reforma agraria de tierra a territorio también amplía el concepto de la reforma agraria en sí misma. Por lo tanto una propuesta de reforma agraria integral incluye un cambio que no sólo garantice la democratización de la tierra si no que además considere todos los aspectos que permitan una vida digna para las familias: el agua, los mares, manglares y aguas continentales, las semillas, la biodiversidad en su conjunto, así como la regulación del mercado y el cese de los acaparamientos. Además, incluye el fortalecimiento de la producción agroecológica como forma de producción coherente con los ciclos de la naturaleza y capaz de frenar el cambio climático, mantener la biodiversidad y reducir la contaminación⁴⁵.

Nos lugares em que há uma distribuição desigual de terra, a Via Campesina luta por sua redistribuição (através da expropriação dos latifúndios) e por recursos produtivos. Quando conquistada, a posse pode ser coletiva, individual ou cooperativa, dependendo dos territórios e correlação de forças existente. Já nos lugares onde os povos já têm acesso à terra, a Via Campesina luta para defender esses territórios contra sua reapropriação, e também para manter o efetivo controle dos recursos naturais pelas comunidades. Afinal, em esquemas de integração vertical⁴⁶, a posse da terra pode até ser camponesa, mas os recursos naturais continuam sendo sugados para interesses alheios aos daqueles que ali vivem, e às suas comunidades. Em outros casos, a distribuição de terras, por si só, não garante que essas, mais cedo ou mais tarde, não voltem às mãos do capital a partir das dinâmicas do mercado de terras ou da competição desleal entre a produção camponesa e a produção industrial, que obriga os pequenos agricultores a venderem ou a arrendarem suas terras duramente conquistadas. Por fim, é preciso lembrar que as terras distribuídas através de reforma agrária geralmente estão com seus recursos esgotados pelo uso industrial, pastagem ou similares. Portanto, a Via Campesina defende mudanças na matriz produtiva, que permitam que os territórios conquistados permaneçam integralmente camponeses, e resistam à toda forma de

45 LVC, 2017, p. 5

46 Na integração vertical agroindustrial, os agricultores realizam atividades de cultivo ou criação de animais, com condições técnicas, normas de qualidade, quantidade e qualidade previamente determinadas por uma empresa. Apesar de representar um canal de escoamento relativamente seguro para a produção de pequenos agricultores, todos os custos e riscos da produção recaem sobre eles, enquanto a empresa só se compromete a comprar o produto final. Esse esquema gera dependência e dívidas para os camponeses, que especializam e direcionam toda a sua produção para um único comprador.

reapropriação por parte do capital⁴⁷. Nesse sentido, técnicas agroecológicas tornam-se essenciais para recuperar solos degradados e devolver vitalidade ao território.

Defendemos la Reforma Agraria Integral Popular como parte de la construcción de la soberanía alimentaria, la autonomía y autodeterminación de los pueblos. El derecho a decidir sus propias políticas agropecuarias, desarrollar nuevas relaciones y valores entre hombres y mujeres y entre éstos con la naturaleza⁴⁸.

A produção ecológica em territórios camponeses revela-se estratégica, não somente do ponto de vista da autonomia camponesa, mas também para angariar apoio da opinião pública dos trabalhadores urbanos. Em um contexto em que os latifúndios se tornam altamente produtivos, é preciso pautar a “função social da propriedade” em outros termos, para convencer o restante da população de que a reforma agrária integral segue sendo uma solução que beneficiaria toda a sociedade:

Para construir esta alianza [entre campo e cidade] es necesario producir ecológicamente y demostrar que los territorios populares, alimentarios y ecológicos son mejores para la sociedad y para la Madre Tierra que los territorios del capital. Los territorios populares permiten la vida digna, producen alimentos sanos, cuidan los bienes naturales como los suelos, el agua, los bosques y la biodiversidad y reducen las emisiones de gases de efecto invernadero. Los territorios del capital están cubiertos de monocultivos en grandes extensiones, minas a cielo abierto, pesticidas, transgénicos y desechos tóxicos y generan miseria, migración y calentamiento global⁴⁹.

La lucha por un sistema agrario y alimentario en manos de los pueblos, ¿no es al final una lucha contra el mismo paradigma de permanente crecimiento que está generando una desigualdad cada vez más extrema y la destrucción de la naturaleza? ¿No es acaso este paradigma el que genera trabajo precario y en el que se descartan los derechos laborales en nombre de la “competencia global”? ¿El que está encareciendo la vivienda en las ciudades, que expulsan a las personas con menos recursos a las afueras de las ciudades? ¿El que impulsa cada vez más sistemas de transporte que nos dejan sin aire limpio para respirar y que destruyen el clima? ¿Que refuerza un consumo incansable que ha generado sociedades de derroche en los países del norte, y el que su vez es un motor fuerte para el avance de la extracción de los recursos primarios en los países del Sur? ¿Que refuerza la privatización de los sistemas sociales y su entrega a los manos de los bancos y los seguros, que han generado esta exorbitante concentración de capital, motor para los acaparamientos? ¿El que fomenta la creciente privatización de los espacios públicos y de los servicios de las necesidades básicas, como el agua potable, la gestión de residuos, la educación y la salud? Entendemos que aunque los mecanismos son diferentes en cada territorio, ya sea en las ciudades o em el campo, estos son parte del mismo paradigma que ha avanzado hacia todos los rincones del planeta y que pretende someter todos los aspectos de la vida bajo las reglas del mercado en el interés de unos pocos. Es por esto que la bandera de la reforma agraria integral y popular en el marco de la soberanía alimentaria no es solo una lucha de las organizaciones campesinas sino una lucha para todos los pueblos⁵⁰.

47 Exemplos do Brasil, Zimbabue, Argentina, India, Europa, Estados Unidos e Mali são evocados para ilustrar como em diferentes contextos a agroecologia é uma ferramenta para defender e manter a produção camponesa em territórios de reforma agrária – LVC, [2012b]2013 p. 57

48 LVC, [2012a]2013, p. 47

49 LVC, 2017, p. 9

50 LVC, 2017, p. 50

Em relação à “quem” deveria levar à cabo a reforma agrária, a Via Campesina constatou que nos países em que os Estados promoveram reformas agrárias clássicas, havia uma configuração específica de interesses econômicos e políticos que temporariamente “uniram” o campesinato e o setor industrial, contra os latifundiários. Nessas ocasiões, o interesse do setor industrial na reforma agrária estava em tornar os latifúndios produtivos, e em criar mercado interno para seus produtos industrializados. Porém,

con el cambio del modelo agroindustrial hacia una economía transnacionalizada que intensifica el uso de los bienes naturales a gran escala y donde hay una creciente alianza entre el capital financiero transnacional y las élites nacionales, la reforma agraria ya no se ve como necesaria en la percepción capitalista”⁵¹.

O latifúndio, outrora improdutivo, transformou-se em agronegócio e mineração altamente produtivos, de modo que o interesse pela reforma agrária é cada vez menor. A partir dos anos 2000, a expectativa de que o Estado realizaria essas reformas começou a se enfraquecer, sendo paulatinamente substituída, na Via Campesina, pela percepção de que somente um forte movimento popular, que unisse os povos do campo e da cidade, poderia impulsionar essas reformas.

Dependiendo del contexto político en que actúan las organizaciones, la mayoría no descarta la intervención en las políticas públicas, pero se refuerzan las estrategias del cambio desde abajo: las acciones directas, tal como la ocupación de tierras, marchas y protestas y formas de desobediencia civil; la praxis para el cambio, como la construcción de sistemas productivos em coherencia con los ciclos de la naturaleza, de relacionales comerciales justas y de relaciones sociales solidarias; la democratización de los conocimientos y las relaciones sociales libres de opresión, que buscan revertir la lógica jerárquica, racista y patriarcal⁵².

Por fim, a defesa da Reforma Agrária Integral busca se contrapor fortemente à “reforma agrária de mercado” proposta pelo Banco Mundial que, segundo a Via Campesina, promove a privatização e mercantilização de bens públicos ou comunais, como terra, água, mares e sementes, supostamente em nome de “garantir a segurança alimentar”, “combater a pobreza” ou “lutar contra a fome”. O Banco Mundial estaria tentando fazer com que as lutas por reforma agrária distributiva fossem apaziguadas, e os títulos privados em nome de camponeses sem terra voltassem para as mãos do capital a partir das dinâmicas do livre mercado⁵³.

51 LVC, 2017, p. 5

52 LVC, 2017, p. 5.

53 LVC, 2017, p. 9

2.6 O que é agroecologia, para a Via Campesina

O documento “De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina” é uma compilação dos principais documentos produzidos pela Via entre os anos de 2009 a 2013, em relação à agroecologia. Mesmo havendo bastante coerência interna, é possível perceber que há sutis diferenças entre os documentos, que ganham um tom mais ou menos radicalizado, mais ou menos acadêmico, dependendo da região, das organizações ou do contexto em que foram escritos. Evidentemente, a Via Campesina é um movimento plural e muito diverso, e que se encontra em constante construção e elaboração. Mesmo assim, podemos perceber que a defesa da agroecologia já é um consenso entre todas as organizações da Via, e que os documentos expressam o esforço dos últimos anos para delimitar um entendimento comum desse conceito a partir de convergências possíveis.

Inicialmente, a agroecologia é entendida na Via Campesina como sinônimo de “agricultura camponesa sustentável”. Esse modelo de agricultura se diferencia da “agricultura orgânica”, porque, além de produzir alimentos ecológicos e saudáveis, é um modelo de produção socialmente justo (com preços justos tanto para produtores como para consumidores), praticado em pequenas e médias propriedades camponesas, que respeita a identidade e o conhecimento das comunidades, prioriza mercados locais e nacionais e “fortalece la autonomía de los pueblos y de las comunidades”⁵⁴.

Se pueden encontrar ejemplos de agricultura campesina y familiar sustentables en todo el planeta, por lo que existe una amplia terminología para referirse a ésta. Dependiendo de los sitios donde se realice, se emplean los términos agroecología, agricultura orgánica, agricultura natural, agricultura sostenible de bajos insumos, y otros. En La Vía Campesina, no queremos decir que un nombre es mejor que otro. Preferimos especificar los principios que defendemos (...) Entre los principios clave, se encuentran los de la agroecología.⁵⁵

Algo que é bastante marcado é a delimitação dos sujeitos “camponês/camponesa” e “pequenos agricultores” como legítimos detentores, criadores, defensores e beneficiários da agroecologia, pois foram eles que historicamente mantiveram a sustentabilidade dos agroecossistemas. O campesinato é caracterizado da seguinte maneira:

(...) nosotros y nosotras somos la gente de la tierra, quienes producimos alimentos para el mundo. Tenemos el derecho de seguir siendo campesinos y campesinas y la responsabilidad de continuar alimentando a nuestros pueblos. Cuidamos las semillas, que son la vida, y pensamos que el acto de producir alimentos es un acto de amor. La humanidad necesita de nuestra presencia; nos negamos a desaparecer⁵⁶.

54 LVC, [2012b]2013, p. 9

55 LVC, [2011a]2013, p. 60

56 LVC, [2009a]2013, p. 5

A lo largo de su historia, el campesinado ha mantenido un equilibrio en la relación entre los seres humanos y su medio ambiente, garantizando al mismo tiempo la capacidad de producir alimentos para todos (...) En la negación de una relación de explotación de la naturaleza y de los seres humanos, los campesinos mantienen una armonía, un respeto por la vida y las relaciones de solidaridad⁵⁷.

Eu acho que na Via, e aqui no MST também, nós colocamos sempre o camponês, não num sentido acadêmico, mas no sentido de quem está no campo. Você pode ser um assalariado rural, ou um sem terra, mas o que importa é que sua participação no processo produtivo está no campo⁵⁸.

Na visão da Via Campesina, a agricultura camponesa se contrapõe à agricultura capitalista e industrial, não só por seu sujeito histórico (camponês), mas também por sua superioridade técnica e social para garantir da alimentação de todos os povos. Em suas análises, a Via frequentemente lembra do fato de que a agricultura camponesa é a verdadeira responsável pela alimentação das pessoas em todo o mundo, apesar de ter muito menos recursos à sua disposição do que a agricultura industrial.

La agricultura campesina no es la “alternativa”. Es *el modelo* de producción a través del cual el mundo se ha alimentado durante miles de años, y sigue siendo el modelo de producción de alimentos dominante. Más de la mitad de la población trabaja en el sector agrícola campesino, y la gran mayoría de la población mundial depende de la producción de alimentos provenientes de la agricultura campesina. El modelo de agricultura campesina (el de La Vía Campesina) es el mejor camino hacia la alimentación del mundo para el futuro, para satisfacer las necesidades de nuestros pueblos, proteger el medio ambiente y mantener nuestro patrimonio natural y bienes comunes⁵⁹.

Um argumento recorrentemente usado nos documentos é o de que, ainda que o rendimento de um produto nas monoculturas seja mais alto quando comparado ao rendimento do mesmo produto avulso na agricultura camponesa, o fato dessa última trabalhar com sistemas biodiversos, faz com que a produção total da monocultura seja na realidade menor. Ou seja, a produtividade total por unidade de área é mais alta na agricultura camponesa, chegando a ser até dez vezes maior do que a da agricultura industrial. A longo prazo, a produtividade do monocultivo é ainda mais baixa, porque o solo fica destruído. Assim, a eficácia dos diversos fatores implicados na produção é menor nas grandes explorações agrícolas do que na média e pequena escala, o que significa que o trabalho camponês é mais rentável por unidade de área e mais eficiente em termos econômicos⁶⁰.

57 LVC, [2011e]2013, p. 49

58 Entrevista com Geraldo Fontes em 24/09/07, concedida a VIEIRA, 2008, p. 175.

59 LVC, [2009a]2013, p. 9

60 LVC, [2009a] e [2011c] 2013; e citando estudos de: Rosset, 1999; Badgley et al., 2007; Pretty and Hine, 2001; Pretty et al., 2003 em [2011a] 2013. p. 63

Recorrente também nos documentos da Via Campesina é a afirmação de que a agroecologia indígena e camponesa “pode alimentar o mundo” e “esfria o planeta”, ilustrada por exemplos em diversos países que demonstram sua produtividade e sustentabilidade. Nesse sentido, a Via Campesina apoia-se nos trabalhos de Miguel Altieri e outros acadêmicos no que diz respeito aos princípios biológicos e ecológicos defendidos enquanto parte da produção agroecológica. A agroecologia é considerada como a única saída para a crise alimentar, ambiental e climática⁶¹. Porém, a todo momento fica claro que, para a Via Campesina, a agroecologia não tem sentido se não for coerente com determinadas formas de organização social ou laboral:

Tenemos claro que una propiedad agrícola feudal no puede considerarse agroecológica, aun cuando no utilice químicos. Una propiedad agrícola controlada sólo por hombres donde las mujeres no tienen poder decisorio, o donde la carga de trabajo de las mujeres es mayor, tampoco es agroecológica. La agricultura orgánica que sustituye insumos químicos por insumos orgánicos caros sin alterar la estructura de monocultivo, no es agroecológica, como tampoco los programas “orgánicos” neoliberales (como “India Organic”), que nosotros rechazamos radicalmente⁶².

Para a Via Campesina, a produtividade e a sustentabilidade dos sistemas agroecológicos estão intimamente relacionadas com organizações sociais baseadas em princípios de solidariedade e complementaridade.

(...) la agroecología refuerza el bien común y lo colectivo. Al tiempo que crea las condiciones para una mejor calidad de vida para las personas de zonas rurales y urbanas, la agroecología, como pilar de la soberanía alimentaria y popular, establece que la tierra, el agua, las semillas y los conocimientos deben seguir siendo patrimonio de los pueblos al servicio de la humanidad. A través de la agroecología, transformaremos el modelo hegemónico de producción alimentaria para permitir la recuperación del ecosistema agrícola, reestablecer el funcionamiento del metabolismo naturaleza sociedad y cosechar los productos que alimentarán a la humanidad. Como dicen los campesinos filipinos: “Kabuhanan, Kalusugan, Kalikasan” (por la economía, por la salud y por la Naturaleza)⁶³.

A agroecologia na Via Campesina é considerada um “modelo de vida” (campo vivo, com camponeses, famílias e comunidades rurais, territórios de abundância e de natureza) construída em contraposição ao “modelo de morte” do agronegócio (corporativo, do campo sem camponeses, famílias e comunidades, de monocultivos industriais com desertos verdes e terras envenenadas com agrotóxicos e transgênicos)⁶⁴.

Las corporaciones mueven su producción en el mundo buscando los espacios donde es más barato producir, sin echar raíces en ningún espacio dado. No tienen incentivos para conservar, restaurar y aumentar la fertilidad del suelo. Más bien, extraen todo lo que pueden tan rápido como pueden, en su búsqueda de beneficios inmediatos, y una vez

61 LVC, [2012a]2013

62 LVC, [2012b]2013 p. 56

63 LVC, [2012b]2013 p. 57

64 LVC, [2012c]2013, p. 70

que pasan el pico máximo de producción y que el suelo empieza a degradarse, abandonan esa área y se marchan en busca de otra, dejando agroecosistemas y economías locales devastados en su estela. El campesinado y los y las agricultores familiares, por otra parte, tienen raíces en la zona que tanto ellos como sus ancestros han cultivado durante generaciones y donde sus hijos y nietos seguirán ejerciendo la agricultura en el futuro. Es su razón para cuidar la capacidad productiva del suelo y el entorno.⁶⁵

Ou seja, para a Via Campesina a agricultura camponesa agroecológica não é um “modo econômico de produção”, mas sim um modo de vida, que por sua vez não pode ser entendido sem se considerar o vínculo dos povos com suas terras e territórios. Nesse sentido, e como podemos perceber a partir do tópico anterior sobre a Reforma Agrária Integral, a agroecologia é construída na Via Campesina como elemento de territorialização do campesinato em contraposição à territorialização do agronegócio, uma vez que a organização da produção demarca a classe social à serviço da qual está aquele pedaço de terra:

Estamos empeñados en mantener nuestros territorios como territorios campesinos o indígenas, y/o transformarlos en tal, mediante la práctica de la agricultura campesina agroecológica en lugar del monocultivo intensivo basado en agrotóxicos y semillas comerciales. Mientras que este último trae los productos de nuestros enemigos del agronegocio, y las fuerzas de exclusión, a nuestros propios espacios, si recuperamos los conocimientos ancestrales y las prácticas de la agroecología, defendemos esos espacios.⁶⁶

Além de ser concebida como absolutamente indissociável da luta política por soberania alimentar e energética, a defesa e o resgate de territórios, a reforma agrária e urbana, a agroecologia também é amplamente associada na Via Campesina à luta por transformações estruturais da sociedade. A agroecologia ganha o significado de uma ferramenta de luta e de resistência dos povos camponeses contra o avanço do capitalismo no campo. Essa concepção é compartilhada em diversas análises:

La agroecología es necesaria para que los pueblos garanticen la soberanía alimentaria y energética para la emancipación humana, además, la agroecología es vital para el avance de la lucha de los pueblos para la construcción de una sociedad em donde no haya la propiedad privada de los medios de producción y de los bienes naturales, sin ningún tipo de opresión y explotación, cuyo fin no es la acumulación. La agroecología es parte de nuestra ancestralidad y de nuestra manera dinámica y racional de ser parte de la naturaleza respetando la biodiversidad, sus ciclos y su equilibrio. Es una de nuestras formas de lucha en contra del avance del capitalismo y toda forma de dominación, por eso, es una construcción política, popular, social, cultural, ancestral, científica, económica, estratégica y de clase.⁶⁷ [2009 - Venezuela]

Agroecología, multidimensional e integral, es una herramienta de transformación social con la cual se restaura el papel central del campesinado(...) es portadora de la dignidad,

65 LVC, [2011a]2013, p. 62

66 LVC, [2012c]2013, p. 75

67 LVC, [2009b]2013, p. 19.

la justicia social y la solidaridad. Se restaura el valor de todos y cada uno, para hacer frente a los valores de la competencia (...) El cuestionamiento de la dominación política, económica, ideológica y patriarcal, en relación con los movimientos sociales, es parte integral del proyecto de la agroecología. Por ello, contribuye a una cultura de paz.⁶⁸ [2011 – Europa]

Nosotros, representantes del continente africano (...) miembros de La Vía Campesina, juntemos nuestras fuerzas, nuestras capacidades y nuestro saber-hacer, para transformar esta sociedad por medio de la práctica de la agroecología en el marco de la soberanía alimentaria (...) ⁶⁹ [2011 - Gana]

(...) la agroecología es un instrumento para luchar contra el agronegocio transnacional y el modelo agroexportador predominante. No podremos liberar a los agricultores de la estructura de opresión que han construido las corporaciones sin recuperar nuestra autonomía tecnológica y económica de las formas actuales de capital agrario y financiero. Tampoco lo conseguiremos si no recuperamos la fuerza de trabajo esclavizada por el capital, como es el caso de los trabajadores rurales y agroindustriales en los Estados Unidos de América. Por lo tanto, la agroecología es una parte fundamental de la construcción de justicia social en un nuevo sistema social igualitario, libre de la dominación del capital. ⁷⁰ [2012 - Tailandia]

Creemos en la agroecología como una herramienta en la construcción de otra manera de producir y reproducir la vida. Es parte de un proyecto socialista, una alianza entre los trabajadores y las organizaciones populares del campo y la ciudad. Debe promover el desarrollo integral de los trabajadores, campesinos, indígenas y afrodescendientes. Es imposible la coexistencia de la agroecología en el marco del sistema capitalista. ⁷¹ [2012 – Guatemala]

Para a Via Campesina, a agroecologia tem o potencial de transformar as relações de produção e de trabalho, bem como as relações entre sociedade e natureza e entre campo e cidade:

La agroecología debe ser masiva e internacional, por eso los conocimientos acumulados por los pueblos, deben contribuir para el desenvolvimiento de nuevas fuerzas productivas de la naturaleza y del trabajo humano, para que tengamos tiempo y condiciones de organizar todas las otras dimensiones de nuestras vidas, o sea, nuestras luchas, comunidades, cultura, estudios, fiestas, entre otras. La agroecología incluye el cuidado y la defensa de la vida, la producción de alimentos, de consciência política y organizativa, avanzando en los procesos de cooperación, para la transformación, agroindustria, intercambio y destino de los frutos de nuestro trabajo, promoviendo una alianza entre los pueblos de la ciudad y del campo⁷².

68 LVC, [2011e]2013p. 50-51

69 LVC, [2011d]2013p. 44

70 LVC, [2012b]2013, p. 57

71 LVC, [2012a]2013 p. 47 e 48

72 LVC, [2009b]2013, p. 20.

2.7 Educação Popular e ampliação da escala da Agroecologia

Para fazer com que a agroecologia seja esse instrumento de luta dos povos, a Via Campesina atua em algumas frentes de difusão⁷³:

1. Transformando os modelos produtivos: a) através de uma rede com dimensões globais de formadores e formadoras em agroecologia que articula programas, projetos e escolas que existem a nível local, nacional e regional dentro da Via Campesina; b) promovendo intercâmbios de experiências através da metodologia “de Campesino a Campesino” para disseminar as práticas agroecológicas da agricultura camponesa em uma aprendizagem horizontal; c) documentando, mapeando, sistematizando e socializando as experiências de agroecologia e sementes, agricultura camponesa sustentável, resposta às mudanças climáticas e soberania alimentar existentes na Via Campesina, que são publicadas em livros, folhetos e vídeos de educação popular; d) produzindo materiais de educação e difusão específicos sobre as concepções de agroecologia da Via Campesina.

2. Realizando campanhas para convencer a sociedade dos benefícios da agricultura camponesa agroecológica e dos malefícios causados pela agricultura industrial e empresas transnacionais, fomentando pesquisas que sintetizem argumentos e dados que sustentem essas posições.

3. Formulando e promovendo políticas públicas para a agricultura camponesa sustentável e para a soberania alimentar, em lugares em que haja governos ou instituições “receptivas” a tais propostas.

4. Identificando e estabelecendo alianças estratégicas com investigadores, ONGs, doadores e organizações de confiança.

A educação popular e o intercâmbio de conhecimentos são considerados centrais em todas essas frentes, algo que estabelece relação direta com experiências emblemáticas que demonstraram a viabilidade da difusão da agroecologia por organizações sociais em extensos territórios. Tais experiências são anteriores à própria formação da Via Campesina, mas

73 LVC, [2009a] 2013

tornaram-se base para o desenvolvimento do que o movimento chamou de “Pedagogia Camponesa Agroecológica”. São principalmente citados como inspiração os movimentos Campesino a Campesino, da América Central e de Cuba, e o Agricultura Natural de Pressuposto Zero, da Índia.

Segundo Mier et. al (2019), o Movimento Campesino a Campesino (CaC) nasceu no início de 1970 em Chimatenango, Guatemala, a partir de uma iniciativa de camponeses indígenas Maya Kaqchikel, com apoio das ONGs OXFAM e Vecinos Mundiales. Os camponeses faziam visitas recíprocas para trocar experiências sobre agricultura e aprender conjuntamente técnicas ecológicas de conservação do solo e da água, adubação verde, diversificação de cultivos, entre outras. A metodologia utilizada nesses intercâmbios mesclava a tradição do trabalho compartilhado; as práticas pedagógicas populares horizontais e freirianas de “ação-reflexão-ação”; a educação popular latinoamericana; a teologia da libertação; e elementos da cultura indígena a que pertenciam.

A partir desses encontros, os camponeses construíram a cooperativa Kato-Ki, e puderam pouco a pouco liberar-se do trabalho em plantações convencionais. Porém, durante a repressão dos anos 1980, os militares destruíram a cooperativa e muitos dos camponeses tiveram que fugir, encontrando trabalho no México, Honduras e Nicarágua. Com essa “diáspora campesina”, a metodologia CaC se expandiu entre múltiplas organizações da região. Entre os projetos mais emblemáticos estão o Centro de Desenvolvimento Integral Camponês de Mixteca (CEDICAM) em Oaxaca, e o Grupo Vicente Guerrero, em Tlaxacala, no México. Esses grupos adaptaram a metodologia da Guatemala a seu contexto social e desenvolveram um amplo repertório metodológico e técnico, que em 1986 foi compartilhado com a Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua (UNAG). Na Nicarágua, o movimento CaC tornou-se um amplo movimento de base assentado na agricultura camponesa agroecológica, chegando a incluir 30 mil famílias de todo o país⁷⁴.

Em Cuba, o processo social e metodológico CaC aprendido da mesoamérica foi essencial para a difusão da agroecologia pela Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP), que hoje faz parte da Via Campesina. Com o colapso do bloco socialista, entre 1989 e 1990, e o embargo comercial dos Estados Unidos, Cuba foi obrigada a abandonar a agricultura convencional, que dependia de insumos importados altamente dependentes de petróleo. Nesse contexto, o CaC garantiu a rápida difusão da agroecologia para uma

74 MIER et. al, 2019

transformação agrícola de enormes proporções. Entre 1997 e 2010, um terço das famílias camponesas de Cuba participaram do CaC promovido pela ANAP, chegando posteriormente à quase metade de todo o campesinato cubano (200 mil famílias)⁷⁵.

Por sua vez, o Agricultura Natural de Pressuposto Zero (ZBNF na sigla em inglês) nasceu parcialmente em resposta aos graves endividamentos que levavam camponeses da Índia ao suicídio:

La deuda contraída por los altos costos de producción de la agricultura convencional tipo Revolución Verde traducida en presupuestos para créditos bancarios, es la causa subyacente de los tan conocidos casos de suicidios campesinos epidémicos en ese país (Mohanty 2005)⁷⁶.

O ZBNF é um conjunto de práticas tradicionais e agroecológicas sistematizado pelo agrônomo Subhash Palekar e que se tornou a base de um amplo movimento camponês indiano. O movimento combinou a cosmologia Hindu com a luta contra a revolução verde, e teve especial êxito em Karnataka, impulsionado pela Associação de Camponeses do Estado de Karnataka (KRRS, sigla em inglês), que hoje compõe a Via Campesina. Só em Karnataka participam do movimento 100 mil famílias camponesas. O movimento é totalmente auto-organizado e baseado em ações voluntárias dos agricultores participantes, que também promovem intercâmbios entre si parecidos com o CaC.

Feito esse preâmbulo, podemos compreender melhor como se desenvolveu a Pedagogia Camponesa Agroecológica dentro da Via Campesina. Segundo Rosset e Barbosa (2018), a Pedagogia Camponesa Agroecológica é

(...) articulada pela Pedagogia do Exemplo, uma práxis pedagógica própria do chamado Método “Camponês a Camponês” – CaC (MACHÍN et. al., 2012). O fundamento epistêmico dessa perspectiva dialoga com a tradição do pensamento pedagógico latino-americano, inspirador de concepções de educação, de pedagogia, de sujeitos educativos e de projeto educativo para um porvir revolucionário (BARBOSA, ROSSET, 2017a). As revoluções cubana e nicaraguense são reconhecidas por muitas destas organizações, pela recuperação do trabalho como princípio educativo (CASTRO, 1974), e no debate teórico-político da Pedagogia do Exemplo de Che Guevara (GUEVARA, 2004)⁷⁷.

As dezenas de escolas camponesas agroecológicas e de formação política da Via Campesina nos cinco continentes “sirven tanto para preparar a nuestros jóvenes para ser agricultores agroecológicos y cuadros dirigentes de nuestras organizaciones, y para apoyar nuestros procesos de comunidad a comunidad y de campesino a campesino”⁷⁸.

75 Ibid.

76 ROSSET e TORRES, 2013, p. 12

77 ROSSET e BARBOSA, 2019, p. 48

78 LVC, [2012c]2013, p. 75

O CaC é baseado na Pedagogia da Experiência, e basicamente trata-se de famílias camponesas que visitam outras famílias que estejam praticando, com êxito, uma solução agroecológica para um problema comum. A família anfitriã é responsável pela transmissão do conhecimento, fazendo toda a mediação pedagógica em seu próprio lote, sem a presença de investigadores ou extensionistas de fora. Assim, o conhecimento é passado diretamente de agricultor a agricultor, a partir de experiências concretas e compartilhadas, vistas com os próprios olhos, o que faz com que outros agricultores fiquem muito mais abertos à aderir. O CaC também estimula a investigação e experimentação entre os camponeses em seus lotes, que passam a sistematizar e transmitir suas próprias inovações.

O CaC é citado em diversos documentos da Via Campesina como base para a substituição do método convencional de extensão e ensino verticalista (de cima para baixo) por um intercâmbio de conhecimentos e de práticas horizontal, que faça sentido para os camponeses envolvidos e que reconheça e fortaleça os saberes dos diferentes povos do campo. O CaC “busca la unidad, no tiene fronteras, es horizontal e integral”⁷⁹.

Com base nessas metodologias, a Via Campesina promove processos agroecológicos, comunitários e territoriais diversos, através das escolas camponesas, escolas de educação formal e educação aberta, promovendo não só o método de camponês a camponês, mas também de comunidade a comunidade e de organização a organização, pois há o entendimento de que o desenvolvimento da agricultura camponesa agroecológica requer a recuperação, a inovação e o diálogo de saberes em todos os níveis. As escolas da Via Campesina incluem experiências formais e informais voltadas à formação política agroecológica, como os Institutos Agroecológicos Latinoamericanos (IALAs), a Universidad Campesina “SURI”, na Argentina e a Escuela Nacional de Agroecología del Ecuador – ENA. Essas escolas recebem militantes de várias organizações da Via Campesina e “estão estruturadas por princípios político-pedagógicos comuns: a práxis como princípio da formação humana, o internacionalismo, o trabalho como princípio educativo, a organicidade e o vínculo com a comunidade”⁸⁰.

Todas essas metodologias sociais são desenvolvidas para que seja possível massificar e ampliar a escala da agroecologia, de modo que sejam muitas famílias desenvolvendo uma produção agrícola de matriz agroecológica em amplos territórios, em sintonia com o projeto de Reforma Agrária Integral. A proposta de massificação da agroecologia na Via Campesina

79 LVC, [2012a]2013, p. 48

80 ROSSET e BARBOSA, 2019, p. 49

pressupõe que as próprias famílias camponesas são responsáveis por transformar seus territórios em territórios agroecológicos.

2.8 Mulheres, jovens e agroecologia

Desde o início da construção da Via Campesina houve reconhecimento do papel vital das mulheres, no campo e nas lutas. A partir do questionamento de perspectivas eurocêntricas do movimento feminista, a Via Campesina adotou como pauta o “feminismo camponês popular”:

Este sale del análisis de que el patriarcado, el machismo, el racismo y la discriminación de clases forman parte integral de la violencia estructural del capitalismo. En consecuencia la lucha por una sociedad alternativa siempre debe ir de la mano de nuevas relaciones de género. Las relaciones de género justas están inherentemente relacionados con el derecho al territorio de los pueblos, sus formas de vida y costumbres y a la reforma agraria⁸¹.

A Via Campesina compromete-se a enfrentar o patriarcado e a violência contra as mulheres na sociedade, nos movimentos e organizações e dentro de cada família. A agroecologia é considerada uma aliada dessa pauta, pois mudanças no modo de produção (transição do monocultivo dominado por homens a uma agricultura camponesa agroecológica e diversificada) promovem o aumento das oportunidades para que todos os membros da família assumam papéis valorizados e reduzem a concentração de poder, os ganhos e a tomada de decisões das mãos dos homens⁸². Vale lembrar que, dessa forma, a agroecologia contribui não só para a posição social das mulheres em suas famílias e comunidades, como também para que os jovens possam vislumbrar um futuro no campo, com espaço para a sua criatividade e para a construção de uma vida digna, gratificante e interessante.

Pelo fato de os homens geralmente receberem os títulos das terras, as mulheres camponesas historicamente pautaram uma reforma agrária em que as terras fossem tituladas no nome das mulheres. A demanda pela titulação, entretanto, gera conflitos em casos em que a gestão das terras é comunitária, o que foi debatido dentro da Via Campesina:

(...) surge el debate sobre ‘si las mujeres no hacían el trabajo para el Banco Mundial’, demandando títulos individuales que en consecuencia resultarían en la privatización de las tierras comunitarias. En este seminario, las mujeres confirmaron su defensa de las tenencias comunitarias. Sin embargo, quedó claro que dentro de los derechos comunitarios, consuetudinarios y las costumbres se debe fuertemente cuestionar y

81 LVC, 2017, p. 31.

82 LVC, [2012c] 2013 p. 74

renovar el papel de las mujeres en las familias y en las organizaciones así como su participación⁸³.

Mais do que a garantia do título da terra, a Via Campesina entende ser necessário garantir que as mulheres tenham acesso aos meios de produção, tanto quanto os homens. Da mesma forma, surge o debate sobre o papel do Estado, pois se por um lado as organizações da Via Campesina consideram que o Estado deve garantir os direitos humanos e executar a legislação para garantir a igualdade de gênero, também consideram que os Estados são replicadores de um sistema de desigualdade e do patriarcado. Assim, a pauta por igualdade das mulheres se dirige aos marcos legais e estatais, mas atravessa também o sistema patriarcal dentro das famílias, comunidades e organizações, que se esforçam por garantir que o papel das mulheres seja igualitário também dentro da autogestão de suas organizações e costumes⁸⁴.

2.9. Sementes

Outro tema bastante importante para a perspectiva agroecológica da Via Campesina é a defesa das sementes.

Nuestras comunidades demuestran que nuestras propias semillas son superiores en numerosos aspectos a las semillas comerciales. Las semillas de la industria requieren de inmensas cantidades de insumos químicos, de agua y maquinaria que destruyen nuestra salud y la del medio ambiente. Llevan a los campesinos hacia el endeudamiento, la dependencia, y hacia abandonar sus cultivos nutritivos para el beneficio de los cultivos industriales de exportación. Las semillas campesinas son sistemas vivos. Seleccionadas y multiplicadas en los mismos campos que se cultivan, son capaces de adaptarse a las condiciones locales y a cambios en el clima, sin utilizar venenos químicos ni tecnología industrial. Funcionan bien para las necesidades de nuestros pueblos y permanecen en nuestras manos, bajo nuestro control y cuidado. Siguen siendo una alternativa real a las semillas híbridas y transgénicas de las corporaciones. Nos damos cuenta que para realizar la soberanía alimentaria es necesaria la soberanía de semillas⁸⁵.

A grande maioria das organizações da Via Campesina já realiza algum tipo de atividade relacionada à recuperação de sistemas camponeses de sementes, como campanhas políticas de defesa desses sistemas e de denúncia contra a indústria de sementes e a criminalização dos produtores camponeses de sementes, ou atividades contra a legislação nacional e internacional de privatização das sementes que impedem o acesso contínuo dos povos a esse meio essencial de produção.

Debemos hacer entender al mundo que estamos ante “una guerra por las semillas”, que de su resultado depende la humanidad en su conjunto, y que en la primera trinchera de

83 LVC, 2017, p. 31

84 LVC, 2017, p. 31

85 LVC, [2011b]2013, p. 28-29

esta guerra, defendiendo los intereses de todos y todas, estamos las campesinas y los campesinos. Somos los campesinos que hoy enfrentamos encarcelamiento, ordenes de aprensión y demandas legales por el hecho de utilizar y seleccionar nuestras propias semillas⁸⁶.

Dentro da Via Campesina há também o trabalho de resgate de variedades locais e conhecimentos sobre elas, de valorização, conservação, reprodução, seleção, cruzamento, multiplicação, intercâmbio, distribuição e venda de sementes através de organizações camponesas⁸⁷. As mulheres têm papel de destaque nessa pauta, pois são protagonistas do trabalho com as sementes em suas comunidades e organizações.

A Via Campesina defende o direito coletivo dos camponeses sobre as sementes, e a proibição dos direitos de propriedade intelectual e industrial que permitem a privatização das sementes. Nesse sentido, o cuidado chega à escolha dos termos utilizados, com debates sobre a necessidade de evitar o vocabulário dominante da indústria para referir-se às sementes, como “bancos de sementes” ou “recursos genéticos”, preferindo utilizar os termos “casas” ou “celeiros” de “sementes camponesas”. Da mesma forma, evitam usar termos como “livre” ou “comum”, preferindo por exemplo “patrimônio de nossos povos à serviço da humanidade” evitando assim a interpretação de “‘patrimonio común’ por la industria, legitimando su robo de los bienes comunes de las comunidades indígenas y campesinas.”⁸⁸

(...) debemos recordar que las semillas representan tanto el pasado y la historia de los pueblos campesinos e indígenas, como su presente, y que además son la esperanza de la humanidad frente a un mundo y clima que están cambiando. Es nuestro deber sagrado ante toda la Sociedad y la Madre Tierra, el continuar cuidando, defendiendo, desarrollando y compartiendo nuestras semillas⁸⁹.

2.10 ONGs

Vieira (2008) relata que em 1996, na II Conferência da Via Campesina (Tlaxcala, México), estiveram presentes 69 organizações de 37 países. Pela primeira vez se discutiram as bases do conceito de “soberania alimentar” e do “caminho camponês”, e na ocasião começou-se a se debater a política da Via Campesina em relação às ONGs. O comitê organizador do evento decidiu que ativistas de ONGs não poderiam ser delegados, somente observadores. Algumas das ONGs criticaram esse papel subordinado, mas a Via “reafirmou em seus debates que esta relação só poderia se dar sob os princípios de autonomia e independência”⁹⁰.

86 LVC, [2011b]2013, p. 32

87 LVC, [2011b]2013, p. 28

88 LVC, [2011b]2013, p. 31-32

89 LVC, [2011b]2013, p. 34

90 VIEIRA, 2008, p. 145.

Nos documentos é possível perceber uma postura crítica quanto às ONGs, que algumas vezes são citadas como aliadas de governos e empresas⁹¹, mas não há uma generalização absoluta. Algumas ONGs (bem como investigadores) são classificados como “aliados” ou “de confiança” para realizar determinados trabalhos conjuntos, como inventários, pesquisas e campanhas. Assim, as escolhas sobre as parcerias são analisadas caso a caso. Entre os aliados estão as ONGs GRAIN e ETC⁹², por exemplo, e no caso dos investigadores, a Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA)⁹³.

Essa postura reticente em relação às ONGs se deve à escolha política da Via Campesina de ser formada essencialmente por organizações de camponeses e de base comunitária. Segundo Vieira (2008), após a consolidação da Via Campesina “somente falam internacionalmente pelos movimentos de camponeses os próprios camponeses, o que desagrada a muitas ONGs, acostumadas a ocupar este espaço”⁹⁴:

A Via Campesina mandou uma mensagem clara e direta às ONGs que por muito tempo dominaram a arena internacional: ONGs não poderiam mais falar “em nome de” ou como representantes dos camponeses e agricultores. (...) a Via Campesina desafiou não apenas quem ia falar, e em nome de quem, mas também o que seria dito e como se construiriam posições coletivas⁹⁵.

Na Via Campesina há boas relações com algumas ONGs, mas também existem dificuldades com outras, porque não podemos esquecer que muitas ONGs são intermediárias de recursos. Na medida em que elas têm capacidade de determinar recursos, têm mais capacidade de sobreviver como pessoas e como profissionais⁹⁶.

Segundo Vieira (2008), na medida que detém esses recursos, as ONGs podem impor formatos ou agendas dos quais a Via Campesina discorda ou mesmo trabalha para combater. Assim, a Via reafirma o tempo todo que suas organizações devem ser “autônomas”, pois “en la medida en que se tenga autonomía de las grandes empresas, los partidos políticos, las ONGs, etc., la organización es más fuerte y controla mejor su propio destino”⁹⁷

91 Como em: “Las multinacionales utilizan fundaciones, ONGs e instituciones gubernamentales para ocultarse, de manera que éstas son utilizadas para promover la venta de sus productos a los agricultores”(LVC, [2009a]2013, p. 16)

92 LVC, [2011b] 2013 p. 32

93 LVC, [2012c] 2013

94 VIEIRA, 2008, p. 163

95 DESMARAIS, 2007, p. 101, *apud* VIEIRA, 2008, p. 163

96 Entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/09/07, concedida a VIEIRA, 2008, p. 163.

97 LVC, [2009a]2013, p. 13

2.11 Estado e Organismos Multilaterais

Sobre o papel do Estado enquanto tal, é possível perceber que os movimentos que compõem a Via Campesina não têm um consenso definido. Afirma-se que, sendo a Via Campesina um espaço heterogêneo, as visões sobre o papel do Estado diferem muito em cada contexto histórico, político e cultural: alguns movimentos têm como prioridade a incidência em políticas públicas/institucionais, enquanto outros buscam reforçar a autonomia de suas organizações. Mesmo assim, essas perspectivas caminham juntas a partir do constante debate interno, como podemos perceber abaixo:

(...) se manifiesta un cambio en la percepción sobre el papel del Estado. Mientras en Porto Alegre 2006, las demandas se dirigían claramente al Estado y se hizo un llamamiento por una “revitalización del Estado” que todavía venían de las experiencias de ajuste estructural, en las que los Estados y su papel en la economía fueron desmontados, en Bukit Tinggi [2011] el panorama fue diferente. Los Estados fueron señalados como actores clave que fortalecen la profundización del capital mediante leyes y regulaciones, *incluidos los estados progresistas*, por ejemplo en América Latina, que han logrado una mejora en la satisfacción de las necesidades básicas y han impulsado políticas sociales, pero los procesos de reforma agraria han sido marginales. Por el contrario, los proyectos de minería, grandes monocultivos y la criminalización avanzaron en estos años. En consecuencia, sin descartar la necesidad de incidir en las políticas nacionales y transnacionales, se discute cómo las organizaciones pueden ser autónomas⁹⁸.

Ainda assim, em seguida afirma-se: “(...) se fortalece la percepción de que solo un movimiento social fuerte puede lograr suficiente presión para recuperar los Estados”⁹⁹. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado é percebido como ator chave para aprofundamento do capitalismo mesmo em governos progressistas, manifesta-se a crença de que o Estado pode ser “recuperado” para estar à serviço do povo. Na Conferência de Marabá, em 2016, essa mesma ideia esteve presente. Reafirmou-se a necessidade de construir uma reforma agrária “desde abajo” a partir de uma ampla aliança popular entre campo e cidade que será

la base para lograr una correlación de fuerzas que permita recuperar el Estado para que asuma su papel en la organización del abastecimiento de las sociedades con una alimentación sana (...). Todo este proceso debe hacerse con la participación popular. El Estado tiene la tarea de impulsar políticas públicas, pero no podemos esperar a que los Estados asuman esta tarea porque ya no es el interés de las élites. Por esto, la lucha agraria es una lucha de clases. Tenemos que hacer una reforma agraria para lograr una correlación de fuerzas que permita cambiar la naturaleza del Estado, para que asuma su papel en la reforma agraria: organizar la asistencia técnica, créditos, logística de almacenamiento y distribución, entre otros¹⁰⁰.

98 LVC, 2017, p. 37

99 LVC, 2017, p. 37

100 LVC, 2017, p. 39

Podemos depreender que a Via Campesina considera que o Estado tem originalmente o papel de servir ao povo, mas em determinados períodos ou contextos o Estado serve à classe dominante capitalista. Por isso, os movimentos atuais não devem esperar a ação benevolente do Estado, mas sim, fortalecer suas bases e exercer pressão sobre ele para, de um lado, conquistar determinadas políticas favoráveis, e de outro, contribuir para “transformar sua natureza”. Além disso, há em algumas passagens o aceno de que existem governos mais ou menos “receptivos”, o que faz com que as abordagens variem de acordo com o contexto político.

De toda forma, há sempre presente uma desconfiança das políticas oferecidas por essas instituições, em contrapartida à confiança na capacidade dos camponeses de gerir todos os assuntos que lhes dizem respeito. Por exemplo, sobre as sementes:

Ya no podemos confiar en los centros de investigación, bancos y colecciones públicas y privadas de semillas (...) debemos rescatar las semillas secuestradas en estas colecciones y bancos, donde se pierden por descuido y desuso, y/o son robadas y privatizadas por la industria. Nosotras y nosotros mismos tenemos la responsabilidad de preservar estas semillas que son necesarias para alimentarnos hoy y alimentar a nuestros hijos en el futuro.¹⁰¹

(...)

El Tratado de Semillas de la ONU, en el mejor de los casos, continúa a ser ambiguo al abandonar el respeto los derechos campesinos a utilizar, guardar, intercambiar y vender nuestras semillas, dando esta responsabilidad a los gobiernos nacionales. Sin embargo, la mayoría de los gobiernos respeta los privilegios de la propiedad industrial, no de los campesinos. Por ende debemos exigir de manera urgente la aprobación de la Convención de Derechos Campesinos en la ONU como instrumento no ambiguo sobre este tema.¹⁰²

Aqui podemos perceber alguns aspectos: Em primeiro lugar, há a afirmação de que os camponeses devem ser diretamente responsáveis pela guarda de suas sementes, rechaçando a intermediação estatal ou privada. Em segundo lugar, há a percepção de que “a maioria” dos governos respeita os privilégios da indústria e não dos camponeses, indicando que pode haver governos que façam o oposto. Em terceiro lugar, ainda que se critique o Tratado de Sementes da ONU, espera-se que a Declaração de Direitos Camponeses, aprovada na ONU, seja um instrumento não-ambíguo para tratar do tema, que poderá regular as deficiências do tratado anterior.

Percebemos também uma diferenciação grande na abordagem para com os diferentes organismos multilaterais. Aqueles vistos como representantes do modelo neoliberal (como OMC, FMI, Banco Mundial) são tratados como inimigos, vinculados aos interesses do capital e contra os povos, por conta dos tratados de livre comércio que arruinam o campesinato e por

101 LVC, [2011b]2013 p. 32 e 33.

102 LVC, [2011b]2013, p. 33-34

apresentarem “falsas soluções”, como o mercado de carbono, a reforma agrária de mercado entre outras. Por outro lado, por mais que sejam críticos em relação à algumas de suas políticas, tratam com mais abertura organismos das Nações Unidas, incluindo a FAO, com quem sentam para negociar, participam de fóruns e apresentam propostas de políticas, pois parecem encontrar ressonância em suas reivindicações. Vale destacar que a primeira aparição pública da Via Campesina no espaço internacional foi durante a Assembleia Global sobre Segurança Alimentar, “que ocorreu em 1995 na cidade de Quebec (Canadá), como parte das comemorações pelos 50 anos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)”¹⁰³. Desde seu início, a agenda política da FAO e da ONU é seguida de perto pela Via Campesina, que realiza a disputa pela construção de instrumentos normativos dentro desses organismos. Em entrevista à Flavia Braga Vieira, Paul Nicholson explica:

Com as instituições multilaterais, com as instituições do Banco Mundial, com o Fundo Monetário Internacional não tomamos nem um tostão, nem uma ajuda, não há nenhuma relação. [...] estas instituições são instrumentos do modelo neoliberal e nós não temos nenhuma relação com elas. Não tivemos nenhuma conversa no passado, nunca. Outra coisa são as instituições das Nações Unidas, a FAO, a UNESCO. Aí nós entendemos que a fragilidade política delas é um marco no qual podemos intervir, e podemos buscar uma interlocução e colocar nossas denúncias e propostas na mesa. E fazemos isso cada vez mais¹⁰⁴.

Um pequeno exemplo da diferenciação que a Via Campesina estabelece entre os diferentes organismos multilaterais pode ser observado na Declaração Final da Formação de Formadores/as em Agroecología da Região África 2, de 2011, onde a Via Campesina se compromete, entre outras coisas, a:

*Apoyar las directrices de la FAO en cuanto a recursos naturales y tenencia de la tierra como esta defendido por la sociedad civil y oponerse a las inversiones propuestas por los inversionistas mismos, apoyadas por el Banco Mundial; No dejarse engañar y corromper por las falsas soluciones propuestas por diferentes instituciones tales como el Banco Mundial; Proteger enérgicamente la agricultura y alejarla de la Organización Mundial del Comercio.*¹⁰⁵

Por fim, em muitos documentos a Via afirma que seu papel é pressionar as instituições a acatar as demandas do campesinato em todos os níveis (local, nacional, internacional), mas que seu compromisso prioritário é seguir organizando os movimentos “desde abajo”, sem esperar pelas soluções vindas de cima. Isso fica claro pois frequentemente nos documentos há uma lista de exigências das políticas que a Via Campesina propõe para governos e organismos multilaterais, mas seguidos por uma ressalva:

103 VIEIRA, 2008, p. 144

104 Entrevista com Paul Nicholson em 17/05/07, concedida a VIEIRA, 2008, p. 159.

105 LVC, [2011d] 2013, p. 42 – grifo nosso.

Mientras exigimos que nuestros gobiernos actúen de todas las maneras mencionadas más arriba, y elevaremos la presión sobre ellos para que lo hagan, no nos quedaremos esperándoles. En lugar de ello nos comprometemos a continuar construyendo la agroecología y la Soberanía Alimentaria desde abajo¹⁰⁶.

Dessa forma, é possível perceber que, se por um lado a Via Campesina critica o Estado e os organismos multilaterais como aliados do capital, por outro faz a escolha política de travar permanente embate internamente aos fóruns e possibilidades abertas por eles para diálogo.

2.12 Políticas Públicas de agroecologia

Em um de seus documentos, afirma-se que as experiências de movimentos da Via Campesina demonstram que os métodos de melhor resultado são aqueles em que os próprios atores são protagonistas na hora de criar, desenvolver e compartilhar metodologias. Isso só pode ser assim no seio de organizações camponesas, mediante metodologias de camponês a camponês, e aquelas baseadas na comunidade, escolas camponesas etc. Porém,

(...) las organizaciones campesinas avanzan a contracorriente cuando no pueden contar com políticas públicas adecuadas. Estas políticas deben incluir auténticas reformas agrarias para dejar las tierras en manos del campesinado y acabar con las subvenciones abiertas y ocultas a las prácticas de manejo industriales, incluyendo los insumos químicos y los transgénicos, la modificación de las políticas de libre mercado que hacen que la agricultura no sea rentable, y la sustitución global de las políticas sesgadas contra la agricultura campesina y sus organizaciones por otras que apoyen nuestros esfuerzos para innovar y desarrollar métodos agroecológicos y compartirlos horizontalmente.¹⁰⁷

Portanto, a Via Campesina se compromete a participar e a pressionar os governos para que adotem políticas públicas que favoreçam a agroecologia e a soberania alimentar, que serão desenvolvidas e postas em prática pelos camponeses em seus territórios. Para a Via, todas as políticas agrícolas deveriam ser repensadas tendo como base os conceitos de agroecologia e soberania alimentar, sendo a agroecologia promovida em todas as suas dimensões: agrônômica, sociocultural, socioeconômica e política, com especial atenção à mulheres e jovens¹⁰⁸. Assim, destacamos que a Via Campesina reivindica e portanto legitima a apropriação desses conceitos pelas políticas de Estado e por organismos multilaterais.

Reunimos os pontos levantados por alguns documentos da Via Campesina¹⁰⁹ que estipulam o que uma política pública de agroecologia deve garantir:

106 LVC, [2011c] 2013, p. 39 e similar em [2012c] 2013, p. 76

107 LVC, [2011a] 2013 p. 65

108 LVC, [2011e] 2013, p. 52

109 LVC, [2010]; [2011a]; [2011c] 2013

- Soberania alimentar;
- Proteção contra manipulação de preços, *dumping*, especulação e importações desnecessárias e contra regras injustas de tratados de livre comércio; sistemas de garantia de preços justos para a produção camponesa (que permitam cobrir os custos da terra, mão de obra, custo de produção, segurança alimentar e uma margem que lhes permita viver com dignidade) e para os consumidores, garantindo o direito humano fundamental ao acesso e/ou produção de alimentos;
- Reorientação dos sistemas de compras públicas de alimentos (escolas, hospitais, cestas básicas), do agronegócio para a agricultura camponesa agroecológica, com preços justos para os pequenos produtores;
- Direito das comunidades locais de formar cooperativas e federações de agricultores, com apoio para sua articulação com cooperativas urbanas, para que os camponeses entrem de maneira voluntária e coletiva no mercado sustentável e no comércio justo, de modo a comercializar produtos excedentes a nível local e nacional;
- Apoio à comercialização direta entre produtores e consumidores através de mercados camponeses;
- Apoio a sistemas agrícolas camponeses de base familiar/comunitária, que sejam diversos, harmônicos com a natureza e enraizados nas culturas locais, que atendam as pessoas e não o mercado, com proteção e conservação da agro-biodiversidade;
- Empoderamento das comunidades locais para controlar suas próprias vidas;
- Direito das comunidades locais à alimentação, sementes, terra, água e recursos naturais;

- Reforma agrária genuína que garanta acesso equitativo à terra para atrair pessoas de novo pro campo, e que defenda as terras e territórios camponeses contra a apropriação (*landgrabbing*) e especulação.
- Apoio a sistemas camponeses de sementes crioulas, e rechaço às leis de sementes que vão contra o campesinato;
- Proteção e conservação dos conhecimentos indígenas sobre os alimentos e sua produção, garantindo que seu controle fique nas mãos de comunidades locais, protegidos contra a exploração e apropriação comercial através de patentes e similares;
- Reorientação da investigação e extensão agrária em direção às inovações agroecológicas de camponês a camponês, manejadas e compartilhadas por organizações camponesas e de agricultura familiar;
- Modificação dos currículos nos níveis primário, secundário e de nível superior para centrá-los na agroecologia. Nas faculdades de agronomia a agroecologia e as ciências sociais devem jogar papel central no currículo formativo, que deveria incorporar o respeito ao conhecimento camponês e dar importância às organizações camponesas;
- Proteção contra a incorporação e aplicação de tecnologias danosas, além de dar fim às subvenções para agroquímicos e eliminar os agrotóxicos e transgênicos;
- Que a política de agroecologia concorra com as leis e políticas sobre a terra, água, sementes, alimentos, biodiversidade, biosegurança etc. Em casos em que haja políticas ou leis que entrem em conflito com as provisões de uma política de agroecologia, se deverá garantir a primazia desta sobre aquelas.

2.13 “Falsas soluções”: Capitalismo Verde

Outro assunto de grande importância tratado pela Via Campesina em seus documentos sobre agroecologia é o rechaço ao que chamam de “falsas soluções” da “economia verde”. Em

suas análises, concluem que a economia verde não questiona o paradigma de crescimento contínuo e nem o sistema atual, verdadeiro responsável pela destruição ambiental. A Via Campesina considera que as soluções para a “proteção da natureza” e para “frear as mudanças climáticas” promovem uma crescente mercantilização da natureza, pois têm como base a ideia de que para proteger a natureza é preciso dar-lhe um valor monetário e esperar que os mecanismos de mercado regulem a destruição ou valorizem a preservação a partir do cálculo de custos e benefícios. Os exemplos mais denunciados são os biocombustíveis, os transgênicos, os mercados de carbono e o REDD e REDD+:

La base del mecanismo es el pago de compensaciones para la preservación en países “en desarrollo” por parte de los actores que contaminan el ambiente con emisiones. La financiación viene de fondos gubernamentales así como de los fondos generados por el negocio de los “derechos de emisión”. La Vía Campesina considera esto una “falsa solución” por varias razones (...) Este mecanismo permite que las empresas puedan “comprar el derecho a la destrucción del ambiente” y en realidad no reducen emisiones porque las crecientes emisiones son compensadas con la preservación de bosques (ya existentes). De esa manera, se genera un mercado, que ha sido identificado como el pretexto para el acaparamiento de bosques y otros ecosistemas, para ganar las compensaciones, privando a los pueblos del acceso y uso que con sus prácticas milenarias han protegido los ecosistemas, como ha pasado por ejemplo en Indonesia.¹¹⁰

Portanto, para a Via Campesina essas soluções de corporações e de governos não só são ineficazes, como também representam uma ameaça para a agricultura camponesa. Além disso, não levam em conta a complexidade e interação dos ecossistemas, reduzindo-os a meros estoques de carbono, o que faz com que até os monocultivos sejam classificados como “bosques”, ainda que com escassa biodiversidade. Tais propostas não penalizam os responsáveis e nem impedem a destruição ambiental, portanto a Via declara se opor a qualquer forma de capitalismo verde e de mercantilização da natureza.

Por fim, a Via Campesina denuncia que as multinacionais se escondem atrás de fundações e ONGs que desenvolvem programas de “apoio social” para “polir” sua imagem, mas paralelamente seguem pagando os camponeses com preços de miséria e os obrigam a comprar insumos cada vez mais caros¹¹¹. Em contraposição aos acordos firmados pelas Cúpulas do Clima, que corroboram com as soluções apresentadas acima, a Via Campesina defende os “Princípios de Cochabamba sobre o Clima” e os “Direitos da Mãe Terra”¹¹².

Nesse mesmo sentido, a Via Campesina denuncia que a agroecologia está sendo objeto de cooptação, pois o capital (representado por corporações, meios de comunicação, educação

110 LVC, 2017 p. 21

111 LVC, [2009a]2013

112 LVC, [2011c] 2013

formal, transnacionais, o latifúndio e o agronegócio) tem mudado seu discurso, apropriando-se de termos e conceitos construídos ao longo da história pelos povos.

Debemos proteger nuestros saberes de las empresas, que a todo convierten em mercancía, para que no se apropien ni roben nuestros conceptos y los utilicen como productos privados al servicio de la lógica capitalista. Hoy día, enfrentamos una coyuntura en donde el Banco Mundial, los malos gobiernos y las empresas transnacionales nos quieren robar el concepto de la agroecología a través del proceso de la COP-17 en Durban y Río+20, para justificar el engaño de los mercados de carbono del suelo. Frente a esto, afirmamos que la agroecología es nuestra y no está en venta¹¹³.

(...) la agroecología hoy día es un territorio en disputa con empresas, gobiernos y el Banco Mundial, así como los científicos e intelectuales que, a sabiendas o sin saberlo, trabajan para ellos. Este intento neoliberal de cooptar la agroecología se puede ver en los programas de gobierno de “agricultura orgánica”(…). También se ve reflejado en la llamada “agricultura climáticamente inteligente” del Banco Mundial que, al igual que REDD para los bosques, permitiría a las empresas transnacionales convertirse en los dueños del carbono del suelo en los campos campesinos y dictar las prácticas de producción que se permitirán; todo ello, como un pretexto para que las grandes empresas contaminantes puedan seguir contaminando y calentando el planeta¹¹⁴.

En Europa, el concepto “agroecología” es usado a menudo por el mundo científico para modelar las técnicas de cultivo ecológicas de la agroindustria destructiva y darle así legitimidad a la llamada economía “verde”¹¹⁵.

A Via Campesina considera fundamental diferenciar seu conceito de agroecologia do conceito de agroecologia praticado pela economia verde, e por isso seu esforço em chegar a um entendimento interno comum e coerente com seus objetivos sociais e políticos. Para se diferenciar do discurso capitalista sobre agroecologia e produção orgânica, a Via Campesina ancora-se principalmente na origem da produção, camponesa, e não industrial, e utiliza o termo “agricultura camponesa agroecológica”. Também rechaça a mera substituição de insumos nocivos por insumos menos destrutivos, que não tocam na estrutura do modelo de monocultivo e dependência¹¹⁶, colocando-se também contra os métodos de certificação orgânica, camponesa e afins:

Desde la agroecología rechazamos la certificación de los frutos de nuestro trabajo, no debe ser un comercio de sellos hecha por empresas, nuestra garantía son los callos de nuestras manos, nuestra ética, la mirada que traemos de esperanza, nuestras banderas sembradas en el latifundio, nuestras raíces y venas expuestas en la lucha, nuestra sangre que ha abonado la tierra en todos estos siglos. ¹¹⁷

113 LVC, [2012a]2013, p. 45

114 LVC, [2012c]2013, p. 76

115 LVC, [2011e] 2013, p. 51

116 LVC, [2009a] 2013

117 LVC, [2009b] 2013, p. 19-20

Para a Via Campesina, a agroecologia é um patrimônio dos povos rurais, colocados à serviço da humanidade e da mãe terra, livre de custos e de patentes¹¹⁸.

Em uma listagem de 2009, construída na Venezuela¹¹⁹, posteriormente complementada em 2012, na Tailândia¹²⁰, os movimentos que compõem a Via Campesina resumiram aquilo que defendem como agroecologia, bem como o que rechaçam para diferenciar-se da agroecologia apropriada pelos representantes do capital. Reproduzimos a seguir suas frases, organizadas de acordo com as temáticas, sem modificarmos o conteúdo:

Defendem (o que é agroecologia):

Agroecologia é integração da humanidade em harmonia e equilíbrio com a natureza, é holística e respeita a Mãe Terra, não contamina o meio ambiente e necessita de um ambiente limpo e livre de contaminação. É biodiversa, defende as sementes crioulas, restaura o equilíbrio da natureza. A agroecologia pode e deve alimentar todos os povos do mundo, deve se dirigir à alimentos saudáveis produzidos em harmonia com a Mãe Terra. É diversificação produtiva para garantir a auto-sustentabilidade.

A agroecologia é ideologia, é uma ferramenta de transformação coletiva da realidade, é um processo que permite a reconstrução ecológica que fortalece a mudança radical, é um instrumento de luta contra o capitalismo e por uma sociedade igualitária. É comunitária, com valores anticapitalistas, e ajuda a construir autonomia. É um processo social, político e cultural que luta pela recuperação integral da soberania alimentar e pela reforma agrária integral. Abarca dimensões culturais, políticas, sociais, técnicas, econômicas, ambientais, ecológicas, organizativas e estratégicas.

É ação coletiva com princípios de cooperação, solidariedade e diversidade. É intercâmbio e cooperação entre os povos, combate às formas de opressão e exploração, é semear a semente da nova sociedade. É libertadora, fortalece nossa identidade coletiva como camponeses, povos indígenas e outras expressões rurais, sociais e culturais. Se baseia em processos sociais horizontais.

A reforma agrária é necessária para que a agroecologia seja viável; a agroecologia requer a luta contra o latifúndio e a luta por soberania energética, hídrica, genética, tecnológica e territorial. Deve ser aplicada também em espaços urbanos.

118 LVC, [2012c] 2013

119 LVC, [2009b] 2013, p. 21

120 LVC, [2012c] 2013, p. 72

As mulheres desempenham papel fundamental na agroecologia, que constrói novas relações familiares contra o patriarcado, oferecendo também funções e oportunidades para os jovens. Melhora a qualidade de vida e as condições de trabalho.

É um direito e um dever dos povos, se inicia com os camponeses e as sementes indígenas. Deve reforçar a identidade que inclua os camponeses, indígenas, afrodescendentes e outras expressões sociais emergentes. É uma forma de conceber a vida ancestral e emergente dos povos e comunidades. Deve reafirmar nosso sentido de pertencimento sobre a agricultura.

É a integração dos avanços científicos com os saberes dos povos através de um diálogo horizontal entre conhecimentos camponeses, indígenas e científicos. É um processo dinâmico, é ciência que requer investigação feita pelos povos com resultado a serviço dos povos. Valoriza os saberes populares e ancestrais. É uma ferramenta de transformação de tecnologias socialmente adotadas e aceitas por povos camponeses e indígenas.

Rechaçam (o que não é agroecologia):

O academicismo, o tecnicismo, o tecnocentrismo, o reducionismo e o verticalismo de cima para baixo. A rentabilidade individual, o economicismo, o mercantilismo. O capitalismo e o neoliberalismo. A especulação, o consumismo. O patriarcado e outras relações de exploração. O capital, que não realiza agricultura: produz mercadorias, relações sociais de exploração e depredação da natureza.

Os agroquímicos, agrotóxicos, transgênicos, monocultivos. A privatização do conhecimento e as patentes/propriedade intelectual sobre a vida. A manipulação genética. Agronegócios e comercialização. A apropriação dos processos produtivos por empresas transnacionais. Grandes latifúndios privados, a apropriação de terras. O deslocamento forçado de comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes.

O monopólio e a privatização da educação, saúde, bens naturais e agroecossistemas. A separação do ser humano da natureza. A ambição, o egoísmo, a corrupção. A padronização das dietas dos povos, a “*junk food*”.

A certificação de sementes e dos frutos do nosso trabalho. O pagamento por serviços ambientais e a mercantilização das sementes, da água, dos bosques, da biodiversidade, do carbono e da natureza. Agroecologia não é simplesmente uma produção orgânica, não é simplesmente uma alternativa. Agroecologia não é substituição de insumos ou agricultura

orgânica neoliberal que deixa o monocultivo intacto. Não é uma agricultura ecológica que só se limita a produzir alimentos. Não pode ser só uma política pública ou uma lei. Não pode ter como protagonistas o educador, o técnico ou o dirigente. Não é uma produção isolada.

CAPÍTULO III - A INCORPORAÇÃO DA AGROECOLOGIA PELA FAO

O presente capítulo foi elaborado a partir da análise do seguinte material empírico¹:
Fontes primárias: a) Documentos e relatórios oficiais da FAO e do seu Relator Especial sobre Direito à Alimentação; b) páginas oficiais na internet. Todos os materiais utilizados encontram-se compilados nas tabelas a seguir:

I. Fontes Primárias:

a) Documentos:

ANO	DOCUMENTO	AUTORIA
2009	La agroindustria y el derecho a la alimentación. Informe del Relator Especial sobre el derecho a la alimentación (A/HRC/13/33)	Olivier De Shutter
2010	Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada. Relatório do Relator Especial da ONU para Direito à Alimentação (A/HRC/16/49)	Olivier De Shutter
2014	Final report: The transformative potential of the right to food. Report of the Special Rapporteur on the right to food (A/HRC/25/57)	Olivier De Shutter
2014	Final Report for the International Symposium on Agroecology for Food Security and Nutrition – Rome, Italy - Set/2014	FAO
2015	Final Report: Regional Meeting on Agroecology in Latin America and the Caribbean – Brasilia/Brazil - Jun/2015	FAO
2016	Summary for Decision-Makers – FAO Regional Symposia on Agroecology. Roma, Itália	FAO
2018	Catalysing Dialogue and Cooperation to Scale Up Agroecology: outcomes of the FAO Regional Seminars on Agroecology – Summary	FAO
2018	Iniciativa para Ampliar la Escala de la Agroecología: transformar la alimentación y los sistemas agrícolas apoyo de los ODS. Una propuesta con motivo del Segundo Simposio Internacional sobre Agroecología	FAO

b) Páginas da internet

ORGANIZAÇÃO	PÁGINA
Organização das Nações Unidas - Brasil	https://nacoesunidas.org/
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)	http://www.fao.org/

1 Obs: a autora fez a tradução livre das citações de textos em inglês, mas os textos em espanhol foram mantidos nessa língua.

Centro de Conhecimentos sobre Agroecologia da FAO	http://www.fao.org/agroecology/
Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (Direitos Humanos da ONU)	https://www.ohchr.org
Site oficial de Olivier De Shutter	http://www.srfood.org/
Site Oficial de Hilal Elver	https://hilalelver.org/

3.1 A FAO e o Relator Especial do Direito à Alimentação

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) foi criada em 16 de outubro de 1945 como uma das agências das Nações Unidas, com o objetivo manifesto de liderar os esforços internacionais de erradicação da fome e da desnutrição. Atualmente a FAO é composta por 194 Estados-Membros, mais a Comunidade Europeia, trabalhando em mais de 130 países em todo o mundo. Tem sua sede central em Roma (Itália), cinco escritórios regionais e 78 escritórios nacionais. A FAO pretende-se um fórum neutro, onde todos os países reúnem-se em pé de igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas².

Segundo seu *site*³, seus objetivos estratégicos são: ajudar a eliminar a fome, a insegurança alimentar e a má nutrição; tornar a agricultura, a silvicultura e as pescas mais produtivas e sustentáveis; reduzir a pobreza rural; promover sistemas agrícolas e alimentares inclusivos e eficientes; e aumentar a resiliência dos meios de subsistência face a catástrofes.

Em seus 75 anos de história, a FAO foi ator determinante na formulação de políticas agrícolas em todo o mundo, tendo sido, inclusive, um dos órgãos responsáveis pela disseminação da Revolução Verde. A FAO tem o importante papel de realizar a compilação de dados agropecuários e sobre a fome e desnutrição globais, e desde pelo menos a década de 1990 vem incorporando os valores da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento sustentável, em sintonia com os demais órgãos das Nações Unidas.

Segundo o *site* oficial do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas⁴, desde 1979 a ONU criou mecanismos especiais para examinar situações ou temas específicos de um país, sob uma perspectiva de direitos humanos. Dentre eles, está a designação, pela Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos⁵, de especialistas

2 <https://nacoesunidas.org/agencia/fao/> - Acesso em janeiro de 2020

3 <http://www.fao.org/portugal/acerca-de/en/> - Acesso em janeiro de 2020

4 <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Food/Pages/FoodIndex.aspx> – Acesso em janeiro de 2020

5 Substituída pelo Conselho de Direitos Humanos em junho de 2006.

para realizar estudos e fornecer insumos para as políticas do órgão. O Relator Especial assim nomeado é um especialista independente, cujo cargo é honorário, não sendo portanto funcionário das Nações Unidas nem remunerado por seu trabalho.

Ainda segundo o *site*, o Relator Especial do Direito à Alimentação tem como atribuições: apresentar relatórios anuais sobre as atividades e estudos realizados com vistas à implementação do mandato, ao Conselho de Direitos Humanos e à Assembléia Geral; monitorar a situação do direito à alimentação em todo o mundo, identificando tendências gerais relacionadas ao direito à alimentação; realizar visitas a países para coletar informações em primeira mão da situação relativa ao direito à alimentação em um país específico; comunicar-se com os Estados e outras partes interessadas em relação a supostos casos de violações do direito à alimentação e outras questões relacionadas ao seu mandato; promover a plena realização do direito à alimentação através do diálogo com os atores relevantes, participando de seminários, conferências e reuniões de especialistas.

De 2008 a 2014 o professor Olivier de Shutter, um jurista belga especializado em direitos econômicos e sociais⁶, foi o Relator Especial das Nações Unidas sobre Direito à Alimentação, sucedendo o professor Jean Ziegler, que detinha esse mandato desde 2000⁷. Em 2010, De Shutter defendeu a agroecologia em um relatório especialmente dedicado a esse tema, contribuindo decisivamente para que mais tarde ela se convertesse em diretriz oficial recomendada pela ONU, e especialmente pela FAO, para garantir o direito humano à alimentação, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico.

Mandato de Olivier De Shutter

Em seu relatório final⁸, submetido ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2014, Olivier de Shutter resume as contribuições de seu mandato. Em seis anos de trabalho, visitou treze países: Benin, Camarões, Madagascar, Malawi (que classifica como países de renda baixa); Brasil, China, Guatemala, Malásia, México, Nicarágua, África do Sul

6 Olivier de Shutter “É professor de direito internacional dos direitos humanos, direito da União Europeia e teoria jurídica na Universidade de Louvain (UCLouvain) em Louvain-la-Neuve, na Bélgica, bem como no College of Europe e no Sciences Po em Paris (...) É o primeiro presidente do Conselho Consultivo Belga de Coerência de Políticas para o Desenvolvimento e co-preside ao Painel Internacional de Peritos em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food)”. Seus temas de trabalho e interesse concentram-se em Direitos Humanos, governança baseada na aprendizagem e transição para sociedades sustentáveis a partir da perspectiva do experimentalismo democrático, segundo o qual a sociodiversidade é considerada um ativo essencial para a construção de sociedades resilientes e sustentáveis, e a governança deve apoiar essas inovações. (Segundo https://en.wikipedia.org/wiki/Olivier_De_Schutter – Acesso em janeiro de 2020)

7 <http://www.srfood.org/en/special-rapporteur> - Acesso em janeiro de 2020

8 DE SHUTTER, 2014

e República Árabe da Síria (países de renda média); e Canadá (país de renda alta). Também realizou missões na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a fim de avaliar suas contribuições para a realização do direito à alimentação.

De Shutter concentrou a maior parte de seu trabalho em propostas de como reformar os sistemas alimentares para garantir uma realização mais completa do direito à alimentação adequada. Segundo o relatório, o início do seu mandato coincidiu com a crise global dos preços dos alimentos em 2008, e ele estabeleceu como prioridade garantir que os esforços globais e nacionais para enfrentar a crise se fundamentassem no direito à alimentação⁹. Durante o mandato ele produziu relatórios temáticos, relatórios especiais sobre a crise global dos preços dos alimentos (requisitados pelo Conselho de Direitos Humanos em sua sessão especial sobre a crise global dos alimentos) e notas informativas aprofundando determinadas áreas de interesse¹⁰

Direito à alimentação

Todas as recomendações presentes nos relatórios de De Shutter têm em vista o direito à alimentação, entendido como

o direito de todo indivíduo, sozinho ou em comunidade com outras pessoas, de ter acesso físico e econômico o tempo todo a alimentos suficientes, adequados e culturalmente aceitáveis, produzidos e consumidos de forma sustentável, preservando o acesso aos alimentos para as futuras gerações¹¹.

O conteúdo normativo do direito à alimentação, portanto, pode ser resumido nos requisitos de disponibilidade (existência de alimento suficiente para a demanda), acessibilidade (tanto física quanto econômica), adequação (cultural e nutricional) e sustentabilidade, os quais devem ser incorporados em direitos legais e garantidos por mecanismos de prestação de contas¹².

9 DE SHUTTER, 2014, p. 4

10 Os relatórios e documentos escritos por Olivier de Shutter durante seu mandato estão disponíveis em: <http://www.srfood.org/en/documents>. Os relatórios de todos os Relatores Especiais em direito à alimentação estão disponíveis em: <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Food/Pages/Annual.aspx> – Acesso em janeiro de 2020

11 DE SHUTTER, 2014, p. 4 (tradução livre)

12 DE SHUTTER, 2014 e 2012

3.2 Diagnóstico

A agroecologia foi defendida por Olivier de Shutter como uma das suas muitas recomendações em direção às soluções reformadoras para o que considera como “inconsistências” e “defeitos” identificados no sistema agroalimentar vigente, herdado da Revolução Verde dos anos 1950. Seu diagnóstico sobre os sistemas agroalimentares atuais é muito próximo àquele expresso em documentos e nos canais oficiais da FAO, e portanto vale a pena nos determos sobre ele. Para o Relator,

a Revolução Verde foi uma tentativa de enfrentar o desafio tal como foi formulado na época: garantir que o aumento da produtividade agrícola correspondesse ao crescimento da população e à transição alimentar facilitada pelo aumento da renda¹³.

Porém, “como os sistemas globais de alimentos foram criados para maximizar ganhos de eficiência e produzir grandes volumes de mercadorias, eles falharam em levar em consideração as preocupações de distribuição”¹⁴. Hoje, teríamos entrado em um novo século com “perguntas diferentes das de 50 anos atrás”¹⁵, o que teria levado à necessidade de uma substituição do paradigma produtivista por um novo paradigma focado no bem estar, na resiliência e na sustentabilidade.

Ele considera que os sistemas alimentares herdados do século XX teriam alcançado progressos significativos no aumento da produção agrícola, superando em muito o crescimento da população entre 1960 e 2000, mas isso dificilmente reduziu o número de pessoas com fome e os resultados nutricionais permaneceram ruins, pois o aumento da produção acompanhou a especialização regional em uma gama relativamente estreita de produtos, em um processo incentivado pelo crescimento do comércio internacional de produtos agrícolas. As escolhas tecnológicas e políticas associadas teriam concentrado benefícios nas mãos de grandes unidades de produção e proprietários de terras, em detrimento de produtores de menor escala e trabalhadores sem terra, resultando no crescimento da desigualdade nas áreas rurais e na falha em abordar as causas da pobreza, falhando também em relação à contribuição para realização do direito à alimentação.

No mesmo relatório, De Shutter lembra que o foco exclusivo no aumento da produção agrícola gerou uma série de graves impactos ambientais, citando: perda de agrobiodiversidade e erosão acelerada do solo devido à extensão das monoculturas; poluição das águas pelo uso excessivo de fertilizantes e consequente eutrofização; aumento das emissões de gases do

13 DE SHUTTER, 2014, p. 6 (tradução livre)

14 Ibid., p. 7 (tradução livre)

15 Ibid., p. 14 (tradução livre)

efeito estufa. Ele chama atenção para o fato de que as mudanças climáticas resultantes restringem seriamente a produtividade potencial dos métodos agrícolas atuais, prevendo “*under a business-as-usual scenario*”, “uma média de 2% de declínio na produtividade em cada uma das próximas décadas, com mudanças na produção nos países em desenvolvimento que variam de -27% a +9% nas principais culturas básicas”¹⁶, e que no presente já começou a desestabilizar os mercados. Da mesma forma, a produtividade da pesca global como fonte de alimento estaria em declínio, enquanto a produção de carne também seria insustentável, desviando mais de um terço dos cereais do mundo para ração animal, que poderiam ir diretamente para pessoas pobres que não podem comprar nada além de cereais.

Em termos econômicos mais globais, ele avalia positivamente que as décadas de 1960 e 1970 foram caracterizadas por um tipo de desenvolvimento agrícola liderado pelo Estado, no qual os governos buscavam fornecer às populações urbanas alimentos acessíveis e baratos, ou exportar produtos crus para financiar políticas de substituição de importações. Porém, para isso pagavam aos agricultores preços muito baixos pelas lavouras, em uma dinâmica de apoio que beneficiava os maiores produtores, que seriam mais competitivos nos mercados globais.

nos anos 80, a introdução, na maioria dos países de baixa renda, de políticas de ajuste estrutural, resultou em uma retirada do Estado do desenvolvimento agrícola. Previa-se que a liberalização do comércio e a remoção dos controles de preços encorajassem o investimento privado, compensando a redução do apoio estatal¹⁷.

Porém, a superprodução nos setores agrícolas altamente subsidiados dos países ricos teria pressionado os preços agrícolas, desencorajando a entrada de investidores privados na agricultura nos países em desenvolvimento. Como a agricultura em pequena escala não era viável sob essas condições, muitas famílias rurais foram relegadas à agricultura de subsistência, enquanto outras migraram para as cidades. A dependência das importações de alimentos nos países de baixa renda cresceu significativamente, e muitos países menos desenvolvidos entraram em um ciclo vicioso. Como foram confrontados, nas décadas de 1960 a 1990, com forte crescimento populacional e migração rural-urbana, seus governos “não tiveram escolha”¹⁸ a não ser depender mais da ajuda alimentar ou importar mais produtos alimentares, o que tornou ainda mais difícil a vida de seus próprios agricultores, pois enfrentavam um aumento no *dumping* de alimentos fortemente subsidiados nos mercados domésticos. Hoje esses países ainda são principalmente agrícolas, em parte porque precisam

16 Ibid., p. 6 (tradução livre – com exceção da expressão “*business-as-usual scenario*” que demarca um tipo de vocabulário especializado que optamos em deixar no original).

17 Ibid., p. 7

18 Ibid., p. 8

pagar o ônus da dívida externa, exportam uma gama estreita de mercadorias e encontram-se altamente vulneráveis a choques de preços nos mercados internacionais desses produtos. Por outro lado, ele considera que existe um “vício”¹⁹ em importações baratas de alimentos, facilitado pela superprodução em massa dos países exportadores em melhor situação, cuja agricultura é altamente subsidiada e garante acesso a insumos baratos para a indústria de processamento.

(...) a promoção no passado da agricultura liderada pelas exportações, muitas vezes baseada na exploração de uma força de trabalho em grande parte sem poder (...) resultou em uma situação paradoxal na qual muitos países de baixa renda, embora sejam tipicamente economias exportadoras de *commodities* de base agrícola, são altamente dependentes da importação de alimentos, às vezes complementados por ajuda alimentar, porque deixaram de investir na produção local e no processamento de alimentos para alimentar suas próprias comunidades (...). Também levou ao aumento da pobreza rural, ao crescimento de favelas urbanas e à incapacidade dos governos de mudarem para uma economia mais diversificada: considerando que essa diversificação requer infraestrutura adequada, uma força de trabalho qualificada e um mercado consumidor que permita aos produtores de bens manufaturados, ou prestadores de serviços, para obter economias de escala, nada disso pode acontecer quando metade da população é condenada à extrema privação²⁰.

Com efeito, De Shutter reconhece que a importação de produtos alimentícios de baixo preço funcionava como um substituto para a melhoria dos salários dos trabalhadores nos setores não agrícolas, e para o estabelecimento de pisos de proteção social para todos. Em sua visão, essa talvez fosse uma solução conveniente, desde que os preços dos produtos básicos de alimentos permanecessem estáveis ou em declínio. No entanto, preços mais altos e cada vez mais voláteis resultaram em novas ameaças ao direito à alimentação dos compradores líquidos de alimentos, e “uma receita para a instabilidade social e política”²¹. Assim, quando os preços dos produtos agrícolas subiram em 2008, na sequência de preços e especulações mais altos do petróleo, os “desequilíbrios” no sistema alimentar, que vinham se acumulando nos últimos quarenta anos, tornaram-se “repentinamente visíveis e as consequências humanas importantes demais para serem ignoradas”²².

Por conta de tudo isso²³, hoje os sistemas alimentares estão passando por profundas transformações, e há um renovado interesse na agricultura por parte dos setores público e privado. Nos anos 1990 o investimento direto estrangeiro em agricultura era de US\$ 600

19 Ibid., p. 14

20 Ibid., p. 12 (tradução livre)

21 Ibid., p. 8 (tradução livre)

22 Ibid., p. 8 (tradução livre)

23 DE SHUTTER, 2014 e 2012

milhões por ano, mas entre 2005 e 2007 esse investimento saltou para US\$ 3 bilhões por ano²⁴. Do lado das empresas agroalimentares, o aumento no investimento direto seria um meio de reduzir custos e assegurar viabilidade a longo prazo dos insumos. Já os governos, principalmente de países de “baixa renda”, desde 2008 começaram a prestar mais atenção à agricultura do que no passado a partir de várias iniciativas de Segurança Alimentar²⁵ e estariam esforçando-se para reinvestir no setor agrícola de maneira mais sustentável e levando em consideração a nutrição nas políticas agrícolas²⁶.

Segundo ele, em termos gerais, a maioria das “partes interessadas” nos sistemas agroalimentares concorda sobre a necessidade urgente de uma reforma, mas não há consenso sobre os caminhos a seguir. A ideia de que esse investimento deveria ser voltado exclusivamente a iniciativas para aumentar ainda mais a produtividade agrícola para enfrentar a fome e a desnutrição é tão influente hoje quanto na década de 1960, devido ao aumento da demanda por produção agrícola (tanto para uso alimentício como não alimentício), e projeções de aumentos futuros, previstos pelo crescimento populacional, aumento de renda e mudanças de dieta ligadas à maior urbanização²⁷. O Relator não discorda que a produtividade deve ser aumentada, mas afirma que o debate mais profundo diz respeito a como conseguir isso.

Qualquer prescrição para aumentar os rendimentos que ignora a necessidade de fazer a transição para produção e consumo sustentáveis e reduzir a pobreza rural não será apenas incompleta; também pode ter impactos prejudiciais, agravando a crise ecológica e ampliando o fosso entre diferentes categorias de produtores de alimentos²⁸.

Seu relatório sobre agroecologia afirma a mesma coisa: que para combater a fome e a desnutrição não é suficiente aumentar a produção, nem despejar dinheiro na agricultura. Para ele, é essencial garantir maior renda e melhores condições de vida aos mais pobres, aumentar a renda dos pequenos proprietários e melhorar a produtividade agrícola “onde precisa ser aumentada”: países pobres ou com déficit alimentar.

Segundo ele, as causas da fome não têm origem na insuficiência de estoques ou na oferta global, mas sim na pobreza. Aumentar o PIB originário da agricultura seria duas vezes

24 DE SHUTTER, 2012

25 Ele cita a Iniciativa de Segurança Alimentar Aquila, o Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar (GA-FSP) e o Programa de Desenvolvimento Integral da Agricultura da África (CAADP) do NEPAD na África. (DE SHUTTER, 2012)

26 DE SHUTTER, 2014

27 A FAO estimou em 2009 que seria necessário um aumento de 70% na produção agrícola global até 2050 em comparação aos níveis de 2005-2007. Essa estimativa é amplamente citada para justificar investimentos em soluções tecnológicas, pois esse desafio é apresentado principalmente como quantitativo.

28 DE SUTTER, 2014, p. 9 (tradução livre)

mais eficaz na redução da pobreza do que aumentar o PIB fora da agricultura, por conta de efeitos multiplicadores que garantem aumento de renda dos pequenos proprietários, estimulando por sua vez a demanda por produtos e serviços locais. Além disso, o Relator considera fundamental buscar medidas que facilitem a transição para um tipo de produção com baixas emissões de carbono, pois a agricultura não pode comprometer os recursos naturais de que depende, o que pode prejudicar as necessidades futuras²⁹.

Relações de poder no sistema agroalimentar

Em um relatório de 2009, especialmente dedicado (em suas palavras) à análise da agroindústria e às questões de economia política que surgem na cadeia alimentar³⁰, Olivier de Shutter examina as relações entre empresas do setor agroindustrial e seus fornecedores, avaliando seu impacto sobre os pequenos agricultores e trabalhadores rurais e sobre a efetivação do direito à alimentação.

O objetivo expresso no relatório é o de contribuir para que empresas do setor agroindustrial e os Estados “compreendam melhor”³¹ suas responsabilidades no direito internacional, ante as consequências de suas políticas para o direito à alimentação. Por sua vez, baseia-se no marco sobre as funções e obrigações da comunidade empresarial e dos Estados em matéria de direitos humanos apresentado no Conselho de Direitos Humanos, bem como no trabalho realizado pelo Relator Especial anterior.

Ele compreende que o setor agroindustrial é formado pelos compradores de produtos básicos (*commodities*), as empresas processadoras de alimentos e os varejistas, e considera que o direito à alimentação se faz efetivo, em boa parte, através dos mecanismos de mercado:

Estos actores, conocidos colectivamente como el "sector agroindustrial", ponen en relación a los productores con los consumidores. Sin ellos, los productores solo tendrían un acceso muy restringido a los mercados y las opciones a disposición de los consumidores serían mucho más limitadas. El derecho a la alimentación se hace efectivo, en buena parte, a través de los mecanismos de mercado³².

Porém, o Relator não deixa de perceber que as políticas desses atores geram enormes consequências, sendo “às vezes negativas” para o direito à alimentação. Ele considera prejudicial, por exemplo, que a globalização da economia alimentar tenha aumentado a pressão competitiva sobre os fornecedores de distintas regiões, aumentando inclusive a

29 DE SHUTTER, 2012

30 DE SHUTTER, 2009

31 Ibid., p. 3

32 Ibid., p. 3

competição entre as normas dos países. Por esse motivo, os fornecedores seriam “obrigados”³³ a reduzir salários, degradar as condições de trabalho e praticar diversas formas de abuso impunemente, mesmo com a ratificação de normas e legislações trabalhistas em diversos âmbitos. Além disso, como as empresas grandes preferem abastecer-se de grandes produtores, os pequenos ficariam em desvantagem competitiva, e só conseguiriam escoar seus produtos aceitando pagamentos baixos. Por fim, afirma que a transformação das cadeias determinadas pela oferta por cadeias determinadas pela demanda, gerou maior exclusão dos pequenos agricultores, por causa da imposição de normas de difícil cumprimento e que exigem capital. Assim, os pequenos produtores são marginalizados porque, mesmo sendo altamente produtivos e eficientes quando recebem o apoio adequado, são menos competitivos nas condições prevalecentes no mercado.

De Shutter destaca que a reforma em direção à reconstrução dos sistemas locais de alimentos nos países em desenvolvimento depende da reforma dos sistemas alimentares em países ricos, pois os vários elementos dos sistemas alimentares co-evoluíram ao longo dos anos, moldados pelo paradigma produtivista que domina o desenho das políticas alimentares e agrícolas. O setor agrícola tornou-se altamente dependente de subsídios agrícolas que favorecem a produção de *commodities*, e conta com combustível barato para mecanização e uso intensivo de insumos. As grandes empresas do agronegócio passaram a dominar mercados cada vez mais globalizados, graças à sua capacidade de obter economias de escala e devido a vários efeitos de rede. Apesar de gerar altos custos ecológicos, para a saúde e para a vida social nas áreas rurais, os sistemas agroalimentares moldados nos últimos 50 anos “tornaram-se aprisionamentos”, aparentemente bloqueando qualquer possibilidade de transformação³⁴.

O Relator discorre também sobre a situação dos elos mais vulneráveis da cadeia, que são os trabalhadores agrícolas e os pequenos agricultores. Estima que há mais de 450 milhões de trabalhadores agrícolas assalariados no mundo, que representam 40% da força de trabalho agrícola. São trabalhadores com péssimas condições de trabalho e que sofrem frequente violação dos direitos fundamentais. Menos de 20% tem acesso à proteção social básica, pois grande parte do emprego assalariado no campo é no setor informal; a agricultura concentra cerca de 70% do trabalho infantil; é um setor no qual o trabalho em regime de servidão é perpetuado por gerações; e no qual há uma baixa aplicação da lei, ou a própria lei é deficitária. Além disso, os trabalhadores rurais tem dificuldade de organização para fortalecer-

33 Ibid., p. 10

34 DE SHUTTER, 2014, p. 15

se em negociações coletivas. O Relator considera que é difícil determinar um marco jurídico aplicável à relação entre produtor e comprador de alimentos. Sobre os pequenos agricultores, ele destaca que são o maior grupo que padece de insegurança alimentar. Têm acesso a um número limitado de compradores, e por isso baixo poder de negociação.

Por fim, De Shutter atribui parte da culpa pelos problemas observados nos sistemas agroalimentares, aos consumidores dos países desenvolvidos. Acredita que as questões atuais envolvendo a insustentabilidade da produção industrial animal, dos biocombustíveis líquidos e do desperdício de alimentos dizem respeito aos desafios específicos resultantes de mercados globalizados conectando populações com poderes de compra amplamente divergentes, no contexto de recursos finitos:

A razão pela qual grandes áreas de terras agrícolas podem ser dedicadas à produção de matéria-prima para satisfazer o consumo excessivo de carne em sociedades ricas, ou para abastecer seus carros, é que os consumidores nos países ricos podem comandar os recursos que permitirão que seus estilos de vida continuem sem desafios³⁵.

Os hábitos dos consumidores nos países de alta renda já tratam como constituinte da vida moderna o consumo de alimentos altamente processados, e essa demanda faz com que o mundo se veja autorizado a concorrer contra a satisfação das necessidades básicas dos mais pobres, criando uma competição “preocupante” por recursos naturais necessários para a produção de alimentos, principalmente a terra.

Soluções para os desequilíbrios nas cadeias agroalimentares

De Shutter de fato lamenta a desigualdade existente entre os diferentes elos da cadeia agroindustrial, e considera que é necessário corrigir os desequilíbrios de poder nos sistemas alimentares. Para ele, isso pode ser alcançado construindo relações de colaboração baseadas em outros modos de comunicação, e não baseadas unicamente na força de negociação.

La responsabilidad que tiene una empresa de respetar el derecho a la alimentación implica que no debe contribuir, directa o indirectamente, a abusos de derechos humanos en su relación con los proveedores. Las empresas del sector agroindustrial que operan a nivel mundial deberían utilizar su influencia sobre los proveedores para garantizar que los salarios y las condiciones de trabajo, en vez de degradarse, mejoren, como resultado de la adhesión de sus proveedores a las cadenas mundiales de valor³⁶.

O Relator lembra que no 8º período de sessões do Conselho de Direitos Humanos foi apresentado um marco no qual se descreviam as funções e obrigações da comunidade

35 DE SHUTTER, 2014, p. 11-12

36 DE SHUTTER, 2009, p. 10

empresarial e dos Estados em matéria de direitos humanos, que postulava que os Estados têm a obrigação de proteger os direitos humanos; que as empresas têm a responsabilidade de respeitar todos os direitos humanos; e que mecanismos eficazes de reparação desempenham função importante no dever estatal e na responsabilidade empresarial quanto aos direitos humanos.

Ele discorre sobre uma série de instrumentos da legislação laboral internacional já existentes, mas também sobre as dificuldades na implementação e aplicação de tais instrumentos. Mesmo assim, sugere diversas alternativas legais (garantia de um salário mínimo vital, aumento da fiscalização sobre a legislação laboral, equidade na proteção social, registro de trabalhadores agrícolas, etc) e, embora perceba a falta de implementação (tanto por parte da legislação quanto da fiscalização), continua sugerindo novos marcos legais e “força de vontade política” por parte das empresas e dos Estados para seu devido cumprimento.

Ele vê com bons olhos o movimento das empresas do setor agroindustrial que adotam códigos de conduta, mas considera que os diferentes códigos devem ser harmonizados através de um programa global de conformidade social, que conseguisse inclusive transcender os requisitos mínimos da legislação. Também considera positivas as normas privadas de rastreabilidade e certificação (do início ao fim da cadeia). Porém, lamenta que hoje essas normas dão mais atenção à questões de higiene e segurança alimentar do que a preocupações sociais e ambientais. Ainda assim, acredita que podem ser uma ferramenta para cumprir os critérios sociais e ambientais de forma rigorosa.

Considera, também, que os compradores deveriam prestar apoio aos pequenos agricultores para que possam cumprir as normas, e integrá-los de forma a lhes garantir um nível de vida adequado.

(...) los minoristas no pueden esperar que los pequeños agricultores asuman toda la carga que supone cumplir con las nuevas normas técnicas. [Los distribuidores] pueden ayudar a los pequeños agricultores asumiendo parte del riesgo de la transición a los procesos de producción que deben cumplir con esas normas. Pueden, por ejemplo, invertir en asistencia técnica, materiales y fondos para la producción de los pequeños agricultores³⁷.

Portanto, acredita que o setor agroindustrial deveria tomar a iniciativa para ajudar os pequenos agricultores a ingressar no mercado, reforçando a capacidade dos fornecedores de cumprir com as normas sociais e ambientais, inclusive incluindo os pequenos agricultores na elaboração dessas normas.

37 Ibid., p. 18

Outra sugestão do Relator para melhorar a participação dos pequenos agricultores nas cadeias de maior valor seria a exploração agrícola por contrato (a empresa dá crédito, insumos e assistência, e se compromete com compras predefinidas), o que em tese beneficiaria todas as partes. Porém, aqui também o Relator percebe que ocorrem relações abusivas, então sugere que minimamente deveria haver a garantia de que o comprador não fique com os lucros enquanto o produtor arca com os riscos (que é a situação de fato em diversos casos), a partir de cláusulas no contrato que garantam os direitos dos produtores. Além disso, De Shutter sugere diversos modelos de negócios que poderiam apoiar a inclusão de pequenas propriedades.³⁸

O Relator também defende o Comércio Justo. Ele lembra que o comércio justo representou cerca de 5880 milhões de dólares dos EEUU em vendas em todo o mundo em fins de 2008, e seu aumento nos últimos anos é “espetacular”, mas, ainda assim, representa menos de 1% do comércio total. Tal modalidade garantiria que a cadeia de produção e distribuição cumprisse condições ambientais e sociais, contribuindo com melhorias importantes para os agricultores. Porém, ele aponta como seus maiores desafios: a proliferação de etiquetas de “comércio justo”, que confundem os consumidores; o fato de que a oferta de produtos de comércio justo supera a demanda de consumidores (se por um lado há o estabelecimento de um preço mínimo, por outro não há garantia de venda); e a situação na qual os produtores se especializam no fornecimento de matérias-primas, em vez de diversificarem a produção de modo a captar maiores valores. Mesmo assim, para o Relator, os varejistas e os governos deveriam não só promover o comércio justo (fomentando a demanda, apoiando a criação de redes, favorecendo esses produtos em regimes de contratação pública etc), como também proibir usos abusivos da etiqueta. Por fim, defende a certificação local (como de origem geográfica), como forma dos produtos locais terem vantagens competitivas e não precisarem recorrer às grandes cadeias exportadoras.

Sobre o papel dos Estados³⁹, De Shutter acredita que deveriam fortalecer a posição dos pequenos agricultores. Ele sugere ações intersetoriais lançadas em três níveis (local, nacional e internacional), para democratizar as políticas de segurança alimentar e enfraquecer os aprisionamentos existentes. Isso seria possível com investimentos em infraestrutura e reformas nos mercados, de modo a permitir que os pequenos agricultores tenham oportunidades maiores. Afirma também que a participação social é condição essencial para o

38 DE SHUTTER, 2014

39 DE SHUTTER, 2009

sucesso de estratégias institucionais no nível local, em uma abordagem “de baixo para cima”: Todas as partes interessadas deveriam chegar a um diagnóstico conjunto sobre quais melhorias poderiam ser feitas, de maneira que as iniciativas fossem melhor informadas e, assim, mais eficazes e transparentes.

3.3 Construção da defesa da Agroecologia na FAO

Feito esse preâmbulo, é possível observar que o Relator Especial tem um ponto de partida diferente do da Via Campesina para diagnosticar e sugerir alterações no modelo de produção agroalimentar vigente. Para ele, os sistemas agroalimentares herdados da Revolução Verde teriam falhado, e suas consequências ambientais, sociais e políticas se devem a um mal entendimento da questão em épocas anteriores ou por determinados atores (como empresas e Estados), que deixaram de ser assertivos na compensação dos desequilíbrios de poder que porventura surgiram entre os diferentes atores, a partir de flutuações do mercado. Portanto, o Relator considera necessário, em primeiro lugar, esclarecer as responsabilidades do Estado e das empresas, uma vez que suas escolhas políticas seriam fruto de um desconhecimento ou de uma falta de consciência do direito à alimentação, e das consequências negativas observadas.

Apesar de citar as relações de poder, o Relator constata um “desquilíbrio” e discorre sobre suas consequências, sem perceber interesses incompatíveis ou mecanismos inerentes à lógica de acumulação do sistema econômico e político vigente, como faz a Via Campesina. Pelo contrário, como um entusiasta da participação social, ele acredita que devem haver canais de diálogo para chegarem-se a consensos que sejam positivos para todos. Dessa percepção decorrem sugestões que contam com uma conciliação entre os interesses das “diversas partes interessadas”, em nome do direito à alimentação.

Como jurista, suas recomendações são centradas na criação e aprimoramento de instrumentos jurídicos e normativos que regulem as práticas empresariais e estatais e que protejam os elos mais fracos, como trabalhadores rurais e agricultores familiares. Da mesma forma, há a percepção do mercado como agente regulador, e portanto, suas propostas destacam iniciativas que aumentem as vantagens competitivas dos produtos da agricultura familiar no mercado global de alimentos. O Relator refere-se a reformas paulatinas, que utilizem os mecanismos do Estado e do mercado para garantir o direito dos mais

desfavorecidos, não considerando necessária uma reestruturação profunda do sistema como um todo.

Essas concepções são compartilhadas pela FAO em seus documentos oficiais, e são o ponto de partida para a defesa da agroecologia. No Centro de Conhecimentos sobre Agroecología da FAO, afirma-se que “es necesaria una transición a sistemas alimentarios más sostenibles, es decir, sistemas alimentarios que produzcan más, con más beneficios socioeconómicos y menos consecuencias ambientales”⁴⁰ para fazer frente aos desafios da fome e da desnutrição em um contexto de crescimento da população, aumento da pressão sobre recursos naturais, perda da biodiversidade e incertezas relacionadas às mudanças climáticas.

Mientras que los esfuerzos realizados en el pasado se centraban en incrementar la producción agrícola para producir más alimentos, los desafíos actuales —entre ellos el cambio climático— requieren un nuevo enfoque. (...) En muchos países la agricultura se ha considerado un enemigo del medio ambiente, pero cada vez tiene mayor aceptación la idea de que un sector agrícola regenerador y productivo puede proporcionar beneficios y servicios ambientales y al mismo tiempo crear empleo rural y mantener los medios de vida⁴¹.

Os argumentos de De Shutter (2010) em prol da agroecologia foram fundamentados em apresentações sobre o tema enviadas por especialistas de todas as regiões, bem como em um seminário internacional especializado em agroecologia convocado pelo Relator Especial e realizado em Bruxelas em 2010, com o apoio da King Baudoim Foundation. Teve também como referência trabalhos de acadêmicos, citando autores como Miguel Altieri (2007, 2005), Clara Nichols (2005), Jules Pretty (2001, 2006, 2008), D. P. Garrity (2010), A. Wezel (2009, 2009), Holt-Giménez (2002, 2006, 2010), Peter Rosset (2010, 2011), Caporal (2010), Michel Pimbert (2010), entre muitos outros.

Em 2014, depois do final do mandato de De Shutter como Relator Especial para o Direito à Alimentação, Hilal Elver⁴² assumiu seu lugar, e a FAO passou a promover uma série de simpósios e encontros regionais sobre agroecologia. O primeiro deles tinha o objetivo de alcançar uma maior compreensão sobre a função que a agroecologia poderia desempenhar

40 <http://www.fao.org/agroecology/overview/es/> - Acesso em janeiro de 2020

41 Ibid.

42 Hilal Elver é professora de direito internacional e bolsista global em destaque no Centro de Direito e Política de Alimentos da Universidade da UCLA; professora visitante na UC Santa Barbara desde 2002. Foi a presidente do PNUMA de diplomacia ambiental na Academia Mediterrânea de Estudos Diplomáticos em Malta; e lecionou na Universidade de Ancara, Faculdade de Direito. Elver também serviu ao governo turco como consultora jurídica fundadora do Ministério do Meio Ambiente e como diretora geral do Estatuto da Mulher no gabinete do primeiro-ministro. Até muito recentemente, também era membro da equipe turca nas negociações sobre mudanças climáticas. <https://hilalerver.org/about/hilal-elver/> - Acesso em janeiro de 2020

para erradicar a fome e a desnutrição, avaliando sua contribuição para os sistemas alimentares sustentáveis⁴³. O “Simpósio Internacional sobre Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutrição”, celebrado em Roma em setembro de 2014, foi realizado com o apoio da França, da Cooperação Suíça para o Desenvolvimento e do Ministério das Relações Exteriores da Suíça⁴⁴. Reuniu representantes de “diversas partes interessadas” (originalmente o termo utilizado foi “*multistakeholder*”, referindo-se a governos, sociedade civil, instituições acadêmicas e científicas, o setor privado e o sistema das Nações Unidas), resultando em “uma oportunidade para compartilhar experiências e construir uma base empírica sobre agroecologia”⁴⁵.

O relatório desse primeiro Simpósio deixa claro logo no início que tratou-se de um evento “de natureza científica e técnica (...) durante o qual a FAO assumiu a responsabilidade de fornecer um fórum neutro para discussão”⁴⁶. Na ocasião, o Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, saudou que o Simpósio abriu uma janela alternativa dentro da “catedral da Revolução Verde”. Segundo ele, o paradigma da Revolução Verde estaria mostrando fraquezas e por isso a FAO buscaria alternativas, pontuando que a agroecologia representaria “uma possibilidade entre outras (como os OGM e a redução do uso de produtos químicos)”⁴⁷.

Estima-se que o Simpósio teve participação presencial de cerca de 400 pessoas de 61 países, incluindo 74 palestrantes e pelo menos 80 representantes de 32 membros da FAO. Além disso, 186 pessoas acompanharam o evento através de transmissão ao vivo e 94 pôsteres de instituições de pesquisa, representantes da sociedade civil e parceiros da FAO foram apresentados. Dos participantes, 36% eram acadêmicos, 28% representantes de governos, 25% representantes da sociedade civil organizada, 4% representantes do setor privado e 6% representantes das Nações Unidas. Ao final do Simpósio, o Diretor Geral anunciou que seriam celebradas reuniões regionais sobre agroecologia na América Latina, África e Ásia, e que a FAO incorporaria oficialmente os enfoques agroecológicos nos trabalhos já em curso.

43 <http://www.fao.org/agroecology/overview/globaldialogue/es> – acesso em janeiro de 2020

44 “O apoio financeiro direto da França para o Simpósio foi de US\$ 62.000 em 2014 e US\$ 25.000 adicionais comprometidos para o acompanhamento regional; juntamente com o apoio em espécie da participação de cientistas franceses, isso equivale a um apoio financeiro de mais de 100.000 euros. O amável apoio de US\$ 20.000 da Cooperação para o Desenvolvimento da Suíça para despesas de viagem facilitou a participação de representantes da sociedade civil no Simpósio. Além disso, o Escritório Federal Suíço de Agricultura (FOAG) contribuiu com 5.000 Euros para uma recepção e exibição de pôsteres durante o Simpósio”. (FAO, 2015, p. 15 - tradução livre)

45 <http://www.fao.org/agroecology/overview/globaldialogue/es> – Acesso em fevereiro de 2020

46 FAO, 2015, p. 1

47 Ibid., p. 12

A primeira Reunião Regional da FAO sobre agroecologia foi celebrada na América Latina e Caribe, em junho de 2015 em Brasília (Brasil). Na ocasião compareceram mais de 130 representantes de governos, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e instituições de investigação de 14 países. Em novembro do mesmo ano celebrou-se em Dakar (Senegal) o Simpósio Regional sobre Agroecologia para Segurança Alimentar e Nutricional na África Subsaariana, (com participação de quase 300 representantes de governos, organismos de investigação, sociedade civil e setor privado). Ainda em novembro do mesmo ano, celebrou-se em Bangkok (Tailândia) uma Consulta Multissetorial Sobre Agroecologia para Ásia e Pacífico⁴⁸.

No ano seguinte, em 2016, ocorreu o Simpósio Internacional de Agroecologia na China (em Yunnan, China), e o Simpósio Regional sobre Agroecologia para Sistemas Sustentáveis de Agricultura e Alimentação para a Europa e Ásia Central (em Budapeste, Hungria). Além disso, foi publicado um “Resumo para Tomadores de Decisão”, fruto dos simpósios regionais. Em 2018, foram publicados outros documentos como resultado das reuniões anteriores, a saber: “Futuros da Agroecologia: aliança no sudeste asiático”; “Catalisando o diálogo e a cooperação para aumentar a a escala na agroecologia: resultados dos seminários regionais da FAO em agroecologia”; “Iniciativa para Ampliar a Escala da Agroecologia”; “Os 10 elementos da agroecologia guiando a transição para sistemas agroalimentares sustentáveis”; “O trabalho da FAO em agroecologia: um caminho para alcançar os ODSs”. Ainda em 2018 foi realizado o “II Simpósio Internacional Sobre Agroecologia: ampliar a escala da agroecologia para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)”. Por fim, em 2019 foi publicado um Relatório do Painel de Alto Nível de Peritos em Segurança Alimentar e Nutrição, intitulado “Abordagens agroecológicas e outras abordagens inovadoras”.

3.4 O que é Agroecologia, para a FAO

No relatório em que apresenta a agroecologia às Nações Unidas, De Shutter a define a agroecologia da seguinte maneira:

A agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Ela foi criada pela convergência de duas disciplinas científicas: agronomia e ecologia. Como uma ciência, a agroecologia é a aplicação da ciência ecológica ao estudo, projeto e gestão de agroecossistemas sustentáveis. Como um conjunto de práticas agrícolas, a

48 No original: “Multi-Stakeholder Consultation on Agroecology for Asia and the Pacific”

agroecologia busca maneiras de aperfeiçoar os sistemas agrícolas imitando os processos naturais, criando, portanto, interações biológicas benéficas e sinergias entre os componentes do agroecossistema⁴⁹.

A agroecologia é um conceito coerente para projetar os sistemas agrícolas futuros, pois está fortemente enraizada tanto na ciência quanto na prática e porque apresenta fortes conexões com os princípios do direito à alimentação adequada (...). Ela pode ser vista como englobando – ou intimamente relacionada a – abordagens como “ecoagricultura” e “agricultura perene”, enquanto que os conceitos de “intensificação ecológica” e “agricultura de conservação” frequentemente seguem determinados princípios agroecológicos. A agroecologia está relacionada ao “enfoque sistêmico para a intensificação sustentável da produção agrícola”, recentemente apoiada pelo Comitê sobre Agricultura da FAO (COAG)⁵⁰.

Em seu relatório final, o Relator também afirma que a agroecologia se refere a uma variedade de técnicas agronômicas que reduzem o uso de insumos externos e maximizam a eficiência dos recursos. Aponta que, além de trazer benefícios ambientais, a agroecologia também oferece benefícios sociais e de saúde, e pode ser adaptada a diferentes contextos:

Embora seja mais fácil de implementar em fazendas de menor porte, as técnicas agroecológicas podem ser disseminadas em larga escala e também devem inspirar reformas no funcionamento de grandes unidades de produção⁵¹.

De Shutter também classifica a agroecologia como “um meio de desenvolvimento agrícola que tem apresentado notável sucesso na última década”⁵². Afirma que uma ampla gama de técnicas baseadas na perspectiva agroecológica tem sido desenvolvida e testada em diversas regiões. Os exemplos evocados ao longo do relatório de sistemas agroecológicos no Quênia, Japão, China, Índia, Filipinas, Bangladesh, Tanzânia, Malawi, Moçambique, Zâmbia e África do Sul ilustram que o “sucesso” está relacionado à êxitos principalmente quanto aos ganhos de produtividade e de rentabilidade agrícola, restauração e recuperação de áreas degradadas e resiliência a eventos extremos associados às mudanças climáticas.

Ele afirma que a agroecologia foi largamente desenvolvida por organizações de base e ONGs, tendo se espalhado através de escolas rurais e de movimentos sociais de agricultores. A organização de agricultores para o aprendizado contínuo em escolas agrícolas, bem como as demonstração de campos modelo, gerenciados por agricultores, segundo ele, foram essenciais para a disseminação do conhecimento agroecológico e concomitante à redução do uso de agrotóxicos em geral na Índia, China, Paquistão, Vietnã, Indonésia, Bangladesh, Tanzânia, Uganda e Etiópia. O Relator destaca que a agroecologia também conta com o respaldo de

49 DE SHUTTER, 2012, p. 17

50 DE SHUTTER, 2012, p. 17-18

51 DE SHUTTER, 2014, p. 10 (tradução livre)

52 DE SHUTTER, 2012, p. 14

inúmeros especialistas na comunidade científica, agências e organizações internacionais, ganhando terreno em países tão diversos quanto Estados Unidos, Brasil, Alemanha e França.

Há uma base de dados no *site* do Centro de Conhecimentos sobre Agroecologia da FAO que faz a compilação das diferentes definições sobre agroecologia que aparecem em documentos publicados por cientistas, sociedade civil, acadêmicos, governos, legislação, políticas públicas, entre outras⁵³. Afirma-se que, apesar de variadas, essas definições apresentam elementos comuns, que foram capturados pela FAO para estabelecer seu próprio marco sobre agroecologia. No *site* do Centro de Conhecimentos sobre Agroecologia da FAO, a agroecologia é apresentada da seguinte maneira:

La agroecología se basa en aplicar conceptos y principios ecológicos con el fin de optimizar las interacciones entre las plantas, los animales, los seres humanos y el medio ambiente, teniendo en cuenta, al mismo tiempo, los aspectos sociales que deben abordarse para lograr un sistema alimentario justo y sostenible. Mediante la creación de sinergias, la agroecología puede apoyar la producción de alimentos y la seguridad alimentaria y la nutrición a la vez que restaura los servicios ecosistémicos y la biodiversidad que son esenciales para una agricultura sostenible. Puede asimismo desempeñar una función importante en el fomento de la resiliencia y la adaptación al cambio climático. La agroecología se basa en el diseño y la organización en función de un contexto específico de la producción de cultivos y ganado, las explotaciones agrícolas y los territorios. Emplea soluciones que conservan la biodiversidad por encima y por debajo del suelo, así como la diversidad cultural y de conocimientos, prestando especial atención al papel de las mujeres y los jóvenes en la agricultura⁵⁴.

3.5 Agroecologia e o direito à alimentação

De Shutter destrincha os benefícios da agroecologia em relação aos três requisitos para o direito à alimentação adequada: Em relação à *disponibilidade*, a agroecologia aumenta a produtividade, promovendo a manutenção ou introdução de agrobiodiversidade “para atingir resultados desejados de produção e sustentabilidade”⁵⁵. De Shutter apresenta diversos dados sobre aumento de produtividade e número de famílias beneficiadas, para demonstrar que as técnicas de conservação com baixos insumos externos têm comprovado potencial para melhorar significativamente a produtividade.

Em relação à *acessibilidade*, De Shutter afirma que a agroecologia reduz a pobreza rural. Ele apresenta exemplos de como a gestão sustentável da fertilidade na produção agrícola reduz a dependência dos agricultores a insumos externos, subsídios estatais, varejistas e atravessadores locais, bem como reduz os custos fiscais de países de baixa renda

53 <http://www.fao.org/agroecology/knowledge/definition/es/> - Acesso em janeiro de 2020

54 <http://www.fao.org/agroecology/overview/es/> - Acesso em janeiro de 2020

55 DE SHUTTER, 2012, p. 18

que importam fertilizantes. A agroecologia é apresentada como útil em casos de áreas remotas, nas quais o setor privado tem pouca probabilidade de investir pois a comunicação é falha e somente uma pequena economia de escala pode ser atingida. Além disso, ele afirma que a agroecologia traz oportunidades de criação de emprego e aumento de renda, pois há uso intensivo de mão de obra durante o período de implantação. Embora pesquisas demonstrem que esse uso intensivo é uma realidade de curto prazo, ainda assim contribui para uma redução da migração rural-urbana. O Relator lembra de dados que demonstram que o custo de se criar empregos na agricultura é menor do que em outros setores da economia.

Em relação à *adequação*, a diversidade nutricional presente na produção agroecológica, inclusive na agricultura urbana e periurbana, representa para ele “um ativo importante”. O Relator lembra que os frutos indígenas são fonte de vitaminas e outros micronutrientes para a população em geral, que mostra-se ainda mais essencial para o sustento durante os períodos de escassez de alimentos.

A compatibilidade entre a agroecologia e o direito à alimentação foi corroborada pelos participantes dos simpósios promovidos posteriormente pela FAO: “em todas as reuniões regionais, os participantes concordaram com o potencial da agroecologia como uma estratégia fundamental para melhorar a nutrição e a segurança alimentar, promovendo alimentos diversos e saudáveis”⁵⁶ a partir da biodiversidade agrícola. Em todos os simpósios, problematizaram-se os paradigmas de segurança alimentar que buscaram erradicar a fome concentrando-se principalmente no aumento de ingestão calórica, e que acabaram homogeneizando as culturas alimentares. Em contrapartida, afirmou-se que a biodiversidade cumpre importante papel para garantia de uma nutrição saudável para todos. Com base nos documentos da Rio+20, da Segunda Conferência Internacional de Nutrição de 2014, bem como dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os participantes defenderam a necessidade de transformar os atuais sistemas de alimentos em modelos mais sustentáveis, afim de contribuir para resolver múltiplas crises contemporâneas (fome e desnutrição, pobreza, mudanças climáticas, degradação ambiental, perda de biodiversidade, água, desigualdade de gênero e saúde).

56 FAO, 2016b p. 6 (tradução livre)

3.6 Agroecologia, meio ambiente e mudanças climáticas

Um ponto muito recorrente nos relatórios da FAO diz respeito ao papel da agroecologia para adaptação às mudanças climáticas. Nos simpósios regionais sobre agroecologia foram realizadas leituras sobre a situação de cada região em relação às mudanças climáticas, e suas possibilidades de enfrentamento:

Na América Latina e Caribe, os participantes constataram que a região contribuiu pouco para as emissões globais de gases do efeito estufa, mas mesmo assim poderá sofrer grandes consequências dos impactos futuros das mudanças climáticas. Hoje, a região enfrenta uma maior liberação de carbono como consequência de mudanças no uso da terra, especialmente o desmatamento, e sabe-se que a expansão da produção foi acompanhada por uso intensivo de insumos, degradação de água e solo e redução da biodiversidade. Foi afirmado que, apesar de desempenhar importante papel econômico na região, a agricultura industrial não atende às suas necessidades sociais e ambientais. O Simpósio apresentou exemplos que evidenciam, nos últimos 20 anos, a resiliência dos sistemas agroecológicos biodiversos frente a eventos climáticos extremos, além de contribuir para a preservação do meio ambiente⁵⁷.

Na África, os participantes alertaram que o continente será o mais atingido pelos impactos das mudanças climáticas, devido à sua posição geográfica, situação social volátil e capacidade limitada dos governos nacionais de responder a crises sociais. A previsão é de que, até 2020, entre 75 e 250 milhões de pessoas estarão expostas ao aumento do estresse hídrico, e a insegurança alimentar será agravada pelo esgotamento dos solos. Defendeu-se que a melhoria de gestão dos recursos naturais é fundamental para enfrentar esses desafios. Sugeriu-se promover formas de treinamento que permitam aos agricultores entender as relações e processos ecológicos de seu agroecossistema, como as Escolas de Campo dos Agricultores (FFS) através da co-criação de conhecimentos entre pesquisadores e agricultores. Também nesse seminário foi enfatizado o potencial da agroecologia para resgatar solos degradados e promover e manter a biodiversidade, aumentando a resiliência frente às mudanças climáticas⁵⁸.

Na região da Ásia-Pacífico, os participantes concordaram que há evidências do aumento da intensidade e frequência de eventos climáticos extremos, trazendo ameaças

57 FAO, 2016b

58 FAO, 2016b

adicionais à segurança alimentar e nutricional. A fraca governança e as redes limitadas de comunicação e transporte foram citadas como principais causas pelas quais esses desastres afetam principalmente as pessoas que vivem em áreas rurais. Houve consenso de que a agricultura convencional torna os agricultores mais vulneráveis, portanto há a necessidade de uma transição para a agroecologia para integrar os serviços ecossistêmicos à agricultura, aumentando a produtividade agrícola frente à disponibilidade cada vez menor de recursos naturais. “Houve um amplo consenso de que a agroecologia, caracterizada pelo uso diversificado de recursos, pode oferecer a flexibilidade necessária para a adaptação às mudanças climáticas”⁵⁹, cujas estratégias devem ter o conhecimento e experiências de agricultores como centro.

Em suma, as três reuniões regionais concordaram sobre o potencial da agricultura agroecológica em pequena escala como promissora para a adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas por meio de soluções de armazenamento de carbono.

Essas conclusões corroboram com as previsões do Relator Especial. De Shutter afirmou que a agroecologia ajuda a amortecer os impactos negativos das mudanças climáticas, sendo um tipo de agricultura “mais bem equipado” para suportar fenômenos extremos como secas e inundações, que serão cada vez “mais frequentes e mais severas” no futuro⁶⁰.

A diversidade é considerada uma forma de “atenuar riscos de fenômenos meteorológicos extremos, bem como a invasão de novas pragas, ervas daninhas e doenças, que resultarão do aquecimento global”⁶¹. A agroecologia também potencializa o uso da biodiversidade, “ampliando os serviços prestados pelos organismos vivos”⁶² ao contribuir com a promoção de dietas nutritivas e sistemas sustentáveis em locais que sofrem problemas crônicos como a fome, como em países da África.

Por outro lado, a agroecologia contribui para desvincular a produção de alimentos da dependência de energia fóssil (petróleo e gás), diminuir o uso direto e indireto de energia e promover o sequestro de carbono em solos, em sintonia com as recomendações do IPCC⁶³. Nesse sentido, a agroecologia é considerada essencial para atingir a meta de neutralidade de carbono, pois oferece sinergias, como redução dos insumos e das emissões de gases do efeito

59 FAO, 2016b, p.10 (tradução livre)

60 DE SHUTTER, 2012

61 Ibid., p. 24

62 FAO, 2016b, p. 5

63 DE SHUTTER, 2012

estufa, mostrando que é possível reduzir os problemas ambientais sem comprometer a produtividade, garantindo a segurança alimentar e nutricional⁶⁴.

Em seus documentos, a FAO recorrentemente argumenta que o cuidado do meio ambiente a partir da agroecologia é complementar aos ganhos de produtividade agrícola. No I Simpósio Internacional foi demonstrado que a agroecologia promove maior qualidade e quantidade de produção, ao passar da dependência de insumos químicos para uma abordagem holística e integrada de gerenciamento de ecossistemas, com a reintrodução da complexidade biológica e da diversidade, e com o fechamento do ciclo do nitrogênio. Os sistemas agroflorestais foram citados como exemplo de como as alternativas agroecológicas contribuem para a estabilização da renda, a perenização dos sistemas agrícolas, o aumento da adaptação e mitigação às mudanças climáticas e a manutenção da biodiversidade.

Cuidar do meio ambiente deve ser um meio para atingir outros objetivos (não uma reflexão tardia). Existem oportunidades em que todos ganham, que podem fechar as lacunas de rendimento e ambientais⁶⁵.

No mesmo simpósio, foi destacado que, apesar de apresentarem menor taxa de adoção, as “práticas integradas de gerenciamento da fertilidade do solo têm maior lucratividade entre as opções para melhorar a produtividade”⁶⁶, o que mostra que restrições logísticas e relacionadas ao mercado precisam ser tratadas. Na ocasião, Maria Helena Semedo, Diretora Geral Adjunta e Coordenadora de Recursos Naturais da FAO, observou a necessidade de dar ênfase em maneiras “que respeitem o capital natural, no contexto das mudanças climáticas, crescimento urbano e biodiversidade”⁶⁷, pois ecossistemas saudáveis são essenciais para garantir a base para a produção de alimentos. A agrobiodiversidade também é considerado um “capital” para futuras adaptações, que deve permanecer acessível aos pequenos agricultores, sem nenhum custo.

Na proposta da FAO de ampliação da escala da agroecologia⁶⁸, foi reafirmado que a agroecologia aborda a adaptação e mitigação das mudanças climáticas a partir do “aumento de eficiência no uso dos recursos”, melhorando também a capacidade dos solos de sequestrar carbono.

64 FAO, 2015

65 FAO, 2015, p. 4 (tradução livre)

66 Ibid., p. 4 (tradução livre)

67 Ibid., p. 2 (tradução livre)

68 FAO, 2018

3.7 Dimensão social da agroecologia

Em todos os seus documentos, a FAO afirma que a agroecologia “tem uma dimensão social, o que a diferencia de outras formas de 'agricultura sustentável': a agroecologia procura reduzir a desigualdade e fortalecer as redes de seguridade social”⁶⁹. A dimensão social da agroecologia, para a FAO, está associada à geração de empregos, melhoria de renda e de nutrição para agricultores e consumidores. Essa dimensão social é positiva por minimizar os efeitos negativos da agricultura convencional⁷⁰.

Os sistemas agroecológicos geram mais empregos por reduzirem custos para a atividade agrícola e exigirem mais mão de obra do que a agricultura convencional. Como se fundamenta em modelos agrícolas ambientalmente sustentáveis, socialmente responsáveis, inovadores e que dependem de trabalho qualificado e de elevado conhecimento, a agroecologia é promissora como fonte de emprego rural digno, oferecendo uma alternativa à migração urbana ou internacional. Além disso, podem aumentar a rentabilidade e o *status* social dos agricultores, o que torna a agricultura uma carreira atraente e viável para os jovens de todo o mundo, base de uma nova era de desenvolvimento rural⁷¹. Outra vantagem está na condição de trabalho dos sistemas agroecológicos, que

proporcionam características agradáveis para aqueles que estão trabalhando na terra um longo tempo, tais como a sombra das árvores ou a ausência do cheiro e toxicidade dos produtos químicos⁷².

Como principais consequências da empregabilidade, a transição à agroecologia teria, para a FAO, o potencial de: reduzir a velocidade da urbanização, diminuindo a tensão sobre serviços públicos; contribuir para o desenvolvimento rural; preservar condições de vida de futuras gerações; e estimular o crescimento de outros setores da economia - pois quando se investe nas áreas rurais há crescimento de demanda por produtos não agrícolas através do aumento do poder de consumo, o que fortalece a economia local. Além disso, considera-se que “os métodos agroecológicos são totalmente compatíveis com uma mecanização gradual da agricultura”⁷³, de modo que a criação de equipamentos para as novas técnicas agrícolas de conservação resultaria em ainda mais empregos no setor industrial.

69 FAO, 2016b, p. 9 (tradução livre)

70 FAO, 2015 (tradução livre)

71 FAO, 2015; DE SHUTTER, 2014

72 DE SHUTTER, 2012, p. 22

73 Ibid., p. 22

Por outro lado, também considera-se que a agroecologia oferece sinergias benéficas a todos os envolvidos, sendo frequentemente citada como “solução ganha-ganha” (gera simultaneamente aumento de produtividade, segurança alimentar, resiliência, e uso eficiente dos recursos naturais, potencializando a provisão de serviços ecossistêmicos), com a vantagem de ser uma alternativa “extremamente econômica”⁷⁴. Por reduzir os custos da produção agrícola, a agroecologia poderia ser de particular importância para agricultores pobres, que trabalham em ambientes difíceis, estando incapazes ou indispostos a entrar em formas de agricultura mais capitalizadas e que têm menor probabilidade de obter recursos para comprar fertilizantes químicos, ou que não são alcançados pelos sistemas comerciais agrícolas convencionais⁷⁵.

3.8 Mulheres e agroecologia

Outro tema recorrente nos documentos da FAO é o tema do “empoderamento” das mulheres, que vai ao encontro de um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, pela igualdade de gênero. Em diversas ocasiões, afirma-se que as mulheres rurais enfrentam obstáculos específicos em relação ao acesso ao capital e à terra, são sobrecarregadas pela dupla carga de trabalho e têm menor participação nas tomadas de decisão. Assim, a agroecologia pode beneficiar mais as mulheres, porque são elas que encontram mais dificuldades no acesso a insumos e subsídios externos.

Também há o reconhecimento de que as mulheres são vitais para uma melhor nutrição, por conta de seu papel como produtoras primárias de alimentos e cuidadoras primárias das crianças. Afirma-se que o conhecimento local das mulheres sobre biodiversidade deve ser considerado tão importante quanto o dos homens, e que portanto as mulheres devem ser reconhecidas como detentoras de conhecimentos tradicionais que gerenciam a natureza e a fertilidade para produzir para as pessoas. Assim, a FAO entende que as mulheres devem ser alvo prioritário das políticas de agroecologia, sendo necessário existir vínculos mais fortes entre a academia, os mecanismos de governança e os grupos de mulheres, para que a ênfase da agroecologia seja colocada no conhecimento gerado e mantido por mulheres⁷⁶.

74 FAO, 2015, p. 13

75 DE SHUTTER, 2014

76 FAO, 2015 e 2016b

3.9 Conhecimento e agroecologia

Apesar de reconhecer a importância dos conhecimentos dos agricultores e de saudar o diálogo entre conhecimentos científicos e tradicionais, a FAO enfatiza a necessidade de capacitação técnica especializada para o êxito da agroecologia.

A agroecologia é uma abordagem de alta densidade de conhecimentos. Requer que as comunidades de agricultores adquiram conhecimentos ecológicos e desenvolvam capacidade de tomada de decisões. Os investimentos em atividades de extensão e pesquisa agrícola são essenciais neste sentido⁷⁷.

(...) os sistemas agroecológicos são complexos e intensivos em conhecimento (...) os agricultores familiares precisam ser apoiados e informados para que possam aceitar os riscos associados à inovação e as mudanças técnicas devem refletir as necessidades e restrições de recursos locais⁷⁸.

Entretanto, aponta-se a necessidade de desenvolvimento participativo das inovações, e a importância do “empoderamento dos agricultores” em processos de intercâmbio e de aprendizagem, inclusive como forma de atrair os mais jovens para a agricultura. Há o reconhecimento de que o conhecimento científico agroecológico está se incrementando com a contribuição do acervo de conhecimentos práticos, locais e tradicionais das organizações camponesas e da sociedade civil, pois os agricultores “têm uma visão ampla da natureza em uma matriz complexa que os cientistas estão apenas começando a entender”⁷⁹. Portanto, considera-se que a ciência agroecológica deve continuar sendo desenvolvida em aliança com o conhecimento e experimentação dos agricultores, que fornecem uma base empírica para o desenvolvimento de inovações⁸⁰. As experiências dos agricultores apresentadas no I Simpósio Internacional de Agroecologia motivaram a FAO a criar um repositório de práticas, flexível e baseado em evidências, que hoje encontra-se em seu *site* oficial (<http://www.fao.org/agroecology/es/>).

A FAO considera que os governos têm o papel de promover o treinamento formal e informal dos agricultores, bem como a integração entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos, mas isso só poderá ocorrer a partir de algumas mudanças nas formas de construção do conhecimento. Em diversos simpósios foi destacada a importância da interdisciplinaridade para processos de educação, ensino e aprendizagem, com inclusão de tecnologias sociais e desenvolvimento de metodologias e pesquisas participativas.

77 DE SHUTTER, 2012, p. 28

78 FAO, 2015, p. 3 (tradução livre)

79 FAO, 2015, p. 6 (tradução livre)

80 DE SHUTTER, 2012; FAO, 2018

Recomendou-se que os recursos de pesquisa fossem investidos em pesquisas agroecológicas aplicadas, sementes e biodiversidade, ciências sociais e humanas, além de integrar a agroecologia nos currículos das instituições formais e não formais de ensino fundamental e superior. Também foi defendida a necessidade de promover maior integração de pesquisadores, entre si e com agricultores, de modo a unir “capital social, técnico e metodológico” para encontrar soluções agroecológicas. Além disso, são valorizadas as abordagens “de baixo pra cima” e horizontais, como as “de agricultor para agricultor” como inspiração para novas formas de extensão rural, de modo que haja uma democratização da maneira como o conhecimento é produzido e como os benefícios são compartilhados.

Deve haver, ainda, o reconhecimento de que cada situação exige soluções diferenciadas e que, portanto, a agroecologia depende de conhecimentos adaptados a condições locais. Para isso, seria necessária “uma mudança dos sistemas de cultivo de ‘prontos para usar’ para ‘feitos sob medida’”⁸¹, ou seja, que coloquem os produtores no centro dos sistemas de inovação local, que combinem tecnologias e conhecimentos tradicionais.

3.10 Participação social e agroecologia

A participação dos agricultores é considerada um “ativo” para a disseminação das boas práticas, e algo vital para o sucesso das práticas agroecológicas. Portanto, a FAO considera que a transição agroecológica deve se basear nos agricultores, pois “as práticas agroecológicas são melhor adotadas quando não impostas de cima para baixo, mas compartilhadas”⁸² entre pares. O apoio estatal deve impulsionar os esforços das organizações de base, a exemplo da Lei de ATER de 2010, do Brasil, que prioriza atividades de extensão rural em agricultura ecológica, e na qual os agricultores participam do sistema, e não são meros receptores de treinamentos, o que possibilita uma rápida disseminação das melhores práticas.

A FAO considera que este seria um estímulo para que os agricultores identifiquem soluções inovadoras, trabalhando com especialistas rumo à uma “construção conjunta de conhecimentos” que beneficie a todos. Trata-se também de uma oportunidade para que

as autoridades públicas se beneficiem da experiência e *insights* dos agricultores. Em vez de tratar esses agricultores como beneficiários da ajuda, eles devem ser vistos como especialistas que detém conhecimentos que complementam o conhecimento de especialistas formais⁸³.

81 FAO, 2015, p. 2 (tradução livre)

82 Ibid., p. 28

83 Ibid., p. 29

É ainda uma forma de assegurar que as políticas e programas apresentem “respostas verdadeiras” às necessidades de grupos vulnerabilizados, o que também faz com que tais políticas tenham um “alto grau de legitimidade”. Portanto, a FAO defende que os governos devem criar estruturas de incentivo para estimular a mudança para a agricultura sustentável, que sejam regularmente testadas e reavaliadas com a participação dos beneficiários.

Nos simpósios regionais, enfatizou-se a necessidade de reconhecer o papel multifuncional da agroecologia enraizada na agricultura camponesa e familiar, de modo que os formuladores de políticas devem tomar decisões informadas com base no conhecimento e na coleta de dados dos agricultores⁸⁴.

3.11 Mercados e agroecologia

A FAO considera que os modelos atuais de mercado não são compatíveis com a produção agroecológica, pois são estruturados em torno de cadeias de valor vertical, desenhadas para produtos individualizados, que não correspondem às necessidades de sistemas agroecológicos diversificados, e nem à necessidade dos consumidores de acessar dietas saudáveis e diversas. Afirma-se que, durante os últimos anos, as políticas se centraram no fortalecimento das cadeias de valor globais, ignorando o importante papel dos mercados locais e regionais. Entretanto, considera-se que os mecanismos de mercado têm o potencial de serem redirecionados para potencializar a produção agroecológica. Para fortalecer a agroecologia, a FAO busca reforçar iniciativas que reconectam produtores e consumidores, áreas urbanas e rurais, de modo que os produtores agroecológicos tenham melhor acesso a oportunidades de mercado⁸⁵.

Nesse mesmo sentido, Olivier de Shutter (2012) afirma que é necessário facilitar a capacidade de pequenos agricultores agroecológicos de se unirem às cadeias de produção e distribuição. Ele defende que os agricultores devem ser estimulados a aumentar a cadeia de valor pela agregação de valor aos produtos brutos, participando das atividades de embalagem, processamento e comercialização. As cooperativas podem ajudá-los a atingir economias de escala, assim como novos tipos de parcerias com o setor privado. Porém,

o apoio às práticas agroecológicas não atingirá os resultados desejados se os mercados não forem organizados para proteger os agricultores dos preços voláteis e

84 FAO, 2016b

85 FAO, 2018

do *dumping* de produtos subsidiados em seus mercados locais, que podem afetar seriamente a produção local⁸⁶.

Como alternativa, ele cita o exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil⁸⁷, usado como alavanca para sustentar a agricultura familiar através de esquemas de compras públicas. O Relator avalia que os esquemas de compras públicas poderiam estar mais alinhados com a necessidade de fazer a transição para modos de produção agroecológicas, de baixo carbono ou de baixo insumo externo, assim como os incentivos de crédito fiscal.

A figura do “consumidor” também aparece com bastante centralidade nos documentos da FAO, considerado o motor da qualidade dos alimentos e das práticas agrícolas aplicadas. A FAO acredita que a demanda do consumidor tem grande influência nos sistemas de produção, e que a necessidade de melhorar a imagem corporativa faria com que as indústrias pudessem ser direcionadas para a agroecologia. Assim, novos mercados inovadores já estariam surgindo em escala local e territorial, em sinergia com sistemas de produção diversificados. Esses mercados contribuem à conservação e uso sustentável da biodiversidade, agregam valor à produção local e proporcionam aos consumidores acesso a dietas saudáveis⁸⁸. Por isso, o órgão aponta a necessidade de apoiar a demanda pela produção agroecológica, promovendo o próprio conceito de agroecologia entre as diversas partes interessadas nos sistemas agroalimentares.

Por fim, outra curiosa “oportunidade” para o mercado agroecológico estaria nas próprias condições socioeconômicas de determinados contextos:

(...) há uma sutil revolução alimentar em andamento nos Estados Unidos. Em pequenas cidades, onde as pessoas podem ser pobres e viver em níveis de subsistência, há uma tendência de se afastar dos alimentos processados em direção ao “*slow food*”⁸⁹

Ou seja, na visão do órgão, o cenário de crise poderia tornar-se uma oportunidade para novos mercados agroecológicos, já que até a pobreza poderia transformar-se em sinônimo de um “estilo de vida” mais ecológico.

86 DE SHUTTER, 2012, p. 30

87 “Em 2009, as compras pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) brasileiro totalizaram R\$ 590,55 milhões (R\$ 145,78 milhões em 2003); o alimento foi comprado de 137.169 propriedades familiares (em comparação com 42.329 propriedades em 2003), com informações do Governo Federal do Brasil, Execução Global do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2009, Orçamentos MDA e MDS, 16 de junho de 2010”.

88 FAO, 2018

89 FAO, 2015, p. 10 (tradução livre)

3.12 Papel do Estado para a agroecologia

A FAO considera o Estado e os governos como atores absolutamente fundamentais para a promoção e ampliação da agroecologia, alegando que as políticas públicas já têm fortalecido os processos de transição a partir de experiências de comprovado êxito⁹⁰. No *site* do Centro de Conhecimentos Sobre Agroecologia, afirma-se que “para aproveitar los múltiples beneficios con vistas a lograr la sostenibilidad que se derivan de los enfoques agroecológicos, se necesita un entorno favorable, que incluya políticas, inversiones públicas, instituciones y prioridades de investigación adecuadas”⁹¹.

De Shutter (2012) afirma que para ampliar a agroecologia e maximizar seus impactos positivos sobre os rendimentos, a produtividade dos agricultores e o meio ambiente, é preciso, tanto horizontalmente, aumentar as áreas cultivadas por técnicas agroecológicas, quanto, verticalmente, criar uma estrutura de qualificação para os agricultores. A dimensão vertical da ampliação da agroecologia é considerada condição e condutora da ampliação horizontal. Essa abordagem é replicada nos outros documentos da FAO, que também colocam foco prioritário em recomendações aos governos para formulação de políticas públicas. O documento sobre os simpósios regionais de agroecologia destaca que

(...) nenhuma região do mundo experimentou uma expansão da agroecologia tão grande quanto a da América Latina, esse processo está intimamente ligado ao surgimento de novos cenários políticos caracterizados por governos e movimentos progressistas de camponeses e povos indígenas. No entanto, políticas públicas mais eficazes para fortalecer a agroecologia ainda precisam ser desenvolvidas na maioria dos países⁹².

Cita-se que na região a agroecologia é praticada há décadas por diversos grupos, recebendo forte apoio científico e, cada vez mais, governamental. Assim, a agroecologia foi incluída na agenda de integração regional, tanto no Mercosul quanto na Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (CELAC). Esses avanços são tomados como base para que as outras regiões também desenvolvam políticas similares. Constata-se ainda que, embora na região da América Latina e Caribe a prevalência da desnutrição crônica ainda seja superior a 20%, e o excesso de peso e obesidade venham aumentando, a região está na vanguarda da luta global contra a fome, tendo implementado diversas políticas públicas com este enfoque. As políticas e programas brasileiros em prol da agroecologia e da agricultura familiar recebem destaque em alguns documentos, e De Shutter já considerava que

90 FAO, 2018

91 <http://www.fao.org/agroecology/overview/es/> - Acesso em janeiro de 2020

92 FAO, 2016b, p. 16

(...) assim como vários sistemas alimentares devem ser combinados para melhorar a resiliência por meio de maior diversidade, diferentes formas de agricultura podem coexistir, cada uma cumprindo uma função diferente. O exemplo do Brasil sugere que as fazendas familiares podem ser apoiadas mesmo nas proximidades de produtores agrícolas de grande escala e altamente competitivos e que essa coexistência pode ser viável, desde que o governo esteja ciente das diferentes funções que diferentes modelos agrícolas servem para cumprir, e adota uma abordagem equilibrada em relação a eles⁹³.

Em seguida, no entanto, ele faz a ressalva, de que em muitos países “essa coexistência fracassou e o saldo mudou quase inteiramente a favor do setor agrícola liderado pelas exportações em larga escala”. Portanto, percebe que a transição para políticas agroalimentares que apoiam a realização do direito à alimentação em torno de formas de agricultura agroecológicas “requer grandes esforços políticos”, mas não implica a exclusão da agricultura convencional.

De toda forma, a FAO apoia uma reformulação de políticas e programas para que se criem ambientes propícios à agroecologia, e foi um consenso, em todas as regiões, de que as políticas públicas de apoio são um importante catalisador para a transição agroecológica. No seminário regional da África, foi reconhecida a necessidade de sistemas de integração para a agroecologia na Nova Parceria para o Desenvolvimento (NEPAD)⁹⁴. Na reunião da Ásia e Pacífico também foram debatidas diversas propostas de políticas públicas.

Uma recomendação abrangente que emerge dos três simpósios regionais é a incorporação da agroecologia em políticas públicas, programas, marcos legais e regulamentos de maneira intersetorial e coerente. Especificamente, a agroecologia deve se tornar parte integrante das iniciativas regionais em andamento, como a Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (CELAC) e o Programa de Desenvolvimento Agrícola da África Abrangente (CAADP)⁹⁵.

Algumas das propostas de políticas que aparecem nos documentos da FAO são:

a) Os produtores, principalmente as mulheres e jovens, devem ter acesso a recursos naturais e produtivos, incluindo o controle de sementes, biodiversidade, terra, territórios, águas e conhecimento, uma vez que as comunidades rurais são guardiãs da biodiversidade. Isso poderia ser alcançado com políticas que melhorem a governança e a posse da terra, através de procedimentos equitativos e acessíveis para a aquisição, registro e garantia da posse. Entretanto, considera-se que “todo o peso da gestão de recursos naturais” não deve ser de responsabilidade dos agricultores, mas sim, uma responsabilidade compartilhada entre agricultor, Estado e organizações não-governamentais “para maior benefício da sociedade”⁹⁶.

93 DE SHUTTER, 2014, p. 14

94 FAO, 2016b

95 FAO, 2016b ref

96 FAO, 2015, p. 14 (tradução livre)

Em todas as regiões foi recomendada a implementação das Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse de Terras, Pescas e Florestas.

b) Projetos de extensão agrícola, pesquisa, bancos comunitários de sementes, escolas de agroecologia, fazendas de demonstração e trocas entre agricultores. Nos três simpósios foi enfatizado o potencial da cooperação sul-sul para racionalizar as políticas agroecológicas e promover a institucionalização do compartilhamento de experiências entre diferentes regiões do mundo, algo considerado fundamental para a inovação e o aprendizado agroecológicos. Além disso, defendeu-se o apoio à práticas tradicionais de manejo, o apoio à recuperação de práticas ancestrais e a proteção de sementes tradicionais.

c) Também são propostas: a melhoria do acesso aos mercados, com políticas públicas abrangentes que criem cadeias de valor específicas e que aumentem a competitividade de produtores agroecológicos nos mercados local e nacional; o incentivo ao pagamento de preços justos pelos produtos agroecológicos; a promoção de mercados de compra direta entre produtores e consumidores, eliminando os intermediários; o apoio às cooperativas de agricultores; as compras públicas orientadas a produtos agroecológicos; a promoção do valor nutricional dos alimentos agroecológicos; políticas transitórias para a agricultura familiar; o pagamento por serviços ambientais/ecossistêmicos, e esquemas de recompensa social que incentivem a redução/substituição de insumos e a proteção da biodiversidade; esquemas de certificação; regras comerciais que ajudem a internalizar os custos ambientais da agricultura.

d) Fornecimento de bens públicos, como: serviços de extensão, instalações de armazenagem, infraestrutura rural (estradas, eletricidades, tecnologias de informação e comunicação), acesso aos mercados regionais e locais, programas de crédito rural com acesso a crédito seguro contra riscos relacionados a eventos meteorológicos.

e) Criar espaços de consulta pública e de construção, implementação e monitoramento de políticas públicas junto à sociedade civil; integrar políticas em diferentes escalas e setores para alcançar coerência mediante um enfoque territorial, com o auxílio de mecanismos nacionais e internacionais de governança, sistemas regulatórios e de monitoramento e de prestação de contas.

A FAO reuniu uma base de dados sobre as diferentes políticas públicas e legislações relacionadas à agroecologia já existentes no mundo, que encontra-se em <http://www.fao.org/agroecology/policies-legislations/es/>.

3.13 Papel da FAO na promoção da agroecologia

Em diversos dos documentos sobre os simpósios de agroecologia promovidos pela FAO há afirmação de que a FAO deve liderar o processo global em agroecologia, pois está em uma posição única para ajudar a construir uma rede agroecológica global. A colaboração e as redes de práticas agroecológicas entre diferentes países e continentes podem ser aprimoradas por meio dos programas da FAO, que deve fornecer aos seus membros informações técnicas sobre agroecologia baseadas em conhecimento científico⁹⁷.

No *site* do Centro de Conhecimentos Sobre Agroecologia da FAO, há uma sessão dedicada a detalhar o trabalho com agroecologia realizado pela FAO⁹⁸. Esse trabalho tem como marco os temas e recomendações comuns formulados nos simpósios regionais, incluindo:

Inversión en agroecología a través de políticas públicas: Crear un entorno propicio para la agroecología mediante la adopción de políticas públicas, presupuestos nacionales, marcos jurídicos y reglamentos de apoyo en los planos subnacional, nacional y regional. Aumentar las inversiones en el desarrollo de la agroecología en lo que respecta a: i) la investigación, estadísticas y datos aplicados a la agroecología; ii) programas y proyectos destinados a productores, sistemas alimentarios y mercados agroecológicos, y iii) difusión e intercambio de conocimientos y de las mejores prácticas. Promover las asociaciones intersectoriales y la cooperación Sur-Sur en materia de agroecología fomentando el intercambio participativo de experiencias y conocimientos entre territorios, países y regiones así como la participación de organizaciones de la sociedad civil, organizaciones de agricultores, gobiernos e instituciones académicas y de investigación;

Cambio climático: Reconocer el potencial de la agroecología para garantizar la adaptación y resiliencia al cambio climático mediante: i) el apoyo a la investigación aplicada y la disponibilidad de datos sobre el papel de la agroecología en el incremento de la resiliencia; ii) el aseguramiento de que la selección de variedades, especies, ganado y árboles se lleve a cabo en ámbitos locales y descentralizados; iii) el apoyo a la formulación de sistemas agrícolas basados en los principios de la diversificación e integración, incluidos los sistemas agroforestales y agropecuarios, y iv) el fomento de sistemas agroecológicos para restaurar y regenerar zonas áridas y mantener ecosistemas funcionales en montañas y áreas marginadas;

Innovaciones agroecológicas: Promover la innovación social y los procesos de investigación, conocimiento y enseñanza participativos y ascendentes sobre la agroecología en la investigación, el desarrollo y los servicios de extensión agrícolas mediante: i) el fomento de plataformas de innovación intersectoriales de ámbito regional y nacional para la agroecología; ii) el fortalecimiento de sistemas de innovación para la transición hacia una agricultura sostenible sobre la base de los principios de la eficiencia, el reciclado, la diversificación, la regulación y las sinergias; iii) el reconocimiento de la función de los agricultores como partícipes en la investigación y la innovación, y iv) el establecimiento de vínculos entre procesos de innovación oficiales y oficiosos;

97 FAO, 2015

98 <http://www.fao.org/agroecology/overview/our-work/es/> - Acesso em janeiro de 2020

Servicios de los ecosistemas y agroecología: Al proteger y promover las funciones de los ecosistemas y, al mismo tiempo, producir alimentos, la agroecología desempeña un papel fundamental a fin de propiciar unos sistemas alimentarios sostenibles basados en los principios de la FAO para una alimentación y agricultura sostenibles y en consonancia con las tecnologías y prácticas del modelo “Ahorrar para crecer”. Velando por el correcto funcionamiento de servicios ecosistémicos vitales como la polinización, el ciclo de los elementos nutritivos de los suelos, el control natural de plagas y los servicios de las cuencas hidrográficas se favorece la ordenación de las aguas y de las tierras en aras de la resiliencia. Todos esos servicios son apoyados por la diversidad biológica, en particular la agrobiodiversidad existente en los campos de los agricultores. Junto con los principios del enfoque ecosistémico del Convenio sobre la Diversidad Biológica, la agroecología reconoce el papel central de las personas —en este caso de los agricultores familiares y los pequeños productores— en la ordenación de los recursos naturales a través de las elecciones de la sociedad en un contexto específico. El papel de la mujer rural en la conservación de la biodiversidad, en particular de las variedades tradicionales y las variedades de los agricultores, y en la ordenación sostenible de los recursos naturales a través de la agroecología es fundamental, al igual que la atención a los derechos e intereses de los jóvenes;

Protección social y desarrollo rural: Reconocer y promover los derechos y la contribución de los agricultores familiares y los pequeños productores, en particular las mujeres y los jóvenes de zonas rurales, en la conservación de la biodiversidad —incluidas las variedades tradicionales y las variedades de los agricultores— y en la ordenación sostenible de los recursos naturales mediante la agroecología. Garantizar el acceso a los recursos naturales (con inclusión de la tierra, el agua, los recursos genéticos, los océanos, los bosques, los bienes públicos, la biodiversidad y los territorios) a través de la agroecología. Facilitar el acceso de los pequeños productores y los agricultores familiares a mercados diversificados que apoyen la producción agroecológica mediante: i) el fomento de políticas de adquisiciones públicas orientadas a promover y ampliar los sistemas alimentarios agroecológicos; ii) la promoción del valor nutricional de los productos agroecológicos; iii) la creación y potenciación de mercados y cooperativas sociales de ámbito territorial local; iv) el empoderamiento de mujeres y jóvenes mediante un aumento del empleo y los ingresos; y v) el apoyo al desarrollo de innovaciones institucionales y sistemas de certificación participativa para la distribución y el consumo a nivel local;

Seguridad alimentaria y nutrición: La agroecología puede proporcionar una vía importante a alimentos accesibles, de alta calidad, nutritivos, saludables y suficientes. Mediante la vinculación entre los conocimientos tradicionales y científicos, es posible producir alimentos a la vez que se respeta el medio ambiente. Por otra parte, los conocimientos agroecológicos tradicionales sobre nutrición y alimentación, así como la importante contribución de la mujer, deben reconocerse y compartirse mejor a través de los diversos niveles del proceso educativo⁹⁹.

Duas oportunidades se abriram para que a FAO aprofundasse sua atuação com a agroecologia: O Decênio para a Agricultura Familiar das Nações Unidas (2019-2028) e O Decênio das Nações Unidas de Ação sobre a Nutrição. Ambos trazem a possibilidade de reforçar a conscientização e apoio à agroecologia em nível local, nacional e global, e de

99 <http://www.fao.org/agroecology/overview/our-work/es/> - Acesso em janeiro de 2020

ressaltar a contribuição da agroecologia a sistemas alimentares sustentáveis que proporcionam dietas saudáveis e melhoram a nutrição¹⁰⁰.

Por fim, a FAO construiu os “10 elementos da agroecologia”, que emergiram dos seminários regionais e que orientam os países na transformação de seus sistemas agroalimentares em direção aos ODS. Os 10 elementos da agroecologia propostos pela FAO estão reproduzidos abaixo¹⁰¹:

1. *Diversidade*: A diversificação é fundamental para as transições agroecológicas para garantir a segurança e nutrição dos alimentos, conservando, protegendo e melhorando os recursos naturais.

2. *Co-criação e compartilhamento de conhecimento*: As inovações agrícolas respondem melhor aos desafios locais quando são co-criado através de processos participativos.

3. *Sinergias*: A construção de sinergias aprimora as principais funções dos sistemas alimentares, apoiando a produção e vários serviços ecossistêmicos.

4. *Eficiência*: Práticas agroecológicas inovadoras produzem mais usando menos recursos externos.

5. *Reciclagem*: Mais reciclagem significa produção agrícola com custos econômicos e ambientais mais baixos.

6. *Resiliência*: A resiliência aprimorada de pessoas, comunidades e ecossistemas é a chave para sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis.

7. *Valores humanos e sociais*: Proteger e melhorar os meios de subsistência rurais, a equidade e o bem-estar social é essencial para sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis.

8. *Tradições de cultura e alimentos*: Ao apoiar dietas saudáveis, diversificadas e culturalmente apropriadas, a agroecologia contribui para a segurança e nutrição alimentar, mantendo a saúde dos ecossistemas.

9. *Governança responsável*: Alimentos e agricultura sustentáveis requerem mecanismos de governança responsáveis e eficazes em diferentes escalas - do local ao nacional e ao global.

10. *Economia circular e solidária*: Economias circulares e solidárias que reconectam produtores e consumidores fornecem soluções inovadoras para viver dentro de nossas

100 FAO, 2018

101 FAO, 2018, p. 17

fronteiras planetárias, garantindo a base social para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

3.14 Ampliação da escala da agroecologia

Os simpósios internacionais e regionais sobre agroecologia, bem como a inspiração em experiências já existentes de agroecologia culminaram na Iniciativa para Ampliação da Escala da Agroecologia pela FAO.

Con el espíritu transformador de la Agenda 2030, trabajaremos con productores, gobiernos y otros actores para fortalecer la agroecología como un enfoque prometedor, aprovechando un amplio abanico de prácticas y políticas, conocimiento y alianzas para alcanzar sistemas alimentarios equitativos y sostenibles en apoyo de los ODS¹⁰².

A associação da agroecologia à Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável surgiu da constatação de que a agroecologia contribui diretamente para múltiplos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a saber: Erradicação da pobreza e da fome; educação de qualidade; igualdade de gênero; eficiência do uso da água; trabalho decente; produção e consumo sustentável; aumento da resiliência climática; e freio à perda de biodiversidade.

A Iniciativa para Ampliar a Escala da Agroecologia (IAEA)¹⁰³ aspira acompanhar e apoiar processos nacionais de transição agroecológica mediante as capacidades políticas e técnicas baseadas em sinergias entre países. A iniciativa construirá alianças entre diferentes atores, reforçará redes e permitirá a co-criação de conhecimento e sua circulação, a partir de três áreas de trabalho que são reproduzidas a seguir:

Área de trabalho 1: conhecimento e soluções inovadoras para problemas locais

Apoio a esforços locais e nacionais para desenvolver soluções a necessidades de cada contexto mediante geração de conhecimento, realizando atividades de formação e capacitação; Apoio a organizações camponesas, agentes de extensão e investigação interdisciplinar; Promoção de intercâmbio entre países e regiões que precisam de soluções inovadoras frente a mudanças climáticas.

Objetivos:

102 FAO, 2018, p. 1

103 Ibid.

- 1 a 2 anos: melhorar a base empírica sobre agroecologia em escala regional e global;
- 3 a 10 anos: compilar os dados relevantes em escala nacional em 15 países;
- 1 a 10 anos: aumentar a base de conhecimentos e a capacitação em agroecologia em 50 países, incluindo a cooperação Sul-Sul e triangular.

Área de trabalho 2: processos políticos para a transformação de sistemas alimentares e agrícolas

A IAEA apoiará os países no desenvolvimento de políticas agroecológicas com a participação de atores não estatais, fornecendo apoio técnico e empregando decisões e instrumentos internacionais já estabelecidos por órgãos intergovernamentais, incluindo a agenda 2030 para apoiar as transições agroecológicas.

Objetivos:

- 1 a 2 anos: Apresentar os resultados nos fóruns das Nações Unidas apropriados, incluindo o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e o Fórum Político de Alto Nível, e coordenar as atividades conjuntas com as iniciativas relevantes das Nações Unidas, como o Decênio para a Agricultura Familiar das Nações Unidas (2019-2028), o Decênio das Nações Unidas de Ação sobre a Nutrição (2016-2025), o Ano Internacional das Nações Unidas sobre Pesca Artesanal e Aquicultura (2022) e os Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) da FAO; Contribuir para o Marco pós 2020 sobre a biodiversidade;
- 1 a 10 anos: Proporcionar apoio técnico, em ao menos 20 países, para transições agroecológicas, incluindo a cooperação Sul-Sul triangular; Prestar apoio a 20 países em desenvolvimento na implementação de planos nacionais de agroecologia; Proporcionar orientação técnica sobre agroecologia para apoiar a implementação de decisões sobre políticas de órgãos intergovernamentais (como o Comitê de Segurança Alimentar Mundial e o Convênio sobre a Diversidade Biológica) a pedido de até 20 países; Desenvolver orientações técnicas sobre a implementação de mecanismos internacionais existentes relacionados à agroecologia em 20 países; Apoiar os governos em suas comunicações sobre os ODS mediante o desenvolvimento de guias sobre monitoramento – incluindo a compilação de dados e análises de políticas – para os objetivos relevantes para a agroecologia em 30 países;

Apoiar o trabalho de monitorar os progressos realizados nos órgãos dirigentes das agências das Nações Unidas (por exemplo, Comitê de Agricultura da FAO).

Área de trabalho 3: construir conexões para uma mudança transformadora

A iniciativa vai trabalhar com todos os setores “interessados” - governos, organizações de produtores, consumidores, sociedade civil, investigação e setor privado. Apoiará redes e plataformas de intercâmbio de conhecimento e diálogo a nível nacional, regional e internacional e assegurará a colaboração e coordenação entre diferentes agências das Nações Unidas.

Objetivos:

- 2018: Desenvolver e implementar um programa de trabalho conjunto em agroecologia com parceiros que aderem à Iniciativa (de 2018 a 2030);
- 1 a 3 anos: Apresentar o programa de trabalho conjunto para discussão e aprovação pelos órgãos governamentais relevantes;
- 1 a 10 anos: Aumentar a conscientização da agroecologia em todos os níveis e construir alianças, incluindo organizações de produtores, associações de consumidores, formuladores de políticas, jovens, associações de mulheres e investidores públicos e privados; Desenvolver ferramentas e orientações para sistemas alimentares inovadores e mercados inclusivos em 20 países; Contribuir para o aumento de parcerias inovadoras entre produtores e consumidores em pelo menos 10 países; Contribuir para o desenvolvimento da Rede de Cidades Agroecológicas no âmbito do Pacto de Milão; Catalisar o envolvimento de organizações de mulheres e jovens em iniciativas de produção, processamento e marketing para criar oportunidades de trabalho decente em 20 países; Fornecer orientação técnica a 20 países para garantir o acesso a recursos naturais, conhecimento e investimentos para capacitar mulheres e jovens a desempenhar um papel de liderança nas transições agroecológicas.

A FAO está convencida de que é necessária a cooperação de uma ampla gama de atores e instituições para ampliar a escala da agroecologia a fim de alcançar os ODS, pois trabalhar conjuntamente pode ter um efeito catalisador, permitindo o empoderamento dos membros, comunidades e agricultores familiares para ampliar a escala da agroecologia e alcançar a visão da Agenda 2030:

(...) un mundo con sistemas alimentarios y agrícolas sostenibles e inclusivos, donde la salud del planeta y de las personas prospere; en el que el flagelo de la pobreza no

exista; en el que las contribuciones vitales de las mujeres se respeten y se valoren; y en el que se defiendan los derechos humanos y los valores fundamentales de la dignidad, la libertad y equidad¹⁰⁴.

Dadas as três áreas de trabalho apresentadas, são previstos 3 tipos de associação:

1) Agências e organismos das Nações Unidas. *Papel*: Identificar prioridades e estratégias para a iniciativa; Implementar atividades específicas, construindo sobre a base de sinergias entre funções operacionais e trabalho normativo. *Oportunidades*: A iniciativa vai potencializar outras atividades das Nações Unidas em curso, principalmente a Agenda 2030, entre outras.

2) Governos: a iniciativa convidará como associados todos os membros interessados. *Papel*: Assessorar a FAO e associados sobre as prioridades e estratégias para a iniciativa, se associando para implementar atividades específicas. *Oportunidades*: A iniciativa buscará a colaboração com organismos regionais, como a Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos e NEPAD para apoiar a cooperação regional sobre agroecologia. Buscará colaborar com entidades específicas relevantes, como a iniciativa para emprego rural para jovens do G20.

3) Atores não estatais: a iniciativa trabalhará com os associados para implementar atividades específicas caso por caso, incluindo organizações campesinas, da sociedade civil, instituições de investigação e setor privado. *Papel*: Implementar atividades específicas de interesse comum em escala local, nacional, regional e internacional. *Oportunidades*: Os atores não estatais tem jogado papel fundamental no desenvolvimento, implementação e defesa da agroecologia.

104 FAO, 2018b, p. 8

CAPÍTULO IV – A DIALÉTICA DO SABER AGROECOLÓGICO

4.1 Diferenças fundamentais entre as concepções da FAO e da Via Campesina sobre Agroecologia: classe, ideologia, organização social e relação humanidade/natureza

A partir do material empírico coletado e trabalhado nos capítulos anteriores, fica clara a necessidade de compreendermos com mais profundidade a diversidade do real. Assim, retomamos a argumentação levantada anteriormente, de que não nos parece suficiente classificar a agroecologia enquanto prática, movimento e/ou ciência, pois tal classificação não nos esclarece sobre o conteúdo das diferentes práticas, movimentos e/ou ciências/saberes que se reivindicam como agroecológicos. Tanto a agroecologia defendida pela FAO quanto a agroecologia defendida pela Via Campesina falam sobre “ciência, movimento e prática”. Porém, há diferenças substanciais entre as duas abordagens.

Assim, podemos perceber que a categoria genérica e unitária “agroecologia” abriga fenômenos distintos e mesmo contraditórios. A seguir, nosso esforço será o de “desmontar” essa categoria abstrata a partir da pluralidade concreta apresentada pelos documentos, para explicitar os diferentes pressupostos, ideologias, e práticas políticas que recheiam a agroecologia com significados diferentes, no caso desses dois atores: FAO e Via Campesina.

Antes disso, no entanto, é necessário fazer uma ressalva: por limitações de tempo e de recursos, só conseguimos neste trabalho tratar da construção do discurso oficial de ambas as organizações. Evidentemente temos consciência de que, por mais que esses discursos expressem projetos de ação política e influenciem práticas sociais, não podem revelar a coerência de sua atuação concreta em relação aos seus enunciados. Além disso, os discursos oficiais costumam dar voz aos consensos, eliminando os dissensos e a complexidade interna de ambas as organizações. De toda forma, consideramos que a construção da narrativa dos casos analisados pode ser bastante reveladora da natureza das práticas sociais que dela serão derivadas, pois indicam os pressupostos e ideologias subjacentes que projetam o que seria o “ideal” de cada organização. Feita essa observação, passemos à análise:

Lembremos que a Ecologia Social identifica as relações de poder e de dominação como centrais para o entendimento dos conflitos ambientais, e que Acsegrad inspirou a

reflexão sobre a necessidade de identificar qual é a ação política a que a adoção da agroecologia serve de suporte e quem seriam os sujeitos desse conhecimento ou prática agrícola. Ao considerarmos a bibliografia apresentada sobre as transformações do capitalismo em relação à Revolução Verde, ao desenvolvimento sustentável e ao multiculturalismo neoliberal, bem como as proposições teóricas de Bookchin e de Bakunin, percebemos que a categoria “classe social” desponta como fator fundamental.

Nos documentos da FAO, não há qualquer referência às classes sociais e muito menos a um possível conflito entre elas. Se há alguma diferenciação de classe, ela é entendida no máximo como a diferença entre faixas de renda e poder de consumo. As categorias utilizadas para referir-se às diferentes “partes interessadas” dos sistemas agroalimentares são: “agricultores familiares”, “pequenos produtores”, “grupos vulnerabilizados” “agricultores pobres”, “fornecedores”, “varejistas”, “consumidores”, “governos” e “empresas”/“setor privado”. A FAO considera que todas essas categorias podem coexistir harmonicamente sob o capitalismo, contanto que cheguem a um equilíbrio em que todos se beneficiem, através de um diálogo constante mediado pelo Estado e pelo mercado. Por sua vez, Estado e mercado são consideradas instituições neutras, podendo exercer a função de elementos reguladores, que compensam desequilíbrios de poder ou desvios de rota que prejudicam determinados setores em detrimento de outros.

As relações sociais sob o capitalismo, portanto, são naturalizadas, e todos os setores são considerados igualmente importantes: As grandes empresas do sistema agroalimentar são importantes por conectar produtores e consumidores, garantindo que os produtos cheguem mais longe e se valorizem através de cadeias de beneficiamento e de distribuição. Podem ser convencidas a assumir responsabilidades com os direitos fundamentais e com o desenvolvimento sustentável, adotando normas, códigos de conduta e certificações que beneficiem os consumidores e fornecedores de produtos. Os grandes produtores são tão importantes quanto os pequenos, e ambos devem ter espaço para coexistir, desde que haja clareza sobre a função que cada um pode exercer para o benefício da sociedade. O Estado é importante para regular – através de normas, leis, incentivos fiscais, etc – o poder das grandes empresas, e, uma vez que tem a responsabilidade de zelar pelos direitos humanos, deve favorecer e proteger os agricultores familiares e trabalhadores rurais, que são considerados os elos mais frágeis da cadeia. Os consumidores são importantes porque através de escolhas

conscientes podem mudar os rumos da produção, influenciando as empresas a melhorar sua imagem corporativa, ao demandar sistemas mais justos e saudáveis para todos.

A FAO reconhece as mazelas do sistema agroalimentar atual, mas não há juízo sobre culpados ou vítimas. De certa forma, seus documentos levam a crer que todos erraram, e que todos podem melhorar. Os verbos utilizados nos documentos para referir-se aos problemas encontrados no sistema de produção agroalimentar existente são reveladoras desse posicionamento: “falharam”, “se esqueceram”, “não deram a devida atenção”, “foram obrigados a”, “viram-se presos”, “fracassaram” e assim por diante, o que indica que pode haver boa vontade para que reformas sejam aplicadas onde se encontrem defeitos, desde que todos os atores sejam devidamente esclarecidos sobre seus direitos e deveres. Certamente a FAO não considera que as mudanças sejam fáceis, pois o sistema agroalimentar obedece a dinâmicas interdependentes em vários níveis. Mas há a crença de que ações coordenadas e intersetoriais em diferentes escalas poderão gradualmente transformar o sistema para melhor.

Nos documentos da Via Campesina, pelo contrário, há demarcação clara não apenas de uma diferenciação entre classes sociais, mas também o reconhecimento da existência de interesses inconciliáveis que as colocam em antagonismo e confronto direto. A principal classe apresentada é a do “campesinato”, mas também há a demarcação de categorias como “povo”, “trabalhadores do campo”, “trabalhadores urbanos/da cidade”. Essas classes sociais são consideradas exploradas e oprimidas pelo “capital agroindustrial”, “capital financeiro” ou apenas “capital/capitalistas”, “elites”, “agronegócio”, “classe dominante”. O campesinato não pode conviver pacificamente com o capital agroindustrial, por exemplo, pois as ações deste último minam por completo as condições de vida do primeiro – seja explorando sua mão de obra, seja apropriando-se de suas terras, ditando preços miseráveis para seus produtos, contaminando seus recursos, monopolizando os mercados, etc. Esse antagonismo se reproduz igualmente em relação às demais categorias utilizadas para descrever setores dominados.

Os problemas enfrentados pelo campesinato e pelo povo de forma geral, são considerados o resultado direto do modelo de produção e consumo imposto por empresas multinacionais, elites agroindustriais, tratados de livre comércio e, estruturalmente, pelo próprio capitalismo com sua lógica de lucro e de acumulação privada. Há aqui o apontamento de culpados, pois explicita-se a intencionalidade de políticas e mecanismos de mercado que enriquecem as classes dominantes através da degradação das condições de vida das classes dominadas. Isso se expressa através do uso de verbos e palavras para referir-se às empresas,

governos ou à Revolução Verde, como “atacam”, “se apropriam”, “impõem”, “destroem”, “forçam”, “obrigam”, “assassinam”, “criminalizam”, “geram medo e repressão, miséria e violência”, “exploram”, e assim por diante. Por sua vez, o Estado é apresentado como aliado das elites e das multinacionais do agronegócio, podendo tomar parte dos menos favorecidos somente se houver uma pressão ativa dos movimentos sociais, que “desde abajo” possa mudar a correlação de forças e transformar a natureza do Estado para que sirva ao povo e não às elites.

Nessa primeira comparação, já podemos identificar diferenças ideológicas substanciais entre as duas organizações. A FAO nos parece partilhar as crenças da democracia liberal capitalista, enquanto a Via Campesina expressa uma visão anti-capitalista e anti-liberal.

Adam Przeworski (1988) realiza um estudo sobre a trajetória histórica da social-democracia desde seu surgimento socialista até sua completa integração ao capitalismo. Ele afirma que um traço característico da democracia capitalista é a “individualização das relações de classe ao nível de processo político e ideologia”¹. As pessoas são classificadas como “indivíduos” ou “cidadãos”, independentemente de serem capitalistas ou assalariadas dentro do sistema de produção. Há uma desenfaturação do conflito de classe, uma vez que, sob o capitalismo, o universalismo é a ideologia natural da burguesia, que enquanto classe apresenta-se como condutora dos interesses universais da sociedade.

A nova sociedade que se institucionalizou na Europa Ocidental na esteira da revolução industrial foi a encarnação desse universalismo. Pela primeira vez na história a classe econômica dominante identificou-se com o futuro de toda a sociedade: esta foi a revolução que a burguesia introduziu no reino da ideologia (Gramsci, 1971:260). As normas legais burguesas estabeleceram o *status* universal de ‘indivíduos’ que estavam em igualdade em suas relações com as coisas – independente de serem estes meios de produção ou de consumo – e estavam em igualdade em suas relações uns com os outros – novamente não importando se surgiam contratualmente como vendedores ou compradores da força de trabalho (Balibar, 1970). Ao mesmo tempo, a ideologia burguesa postulava uma básica harmonia de interesses entre os indivíduos-cidadãos. As instituições políticas burguesas expressam esta visão de sociedade. O parlamento seria o fórum de deliberação racional em busca do bem geral (...) O processo político deveria permanecer acima das divisões econômicas da sociedade².

Nesse sentido, a política é “definida na dimensão indivíduo-nação, e não em termos de classe”, e as pessoas “comportam-se politicamente com base em afinidades religiosas, étnicas, regionais ou outras”³. Por isso surge na FAO, por exemplo, a enunciação da defesa de uma aliança entre “produtores” e “consumidores”, independentemente de tratar-se de um

1 PRZEWORSKI, 1988, p. 48

2 Ibid., p. 56

3 Ibid., p. 63

consumidor trabalhador ou capitalista; um produtor camponês ou latifundiário. Essa visão não classista da política reforça, por sua vez, “a visão da política como um processo de estabelecimento do bem estar coletivo, de ‘todos os membros da sociedade’”⁴, sem distinções de qualquer natureza. Estaria aqui também a justificativa para que a FAO considere factível uma conciliação entre “todas as partes interessadas” a partir de um “bem comum” genérico e universalizável.

Outra similaridade aparece na medida em que a FAO, em sintonia com a democracia liberal, “assume que o mercado capitalista é uma forma natural de atividade econômica; aceita-se o mercado existente e suas leis tal como são”⁵. Por sua vez, o Estado pode regulá-lo, bem como as escolhas dos consumidores e cidadãos:

A essência da social-democracia contemporânea é a convicção de que o mercado pode ser direcionado para alocar aqueles bens, públicos ou privados, que são preferidos pelos cidadãos e que, ao racionalizar gradativamente a economia, o estado pode transformar os capitalistas em funcionários privados do público sem alterar o *status* jurídico da propriedade privada⁶.

Como dito quando tecemos considerações sobre o Estado de Bem Estar Social a partir de Hobsbawm, a democracia capitalista justamente busca conjugar os interesses da classe trabalhadora com os interesses dos capitalistas, melhorando suas condições de vida na medida em que as melhorias favoreçam o consumo, a produtividade e resultem em maiores lucros. É possível identificar essa intenção em diversas passagens dos relatórios da FAO. A geração de empregos e o desenvolvimento rural derivados da adoção da agroecologia são considerados fundamentais para ampliar a capacidade de consumo, fortalecer as economias locais e outros setores industriais a partir de efeitos multiplicadores.

Do lado da Via Campesina, ocorre exatamente o oposto. As relações sociais sob o capitalismo são profundamente questionadas, a partir de um posicionamento marcadamente classista. Por mais que seu discurso também construa a ideia de que a reforma agrária integral, a agroecologia e a soberania alimentar beneficiariam “toda a sociedade”, esse benefício pressupõe o desaparecimento do setor agroindustrial e demais capitalistas, que são acusados de apropriar-se dos recursos da maior parte da sociedade. Assim, a noção de “toda a sociedade” está associada à noção de “todo o povo”, uma vez que ficariam excluídos os capitalistas.

4 Ibid., p. 63

5 Ibid., p. 74

6 Ibid., p. 75

Em diversas passagens há referência à necessidade de uma “aliança de classes”, entre os trabalhadores do campo e da cidade. Novamente, por mais que sejam separadas como classes sociais distintas, ambas as categorias expressam a noção de aliança dos povos em oposição às elites dominantes. Poderíamos dizer que em oposição à ideia da política centrada na dimensão “indivíduo-nação”, aparece aqui a política centrada na dimensão de “Povo-Nação”, categoria aglutinadora das lutas anti-capitalistas e anti-globalização surgidas nos anos 2000 e que Ferreira (2016) irá caracterizar como “populistas”:

Populismo é um termo com muitos usos. Devemos advertir que não estamos usando o termo como a ciência política normalmente usa, como uma ideologia proselitista de elites que faz concessões ao “povo”. Na realidade estamos usando o termo populismo tomando como modelo o populismo russo, que no século XIX foi um movimento político-cultural de crítica do absolutismo e do capitalismo ocidental. O populismo russo, influenciado a princípio pelas ideias liberais, acabou incorporando em seu interior ideias do anarquismo e marxismo, realizando hibridações e misturas e apelando ao elemento popular-nacional (o camponês) como o principal sujeito. Esse caráter híbrido e de massa do populismo russo é que nos interessa aqui, de forma que podemos pensar vários populismos como fruto desse protagonismo local que reinterpreta tradições ideológicas e organizativas, realizando sínteses inconcebíveis no contexto original de surgimento destas ideologias⁷.

O encontro “entre tradições teóricas e/ou organizativas mundiais com interpretações locais, que passam a formar saberes críticos do capitalismo e a desenvolver práticas de resistência heterogêneas centrados na ideia do Povo-Nação”⁸, gera formas de populismo heterogêneas e complexas, que modificam as ideias e estratégias dessas tradições. O autor está se referindo às insurgências anticapitalistas que emergiram em resposta a um ciclo mundial recente de ofensivas capitalistas, paralelamente a uma crise do Estado (de sua representatividade, legitimidade e autoridade), expressas pelas revoltas das periferias francesas (2005), depois da Grécia (2007-2008), Turquia (2011), Espanha e Chile (2012), Brasil (2013) e México (2014), bem como pelas revoltas camponesas e indígenas no final do século XX e início do XXI (México 1994, Equador 1998-1999, Bolívia 1999-2000 e 2003-2005). “Pontos em comum de todas essas resistências foram a luta contra os efeitos do neoliberalismo, o questionamento do papel do Estado no processo de emancipação social e a busca por formas horizontais de organização”⁹.

De certa forma podemos dizer que a Via Campesina partilha desses pontos em comum e que também realiza uma hibridação entre teorias anticapitalistas e socialistas (principalmente marxistas) com re-interpretações locais. Vieira (2008) faz considerações a

7 FERREIRA, 2016, p. 12

8 Ibid., p. 29

9 Ibid., p. 9

esse respeito:

Os conceitos são construídos e re-significados de forma a autorizar uma determinada prática política, não trazendo, contudo, um resgate de seu conteúdo clássico. Assim, mesmo que Marx tenha considerado o campesinato como um “saco de batatas”, isto é, como um grupo social que não se constitui como classe, ele é invocado no discurso para construir a identidade de classe dos camponeses, uma vez que é considerado um autor legítimo no pensamento de esquerda. De certa maneira, a dinâmica da luta política coloca necessidades, as quais são respondidas com o acionamento de teorias, ainda que estas verdadeiramente não respondam às questões colocadas. A impressão que se tem é de que na ausência ou incipiência da elaboração de uma nova teoria, o marxismo comparece como a teoria autorizada¹⁰.

Certas correntes do marxismo também podem ser observadas na noção de que o Estado teria uma dimensão positiva que precisaria ser recuperada em prol da classe trabalhadora (expressa pela ideia de “tomar o poder estatal” para conduzir de forma centralizada a emancipação dos explorados), ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, podemos identificar a defesa de conceitos difusamente anarquistas como os de autonomia, ação direta, descentralização, entre outros. A máxima do internacionalismo proletário, de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, é reafirmada o tempo todo na medida em que o campesinato dentro da Via Campesina afirma representar a si mesmo nas lutas, sem a intermediação de ONGs, partidos, empresas ou do próprio Estado, e defende a construção, por si, de seus próprios instrumentos de organização, gestão e reprodução da vida, coletivamente e em busca de autonomia. Por outro lado, a escolha pela constante negociação e colaboração com determinados governos, ONGs e organismos multilaterais demonstra que essa união de teorias anticapitalistas com práticas locais de luta são variadas e carregam certa ambiguidade dentro da Via Campesina.

Outra categoria importante presente em nossas indagações iniciais diz respeito à relação estabelecida entre humanidade e natureza. Tanto Bakunin quanto Bookchin demonstram a continuidade existente entre natureza, humanidade e sociedade, de forma que as técnicas de dominação/emancipação e de centralização/descentralização do poder na sociedade refletem-se em técnicas de dominação/emancipação sobre a natureza.

Podemos dizer que a FAO considera a natureza como um recurso natural essencial para as relações de produção, e que por isso deve ser preservada. A lógica da gestão empresarial é projetada sobre o meio ambiente, na medida em que ele é considerado um “capital natural”, que provê “serviços ecossistêmicos” e que por isso deve ser gerido de forma eficiente e racional, sem desperdícios que comprometam as taxas de produtividade. Assim, as

10 VIEIRA, 2008, p. 177

mudanças climáticas são apresentadas como fenômeno derivado de uma má gestão, mas são aceitas como inevitáveis. Portanto, a agroecologia aparece como uma solução *bem equipada* para *mitigar* seus efeitos, favorecendo a *adaptação* e a *resiliência*, contribuindo para o armazenamento de carbono e *aumentando sinergias* que potencializam as relações ecológicas, gerando, por fim, ganhos importantes para a produtividade agrícola.

É possível perceber uma visão utilitarista, mercantil e quantitativista da natureza, que preza pela otimização de recursos, o que por sua vez favorece a reprodução da acumulação de capital. Não são colocadas em questão as relações de produção e de dominação, as hierarquias ou a lógica de acumulação. Da mesma forma que a biodiversidade é considerada um “ativo”, também são “ativos” os conhecimentos dos agricultores. Novamente, Przeworski nos auxilia a compreender essa visão de forma precisa, ainda nos marcos da democracia liberal:

A intervenção do estado na economia deve ser guiada pelos critérios de eficiência, que são muito distintos de um interesse pela justiça. A noção de eficiência é independente de quaisquer considerações de ordem distributiva (...). Assim a política social dos social-democratas consiste, geralmente, em mitigar os efeitos da distribuição dos recursos, guiada pelo critério da eficiência. Esta política não visa transformar o sistema econômico mas sim corrigir os efeitos de sua operação (...) a mitigação não se converte em transformação: de fato, sem transformação o ato de mitigar se perpetua. Os social-democratas encontram-se na mesma situação que Marx atribui a Louis Bonaparte: suas políticas parecem contraditórias, desde que são coagidas a fortalecer a capacidade produtiva do capital e, ao mesmo tempo, contra-atacar seus efeitos¹¹.

Se a FAO está interessada apenas em mitigar os efeitos de práticas ambientalmente nocivas, não vê a necessidade de eliminar o agronegócio, mas sim de aprimorá-lo com base em critérios de eficiência e gerenciamento “racional de recursos”. A partir dessa visão de mundo, de fato não há razão para não colocar a agroecologia ao lado de alternativas igualmente eficientes para a *contenção* de danos ambientais, como o mercado de carbono, a agricultura de conservação, a intensificação ecológica, os transgênicos e as biotecnologias ou a diminuição de insumos. Percebemos com clareza a origem da completa compatibilidade entre a visão de mundo da FAO e a da segunda etapa da Revolução Verde. Na medida que não há conflitos de classe, todas as propostas ditas ecológicas são bem vindas em nome do amortecimento de efeitos ambientais nocivos à sociedade “como um todo”.

Implícita aqui está a tendência apontada por Bookchin, de tratar os problemas ecológicos como socialmente neutros: O problema estaria na tecnologia em si, e não na matriz social da técnica; estaria na ciência em si e não na redução da razão a uma habilidade meios-fins para fins instrumentais; estaria nas ações de uma única humanidade genérica, e não em

11 PRZEWORSKI, 1988, p. 75/76

classes sociais e grupos específicos. Portanto, de acordo com essa visão de mundo, bastariam mudanças tecnológicas, técnicas ou científicas, para que a crise ambiental fosse superada.

A humanidade segue não só separada, mas em posição de domínio sobre a natureza, ao continuar projetando sobre ela as mesmas necessidades de acumulação, que são alheias à lógica de funcionamento dos ciclos naturais. O mercado de carbono é a expressão mais clara dessa concepção, resultado da expectativa de que, ao projetar valor monetário às “externalidades” ambientais, o mercado naturalmente se encarregará de proteger o meio ambiente a partir de seus mecanismos de oferta e de demanda. As propostas de reformas nos mercados para auxiliar a ampliação da escala da agroecologia responde à essa mesma expectativa. Ao invés de mudar a lógica do mercado para que este respeite a dinâmica dos agroecossistemas, são os agroecossistemas que devem espelhar-se na lógica do mercado para que sejam preservados.

Por outro lado, a expectativa de que o Estado – ou sua projeção internacional incorporada pela FAO e demais órgãos das Nações Unidas – mitigará os efeitos nocivos da acumulação reatualiza aquilo que Armando Boito Jr. (1991) chama de ideologia pequeno-burguesa do “culto do Estado protetor”. Tal ideologia pode ser resumida como a “expectativa de que o Estado tome a iniciativa de proteger, independentemente da correlação política de forças vigente num momento dado, os trabalhadores da ação dos capitalistas”¹². Essa ideologia penetra entre os próprios setores populares, que podem identificar-se com o aparelho de Estado burguês, concebendo a política protetora “como resultado da vontade livre e soberana do próprio Estado, e justamente, esperam que o Estado independentemente da luta popular organizada, venha em socorro do povo”¹³. Esse “fetichismo de Estado” seria um estatismo de conteúdo reformista, e está presente na ideia de que somente faltariam aos governos e empresas tomar consciência dos malefícios que estão causando, para que modifiquem sua orientação política. Tal ideologia resulta em uma secundarização de formas de auto-organização populares e autônomas. Mais do que isso, as formas de organização social e de poder centralizadoras e hierárquicas/verticalizadas são consideradas não apenas naturais, mas desejáveis e imprescindíveis para o bem estar geral.

Já para a Via Campesina, o significado atribuído ao meio ambiente pelo campesinato transcende em muito a noção de “recurso natural”. Trata-se de uma relação de respeito e de identificação profunda e de reverência à “Mãe Terra”, baseada nos princípios de

12 BOITO JÚNIOR, 1991, p. 70

13 Ibid., p. 70

reciprocidade, solidariedade, e coletividade, que regem o trabalho no campo. Por isso a agroecologia é defendida como “um modelo de vida”, em contraposição ao “modelo de morte” representado pelo agronegócio. Assim, a conciliação entre todas as distintas propostas ecológicas é considerada simplesmente impossível, pois além de representarem interesses de classe antagônicos entre si, correspondem à diferentes lógicas de relacionamento com a natureza. A sua visão de mundo leva a Via Campesina a considerar que as bases desse relacionamento devem ser transformadas, e que, por isso, somente mudanças estruturais e profundas poderiam conter as mudanças climáticas. É nesse sentido que a Via Campesina afirma em seus documentos que a agroecologia é uma forma de reconectar seres humanos e natureza ao favorecer a integração aos ciclos naturais a partir da construção de outras relações sociais e de outras necessidades, diferentes daquelas da sociedade capitalista. Já as soluções da economia verde são consideradas “falsas”, justamente por não tocarem a estrutura do modelo de dependência, exploração e concentração de recursos.

Diferente da ideologia abstrata do “culto do Estado protetor”, o campesinato organizado sob a Via Campesina percebe concretamente, a partir da sua própria experiência, o posicionamento estatal enquanto aliado das elites. Mesmo a mudança de perspectiva em relação aos governos progressistas, citada anteriormente, é derivada de sua experiência histórica e concreta. O princípio da autonomia, constantemente reafirmado nos documentos, pode ser percebido também enquanto constatação de uma tradição camponesa pautada pela necessidade concreta:

Jan Dowe van der Ploeg (2008) ha formulado una proposición teórica sobre el campesinado en la actualidad. En vez de definir “campesino,” ha elegido definir lo que él llama la “condición campesina” o el “principio campesino,” caracterizado por una lucha constante para construir su autonomía: “Es fundamental para la condición campesina la lucha por la autonomía que se lleva a cabo en un contexto caracterizado por relaciones de dependencia, marginalización y privación. Busca y materializa como la creación y desarrollo de una base de recursos autocontrolada y autogestionada, que a su vez permite a aquellas formas de coproducción del hombre y naturaleza viva que interactúan con el mercado, permite la supervivencia y perspectivas y *feedback* y fortalece la base del recurso, mejora el proceso de coproducción, aumenta la autonomía y por ende reduce la dependencia” (van der Ploeg 2008:23)¹⁴.

Ou seja, mais do que uma posição idealista, a autonomia camponesa é construída cotidianamente enquanto condição de permanência no campo contra as forças do agronegócio. A agroecologia é ferramenta que potencializa essa autonomia, na medida em que ajuda a manter os territórios camponeses sob controle comunitário, e não subjugados por

14 ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2013, p. 7

relações de produção de dependência e exploração verticalizadas. Igualmente, a potência da organização autônoma é demonstrada na prática na comparação entre a efetividade da ampliação da escala da agroecologia via CaC ou via programas de extensão rural estatais:

Mientras la investigación y extensión convencional de tipo vertical han mostrado su incapacidad para alcanzar una adopción amplia de prácticas agroecológicas, los movimientos sociales y las metodologías socialmente dinamizadoras parecen ofrecer ventajas significativas (Rosset et al. 2011). Los movimientos sociales incorporan grandes números de personas – en este caso grandes números de familias campesinas - en procesos autogestionados que pueden aumentar dramáticamente la tasa de innovación, la expansión y la adopción de innovaciones. (...) Los métodos en donde los extensionistas o agrónomos son los actores principales (sujetos activos) y los campesinos son pasivos, están en el mejor de los casos, limitado al número de familias campesinas que un técnico puede atender, porque no hay, o existe poca dinámica autocatalizada entre los propios campesinos para llevar los cambios mucho más allá del último técnico. Por ende, estos proyectos finalmente son limitados por el presupuesto, es decir; por cuantos técnicos puedan ser contratados. Muchos proyectos de ONGs de desarrollo rural enfrentan problemas similares. Cuando el ciclo de fondos del proyecto llega a su fin, virtualmente todo se revierte a al mismo estado en que se encontraba antes de iniciar el proyecto, con poco efecto duradero (Rosset et al. 2011)¹⁵.

Tudo isso leva a uma convicção na capacidade auto-organizativa e popular, e na busca ativa por formas de descentralização do poder e pela emancipação por parte do campesinato organizado – ainda que esta coexista, de forma ambígua, com a opção política pela disputa por instrumentos normativos no âmbito do Estado e de organismos como a FAO.

Dito tudo isso, podemos compreender com mais clareza as diferenças fundamentais presentes nas concepções de agroecologia de cada uma dessas organizações. Uma vez que a Via Campesina considera o capitalismo como origem da Revolução Verde e das diversas crises dela decorrentes, preconiza uma transformação radical da sociedade para a construção de novas relações sociais e novas forças produtivas da natureza e do trabalho humano, em que não haja propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, e sem qualquer forma de opressão e exploração. De acordo com sua ideologia, a agroecologia é sinônimo de uma ferramenta que, aliada à reforma agrária integral e à soberania alimentar, deve levar à transformação revolucionária da sociedade.

Tal ferramenta estabelece ligação umbilical com a classe dominada, aqui centrada na ideia de povo e principalmente de campesinato. A agroecologia é também considerada sinônimo de agricultura camponesa, portanto uma ferramenta não só de luta, mas também de produção e de reprodução de um modo de vida, elemento endógeno, criado e mantido pela classe camponesa e colocada à serviço da humanidade. Aqui a dimensão social da agroecologia relaciona-se com a construção da autonomia e com a territorialização do

15 Ibid., p. 10

campesinato em contraposição à territorialização do agronegócio, através da construção de relações sociais baseadas na cooperação, na reciprocidade e na solidariedade, tal como descrito na sua relação com a natureza.

De forma distinta, a FAO, em sintonia com o grau de transformação almejado e com seu conteúdo ideológico, caracteriza a agroecologia como um meio de desenvolvimento agrícola destinado a reformar o sistema agroalimentar vigente, que constrói sistemas alimentares alternativos ao mesmo tempo em que mitiga os defeitos do sistema alimentar hegemônico. Dentro dos marcos da democracia liberal, a agroecologia é uma ferramenta de redução da desigualdade, equilíbrio de relações de poder, geração de emprego e de renda, melhoria da educação rural e da nutrição/saúde, e desenvolvimento rural. A agroecologia é uma solução “ganha-ganha”: aumenta a produtividade agrícola, ao mesmo tempo em que preserva recursos naturais, reduz a contaminação ambiental, e fortalece as redes de seguridade social – preenchendo assim, as principais lacunas da Revolução Verde clássica.

Como na visão da FAO não existem antagonismos de classe, tal solução é pretensamente desenvolvida por e para toda a sociedade, não sendo associada a nenhum setor em particular. Há apenas a indicação de que os agricultores familiares mais vulneráveis podem tirar mais benefícios de sua adoção, uma vez que, através dela, poderiam conseguir a ascensão social, mudança de *status* e agregação de valor a seus produtos. Mesmo assim, tanto pequenos quanto grandes produtores podem e devem adotá-la, principalmente por seus benefícios ambientais e nutricionais, que afetam produtores e consumidores de maneira geral. Por não associar-se a nenhuma classe específica, a agroecologia aparece como produto da neutralidade científica expressa pela união genérica entre agronomia e ecologia, fonte, inclusive, de sua legitimidade e autoridade. Tal ciência não deixa, de todo modo, de se beneficiar dos importantes “*insights*” dos agricultores que a praticam em seus lotes.

Aqui, percebemos uma diferença aparentemente sutil, mas fundamental. Enquanto para a Via Campesina a agroecologia é essencialmente formada pelo conhecimento camponês, que pode e deve beneficiar-se de conhecimento científico aliado, para a FAO a agroecologia é um conhecimento científico, que pode e deve se beneficiar do conhecimento camponês.

Isso se desdobra na diferença de ênfase em relação à disseminação da agroecologia. Enquanto para a Via Campesina os movimentos autônomos de disseminação de camponês a camponês são o instrumento central, para a FAO a extensão rural estatal ou privada, baseada em metodologias participativas é central. Se as duas organizações falam de “métodos

horizontais” e de “diálogo de saberes”, o sentido de sua aplicação se inverte. Enquanto a FAO destaca que, por ser intensiva em conhecimentos, a agroecologia necessita de técnicos especializados para ajudar a capacitar os agricultores em seus lotes (ainda que precisem considerar o conhecimento dos agricultores como um “ativo” que deve ser melhor explorado para disseminação de boas práticas agrícolas); a Via destaca que os técnicos precisam valorizar em pé de igualdade as formas de organizações camponesas e potencializar seus processos autônomos de construção do conhecimento, tornando-se eles mesmos engajados na luta popular mais ampla.

A mesma inversão de ênfase está presente no desenho de propostas de políticas públicas. Para a FAO, as políticas de agroecologia devem conciliar os interesses de “todas as partes interessadas” de forma participativa, tornando-se assim, mais legítimas e melhor gerenciadas. Para a Via Campesina, o campesinato deve participar de todo o processo, desde a elaboração, implementação e gestão das políticas públicas em seus territórios. As duas organizações falam em um processo de construção “de baixo para cima”, mas novamente com ênfases invertidas. Em um caso, o campesinato *participa* das propostas elaboradas *pelo Estado e outras partes interessadas*, em benefício de *todos*. Em outro caso, o campesinato *elabora e apresenta* suas próprias propostas ao Estado, de políticas pensadas *por e para o campesinato/povo em geral*.

Daí também resulta que, para a FAO, o Estado e os organismos multilaterais são fundamentais e devem *liderar* o caminho da disseminação da agroecologia; enquanto que para a Via Campesina, os camponeses é que devem liderar esse caminho, enquanto o Estado e os organismos multilaterais devem ser pressionados de baixo para cima para que favoreçam a agroecologia e a soberania alimentar em prol do campesinato e de todo o povo.

Outra diferença de ênfase se observa na questão das mulheres, que é defendida como pauta essencial das duas organizações. Se para a Via Campesina as mulheres são centrais devido a seu papel ativo nas lutas e no campo, além de guardiãs de sementes camponesas essenciais para a soberania alimentar, para a FAO as mulheres são centrais devido a seu papel como produtoras primárias e cuidadoras primárias das crianças, o que favoreceria o direito à alimentação para todos. Se para a Via Campesina a *violência patriarcal* é derivada das demais formas de exploração capitalistas e deve ser combatida em todas os níveis enquanto tal, para a FAO a *desigualdade de gênero* deve ser combatida através da valorização das mulheres como detentoras de saberes que gerenciam a natureza e a fertilidade.

Por fim, as duas organizações defendem que a agroecologia depende de que todos tenham acesso a recursos naturais e produtivos, como sementes, biodiversidade, terra, águas, conhecimento. Mas enquanto a Via Campesina defende essa distribuição nos marcos da reforma agrária integral e da soberania alimentar, sob *controle autônomo* das comunidades camponesas, a FAO defende de forma vaga políticas que melhorem a *governança* e a posse da terra, considerando, porém, que não se deve deixar todo o “peso” da gestão dos recursos naturais nas costas dos agricultores, que podem e devem compartilhá-la com o Estado e organizações não-governamentais.

4.2 Conclusões: a disputa pela agroecologia como processo dialético e contraditório

Muitas outras considerações poderiam ser feitas a partir da comparação entre os documentos dessas organizações. Porém, acreditamos que o ponto principal de nossa argumentação já ficou claro. Buscamos complexificar a leitura sobre as possibilidades de diferenciação da agroecologia, demonstrando que a distinção fundamental entre seus “tipos” reside nos campos da diferenciação de classe, da ideologia, da organização social e da relação estabelecida entre humanidade, sociedade e natureza.

Escolhemos analisar o discurso da FAO, e não do Banco Mundial, por exemplo, justamente porque o “senso comum” agroecológico frequentemente entende a FAO como alinhada com a Via Campesina, na medida em que ambas teriam um caráter “progressista”, em prol dos elos menos favorecidos das cadeias agroalimentares, e seriam críticas à hegemonia do agronegócio e da Revolução Verde clássica. Diferente do Banco Mundial (que é acusado pela Via Campesina de “cooptar” descaradamente a agroecologia), a FAO, apesar de receber críticas, ainda é considerada uma aliada em potencial, receptiva às propostas do campesinato e defensora de uma “dimensão social e política” para a agroecologia, que a diferenciaria de proposições meramente “tecnicistas” e “despolitizadas”.

Tudo isso é verdade, mas ao retomarmos a lista¹⁶ daquilo que a Via Campesina defende e o que rechaça como agroecologia, veremos que grande parte do que rechaça é exatamente o que a FAO está propondo como agroecologia.

16 Nas pgs. 109-111 da presente dissertação.

Entretanto, é preciso destacar que, como não conseguimos fazer a análise das práticas da Via Campesina e da FAO, nossas afirmações sobre suas diferenças precisariam ser aprofundadas em pesquisas futuras. Podemos imaginar, por exemplo, que se no plano discursivo a agroecologia da FAO se apresenta como liberal, de inspiração democrata e reformista e a agroecologia da Via Campesina se apresenta como emancipatória, de inspiração anticapitalista e socialista, é possível (e aliás, muito provável) que, na prática, a agroecologia da FAO se alinhe mais à uma perspectiva neoliberal, enquanto que, na prática, a agroecologia da Via Campesina se alinhe mais à uma perspectiva reformista e social-democrata. Mas isso, somente uma outra investigação poderá nos dizer com precisão. O que importa, por ora, é entendermos que essas organizações estão construindo *discursos* sobre a agroecologia que são, no limite, antagônicos entre si.

Porém, o fato é que a realidade é complexa e contraditória, e se o antagonismo está presente no âmbito discursivo, ele não se apresenta de forma tão acentuada na relação existente entre as duas organizações. Observamos que a Via Campesina alimenta as concepções da FAO sobre agroecologia, estando presente em todos os seus fóruns, simpósios e mesas de negociação, assim como a FAO influencia diretamente a agenda política da Via Campesina e de seus movimentos. É de se notar, pelos documentos da Via, que há uma ambiguidade grande na relação que o movimento estabelece com o Estado e com organismos multilaterais, e que a tática de negociação permanente e disputa por instrumentos normativos acaba legitimando a apropriação do conceito de agroecologia por essas instituições – afinal, a Via Campesina justamente exerce pressão para que elas incorporem a agroecologia às suas agendas políticas. Os termos que ambas as organizações utilizam são muito similares, e hoje, tanto a FAO quanto a Via Campesina, reconhecem que a agroecologia seria representada pela união entre “ciência, movimento e prática”. Mas como pudemos perceber, elas geram ciências, movimentos e práticas que indicam caminhos distintos em relação à transformação social e ambiental.

Como observado no tópico sobre sua história, o conceito de agroecologia foi disputado desde suas origens. O que a construção divergente entre FAO e Via Campesina demonstram, é que essa disputa segue presente, mas não necessariamente se dá a partir de confrontos diretos ou de cooptações deliberadas, mas de uma retroalimentação dialética e contraditória, movida por visões de mundo ao mesmo tempo diferentes e complementares.

Para além de nos ajudar a refletir sobre as possibilidades de superação da separação entre natureza e humanidade, a concepção de natureza de Bakunin descrita em nossos pressupostos teóricos é também a base da crítica ao centralismo, expresso pelo materialismo sociológico da teoria anarquista¹⁷.

A crítica do centralismo não se resume à política; ela expressa uma nova ontologia social, pois o que se critica é, de um lado, o conceito de um “centro” na natureza, de uma ordem real que deriva de um conceito; e, de outro lado, a ideia de uma causa primeira, de uma pré-determinação. E é essa a raiz da verdadeira e radical diferença entre o materialismo de Bakunin e do coletivismo *versus* a concepção de Marx e Engels que, considerando a economia como determinante em última instância, expressa a ideia de que na natureza existe uma pré-determinação que leva à necessidade de um centro organizador. Ao contrário do materialismo histórico, o conceito de natureza no materialismo sociológico não é a produção, mas sim ação e transformação¹⁸.

A negação da ideia de um centro possibilita um método de pesquisa e de análise que Bakunin e Proudhon denominavam “de baixo para cima”, que parte do pressuposto de que o geral é produzido pela ação-reação de causas particulares, não existindo de fato nenhuma causa primeira, absoluta ou pura na análise de fenômenos sociais. Da mesma forma, as transformações sociais não apontariam para um desenvolvimento progressivo e cumulativo, mas estariam o tempo todo sujeitas a avanços ou retrocessos.

Para compreender a realidade social, esses pensadores se utilizavam de categorias dialéticas, como a dialética natureza/sociedade; a dialética autoridade/liberdade; a dialética dominação/resistência e resistência/colaboração; a dialética centralização/descentralização, a dialética pensamento/ação, entre outras que, em constante tensionamento, apontam para o movimento real das sociedades e da história como um processo de permanente transformação.

Assim, a dominação é o tempo todo confrontada por movimentos de resistência, e a resistência confrontada pela dominação. Da mesma forma, a resistência frente à dominação é também tensionada pela colaboração com ela, e vice-versa. O pensamento é o tempo todo confrontado pela ação, e a ação é confrontada pelo pensamento; a natureza é confrontada pela sociedade e a sociedade é confrontada pela natureza; a autoridade é confrontada pela liberdade, e a liberdade é confrontada pela autoridade, e assim por diante. Esse paradigma, centrado na luta e tensão entre pares dialéticos, permite uma ruptura com a história centrada no Estado (entendido como fenômeno inevitável e necessário da história humana), para conceber as diferentes formas de organização social (entre elas, o próprio Estado) como

17 Para um maior aprofundamento sobre o materialismo sociológico, ver SILVA, 2014 e FERREIRA, 2010 e 2016.

18 FERREIRA, 2016, p. 58-59

impermanentes e mutáveis através de eternos tensionamentos e dinâmicas de retroalimentação.

A dialética política entre autoridade e liberdade (entre centralização e descentralização, dominação e resistência) permite uma análise da história em que não existem regimes políticos “puros”, nem progressos absolutos, mas sim um permanente processo de luta entre autoridade e liberdade, centralização e descentralização, sendo as formas de governo o resultado de alguma transação ou equilíbrio prático determinado pela luta de classes¹⁹.

Ao fazer isso, é possível apreender com mais facilidade a complexidade do real, libertando-se de teses dogmáticas construídas *à priori*, e que projetam na realidade os anseios de uma resolução consoladora e apologética²⁰, pois, segundo essa perspectiva, não há no horizonte um ponto de chegada final das lutas sociais ou das sociedades humanas, mas sim, um cíclico, dinâmico e infundável processo de transformação.

A seguir faremos um exercício teórico, buscando compreender a relação entre os dois “tipos” de agroecologia observados em nossa análise, a partir do processo de luta entre autoridade e liberdade derivada de saberes dominantes e subalternos na construção do conhecimento. Ferreira (2016) faz um resgate histórico da construção dos diversos paradigmas científicos que permearam as ciências sociais, demonstrando que

devemos romper com a visão da história da ciência tal como concebida pela teoria da modernização científica, que a escreve como epopeia da evolução e aperfeiçoamento da técnica. A história do conhecimento não pode ser senão a história da guerra dos saberes e de sua economia (...). Ou seja, a ciência não produz a verdade e elimina o erro; a verdade é uma “relação” que se impõe aos objetos e sujeitos por meio de condições complexas e não uma realidade exterior apreendida e interiorizada²¹.

Com isso, ele quer dizer que a constituição de paradigmas e sua aplicação ou validade para a construção de problemas diz respeito, não somente a uma cientificidade intrínseca à sua superioridade para solucionar as preocupações de uma época, mas à questões políticas e sociais que conformam determinado contexto histórico, e que resultam na adoção ou descarte de certas visões de mundo em detrimento de outras.

(...) como um todo, as concepções de natureza outrora correntes não eram nem menos científicas, nem menos o produto da idiossincrasia do que as atualmente em voga. Se essas crenças obsoletas devem ser chamadas de mitos, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e mantidos pelas mesmas razões que hoje conduzem ao conhecimento científico. Se, por outro lado, elas devem ser chamadas de ciências, então a ciência inclui conjuntos de crenças totalmente incompatíveis com as que hoje mantemos²².

19 Ibid., p. 65

20 GURVITCH, 1987

21 FERREIRA, 2016, P. 50

22 KUHN, 1997, p. 21 *apud* FERREIRA, 2016 p. 51

Essa depuração científica está intimamente relacionada, segundo Ferreira (2016), com o fato de que “a detenção da ‘verdade’ é um instrumento de autoridade, interna ao campo científico e externa a ele. Assim, a exclusão dos paradigmas não é apenas um atraso ou adiantamento do progresso científico, mas uma ação de exclusão-repressão de visões alternativas e de problemas alternativos”²³. Desse modo, a história da ciência pode ser entendida como a constituição de uma série de saberes dominantes, que se estabelecem em detrimento de uma série de saberes subalternos. Thomas Kuhn (1998) já nos dizia que as revoluções científicas sofrem resistência de parte da comunidade que sustenta os paradigmas dominantes. Para Ferreira (2016),

as revoluções científicas não são apenas revoluções tecnológicas; elas podem ser também insurreições/revoluções sociais, no sentido que saberes subalternos se transformam em saberes insurgentes, negando os saberes e poderes científicos dos paradigmas dominantes para libertar novas formas de visão de mundo e projetos de sociedade e ciência. O saber insurgente assim é também um fator de revolução científica²⁴.

Por outro lado, um saber insurgente pode tornar-se um saber dominante na medida em que ganhe o *status* de autoridade para detenção da “verdade”, até que outro saber subalterno se insurja e concorra com ele para tomar seu lugar, em uma constante dialética entre autoridade/liberdade, em um contínuo movimento de ação e reação.

Um exemplo desse movimento é o da economia política, que surge originalmente no seio do pensamento liberal como um saber subalterno/insurgente de crítica à concepção mercantilista e de combate ao Estado absolutista. Com as revoluções liberais, há uma institucionalização do liberalismo, e a economia política se transforma em um saber dominante de Estado, que alimentava uma prática governamental assentada sobre a política econômica liberal. Em um outro momento, porém, a economia política é apropriada pelo movimento operário, dando origem a teorias como as de Proudhon e de Marx, que transformam, cada uma à sua maneira, a economia política novamente em um saber insurgente a partir da crítica ao paradigma liberal estabelecido.

Assim, no século XIX, observa-se a coexistência entre uma economia política liberal e anti-mercantilista, incorporada em uma prática governamental, e uma economia política anti-liberal e socialista, incorporada pelos movimentos revolucionários. Por sua vez, a economia política marxista torna-se um saber hegemônico em determinados sistemas cognitivos, como

23 FERREIRA, 2016, p. 51

24 Ibid., p. 51

quando, a partir da revolução russa, se institucionaliza e torna-se um saber dominante na União Soviética, mas segue sendo um saber subalterno em outros contextos. Ou seja, essa trajetória não é linear, trata-se de um processo dialético e contraditório, determinado não por características científicas intrínsecas a determinado tipo de saber, mas pela sua constante transformação derivada de processos sociais e políticos mais amplos.

Podemos pensar que a agroecologia também responde a um movimento similar. Em seus primórdios, nos anos 1930 nos contextos Europeu e norte-americano, a “agroecologia” surge como um saber subalterno. Ainda que legitimada pelo *status* científico da agronomia e da ecologia, tratava-se de um conhecimento marginal em relação à ciência agrícola hegemônica que se estabeleceu junto ao reinado da Revolução Verde.

(...) os paradigmas e escolas da “ciência normal” tendem a reprimir o desenvolvimento de novas teses e problemas. Como a ciência se desenvolve na interação saber-poder, essa repressão não é nunca meramente cognitiva ou por razões internas ao campo científico, mas também essencialmente política. (...) podemos considerar também que os paradigmas alternativos representam não somente acumulação, mas a oposição, o dissenso e a existência de vias alternativas de prática científica²⁵.

Mesmo nos centros da economia capitalista e dentro do meio acadêmico, o saber agroecológico tornou-se insurgente no momento em que denunciou a irracionalidade do paradigma produtivista e auto-destrutivo da Revolução Verde, apontando para outras possibilidades de desenvolvimento agrícola, ainda que nos marcos do regime capitalista.

Outra vertente da agroecologia foi beber dos saberes ainda mais subalternizados dos camponeses das periferias do capitalismo, que não tinham sequer o *status* de ciência e eram desprezados como mera superstição (essa supressão dos saberes camponeses, aliás, correspondeu à ação de mecanismos de dominação que negaram a sua legitimidade). Nesse contexto, a agroecologia reveste-se da autoridade da ciência, arrogando-se o papel de legitimar paradigmas representados pelas variadas formas de agricultura camponesa.

Porém, ao ser incorporada por movimentos sociais de resistência ao paradigma dominante da Revolução Verde, a agroecologia sofreu transformações determinantes, assumindo de maneira mais contundente características de um saber insurgente que questionava a própria sociedade por detrás do saber-poder agrícola hegemônico.

Paralelamente, para legitimar-se, o saber agroecológico tanto do centro quanto da periferia forçou a entrada em laboratórios, congressos, governos, buscando autoridade junto às estruturas e instituições dominantes, ao mesmo tempo em que apontava para a libertação de

25 Ibid., p. 52

outras formas de visão de mundo, projetos de sociedade e de ciência. Uma nova transformação acontece quando o sistema interestatal incorpora este saber subalterno junto ao saber dominante, com a condição de que aquele se adaptasse às estruturas de poder estabelecidas, assumindo um conteúdo liberal, democrata e de inspiração reformista, que respondesse aos novos anseios do capitalismo e da segunda etapa da Revolução Verde.

Porém, um dos “efeitos colaterais” dessa conformação foi, do lado dos movimentos sociais, uma politização ainda maior da definição do conceito de agroecologia, e um questionamento cada vez mais profundo dos saberes-poderes dominantes, assimilando, ao menos em parte, um conteúdo anticapitalista e emancipatório, de inspiração socialista.

Na análise sobre o saber-poder, Gurvitch (1969) fala sobre os gêneros e formas de conhecimento, que encontram-se em diferentes posições de poder a partir de articulações hierárquicas entre si.

Podemos adicionar aqui uma outra forma de tensão interna do conhecimento, que diz respeito à sua posição nas hierarquias parciais e globais dos sistemas cognitivos, bem como na estrutura social global: a forma hegemônica-dominante-central x forma subalterno-periférica-insurgente deste saber²⁶.

Podemos dizer, a partir dos casos analisados, que hoje observamos a coexistência entre um saber agroecológico que tende a assumir uma forma hegemônica-dominante-central, alinhada à segunda etapa da Revolução Verde e aos centros de poder, construída a partir de uma política econômica liberal como prática governamental; e um saber agroecológico em sua forma subalterna-periférica-insurgente, alinhada às periferias do poder, construída a partir de práticas emancipatórias que buscam autonomia e territorialização do campesinato.

Certamente a coexistência identificada aqui não se esgota na dualidade FAO x Via Campesina. Encontraremos exemplos de agroecologia ainda mais conservadores ou reacionários do que as proposições da FAO, bem como propostas de agroecologia mais emancipatórias e antissistêmicas do que a proposta pela Via Campesina. A presente pesquisa abre uma seara que pode ser percorrida e alargada por futuras investigações que se dediquem à análise de outras organizações, instituições e movimentos.

Ainda assim, acreditamos que nessa pesquisa foi possível demonstrar que as diferenciações internas ao campo agroecológico vão muito além das formas assumidas enquanto prática, ciência ou movimento social. Afinal, um movimento social agroecológico pode tanto apontar, nos termos de Bookchin, para a construção de um pensamento e de um

26 FERREIRA, 2016, p. 52

mundo des-hierarquizados, quanto servir para legitimar ou mesmo conservar os *status quo* (ainda que proponha vias alternativas de desenvolvimento agrícola, dentro dos marcos do capitalismo). Assim também acontece com as práticas e com as ciências/saberes.

Desse modo, as indagações iniciais sobre a função da agroecologia como emancipatória ou como uma aliada do desenvolvimento sustentável e do multiculturalismo neoliberal recebem como resposta que ambas as funções são observáveis na realidade, de acordo com os atores e classes sociais que a estejam construindo e, mais ainda, que ambas as funções se excluem mas ao mesmo tempo se reforçam mutuamente a partir da constante dialética entre autoridade e liberdade. Portanto, esperamos ter contribuído para demonstrar a potência analítica da teoria anarquista e da Ecologia Social enquanto método interdisciplinar para a análise da agroecologia, uma vez que enfatizam a questão social e as relações de poder e de dominação como elementos fundamentais e constituintes da questão ambiental e da relação estabelecida entre humanidade, sociedade e natureza.

Apesar de não termos conseguido realizar uma análise propriamente multiescalar, esperamos que essa dissertação tenha contribuído também para lançar luz sobre a dimensão social da agroecologia, demonstrando empiricamente exemplos de duas de suas principais vertentes. Acreditamos que a análise internacional realizada aqui poderá contribuir para que as pesquisas sobre o contexto brasileiro ou sobre experiências locais tenha um referencial mais amplo para se ancorar.

Nesse sentido, indicamos que seria interessante, em futuros trabalhos, ampliar a análise crítica sobre a disseminação da agroecologia no Brasil e na América Latina. Constatamos que, apesar das ONGs terem tido importante papel para a disseminação da agroecologia no continente latino-americano, na mesma época acontecia a disseminação da agroecologia via CaC, algo que não havíamos nos atentado no levantamento bibliográfico preliminar. Isso ameniza a impressão de que as ONGs teriam determinado o caráter do processo de “politização” da agroecologia na América Latina. Entretanto, ao retomar alguns materiais do CLADES, percebemos que de fato seu discurso é bastante similar ao discurso construído pela FAO, o que reforça a percepção de que a perspectiva hegemônica-dominante-central, de viés democrata e liberal de fato estivesse presente na abordagem das ONGs latinoamericanas. Ao mesmo tempo, sabemos que o próprio CaC recebeu apoio, em diversos contextos, de ONGs de desenvolvimento. Assim, a análise dessa complexa relação entre ONGs e movimentos camponeses/agroecológicos precisará ser mais detidamente examinada.

Outra possibilidade interessante de pesquisa futura é a análise sobre entidades científicas de caráter internacional (como SOCLA, ISEC ou CIRAD), que infelizmente tivemos de eliminar do nosso trabalho. Esse recorte representou uma escolha motivada tão somente por limitações de tempo, pois compreendemos que tais entidades foram e são absolutamente essenciais para a disseminação da agroecologia em todo o mundo. O papel dos acadêmicos para a construção do conhecimento agroecológico também encontra suas contradições internas, carregando um conteúdo político que não pode ser ignorado.

Por fim, gostaríamos de pontuar que, recentemente, surgiu um esforço pela consolidação daquilo que alguns autores chamam de “agroecologia política”. O periódico “Agroecología” da Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia (SOCLA) lançou em 2011 um volume especialmente dedicado a esse tema (Vol. 6), e em seu Vol. 8-2 (2013) alguns artigos reafirmam sua necessidade.

Apesar de considerarmos esse esforço interessante, percebemos na maior parte dos artigos lidos que o entendimento de “política” resume-se à necessidade de agroecólogos capacitarem-se para realizar intervenção e proposição de políticas públicas, marcos institucionais regulatórios e estatais. Há uma flagrante confusão da “política” com uma de suas expressões bastante específicas: a política centrada no Estado e, muitas vezes, identificada com os pressupostos democráticos/liberais sobre os quais acabamos de realizar uma análise crítica. Essa confusão, no entanto, não é exclusividade da agroecologia. Está presente nos marcos da ciência política, da antropologia política e da sociologia política, e apenas demonstram que há um paradigma hegemônico nas ciências sociais apoiado em uma ontologia baseada no Centralismo, na ideia de Ordem e de Absoluto e que encontra suas origens no contexto de nascimento do conhecimento científico, como detalhadamente demonstrado por Ferreira (2016). Por hora, nos limitamos a concordar que

(...) como indica Proudhon, a ciência exige a insurreição do pensamento, ou seja, o contraponto da autoridade que engessa o saber pela liberdade da crítica. A relação entre saber-poder tem sido sistematicamente problematizada nas últimas décadas (GURVITCH, 1969; FOUCAULT, 2000; 2003; 2008; 2009), mas pouco se reflete sobre como a integração do saber nas estruturas de poder tende a comprometer a propriedade da cientificidade, de forma que a ciência progressivamente legitima-se mais pelo poder da autoridade do que pela autoridade do saber, o que implica um progressivo e radical descolamento dos planos reais e concretos. A insurreição do pensamento é assim um ato de ruptura com o poder e busca pela ciência, que longe de adquirir sua cientificidade da neutralidade, produz essa cientificidade pela sua relação de antagonismo/engajamento ou não nas estruturas de poder e regimes de verdade que esta estrutura impõe ou invisibiliza, e com os planos do real e do vivido que apreende e no qual se institui²⁷.

27 FERREIRA, 2016, p. 37

Como vimos, as formas políticas assumidas pela agroecologia encontradas na realidade transcendem em muito a organização estatal. Assim, seria um contrasenso reduzir a análise da “agroecologia política” à mera reprodução dogmática do saber integrado às estruturas de poder hegemônicas, inclusive sob o risco de comprometer a própria cientificidade do trabalho. Como demonstramos nessa dissertação, o caráter subalterno do saber agroecológico encontra sua forma mais radicalizada e insurgente justamente quando desafia as formas de poder centralizadoras e hierárquicas, e a análise científica deve ser capaz de abarcar e de potencializar esse movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri, Mapeamentos, identidades e territórios. IN Acselrad, Henri. *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2010.

ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Víctor. La revolución agroecológica en América Latina. Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO <http://biblioteca.clacso.edu.ar>, v. 163, 2011.

ALTIERI, Miguel. Breve reseña sobre los orígenes y evolución de la Agroecología en América Latina. *Revista Agroecología*, n. 10, 2015.

BAKUNIN, Mikhail. Considerações Filosóficas sobre o Fantasma divino, o mundo real e o homem. In: FERREIRA, A. C.; TONIATTI, T. B. (orgs.). *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Editora Alternativa, 2014.

BALÉE, William. O programa de pesquisa da Ecologia Histórica. *Cadernos do Lepaarq*. Vol. XIV, nº28. 2017

BALÉE, William. “O povo da capoeira velha: caçadores-coletores das terras baixas da América do Sul”. IN: C. PAVAN (coord.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia* (vol. 1). São Paulo: Memorial, 1996.

BENSADON, Ligia Scarpa et al. *Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia*. Artigo, 2017.

BENSAÏD, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e os direitos dos pobres. In. MARX, Karl. *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017 [1982]

BLAUSTEIN, Richard J. *The Green Revolution Arrives in Africa*. BioScience, vol. 58, n. 1, Jan. 2008

BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Editora Hucitec, 1991.

BONNEUIL, Christophe. et al. *Outra forma de inovar? A pesquisa ante o surgimento e um novo regime de produção e regulamentação do conhecimento em genética vegetal*. In: ZANONI, M.; FERMENT, G. *Transgênicos para quem? Agricultura, ciência, sociedade*. Brasília: MDA, 2011.

BOOKCHIN, Murray. *Ecología de la libertad: el surgimiento y disolución de la jerarquía*. Noosa y Jara Editores, 1999.

BOOKCHIN, Murray. *Ecologia Social e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010

VIEIRA, Flávia B. *Dos Proletários Unidos à Globalização da Esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 220 f. Tese (doutorado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CECCON, Eliane. *La Revolución Verde: tragedia em dos actos*. *Ciencias 91*, 2008

COMPOSTO, Claudia.; NAVARRO, Mina. L. Claves de lectura para comprender el despojo y las luchas por bienes comunes naturales en America Latina. In: _____. *Territorios em disputa. Despojo capitalista, luchas em defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para America Latina*. Mexico-DF: Bajo Tierra Ed., 2014.

COUTINHO, Joana A. *ONGs e políticas neoliberais no Brasil*. Editora UFSC, 2011.

DE SHUTTER, Olivier. Informe del Relator Especial sobre el derecho a la alimentación: *La agroindustria y el derecho a la alimentación* (A/HRC/13/33). Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas. 13º período de sesiones. Dez/2009.

DE SHUTTER, Olivier. *Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada*. (A/HRC/16/49). Relatório do Relator Especial da ONU para Direito à Alimentação. Conselho de Direitos Humanos, 16ª sessão. Dez/2010. In. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). Brasília, DF: MDS, 2012.

DE SHUTTER, Olivier. *Final report: The transformative potential of the right to food*. Report of the Special Rapporteur on the right to food, Olivier De Schutter (A/HRC/25/57). Human Rights Council, 25th session. United Nations. Jan/2014.

ETC Group. *¿Quién nos alimentará? ¿La red campesina alimentaria o la cadena agroindustrial?* ETC Group, 2017. Disponível em: <http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/etc-quien-nos-alimentara-2017-es.pdf>. Acesso em: 23/07/2018.

FAO. *Final Report for the International Symposium on Agroecology for Food Security and Nutrition – Rome, Italy - Set/2014*. Roma, Itália, 2015.

FAO. *Final Report: Regional Meeting on Agroecology in Latin America and the Caribbean – Brasilia/Brazil - Jun/2015*. Roma, Itália, 2016a.

FAO. *Summary for Decision-Makers – FAO Regional Symposia on Agroecology*. Roma, Itália, 2016b.

FAO. *Catalysing Dialogue and Cooperation to Scale Up Agroecology: outcomes of the FAO Regional Seminars on Agroecology – Summary*. 2018a.

FAO. *Iniciativa para Ampliar la Escala de la Agroecología: transformar la alimentación y los sistemas agrícolas apoyo de los ODS. Una propuesta con motivo del segundo simposio internacional sobre agroecología*. Abril, 2018b

FERREIRA, Andrey C. Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. *Em Debate: Rev. Dig.*, Florianópolis, n.4, p. 1-23, 2010. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2010n4p1> - Acesso em 2020.

FERREIRA, Andrey C A classe por si: Teoria econômica e política em Proudhon e no proudhonismo. *Em Debate: Rev. Dig.*, Florianópolis, n. 11, jan-jun, 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2014n11p4>. - Acesso em 2020.

FERREIRA, Andrey C *Pensamento e Práticas Insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016.

FERREIRA, Andrey C e TONIATTI, Tadeu. B. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Alternativa, 2014.

FÓRUM INTERNACIONAL DE AGROECOLOGIA (FIA). Centro Nyélény, 2015. Sélingué, Mali. Disponível em: <http://www.foodsovereignty.org/wpcontent/uploads/2015/10/NYELENI-2015-PORTUGUES-WEB.pdf>. Acesso em 19/jul/2017

GEORGE, Susan. A Revolução Verde. In. *O Mercado da Fome*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

GIRALDO, Osmar e ROSSET, Peter. La Agroecologia en una encruzijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. *Guaju* 2.1 . 2016

GLIESSMAN, Stephen. Agroecology: Growing the Roots of Resistance. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 37:1, 19-31, 2013

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo e WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GURVITCH, Georges. Dialética e Sociologia. São Paulo: Vértice. *Editora Revista dos Tribunais*, 1987.

HECHT Susanna B. The evolution of agroecological thought, in: Altieri M.A. (Ed.), *Agroecology: the science of sustainable agriculture*, Westview Press, Boulder, CO, USA, pp. 1–19. 1995

HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFFMANN, Maria Barroso. Mapeamentos participativos e atores transnacionais: a formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos. In. Acselrad, Henri. *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2010

HOWARD, Sir Albert. *Um testamento agrícola*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LUZZI, Nilsa. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. [Artigo] - 32º Encontro Anual Da Anpocs Gt 41 – Transformações Sociais E Projetos Políticos Em Concorrência: Reflexões A Partir Do Rural. 2008.

LVC. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta, 2013 – Disponível em: <https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2013/07/De-Maputo-a-Yakarta-ES-web.pdf> – Acesso em janeiro de 2020

LVC. Agricultura Campesina sostenible: el futuro del planeta. Análisis, posición y plan de trabajo de la Comisión de Agricultura Campesina Sostenible de La Vía Campesina. 2009a. In. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta, 2013

LVC. Debate del acercamiento al concepto de agroecología. Instituto Agroecológico Latinoamericano (IALA) Paulo Freire. Venezuela, 2009b. In. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta, 2013

LVC. Encuentro asiático em agroecología. Colombo, Sri Lanka, 2010. In. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta, 2013

LVC. La agricultura campesina sostenible puede alimentar al mundo: Documento de punto de vista de La Vía Campesina – Yakarta. 2011a. In. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta, 2013

LVC. Recomendaciones para la Campaña Global de las Semillas, de La Vía Campesina. Bali, Indonesia, 2011b. In. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta, 2013

LVC. Declaración de Shashe. 2011c. In. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta, 2013

LVC. Declaración final de la Formación de Formadores y Formadoras en Agroecología. Techiman, 2011d. In. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta, 2013

LVC. Propuesta de texto de posicionamiento sobre agroecología de la ECVC. 2011e. In. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta, 2013

LVC. Declaración final del II Encuentro Continental de Formadoras y Formadores Agroecológicos. Chimaltenango, Guatemala, 2012a. In. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta, 2013

LVC. Declaración de Surin. Surin, Tailandia, 2012b. In. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta, 2013

LVC. Agricultura campesina sostenible: Por la soberanía alimentaria y la Madre Tierra. Bangkok, Tailandia, 2012c. In. *De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina*. Jakarta, 2013

LVC. *Cuaderno 7 - Agroecología Campesina por la Soberanía Alimentaria y la Madre Tierra: Experiencias de La Vía Campesina*. Waterfalls – Harare – Zimbabwe, 2015. Disponível em <https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2015/11/CUADERNO%207%20LVC%20ESPANOL.compressed.pdf> – Acesso em janeiro de 2020

LVC. *Las luchas de la Vía Campesina por la reforma agraria: por la reforma agraria, la defensa de la vida la tierra y los territorios*. Zimbabwe, 2017. Disponível em <https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2017/10/Publication-of-Agrarian-Reform-ES.compressed.pdf> – Acesso em janeiro de 2020

MIER, Mateo et. al. Escalamiento de la agroecología: impulsores clave y casos emblemáticos. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333852555>

NORDER, Luiz. et al. Agroecología: Polissemia, Pluralismo e Controvérsias. *Ambiente & Sociedade* n São Paulo v. XIX, n. 3 n p. 1-20 n jul.-set. 2016

OLIVEIRA, Joana C. “Mundos de roças e florestas”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, 11(1). 2016.

PERKINS, John. H. *Geopolitics and the Green Revolution: wheat, genes and the cold war*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1997.

POLLAN, Michael. *O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: Pequena Contribuição Crítica ao Atual Modelo Agrário/Agrícola De Uso Dos Recursos Naturais. *Revista internacional interdisciplinar INTERthesis* 1.1, 2004

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 15, p. 41-81, 1988.

QUIVY, Raymond. e CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Grávida, 1992

ROSSET, Peter e MARTÍNEZ-TORRES, María E. La Vía Campesina y agroecología. IN. *Libro abierto de la Vía Campesina, celebrando 20 años de luchas y esperanza*. 2013 – Disponível em <https://viacampesina.org/es/el-libro-abierto-de-la-via-campesina-celebrando-20-anos-de-luchas-y-esperanza/> - Acesso em janeiro de 2020.

ROSSET, Peter e BARBOSA, Lia Pinheiro. Territorialização da agroecologia na Via Campesina. *Boletim Ecoeco*, n. 39, jan/dez, 2018.

ROY, Arundhati. *O Poder Público na Era do Império*. 2004. Disponível em: http://imediata.org/lancedados/ARUNDHATIROY/arundati_detergente.html. Acesso em 20/02/2019

SAEZ, Oscar C. *Esse Obscuro Objeto da Pesquisa*. Edição do Autor: Ilha de Santa Catarina, 2013

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. *Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario*. La Paz, Bolívia: Plural editores, 2011

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. e WOODGATE, Graham. Agroecología: Fundamentos Del Pensamiento Social Agrario Y Teoría Sociológica. *Revista Agroecología*, n. 8, 2013

SILVA, Selmo. N. A anarquia social: resistência, insurgência e revolução social na teoria de Bakunin. *Em Debate*, n. 11, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

WEZEL, Alexandre *et. al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for sustainable development*, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.